# ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA PORTUGUÊSA NA AMAZÔNIA

série ALBERTO TÔRRES

*volume V*

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

# ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA PORTUGUÊSA NA AMAZÔNIA

*apresentação do autor*



EDIÇÕES GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Manaus

*Ilustração de capa*

*de*

*AFRÂNIO CASTRO*

1966

Impresso nos Estados Unidos do Brasil

*Printed in the United States of Brazil*


# índice

23.III.67

# apresentação

*SÃO vinte e dois os estudos que se reunem nestas páginas. Cobrem o período em que os portuguêses tiveram a Amazônia em suas mãos, seja por que a revelaram, seja por que a possuíram, seja ainda por que a dominaram com um sucesso particular, sucesso que constitui mais um dos títulos de que se ufanam como o mais autorizado povo para a domesticação dos trópicos. A experiência que realizaram na região foi realmente uma experiência cheia de êxito. Podem e devem orgulhar-se do que efetuaram.*

*Quando, nos nossos dias, procuramos domar o espaço selvagem, transformando-o numa área humanizada, revelando a nossa aptidão para emprêsa de tão arrojado porte, bem podemos avaliar da extensão da importância da obra em que os portuguêses estiveram empenhados e em que se constituíram pioneiros da maior envergadura.*

*Encontrando-se com uma natureza inteiramente diferente daquelas a que se tinham habituado no decorrer da memorável expansão que, pelos mares e por terras, estavam promovendo, não se arreceiaram dela. E enfrentando-a, em breve a ela se habituavam, condicionando o seu viver às exigências do nôvo meio, em tôrno ao qual entoaram os mais entusiásticos louvores.*

*O tema tem sido abordado por nós em livros e em monografias. As páginas que constituem êste volume foram elaboradas em*

*épocas diferentes.* Em *nenhum momento, no entanto, apesar do prosseguimento incessante dessas pesquisas para um melhor e mais intenso conhecimento das raízes da região, e a cujo estudo nos temos dedicado, sentimos a necessidade de mudar de posição.* Ao *contrário, o que vamos encontrando, no decorrer dessa investigação continuada, vem servindo à confirmação do que já havíamos concluído na base dos elementos de que dispúnhamos. Daí por que dispusemo-nos a reuni-los para nova divulgação, por intermédio das* Edições do Govêrno do Estado do Amazonas. *Tentamos a proposição de aspectos dessa presença política que envolveu a ação econômica, social e cultural, representada na série intensa de ações de govêrno, dentro de um planejamento concebido, é certo, sem as linhas que caracterizam os planejamentos de nossos dias, mas já em obediência a objetivos precisos, muitos dos quais alcançados com sucesso.*

A *experiência portuguêsa na Amazônia foi uma experiência que enriqueceu, numa contribuição admirável, o conhecimento de que o homem carecia para ajuizar, com menores margens de erros, acêrca das possibilidades de êxito no mundo tropical.*

*Neste livro, nossas pretensões são limitadas. Não procuramos, ambiciosamente, cobrir os quadros totais daquela dinâmica, promovida no passado, mas apenas indicar pormenores, situações, momentos,*



*figuras, propósitos, conseqüências. Continuam estas páginas, aquelas outras que se incluíram em "Tempo e Vida na Amazônia" e constituem, tôdas elas, alguma coisa servindo de primeira forma a uma "História da Amazônia", há muito programada como remate de nossas pesquisas e de nossas conclusões sôbre a presença humana nos trópicos, que portuguêses e brasileiros começaram a utilizar numa das maiores façanhas de que se podem orgulhar os dois povos.*

MANAUS, *junho de* 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

# 1.

# A PRESENÇA DE PORTUGAL NA AMAZÔNIA

OS PORTUGUÊSES, na sua obra de ampliação da fronteira que se estendia ao longo da costa leste-oeste do Brasil norte, ao se defrontarem com o Amazonas, no delta, encontraram-no em estado de natureza, inclusive no que diz respeito aos seus ocupantes.

A natureza pareceu-lhes a mais opulenta de quantas haviam, até então, descoberto e possuído. Os cronistas dêsses dias iniciais são unânimes na confissão do extasiamento ante o que lhes surgia aos olhos. E, no entanto, já em outras partes de seu opulento e vasto ultramar, quantos mundos de selvas e de águas copiosas não se lhes deparara. Nenhum, é certo, apresentava, porém, a opulência, a majestade, a grandeza, a extensão daquelas terras umedecidas pela bacia hidrográfica do Amazonas.

No tocante aos que a ocupavam, compunham a mesma multidão primitiva, a que já estavam habituados, no contacto e na intensidade por que com êles conviviam no nordeste e na área sul do Brasil. Não lhes constituíam, portanto, uma surprêsa. O que lhes parecera, no primeiro momento, especial, nôvo, era a quantidade. Verdadeiras multidões, que, pelos anos adiante, religiosos e civis que os descreveram, à medida que penetravam a região, indicavam por centenas de milhares, num exagêro evidente, mas que refletia a imensidade de gente nativa que se espalhava nos aldeamentos, montados ao longo da calha central do rio principal e de seus afluentes maiores e menores.

Terra e homem, portanto, eram alguma coisa em ser, que os portuguêses deviam utilizar, amoldando-os à sua vontade, às suas decisões, às suas fórmulas de vida como vinham fazendo em outras partes dos espaços que revelaram a Europa. Seria isso

possível ? A experiência que possuíam dos espaços tropicais seria suficiente ? Os contactos havidos na África, no Brasil, no Oriente, com povos e natureza física exótica não lhes assegurariam os títulos essenciais para êxito seguro e certo ?

O ambiente amazônico era diferente. Exigia uma tenacidade, uma decisão, um comportamento todo especial. Pioneiros concorrentes, representados por inglêses e holandeses estavam tentando vencê-lo, pelas feitorias e estabelecimentos militares, seduzidos pela matéria-prima, abundante e de fácil colheita, que transportavam para a Europa. Aquela empreitada, evidentemente, não valia como uma experiência preciosa ? A presença daqueles estrangeiros tinha menos de vinte anos, quando os portuguêses levantaram o fortim do Presépio (1616) e deram princípio à façanha da conquista da Amazônia. Não se contava, pois, um tempo bastante expressivo que permitisse avaliar dos resultados da emprêsa estranha. Postos fora pelos portuguêses, que não lhes admitiram a permanência, o esfôrço por dominar a Amazônia e triunfar sôbre a natureza e as suas multidões primitivas ia ser tarefa de portuguêses. Em face, no entanto, daquelas condições peculiares ao meio, êsse esfôrço alcançaria sucesso ? A resposta seria uma resposta objetiva ?

Jorge Dias e Mendes Corrêia, ao estudarem, para o Primeiro Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que reuniu em Washington, em 1950, "os elementos fundamentais da cultura portuguêsa" e "a cultura portuguêsa na África e no Oriente", tiveram ocasião de assinalar os aspectos que particularizaram a expansão portuguêsa e permitiram a formação de um mundo estranho, poderoso e fìsicamente grande como o mundo luso-tropical, que mestre Gilberto Freyre propôs em seus estudos de sociologia regional e ainda agora, nas páginas da Revista de História da América (N.° 43. México, 1953) indicou, no particular do Brasil, nos seus mais visíveis exemplos.

Escreveu Jorge Dias : "O português adapta-se a climas, a profissões, a culturas, a idiomas e a gentes de maneira verdadeiramente excepcional"... "A capacidade de adaptação, a



simpatia humana e o temperamento amoroso são a chave da colonização portuguêsa. O português assimilou adaptando-se".

Mendes Corrêia assinalou : "A expansão portuguêsa assentou numa tríplice preocupação, que não exclui outras, e em que não é sempre fácil encontrar o aspecto verdadeiramente dominante : a de proselitismo religioso e assimilação, tanto quanto possível, das populações aos padrões nacionais; e da segurança e fortalecimento da ação desenvolvida pelo esfôrço militar e naval; e da utilização econômica dos recursos dos países distantes. O sacerdote, o soldado (ou o marinheiro) e o mercador simbolizam os agentes pessoais dessas atividades convergentes para um resultado coletivo da expansão luso-cristã".

Realmente assim foi e é. E completando-se na constatação do que representa essa poderosa manifestação de capacidade para viver em contacto com outras gentes e outras terras, em particular as dos trópicos, e no como ela se processa, os dois eminentes antropólogos assinalaram os aspectos mais ponderáveis da explicação para o êxito na expansão que os portuguêses realizaram triunfando nos trópicos.

Mendes Corrêia, detendo-se, porém, no que foi a expansão pela África e pelo Oriente, registrou um sem número de fatos provados que asseguram, à sua tese vitoriosa, o lastro que lhe garante a solidez necessária. E enumerou que os portuguêses levantaram : fortalezas, que lhes garantissem segurança militar; igrejas, que significassem a espiritualidade de seus propósitos; feitorias, para o tráfico de mercadores da emprêsa mercantil que os levava aos descobrimentos.

Fortalezas, igrejas e feitorias, significando a soberania, multiplicaram-se : nas cidades, residências, conventos, pontes, caminhos, portos, como obra material; no entendimento harmonioso com os grupos tribais ou com as sociedades avançadas que se lhes submeteram ao domínio político, como obra espiritual; na alimentação, no vestuário, na utilização do natural ou do que semeavam em vegetais e animais, como obra econômica; nos

usos e costumes, língua, organização social, ensino técnico, cuidados sanitários, tipos de habitação, vestuário, alimentação, que constituíram outras faces dêsse imenso legado português que, num inventário rápido, o antropólogo que homenageamos hoje, apresentou num estudo verdadeiramente emocionante.

Êsses fatos são encontráveis igualmente no Brasil, onde êles não se perderam, como sucedeu no Oriente, que passou a outras mãos. E são indicativos do êxito do processo de que se valeram os portuguêses na sua obra admirável de criar novas áreas de vida para o Ocidente, de cuja civilização eram as vozes e a energia em dinâmica atuação além-mar.

Mas, no período colonial, Brasil e Amazônia constituíam porções distintas, do ponto de vista da organização político-administrativa. Nenhuma ligação havia entre as duas partes do ultramar sul-americano. Essa divisão político-administrativa resultara aliás, da evidência da existência de duas partes sensìvelmente distantes entre si, distantes no físico e no cultural. Amazônia e Brasil eram partes distintas do mundo tropical sul-americano sob soberania portuguêsa. Os processos, as técnicas, em conseqüência, teriam sido os mesmos nas duas áreas? E no caso afirmativo, os resultados teriam sido idênticos?

No decorrer de dois séculos, os portuguêses se mantiveram na Amazônia, que não estranharam senão na surprêsa física que ela lhes causou, usando aquelas mesmas técnicas, mostrando-se os mesmos homens, com as mesmas aptidões. Adaptando-se às condições locais, nas suas diferenças e peculiaridades, integrando-se no meio físico, criaram padrões de vida, realizaram tipos de economia e formaram uma sociedade perfeitamente integrada na paisagem agressiva, que pretenderam domesticar.

Em mais de um trabalho, como "A Política de Portugal no Vale Amazônico" e "Aspectos econômicos da dominação lusitana na Amazônia", tivemos ocasião de indicar muitos dos variados aspectos do que foi essa ação. Ninguém, todavia, como Alexandre Rodrigues Ferreira, principalmente no "Diário da Viagem Filosófica" que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou, soube reunir tão vasto material para análises sociográficas e antropológicas da presença portuguêsa, face à multidão nativa e às características do mundo físico da Amazônia, não sendo de esquecer-se, também, a contribuição do jesuíta João Daniel, no seu ainda inédito "Tesouro descoberto no rio máximo das Amazonas". Material que revela o êxito alcançado, os insucessos registrados, os altos e baixos, portanto. Altos e baixos, porque na Amazônia, além do quadro físico agreste, de floresta e águas espantosamente ricas e abundantes, a multidão indígena, constituindo o fundamental, no tocante ao quadro humano, ponderava expressivamente, impondo-se em tudo. Tropeçava-se no índio por todos os cantos. Era êle a inteligência essencial para identificar as espécies da floresta e das águas, como para dirigir as expedições, vencer os obstáculos naturais, servir nas tarefas industriais do Estado, nos quefazeres domésticos, contribuir na estruturação da sociedade mestiça que se foi organizando.

Enfrentando-o, os portuguêses ora venceram, ora tiveram de ceder. Foram os altos e baixos da aventura. Ceder, aceitando, identificando-se, amoldando-se, adaptando-se àqueles imperativos da cultura indígena, que Alexandre Rodrigues Ferreira e João Daniel propuseram nos conflitos com a cultura que os portuguêses representavam e procuravam introduzir. Nesse conflito de cultura apresentando, assim, o mesmo admirável comportamento.

Do exame que se faça de todo o imenso documentário coletado pelos viajantes, pelos naturalistas, pelos geógrafos, pelos etnólogos, pelos cientistas sociais ou meros observadores imediatistas, a conclusão é a de que aquêles elementos estruturais da cultura portuguêsa na sua exteriorização além-mar, apontados por Jorge Dias e Mendes Corrêia, funcionaram perfeitamente na Amazônia.

Ainda há pouco, aliás, um antropólogo norte-americano, Charles Wagley, em livro interessantíssimo, "An Amazon Town", traduzido na Coleção Brasiliana sob a denominação de "Uma

Comunidade Amazônica", confirmou, através de suas observações de campo, o poder, a penetração profunda de Portugal na Amazônia. Assinalando a importância das culturas indígenas na caracterização atual da região, que lhe pareceu, e nisso está certo, marcada incisivamente por elas, nem por isso deixou de constatar que "quando o Brasil conquistou sua independência de Portugal, a população do Vale Amazônico era principalmente constituída por mestiços e o modo de vida da maioria de seus habitantes era essencialmente português, apesar de fortemente influenciado pelo ambiente peculiar da Amazônia e pelas culturas aborígenas que lá se encontraram. Formara-se uma cultura regional, fundamentalmente européia em suas principais instituições, mas profundamente influenciada pelo ambiente típico da Amazônia e pelas culturas nativas da região". A cultura européia a que se refere, evidentemente era a portuguêsa. E as instituições que a representavam seriam, como fêz ver depois, ao longo do livro, aquelas instituições de natureza política, social, econômica e espiritual, nos seus aspectos mais decididamente trazidos do Ocidente pelos portuguêses. A língua, por exemplo, não seria uma prova eloqüente ?

Na Amazônia, os portuguêses repetiram a aventura do Brasil, da África e do Oriente, levantando igrejas, fortalezas, hospitais, feitorias, residências, construindo centros urbanos, semeando, colhendo, criando espécies vegetais e animais, descobrindo o espaço e as suas riquezas e a êle amoldando-se, numa vivência magnífica. Espaço que representa cêrca de 2/3 do Brasil de hoje ! Vejamos, todavia, num rápido registro de fatos, apenas registro, para exemplificar, as fortalezas, as igrejas e os centros urbanos. As fortalezas ou estabelecimentos fortificados foram : Gurupá, Destêrro, Araguary, S. Pedro Nolasco, Nossa Senhora das Neves da Barra, Macapá, Curiahú, São José, Santo Antônio, Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça, Ilha dos Periquitos, Bragança, Santarém, Óbidos, São José do Rio Negro, Barcelos, São Gabriel das Cachoeiras, Marabitanas, São Joaquim do Rio Branco, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira.



As igrejas, levantadas em Belém, Bragança, Cintra, Vila Nova del Rey, Colares, Conde, Beja, Chaves, Pôrto de Moz, Pombal, Veiros, Souzel, Arrayolos, Penha Longa, Benfica, Barcarena, Vilar, Ponta de Pedras, Mondim, Condeixa, Rebordelo, Azevedo, Cametá, Baião, Vilarinho do Monte, Espozende, Almeirim, Boim, Vila Franca, Pinhel, Óbidos, Faro, S. Francisco Xavier de Turiassú, Serzedelo, Periá, São Bento do Capim, Santarém Nôvo, Carrazedo, Cajari, Penacova, Mazagão, Vila Vistosa, Aveiro, Monte Alegre, Santarém, Ourem, Bragança, Gurupá, Jurití, Outeiro, Airão, Alvaraens, Alvelos, Barcelos, Lugar da Barra (hoje Manaus), Borba, Canumá, Vila Nova da Rainha, Silves, Serpa, Maués, Ega, Fonte Boa, Imaripú, São Paulo de Olivença, São João do Príncipe, São João do Crato, Santa Isabel, São Joaquim, São Gabriel, Tomar, Tabatinga, Carvoeiro, Lamalonga, Moreira, Poiares, Nogueira e Marabitanas.

Muitos dêsses templos, é de assinalar-se, apresentando suntuosidade, como, em Belém, a Catedral, e as igrejas do Carmo, Santo Alexandre, Santo Antônio, Santana, Mercês. E em Monte Alegre, a respectiva Matriz. Todos monumentos arquitetônicos que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil já inscreveu em seu livro de tombo como obras de arte que enriquecem o patrimônio cultural do país.

Os núcleos urbanos eram justamente aquêles onde se haviam erigido aquelas igrejas. Estabelecidos pelos Religiosos das várias Ordens que trabalhavam na Amazônia (Companhia de Jesus, Franciscanos da Província de Santo Antônio, Mercedários, Carmelitas, Franciscanos da Beira e Minho, Franciscanos da Piedade), graduados na condição de vila ou povoados quando Pombal promoveu a política de dispensa da cooperação da Igreja, — ou resultando de fundações realizadas pelas autoridades civis e militares, constituem, ainda nos dias atuais, o fundamento urbano demográfico da região, como raiz de sua rêde municipal.

É conveniente não esquecer que todo o esfôrço português na Amazônia foi realizado por pequenos grupos vindos do Reino. Jamais ocorreu a imigração quantitativa, que se verificou com

relação a Minas Gerais. Tentei um inventário preliminar, faz alguns anos, num ensaio sôbre "Casaes, Soldados e Degregados na Colonização da Amazônia", que revelou a exigüidade da contribuição numérica dos emigrantes portuguêses entre 1616 e 1823, quando ocorreu a incorporação ao Império Brasileiro nascente. Contribuição minguada que êles souberam suprir na mestiçagem que promoveram com a mulher da terra e lhes asseguraria a plenitude do sucesso obtido.

A presença portuguêsa na Amazônia, no decorrer de dois séculos, foi, pois, uma presença em que aquêles elementos estruturais de sua cultura, na sua expansão além-mar, como dissemos atrás, não perderam significação. Antes, revelaram-se em perfeito funcionamento, numa esplêndida contribuição para a obra de integração no quadro unificado do Império. A Amazônia era mundo tropical. Os portuguêses, povo para os trópicos, nela souberam instalar-se sem desistências comprometedoras e com êxitos visíveis.



# 2.

## OS PORTUGUÊSES NA REVELAÇÃO DA AMAZÔNIA

NEGA-SE geralmente, a Portugal, qualquer preocupação de natureza científica sôbre os territórios que descobriu e ocupou para formar o ultramar a cuja exploração se lançou com tanta decisão. Os ensaios de Fidelino de Figueredo, Jaime Cortesão e Luís de Pina são um primeiro desmentido a essa afirmativa fácil. No caso particular da Amazônia, exemplifiquemos, é costume datar da façanha de Charles Marie de La Condamine ou do jesuíta Fritz o início das preocupações, não apenas pragmáticas sôbre aquela área gigantesca de nosso espaço político. Teria sido o eminente homem de ciências o primeiro a efetivar o grande tombamento do que era aquêle conjunto de florestas e de águas sem fim. Como teria sido o missionário alemão o primeiro a levantar a carta geográfica do grande vale. Ora, nada mais sem fundamento. Porque antes do francês, que veio à Sul-América medir o arco do meridiano, como antes do religioso, que trabalhava para os interêsses de Espanha, já os portuguêses, cogitando da investigação meticulosa do ambiente amazônico, haviam empreendido uma série de trabalhos de campo, provando que aquela atividade, que os distinguira no Oriente, por êles revelado em suas características físicas, sociais e econômicas à Europa, não se encerrara. Mais, aqui e ali era uma resultante de ordens emanadas de Lisboa, quando não se procedia por iniciativa dos próprios homens que vinham operar no extremo-norte do Brasil.

A façanha, realmente empolgante, ia permitir, contudo, uma primeira solução política, com a incorporação da Amazônia à soberania luso-brasileira, capítulo esplendoroso de nossos fastos. Como a história da incorporação do extremo-sul do Brasil, esta também, emprêsa de soldados e de colonos pacíficos. Sôbre êle só agora, porém, se vem fazendo a luz bastante que

permite conhecê-la nas minúcias como uma página de política imperial traçada em Lisboa e executada, sem desfalecimentos. A documentação que, a propósito, se está divulgando, leva a essa conclusão e deixa ver, igualmente, que aquela "norma agendi" não se tornava efetiva apenas através das providências administrativas e militares para o avanço sôbre as posições espanholas, ocupação dos espaços interiores, domínio do gentio pela ação catequista dos missionários, atividades econômicas que iam da coleta da "droga do sertão" às tarefas agrárias e manufatureiras, movimentadas com a excelente matéria-prima em que era abundante a região. Ao mesmo tempo que assim se realizava, procedia-se ao estudo do meio geográfico, examinando-lhe as condições exóticas, as particularidades fisiográficas, espécies vegetais e animais que o enricavam, as atividades culturais dos primitivos que o habitavam, levantando a cartografia daquele mundo imenso. Tôda, evidentemente, uma ampla atividade científica que, mesmo empreendida com o rigorismo de uma técnica avançada, apresentava frutos, autorizando a prática de medidas legais e contribuindo para que o conhecimento do Nôvo Mundo se fôsse tornando uma realidade.

Assim, logo após a fundação do fortim do Presépio, à cuja sombra se foi constituindo o núcleo urbano de Santa Maria de Belém, fizeram-se as primeiras indagações sôbre o que valia a região. Nos "Documentos para a História da Conquista da Costa Leste-Oeste", que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro editou em seus "Anais" e em separata, ano de 1905, como nos preciosos "Documentos para a História do Brasil, especialmente do Ceará", que devemos à infatigável coordenação de Guilherme Studart, o Barão de Studart, como todos o conhecemos, está divulgada essa coleta inicial de dados de que se carecia para compreender a conquista política. Riscados à luz da palavra do gentio ou de verificações imediatas e diretas, apresentam, evidentemente, as falhas naturais em inquéritos dessa natureza, feitos empìricamente. Nem por isso, no entanto, são de desprezar-se. Se foram pontos de partida que evidenciam o interêsse que despertara o ambiente, de logo a deslumbrar — o ádvena europeu!



Ao lado dêsses pronunciamentos, marcados pelos exageros, impostos pela imponência regional, de logo se fêz uma carta de área reconhecida e onde se jogaram os primeiros lances guerreiros contra a ambição estrangeira. Essa carta, da autoria de Antônio Vicente Cochado, pilôto-mór da pequena frota que Castelo Branco comandou ao vir para a fundação do Presépio, é verdadeira preciosidade que se guarda na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, onde foi identificada por Manoel Barata, o grande pesquisador paraense. Cochado, após a ereção do pôsto fortificado, voltou à Europa com André Pereira e Antônio da Fonseca, a fim de relatar o que fôra o episódio e solicitar as providências que se impunham para garantir à Ibéria a nova colônia que se acabava de estabelecer. Perante o Conselho das Índias, uma vez que, à época, Portugal se unira à Espanha pela mesma casa reinante, apresentara memorial a respeito. De volta, acompanhara Luís Aranha de Vasconcelos, que vinha fazer a subida do Amazonas, em missão oficial, e enfrentar o estrangeiro voraz que tentava usurpar a região. Nessa ocasião, ano de 1623, teve oportunidade de realizar sondagens no delta, possìvelmente atingindo a zona dos estreitos. Então, riscou o primeiro mapa daqueles trechos de terras e águas. Fê-lo em época em que as águas cobriam vastas extensões do Marajó. A ilha, por isso mesmo, aparece na carta não como uma grande unidade, mas como um arquipélago. O mapa, ademais, assinala aldeamentos indígenas, posições de inimigos, constituindo, dessarte, uma peça interessantíssima que iria ser repetida nos atlas que se começavam a organizar, como os de João Teixeira Albernos, de 1635, em original na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro e de João Teixeira, de 1640, em original na Biblioteca Pública do Estado do Pará.

* * *

Os trabalhos realizados no delta amazônico, em 1625, sob a direção de Luís Aranha de Vasconcelos, constituíram, evidentemente, o início do esfôrço de curiosidade científica de que se viam possuídas as autoridades de Espanha e Portugal em face do empossamento que seus homens d'armas e religiosos estavam

realizando naqueles estranhos distritos sul-americanos. Êsses trabalhos haviam constado de reconhecimento do Marajó e adjacências, pouco indo além o bravo militar. Sua missão era mais ampla : devia proceder ao descobrimento interior do rio e da costa do Cabo Norte. A hostilidade que encontrou de parte dos inglêses e holandeses ali localizados, o que o levou a enfrentá-los pelas armas, com grande sucesso, de certo modo dificultou a emprêsa. Apesar da cooperação do gentio, que, de logo, à voz dos Franciscanos de Santo Antônio, se havia pôsto a serviço de Luís Aranha e valeu, realmente, como uma contribuição magnífica, fundamental.

O conhecimento interior da região, por essa razão, aparece prejudicado nessa primeira fase. É preciso notar, todavia, que os luso-brasileiros, ouvindo a palavra, nem sempre destituída de fantasia, da indiada, em pouco tempo se foram assenhorando de um farto noticiário sôbre a hinterlândia, ao ponto de, poucos anos decorridos da fundação do fortim do Presépio, portanto de sua instalação no delta, saberem minúcias que, em meio aos exageros naturais do momento, viram confirmados, posteriormente, no decorrer do contacto demorado que foram tendo com o meio e com os primitivos que o habitavam.

Quando, por isso mesmo, em 1637, chegaram a Belém, fugidos à ferocidade de grupos nativos do Peru, os religiosos Domingos de Brieba e André de Toledo, as novas sensacionais que revelaram não provocaram aquela emoção violenta que seria de esperar se os homens, que mantinham a soberania ibérica às portas do rio, ignorassem tão profundamente o que se escondia até então aos seus olhares e à sua cobiça mercantil na região interior. A emoção, é preciso assinalar, existiu. Porque a aventura dos dois missionários, pelo novelesco que a revestiu, realmente provocaria admiração. Essa admiração, em conseqüência, insistimos, não pelas novas relativas aos aspectos geográficos e econômicos que nelas se continha, mas, fundamentalmente, pelos perigos que haviam padecido os catequistas. E tanto assim, que, no relato que o governador Jácome Raimundo de Noronha enviou a Lisboa, datado de 29 de maio de 1637, não se encontra uma



palavra que externe espanto sôbre o que narraram Toledo e Brieba. Em Belém e em São Luís sabia-se perfeitamente que o rio Amazonas era navegável até o Peru e, às suas margens, se guardavam riquezas que precisavam ser buscadas para o giro econômico, fundamento maior de todo o empreendimento europeu no Nôvo Mundo. Ora, assim sendo, como explicar a jornada de Pedro Teixeira, que se seguiu à baixada dos catequistas? A jornada, que o mesmo Jácome de Noronha cometeu à direção de Pedro Teixeira, não obedeceu ao propósito de um reconhecimento geográfico que viesse revolucionar os conhecimentos geográficos até então adquiridos sôbre a região, reconhecimento, no fim de contas, necessário para o esclarecimento de dúvidas, que existiam e não podiam deixar de existir àquela altura da vida?

Estudos de Jaime Cortesão e de Frazão de Vasconcelos, recentíssimos, os do primeiro apresentados ao IV Congresso de História Nacional que reuniu no Rio de Janeiro em abril de 1949 e publicado nos respectivos Anais, 3.° vol. Rio, 1959, e os do segundo ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Lisboa em outubro de 1950 e publicado na mesma cidade no ano seguinte, vieram permitir uma interpretação mais exata do episódio, que nos assegurou a maior extensão do mundo amazônico. Como se vê de Frazão de Vasconcelos, que não se firmando em documentação nova, de pasmar, faz sugestões interessantes, em princípios do século XVII os portuguêses estavam seguros de muita coisa referente ao Amazonas, seguros pela atividade que vinham desenvolvendo com aquêle objetivo. Se já em 1626 o Tapajós era percorrido muito acima de seu desaguadouro no Amazonas! A expedição de Pedro Teixeira teve, assim, o objetivo de confirmar ou não o que se sabia, ajuntando as novidades que pudesse recolher. Só isso?

Pelo que se aprende do trabalho de Jaime Cortesão, o bravo capitão das conquistas amazônicas subiu e desceu o rio entre 1637-1639, obedecendo também a propósitos políticos. O governador Jácome de Noronha, a cuja iniciativa se deveu a

entrada, objetivava : ampliar pelo Amazonas acima a extensão da soberania portuguêsa, contra os interêsses da Coroa espanhola, para tal dando instruções especiais ao sertanista que a comandava e, ao mesmo tempo, abrir comércio com o Peru, fazendo de Belém o pôrto de saída das mercadorias, nelas incluída a riqueza mineral, que o Peru vinha exportando, pelo Pacífico, para a Espanha. Imaginava-se, então, que seria fácil trazer, pelas águas dos afluentes do Rio-Rei, a produção argentífera de Potosi e Cuzco. A lição do mestre português repousa no farto documentário nôvo que divulgou. E de acôrdo com êsse documentário, verifica-se que Pedro Teixeira, ao chantar como marco de limites, entre as duas coroas unificadas, no vale amazônico, a povoação da Franciscana, cumpriu determinação clara e positiva de Jácome Raimundo, que antevia a Restauração ocorrida pouco depois e, com ela, o alongamento do espaço onde exercer-se a soberania mansa e intensa de sua pátria.

A finalidade política da expedição, de que não podemos ter mais dúvidas, ponderou sôbre aquela outra da intenção científica. Nesse particular, foi, aliás, percebida ràpidamente no Peru e em Madri, onde as autoridades se alarmaram, sugerindo a punição de Jácome Raimundo Noronha, que ousara realizar a entrada sem ordem de Sua Majestade, e a retirada dos luso-brasileiros da bacia amazônica, inclusive de Belém, para que não perigassem os interêsses espanhóis. Os receios que haviam assaltado anteriormente alguns membros do Conselho das Índias quando se principiara a conquista da hinterlândia, face à desenvoltura de nossa gente, voltavam a tomar corpo.

A jornada de Pedro Teixeira contribuiu, no entanto, amplamente, para o melhor e mais tranqüilo conhecimento da hinterlândia. Representou, e nisso é que ela assume proporções admiráveis, como que um primeiro capítulo de obra de deslocamento das nossas fronteiras, em menosprêzo ao que fôra assentado em Tordesilhas.

* * *

A jornada de Pedro Teixeira, pelas águas amazônicas, em



direção ao Peru, se teve aquêles fundamentos políticos valendo como um primeiro capítulo do livro de páginas sensacionais que foi sendo escrito na emprêsa de deslocamento da fronteira oeste, fundamento que ponderou efetivamente, nem por isso deixou de servir à curiosidade científica em tôrno à realidade que se escondia pelo interior da região banhada pela grande rêde hídrica. Assim é que Bento da Costa, pilôto da expedição, traçou bisonha carta do rio em sua extensão percorrida, e o padre Alonso de Rojas, com as informações do pilôto e seguramente de outros membros da "estrada", fêz um descritivo que servia à interpretação da carta.

Tanto o mapa como a descrição resultavam da subida do rio. Com relação à baixada, o escrito minudente foi da autoria do jesuíta Christobal de Acuña, o "Nuevo descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas", que se editou em Madri no ano de 1641. Como era natural, em meio à grandiosidade da paisagem, Acuña não pôde fugir aos exageros no riscar os quadros em que pretendeu traduzir a natureza amazônica. Cedendo, como cederiam mais tarde outros viajores ilustres, à fôrça deslumbradora do ambiente, viu tudo sem limitações. Continuou, e deu vigor, nesse particular, à literatura exótica, que tantos prejuízos tem trazido à Amazônia, marcada pelos excessos, pelas patranhas, literatura que principiara com o jesuíta Gaspar de Carvajal, companheiro de Francisco de Orellana na baixada do Peru rumo ao Atlântico, e ainda em nossos dias é como que uma constante invencível.

Descritivo minucioso, que revelava um mundo nôvo de riquezas em potencial, podia ser utilizado pela cobiça desenfreada dos povos que faziam frente aos espanhóis e aos portuguêses nos domínios do Ultramar. Em Espanha, de logo, por isso mesmo, assim foi entendido. Em conseqüência, mandado evitar que circulasse e pudesse chegar às mãos daqueles concorrentes imperiais. A providência não surtiu o efeito desejado. Porque o "Nuevo descubrimiento" seria editado em francês, em 1682, e em inglês em 1798. E quinze anos decorridos de sua

primeira edição, editava-se, 1656, em Paris, a "Relation Historique et Geographique de la Grande Riviera des Amazones dans l'Amerique", da autoria do Conte de Pagan. Nessa "Relation", é certo, os detalhes acêrca da região superavam os que constavam do livro de Acuña, o que autorizava a suposição de que, para elaborá-la, outro informante obteve o autor francês. Mais : dela constava um mapa de todo o vale, com indicações muito mais precisas que as das tentativas anteriores. E, para culminar, divulgava um apêlo ao Cardeal Mazarino, que dirigia, a essa altura, o govêrno francês. Êsse apêlo fazia-o Conte de Pagan para que a França promovesse a conquista daquele espaço rico que ampliaria o império gaulês em formação no Nôvo Mundo. Os receios das autoridades madrilenhas, evidentemente, tinham razão de ser. O livro de Acuña era realmente perigoso aos interêsses da Ibéria. Todavia, os perigos da Amazônia passar a mãos francesas já não interessavam a Espanha, uma vez que Portugal, restaurado em sua soberania, é que controlava a região, dominando-a e valorizando-a pela exploração e ocupação.

A jornada de Pedro Teixeira permitiu, porém, a elaboração de outro descritivo, mais completo, mais detalhado que o de Acuña. Referimo-nos à "Descripçam do Estado do Maranhão, Pará, Gurupá e Rio das Amazonas", de Maurício de Heriarte.

Companheiro do grande soldado na subida e baixada do rio, Heriarte era um velho e experimentado sertanista de boas letras. Evidentemente, portanto, um caso particular, uma exceção. Porque, na generalidade, os sertanistas de então eram pouco dados às aventuras do espírito. Habituados aos rigores locais, observador atento das particularidades que singularizavam o meio, escreveu a "Relaçam" muito tempo depois da jornada de Teixeira. Visava facultar aos governantes do Estado os conhecimentos de que careciam para bem administrar. Em conseqüência, se não apresenta o caráter de relatório burocrático, com cifras e dados rigorosamente dispostos em obediência aos cânones oficiais, nem por isso deixa de ser um documento elaborado com o melhor critério, em meio à fartura de informações. Essas



informações relativas ao quadro geográfico físico, à natureza em seu estado de gênesis, aos aspectos humanos e sociais, às condições materiais da vida rude que se vivia. Como ninguém o havia feito até então, Heriarte expôs circunstanciadamente a realidade regional. Tôdas as particularidades que já se registravam êle as indicou, inclusive as ligações do rio Negro com o Orenoco. Tratando da multidão indígena, fala-nos dos totens de madeira lavrada que as tribos do Solimões levantavam à entrada das tabas. Sua "Descripçam", elaborada com alma, era uma resultante da viagem, como era também uma resultante dos conhecimentos que foi obtendo depois no contacto com o meio e com a experiência que outros sertanistas e colonos iam adquirindo incessantemente.

Apresentada possìvelmente ao Governador e Capitão-General Rui Vaz de Siqueira, a "Descripçam" não foi editada nos dias da colonização. Permaneceu inédita até 1874, quando Varnhagen a divulgou em Viena e, mais recentemente, Rodolfo Garcia nos comentários e notas com que enriqueceu a "História do Brasil" daquele nosso eminente erudito.

A curiosidade científica que despontava à volta da Amazônia encontrou, assim, no livro de Acuña e no de Heriarte, dois registros interessantes. Essa curiosidade, no entanto, nos anos seguintes à emprêsa de Pedro Teixeira, ia ser melhor atendida com a série ponderável de memórias, depoimentos e descritivos que se iriam elaborar.

* * *

Essa curiosidade científica com relação à Amazônia, se foi afirmando com um vigor sempre crescente, numa contribuição interessantíssima para a literatura exótica que, começava a escrever-se à volta dos nossos mundos que se revelaram na emprêsa do mercantilismo e do renascimento cultural. No decorrer de XVII e primeiras décadas de XVIII, todavia, assinalou-se de maneira particular. Era uma resultante da expansão que os luso-brasileiros, partindo de São Luís, de Belém, de Cametá e de Gurupá estavam realizando com aquela intenção política a que

nos vimos referindo, portanto resultante da experiência que ia ganhando, no vai e vem das viagens e do trato diário com a natureza e com o meio geográfico. Como tal confundia-se com a ação imperial que se executava sem cessar e com os êxitos que garantiram, a Portugal, e posteriormente ao Brasil, tôda aquela imensa área.

Realizada ora por agentes civis e militares do poder público, que penetravam a hinterlândia visando estabelecer o domínio político, ora por agentes religiosos do mesmo poder público, os missionários, que tomavam contacto manso, cordial, com o gentio e o levavam a não oferecer resistência à conquista que aquêles primeiros operavam, essa curiosidade foi permitindo que se alterassem as primeiras impressões, conseguissem as primeiras notícias escritas, passando-se a um menos imperfeito ou mais seguro, mais realístico conhecimento do que era a região, do que valia, do que podia oferecer para assegurar continuidade ao império colonial português.

Durante muito tempo, é certo, ignorou-se o esfôrço que aquêles pioneiros efetuavam sob resultados tão flagrantes, resultados que se preferiu atribuir aos exploradores estrangeiros de XIX e XX, reveladores sensacionalistas de uma Amazônia que, na verdade, era um descobrimento silencioso dos sertanistas e missionários dos séculos anteriores, como o descobrimento do interior da África fôra uma façanha magnífica de sertanistas portuguêses dos séculos XVI a XVIII. Ora, à luz da documentação de que dispomos hoje, será possível, será justo ignorar o episódio no que êle possui de mais palpitante, de mais evidente?

No primeiro volume de nossa obra sôbre "Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira. A fronteira com a Guyana Francesa", Rio, 1947, tivemos oportunidade de levantar o quadro de todo êsse empreendimento de singular importância, registrando os nomes de quantos, numa bravura silenciosa que os fêz ignorados, por muito tempo, dos historiadores e dos estadistas que deviam conhecer-lhes os feitos memoráveis, se sagraram os mais legítimos



reveladores da Amazônia. A revelação vai de 1623 a 1749. Compreende, portanto, um longo período e uma série de figuras que começam em Luís Aranha de Vasconcelos e vão findar em João de Sousa de Azevedo, galeria expressiva de homens que dignificaram a espécie, servindo aos interêsses da pátria e da ciência. No segundo volume da mesma obra, Rio, 1948, versando porém o problema de fronteira com as colônias espanholas a propósito do Tratado de Madri, registramos o copioso noticiário de ordem geográfica que resulta da penetração realizada pelos sertanistas e pelos missionários.

Dissemos que tais sertanistas e religiosos realizavam diretamente eram, porém, a pena que registram a emprêsa nos detalhes e nas particularidades que a distinguiram. Assim, no século XVII, temos a referir, neste particular, dois nomes distintos: Bento da Fonsêca e Manoel Ferreira.

Bento da Fonsêca era da milícia jesuítica, homem inteligente que terçaria armas, na Amazônia e em Portugal, contra os que faziam restrições ou acusações à Ordem de Loyola, e comentaria o livro de viagem de La Condamine, apontando o êrro em que incidira, a propósito do Oiapoque ou Vicente Pinzón.

Bento da Fonsêca, recordemos, foi autor de: "Descripção geográfica do Maranhão, como a do célebre Rio Amazonas, Rios que nêste se metem, e Nações de que são povoadas", obra que se guarda no precioso arquivo de Évora; e "Maranhão conquistado a Jesus Cristo e à Corôa de Portugal pelos religiosos da Companhia de Jesus", que também se guarda em Évora.

Manoel Ferreira, igualmente jesuíta, escreveu "Breve Notícia do Rio Tapajoz" e "Breve Notícia do Rio Tapajoz, cujas cabeceiras do último se descobrirão no ano de 1742 por sertanejos ou mineiros do Matto Grosso, dos quais era Cabo Leonardo de Oliveira, homem bem conhecido e dos mais experimentados nos Sertões das Minas", trabalhos que permanecem inéditos em Évora, como o mapa do grande rio, que acompanha esta última relação.

Falamos em Évora. Será bom recordar que naquele arquivo, de que Cunha Vivara nos deu um "Catálago" precioso, funda-

mental para o conhecimento da crônica do Brasil colonial, em particular o extremo-norte, há mais, sôbre a Amazônia, nesta fase, as seguintes memórias :

— "Breve relação da entrada, que o R. P. Manoel da Mota, da Companhia de Jesus, fez pelos Rios Tocantins e Raquanhues na era de 1721 para 1722, sucessos que teve, gentes que desceu e deixou praticadas, as quais foram ao depois glorioso emprêgo dos trabalhos, que com êsses padeceu o R. P. Missionário Marcos Antônio Arnolfini".

— "Notícia Abreviada ( mas verdadeira ) que se dá ao Rio da Madeira, com a individuação e clareza que he precisa para se vir no conhecimento da distância e comunicação que pode haver com os moradores das Minas de Mato Grosso".

— "Notícia dos Rios da Madeira e Tapajóz".

— "Mais notícias dos Rios da Madeira e Tapajóz até o Cuiabá e Mato Grosso".

— "Mais notícias dos mesmos Rios".

— "Informação do Rio da Madeira, e dos mais que desaguam nêle, de seus sertões, gentios, e de seus costumes, ritos e cerimoniais".

— "Breve Descripção do Rio dos Arinoz".

— "Breve Notícia do Rio Tapajóz".

Por fim, vale uma referência a um governante que era também historiador e geógrafo. Referimo-nos a Bernardo Pereira de Berredo.

Berredo, não se distinguiu como sertanista ou missionário, como Capitão-General e Governador do Maranhão e Grão Pará teve ocasião de lidar com êles, coletando um mundo imenso de



notícias sôbre o que haviam descoberto ou explorado. Exerceu, na direção política do Estado, uma ação memorável. Escreveu os famosos "Anais Históricos do Maranhão", de que circularam já três edições, sendo a primeira de 1749. Nos "Anais", Berredo não fêz apenas história. Aqui e ali encontramos geografia retificando o que até então se tinha por verdade. Nesse particular é preciso, de logo, que se assinale, nos quadros geográficos que riscou, houve retificações posteriores, indicadas por Bento da Fonsêca, que lhe lera a obra e mostrara erros e apontara aspectos que deviam ser revelados porque eram novidades apuradas seguramente pelos catequistas da Companhia de Jesus.

Como se vê, fazia-se, sem as retumbâncias que cercaram a obra dos exploradores dos séculos XIX e XX, todo um inventário realístico fundado no que a experiência ensinava, no que se apurava no trato diário com a terra e com o homem exóticos. Operava-se, destarte, com os meios de que era possível dispor, obra silenciosa, insistamos, de sertanistas e missionários, todo um vasto levantamento das realidades regionais, sobrepondo-se àquela literatura de exageros dos primeiros tempos, num noticiário menos imperfeito ou mais de acôrdo com a realidade gritante do ambiente rústico que caracterizava a Amazônia. Tamanho empreendimento, de tanta valia para o conhecimento realístico da região, ia tomar incentivos maiores no decorrer do século XVIII, por ocasião dos trabalhos demarcatórios da vasta fronteira com as colônias espanholas. Numa obra de envergadura de que se podem orgulhar os portuguêses de então.

Portugal, na Amazônia, não efetuara uma emprêsa de cobiça desenfreada. O propósito de possuir o gigantesco Ultramar, conhecendo-o exatamente, era um propósito firme, constante, de conseqüências expressivas, que enfrentou com decisão e frutos altamente valiosos.

# 3.

## COCHADO E A PRIMEIRA CARTA DA AMAZÔNIA

A HISTÓRIA da Amazônia portuguêsa começa como capítulo integrante da história da irradiação levada a têrmo pelos luso-brasileiros, ao longo da costa leste-oeste do Brasil para expulsar o concorrente francês que não abandona os propósitos de montar posições fortificadas que lhe valham como títulos para a obra de construção de seu império na Sul-América.

Então, fizeram-se as primeiras coletas de informações, adquirindo-se um material interessante sôbre a região, material que se pode ler nos depoimentos dos soldados da conquista ou nos relatos oficiais submetidos ao estudo do Conselho Ultramarino.

Fundado o fortim do Presépio, ano de 1616, por Francisco Caldeira de Castelo Branco, a tarefa mais séria apareceu : a instalação do domínio com a vitória sôbre estrangeiros ousados que se haviam adiantado no vale e sôbre a massa gentílica que se aliançara com êsse estrangeiro, ajudando-o na montagem de seus estabelecimentos coloniais.

O gentio era representado, "grosso modo", no tupinambá. O estrangeiro era o holandês, era o inglês, era o irlandês, todos cobiçosos da especiaria amazônica e dos espaços imensos que lhes perspectivavam possibilidades econômicas gigantescas.

Luso-brasileiros, de arma na mão, com aquela vontade disciplinada que já lhes garantira a vitória sôbre o francês de S. Luís e dos outros trechos da costa brasileira, atiraram-se, a seguir, ao cometimento contra os que lhes embaraçavam a presença.

Os estabelecimentos estrangeiros tinham sido montados entre a bôca esquerda do Amazonas e o Tapajós. Suas posições

mais importantes estavam no Xingu e na zona vizinha do cabo do Norte. Êsses estabelecimentos possuíam uma significação impressionante : revelavam os objetivos mercantis dos que os haviam instalado, ao mesmo tempo que anunciavam o sentido imperial dos governos da Britânia e Países Baixos, uma vez que as Companhias incorporadas para organizá-los e dêles auferir vantagens eram organismos amparados pelo Estado que lhes animava o empreendimento e lhes apoiava os esforços políticos e de conquista.

A luta contra estrangeiros tão incômodos, tão perigosos, precisava de ser orientada com decisão e rapidez.

Em menos de trinta anos, luso-brasileiros estavam senhores do terreno, batidos por tôda a parte os estrangeiros, e contida a gentilidade pelo marcialismo dos soldados, tipo Bento Maciel Parente, ou pela ação mansa e segura dos soldados religiosos franciscanos da Província de Santo Antônio.

A leitura dessa façanha, todavia, também não está feita com aquela minudência necessária. Apesar do que, para ela já carrearam os Luís Figueira, os Berredo, os Baena, os Varnhagen, os Caetano da Silva, os Rio Branco, os Edmundsen, os Rodolfo Garcia, os Capistrano de Abreu, os James Williamson, a documentação constante dos "Anais da Biblioteca Nacional" e os estudos bem construídos de Artur Viana.

Justamente, no decorrer dessa façanha, levantou-se a primeira carta do delta amazônico e regiões circunvizinhas, dando-se início à cartografia regional lusitana, produzida pelo contacto direto com o ambiente geográfico.

Luís Aranha de Vasconcelos, em 1623, dirigiu-se ao vale para explorar o Amazonas, fazer o descobrimento do cabo do Norte e deitar fora os estrangeiros. A 4 de maio de 1622, Francisco de Lucena entrega-lhe as instruções régias. Viajou numa caravela com doze soldados e utensílios no valor de oitenta cruzeiros. Em Pernambuco, deram-lhe uma lancha, soldados e Antônio Vicente. No Maranhão, deram-lhe um bergantim.



Em Belém, Bento Maciel, Capitão-mor, outra lancha, trinta soldados ; e Frei Cristóvão de S. José, franciscano de Santo Antônio, 1000 frecheiros amigos.

A primeira jornada foi sôbre o Xingu, onde se localizavam os fortins de Nassau e Orange. Posteriormente, as operações foram estendidas aos Mariocai, onde se levantou Gurupá. Por fim, a emprêsa teve lugar entre os Tocujus, com a participação de Pedro Teixeira e Aires Chichorro.

Antônio Vicente Cochado, pilôto da jornada, era um velho conhecedor dos rios amazônicos. Acompanhara, em 1615, Alexandre de Moura, na emprêsa do Maranhão. Fôra o pilôto da caravela "Nossa Senhora da Candelária". Anteriormente tinha sido prático em sondagens da costa da Bahia. Do Maranhão passou ao Pará, com Francisco Caldeira de Castelo Branco. Em março de 1616, partiu com destino ao Reino com André Pereira e Antônio da Fonsêca. Escreveu, então, um memorial divulgado por Studart, Documentos, II, sôbre as necessidades da nova conquista. Seguramente, também, o roteiro da jornada, tanto mais quanto sabemos que era o pilôto dela e vinha fazendo sondagens. Para isso, só viajara durante o dia, fundeando ao anoitecer. Dessa jornada não teria resultado um mapa acompanhando o roteiro ?

Duas vêzes veio, a seguir, ao Pará, conduzindo os reforços para a guarnição, como homem prático na região, quando teve oportunidade de orientar navios que procuravam o pôrto de Belém. Em paga dos serviços, foi nomeado, pelo Alvará de 27 de junho de 1620, Patrão-mor da Ribeira e Juiz dos calafates de Pernambuco. Sua escolha para pilotar a frota de Luís Aranha foi, justamente, uma conseqüência dêsses conhecimentos que possuía da região, conforme assinala Frei Agostinho de Santa Maria e refere Manuel Barata.

Regressando a Lisboa, pelo Alvará de 12 de dezembro de 1624 foi reconduzido ao Patronato-mor da Ribeira de Pernambuco. Durante suas viagens anteriores e aquela em que acom-

panhou Luís Aranha, fêz sondagens no rio Amazonas. Dessa viagem resultaram os descritivos de Luís Aranha, publicados pela Biblioteca Nacional, e o mapa do pilôto. Consta o original da seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. Pertenceu a D. Pedro II e ali foi identificado pelo historiador paraense Manuel Barata. É uma peça interessante, com particularidade de ter sido produzida, não a um primeiro contacto com o ambiente, mas por quem já se identificara com êle e, como ninguém, lhe conhecia as características mais fortes.

Nêle, se contém as referências às sondagens que o pilôto realizou e aos pontos atingidos nas refregas com os estrangeiros. Os mapas posteriores, constantes dos atlas dos Teixeiras, se não adiantam quanto ao conhecimento geográfico, registram, porém, episódios históricos ocorridos nas décadas seguintes àquela em que Cochado esteve presente na Amazônia. A carta referida, pertencente à Biblioteca Nacional, é a carta de Cochado. Tanto esta como as demais, enriquecidas por essas minúcias importantíssimas para a história política da Amazônia, são igualmente fontes preciosas para o estudo da ocupação indígena na fase dos descobrimentos e conquistas do vale. Ao valor histórico soma-se o valor etnológico evidente".



# 4.

## A REVELAÇÃO DA AMAZÔNIA CONTINUOU A OBRA DO INFANTE

OS DESCOBRIMENTOS portuguêses, de terras e de humanidades, emprêsa com que a nacionalidade ibérica foi contribuindo para a ampliação dos conhecimentos universais, contribuição que nunca será demais indicar como capítulo expressivo da façanha de europeização da terra, não se restringiram ao que ocorreu no período do Infante, e de seus continuadores da monarquia de Aviz. O que foi realizado posteriormente, já os portuguêses na posse soberana de continentes exóticos, que exploravam para satisfação econômica da Europa e cristianizavam no cumprimento de seus desígnios religiosos, reveste-se dos mesmos aspectos sensacionais, que precisam ser devidamente considerados, pelo que refletem como permanência do espírito indagador, curioso, e como operação científica de resultados magníficos para o prosseguimento da obra de alargamento do espaço habitável.

O que Gilberto Freyre, com muito êxito, chamou de luso-tropicalização da terra não significou, portanto, apenas o esfôrço produtivo, cheio de sucesso, da conquista espiritual e cultural dos povos com que se defrontaram e sôbre que exerceram o domínio político ou a incorporação étnica, de sangue. Deve ser compreendido também como capítulo da operação de reconhecimento ou de indagação pormenorizada, atilada, lúcida, acêrca do que eram aquêles espaços, no seu valor físico, na sua importância econômica, nas suas peculiaridades como ambiente em estado de natureza primitiva e conseqüentemente em fase de humanização.

Nesse particular, o que os portuguêses realizaram na América (Brasil), na África e provàvelmente também na Ásia, nos séculos XVII e XVIII, constitui qualquer coisa de impressio-

nante, que está precisando ser esmiuçado para evidenciar que os descobrimentos, como tarefa de ciência, não cessaram depois do achamento do Oriente. Ao contrário, ampliaram-se em capítulos admiráveis, de que resultaram, realmente, novas áreas para as possibilidades de ocupação política. Os materiais existentes são abundantes, mas, na maior parte, inteiramente inéditos, em arquivos públicos e privados.

Queremos, a propósito, como contribuição mínima ou como mera indicação das perspectivas que tal trabalho oferece, registrar meia dúzia de informações referentes ao extremo-norte do Brasil, a Amazônia, onde Portugal efetuou a sua mais viva e curiosa experiência tropical, informações que permitirão, todavia, apesar do seu caráter ligeiro, indicar a imensidade da façanha de reconhecimento geográfico que foi efetivado principalmente no século XVIII e de que só na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado do Pará, há um cedulário importantíssimo, que nos serviu à presente comunicação.

Lembremos, para começar, que a Amazônia fôra alcançada nos inícios do século XVII, em 1616, quando se levantou o primeiro estabelecimento, o fortim do Presépio, a cuja sombra se iria elaborando o núcleo urbano que é, presentemente, a cidade de Belém, capital do Estado do Pará e, de certo modo, o mais importante centro demográfico e cultural da região. Espaço exótico, sôbre que já circulavam notícias fantasiosas, desde que o espanhol Francisco de Orellana navegava o rio imenso, do Pacífico ao Atlântico, e dêle se escreviam crônicas que despertaram o interêsse cobiçoso de inglêses, de holandeses e de franceses, eternos concorrentes de Portugal, os portuguêses haviam sentido a necessidade de penetrá-lo e dêle empossar-se, mesmo tendo de arrostar como arrostaram, a luta de mais de trinta anos contra aquêles estrangeiros, "hereges", como lhes chamavam na terminologia política da época. E organizada a conquista, pela ação de seis Ordens Religiosas, de autoridades civis e militares, de colonos que encontraram ali um gigantesco mundo de matérias primas procuradas pelos mercados do Velho Mundo, fôra então



possível identificá-lo pormenorizadamente, o que levaria à posse efetiva da maturidade de quem a exercia (1).

A emprêsa portuguêsa na Amazônia, comparada, ademais, com a que os espanhóis, os franceses, os inglêses e os holandeses procuraram realizar nas Guianas ou no vale do Marañon, no Orenoco, reflete a superioridade daquela, evidenciando a admirável capacidade de adaptação nos trópicos, que já haviam revelado em outros espaços dos mesmos trópicos, é certo, mas ali importava numa demonstração muito mais efetiva, mais exuberante e de rendimentos mais positivos. (2)

Porque os trópicos brasileiros por excelência sendo aquêles da Amazônia, serviram aos portuguêses para a manutenção do seu domínio das mercadorias exóticas, que os mercados europeus desejavam, do mesmo passo por que permitiram a admirável experiência da colaboração de uma sociedade condicionada aos imperativos ecológicos, sociedade em cuja composição entraram os três elementos constitutivos da mão-de-obra que veio penetrar a região e dominá-la para a soberania de Portugal.

No tocante ao estudo, ao descobrimento realístico da Amazônia, os portuguêses operaram continuadamente. Não houve interrupções. O que ocorreu de menos louvável, se quisermos apreciar a matéria com os olhos de nossos dias e não da conjuntura de outrora, isto é, os motivos de ordem política que determinavam a orientação criticável, foi o sigilo a que se agarraram, evitando que os concorrentes se informassem do que era o imenso espaço físico nas suas características geográficas e nas suas possibilidades econômicas. Não há razão, pois, aos que negam aos portuguêses um distanciamento pela identificação das terras que possuíam, o que seria atribuir-lhes um pouco caso criminoso pelos interêsses da própria ciência que tanto progredira

---

(1) — Cf. Arthur C. F. Reis, "A Política de Portugal no Vale Amazônico", Belém, 1940; e "Estadistas portuguêses na Amazônia", Rio, 1948.

(2) — Cf. Arthur Cézar Ferreira Reis, "A expansão portuguêsa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII". Rio, 1959; e "A presença de Portugal na Amazônia". Pôrto, 1959

nos períodos anteriores pela mão e pela constância dos seus homens de espírito indagador.

O estudo das peculiaridades da Amazônia foi uma constante na política adotada para a região. O cedulário que existe e permite verificar a existência dessa política é bastante ponderável. Por êle, sente-se que havia um propósito de saber de tudo que significasse as peculiaridades do nôvo território ultramarino. Essa curiosidade oficial, no século XVIII, assumiu proporções muito maiores, dado que estava em tela o traçado da fronteira entre os mundos de Portugal e de Espanha. As expedições ( partidas de limites na terminologia da época ), mandadas para os trabalhos concentrados em Madri e em Santo Ildefonso, procederam a um inquérito em profundidade e extensão, que temos pretendido revelar em livros de nossa autoria, mas ainda carece de maiores pesquisas que seguramente hão de revelar a grandiosidade do esfôrço então despendido (3). Em conseqüência, registrou-se a presença, no vale, de homens de ciência, os quais se lançaram, com um carinho especial, ao estudo do que êle era realmente, procurando desvendar os mistérios que o envolviam. Havia, então, como hoje, dúvidas acêrca de acidentes físicos, que impunham identificação minuciosa para a fixação definitiva da linha de fronteiras.

As duas comissões nomeadas, no segundo quartel do século XVIII, para os serviços de demarcação dos limites entre os territórios portuguêses e espanhóis no vale, numa atividade que não conheceu esmorecimento, mais notável, assinala-se, a segunda, produziram, em conseqüência, uma obra que não deve ser ignorada e constitui subsídio da maior importância para a história geográfica do extremo-norte.

Integradas justamente por êsses homens de ciência que vieram da Europa e foram ajudados pela técnica e pela ciência objetiva ou imediata das gentes da própria região, tais comissões

(3) — Cf. Arthur C. F. Reis, "Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira". Rio, 1947, 1948 e 1959.



foram modêlo de produtividade, fàcilmente constatável pela riqueza cartográfica, pela riqueza em diários e relatos referentes aos das instruções régias.

A seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo do Estado do Pará, por exemplo, possui inumerável quantidade de diários, de relatos referentes aos conhecimentos geográficos, e de peças cartográficas. Uns e outros riscados ou escritos por entre as dificuldades que o ambiente impunha e o aparato técnico permitia. Uns, da autoria dos cartógrafos graduados ; outros, de simples sertanistas ou soldados enviados a reconhecimentos de rios e varadouros. Uns, escritos pela pena autorizada de Lôbo d'Almada, de Lacerda e Almeida, de Ricardo Franco de Almeida da Serra, de Pedro Alexandrino Pinto de Sousa, de Vasco Manuel e Braum, de Francisco José Rodrigues Barata, de Filipe Sturm ; outros garatujados pela inteligência sem cultivo de Geraldo Gonçalves, de Francisco Xavier Mendes, de Paulino da Silva Rego, de Joaquim Jorge, de Raimundo Maurício, de Marcelino Cordeiro, de Filipe Néri, de Luís Desidério Lôbo, de Manuel de Morais, de Eusébio Corrêa da Bôa Morte. Uns e outros servindo a pátria e a ciência com o mesmo ardor e a mesma intensidade cívica. Será conveniente registrar aqui que as "partidas" tinham pela frente, como problema de maior gravidade, a verificação das comunicações entre as bacias do Solimões, Japurá e rio Negro. Falava-se em comunicações constantes e amplas. Ora, a fronteira passaria ali. Impunha-se, assim, essa verificação, que foi feita com risco da vida e resultados efetivos, que provaram a não existência de águas continuadas que ligassem as duas bacias hidrográficas e sim de ligações interiores por meio de varadouros terrestres.

Vamos, porém, às provas.

A relação que damos a seguir, de algumas peças interessantes que se encontram na seção especializada da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará, servirá para a documentação do que afirmamos :

— "Configuração da porção do rio Solimões entre a foz do Auatiparaná e do furo que passa por Fonte Bôa,

deduzida tão sómente da agulha pelo Dr. José Joaquim Vitório da Costa. Tefé, 8 de Dezembro de 1782. Desenho a nankin sobre papel especial anexo ás questões de limites, fronteira espanhola, volume de 1782, medindo 0,44 x 0,94".

— "Mappa do rio Japurá, organizado pelo capitão Pedro Alexandrino á vista das impressões de Geraldo Gonçalves, antigo navegante delle. Ega, 28 de Fevereiro de 1781".

— "Mappa das communicações do Rio Negro para o Japurá, Manoel da Gama Lobo d'Almada. São Gabriel, 24 de Outubro de 1785".

— "Mappa em que se demonstra como do rio Cauaboris se communica para os dominios de Espanha. Manoel da Gama Lobo d'Almada. Barcellos, 31 de Outubro de 1786. Desenho a nankin sobre papel de linho; annexo á correspondência de diversos com o governo, volume de 1780, medindo 0,35 x 0,42".

— "Mappa em que se mostrão tres communicações do rio Negro para o Japurá por tres boccas superiores á do rio Uaupés : a 1.ª pelo rio Xié ; a 2.ª, pelo rio Issana ; e a 3.ª pelo rio Thoman. Barcellos, 31 de Outubro de 1786. Desenho a nankin sobre papel de linho; annexo á correspondência de diversos com o governo, volume de 1780 ; medindo 0,17 x 0,22".

— "Communicação do rio Uaupés para o Japurá pelo rio Yucari ou Oururé-paraná. Manoel da Gama Lobo d'Almada. Barcellos, 31 de Outubro de 1788. Desenho a nankin sobre papel de linho; annexo á correspondência de diversos com o governo, volume de 1780 ; medindo 0,17 x 0,22".

— "Planta dos rios Solimões e Auati-paraná. Dr. José Joaquim Victorio S. I. e d. Desenho a nankin sobre



papel especial; annexo ás questões de limites, fronteira hespanhola, volume de 1788 ; medindo 0,33 x 0,44".

Os seus autores credenciaram-se não só por êsses documentos cartográficos, mas, também, pelos que se guardam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Militar do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. O que aqui indicamos é apenas uma amostragem mínima. Vejamos agora quem eram os seus autores.

Manuel da Gama Lôbo d'Almada, soldado das últimas campanhas portuguêsas no Mazagão africano, foi um dos mais completos coloniais da sua geração e uma das expressões mais perfeitas como estadista e "fronteiro" da Amazônia. Governador militar do Macapá, do Mazagão paraense, do Alto Rio Negro e do vale do Rio Branco, Comissário Chefe da Partida Portuguêsa de Limites em substituição ao General Pereira Caldas, Governador da Capitania de São José do Rio Negro, escritor-geógrafo, teve sua passagem pela Amazônia assinalada por uma série de serviços que lhe ilustraram o nome, aumentando o patrimônio de benemerências daquele grupo de estadistas que trabalharam nas Capitanias do extremo-norte, criando-lhes a vida política, organizando-lhes a sociedade, fixando os limites internacionais e estabelecendo os fundamentos de sua economia. Lôbo d'Almada, como nenhum outro, realizou tarefa memorável. A seção de manuscritos da Biblioteca Paraense guarda mais de um milheiro de documentos que esclarecem a sua ação nos vários postos em que serviu à pátria. (4)

Pedro Alexandrino Pinto de Sousa, capitão-engenheiro mandado servir na Amazônia em 1780, trabalhou nas demarcações, principalmente no setor de Solimões-Japurá, aliás o setor nevrálgico, pela série de incidentes que perturbaram a tranqüi-

(4) — A respeito dêsse "colonial", escrevi o livro "Lôbo d'Almada, um estadista colonial". Manaus, 1940.

lidade dos serviços, uma vez que demarcadores portuguêses e espanhóis não chegavam a acôrdo a respeito da linha de fronteira. Pedro Alexandrino, antes de embarcar para a Amazônia, exerceu a função de ajudante na Academia Militar de Lisboa, tendo sido utilizada a sua competência no risco de planos, mediação de terrenos e várias outras tarefas técnicas, com que soube comprovar a confiança depositada pelos seus superiores, unânimes em indicá-lo como um militar e funcionário competente e cumpridor das suas obrigações. Nas campanhas de demarcação, quando alguns dos seus companheiros perderam os títulos de que se ufanavam, Pedro Alexandrino soube mantê-los, logrando louvores e a promoção, em 22 de dezembro de 1779, a Sargento-mor de artilharia, com exercício de engenheiro.

José Joaquim Vitório da Costa, doutor em matemáticas pela Universidade de Coimbra, aluno graduado do dr. Antônio Ciera, o grande mestre que orientara a seção de ciências aplicadas daquele centro de ensino superior, também veio para a Amazônia servir nos trabalhos de demarcação. Chegou a Belém em 1780, viajando na charrua "Águia Real e Coração de Jesus". Era um profissional incumbido no Reino. No Vale, portou-se com a mesma dignidade profissional, logrando promoção, em 1797, a Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros. Em 1804, foi nomeado Governador da Capitania de São José do Rio Negro, em substituição de Simões de Carvalho, que não chegara a administrar por ter falecido quando a caminho da sede daquela unidade política.

Lôbo d'Almada, Pedro Alexandrino e Victório da Costa, evidentemente constituíram, com seus outros companheiros de tarefa demarcadora, um pugilo de bravos, operários conscientes e heróicos da fronteira do Brasil amazônico, servidores muito ilustres daquela obra de tão singular relêvo e sentido continental, qual era a da regularização dos extremos das pátrias sul-americanas. Foram, conseqüentemente, fixadores das bases dessa política de boa vizinhança que marca a hora das Américas na atualidade, mas, antes, servidores ilustres de Portugal, na sua



obra de criação do Brasil. Mais, servidores efetivos da obra de ciência que não se interrompera e assegurava aos portuguêses o direito ao respeito dos outros povos.

* * *

"Na verdade, um irresistível movimento de assombro suspende o historiador, quando penetra no estudo de ocupação pelos portuguêses dessa vasta região do globo onde, não falando já dos direitos históricos e da resistência dos espanhóis, a natureza, como em nenhures grandiosa, opunha ao avanço dos homens a desmesura das suas fôrças : o fenômeno insuperável da maré no estuário do rio, a rêde inextrincável dos canais à entrada e em grande parte do seu curso, a violência das suas inundações, a densidade impenetrável das florestas marginais, a agressividade perseverante das tribos aborígenes, quando não a hostilidade do clima úmido, sufocante, doentio, e da multidão nunca vista de sêres exóticos, répteis, peixes, insetos, que pululavam por tôda parte, e cujas armas tantas vêzes não eram menos molestas que as dos homens.

JAIME CORTESÃO — "História de Portugal", Barcelos.

# 5.

# FRANCISCANOS DE SANTO ANTÔNIO NA CONQUISTA DA AMAZÔNIA

24.III.67

A EXPANSÃO pelo litoral do norte estava a concluir-se. A extensa faixa de terra que se estende de Pernambuco à bôca do Amazonas, visitada, cobiçada pelos flibusteiros de França e Britânia, incorporava-se ao domínio português. Casas-fortes, povoados, estabelecimentos agrícolas, iam assinalando a caminhada que se realizava em som guerreiro.

Ao lado do conquistador militar e do colono, presente a todos os sucessos, figurava sempre o Religioso. As conquistas lusitanas processavam-se à sombra dos princípios da Igreja de Roma e com a finalidade de estender, por novos mundos, com as fórmulas político-mercantis que as caracterizavam, as grandes linhas da cristandade.

Na expansão leste-oeste, não se modificara o progresso. Jesuítas e Franciscanos de Santo Antônio, êstes com casa em Pernambuco e Bahia, num afã expressivo, participavam da expansão, cooperando intensa e produtivamente para a aliança com o gentio que iam convertendo e passava a constituir elemento precioso, fundamental mesmo, para o êxito integral da façanha do conquistador ibérico.

Na emprêsa contra os franceses do Maranhão, a Ordem Franciscana da Província de Santo Antônio portara-se à altura do grande cometimento, com Frei Cosme de São Damião e Frei Manoel da Piedade, aquêle guardião do convento da Paraíba do Norte, e êste um dos teólogos mais famosos de então, já nascido no Brasil.

No feito mais gritante, da incorporação da Amazônia, até então campo aberto a todos os atrevimentos dos franceses, inglêses, irlandeses e holandeses, que participação teria ?

**A CHEGADA AO VALE** — Berredo, nos "Anais Históricos do Maranhão", e Baena, no "Compêndio das Eras da Província do Pará", historiando, já nos séculos XVIII e XIX, fundação do fortim do Presépio, a cuja sombra se formaria a cidade de Santa Maria de Belém, como os cronistas anteriores, do século XVII, não fazem referência a Religiosos na emprêsa a cargo de Francisco Caldeira de Castelo Branco. Tão pouco Manuel Barata, no ensaio magistral que escreveu acêrca da "Fundação de Belém".

Felipe de Bettendorf, na "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão"; Domingos de Araújo, na "Crônica da Companhia de Jesus na Missão do Maranhão"; Jacinto de Carvalho, na "Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão"; Bento da Fonsêca, no "Maranhão conquistado a Jesus Christo e à Coroa de Portugal pelos Religiosos da Companhia de Jesus"; José de Morais, na "História da Companhia de Jesus na Província do Maranhão e Pará", conquanto particularizando a ação meritória dos Inacianos no extremo norte brasileiro, também se ocuparam das origens históricas do cometimento português no vale amazônico. Nenhum, todavia, inscreveu nos fastos da jornada de Caldeira Castelo Branco qualquer ação de Missionário desta ou daquela Ordem Religiosa. O silêncio é completo. Os cronistas admitem apenas a chegada de um grupo de Capuchinhos de Santo Antônio, em julho de 1617, para instalação de casa no sítio do Una, nas proximidades de Belém.

Castelo Branco, ao penetrar a Amazônia, não se fazia acompanhar de uma só figura da Igreja. Pela primeira vez, empreendia-se uma conquista de tanta significação com afastamento das normas lusitanas. Porque Castelo Branco trazia consigo regimento, como era do espírito das obras ultramarinas de Portugal, que não entregava ao arbítrio de seus representantes qualquer ação de monta. E se trazia um Regimento, com o que se cumpriam essas normas rígidas, porque se não lhe dera, igualmente, o Religioso que completasse o aparato e a finalidade da expedição?



Frei Vicente do Salvador, na "História do Brasil", trecho que Capistrano de Abreu identificou no "Santuário Mariano", ao contrário de todos os autores que vimos citando, registrou a presença de dois Franciscanos de Santo Antônio na expedição iniciada em dezembro de 1615, à Amazônia, por Alexandre Moura: Frei Antônio de Merciana e Frei Christovam de São Joseph.

Ora, é sabido que, para escrever aquela deliciosa "História do Brasil", Frei Vicente do Salvador socorreu-se dos informes de Frei Christovam de Lisboa, Franciscano que atuava na Amazônia, observador agudo da região e historiador interessante nos começos da ação ibérica no extremo-norte. De certo Frei Vicente, que escreveu seu livro com a preocupação de fazer obra verdadeira, retrato fiel das origens e evolução dos Brasis, quando abordou os temas amazônicos, seguiu o depoimento avisado de Frei Christovam.

Sucede, porém, que na "Relação Sumária do que obrou a Prov.ª de Sto. Antônio por seus filhos em serviço de ambas as Magestades" — manuscrito inédito original, que se guarda na primeira seção da Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado do Pará, Brasil, e consta do documentário da presente comunicação — encontramos a afirmativa de que a Caldeira Castelo Branco tinham acompanhado Religiosos Capuchinhos de Santo Antônio, capuchos que teriam chegado a São Luís, em 1617, a fim de atender o pedido de missionários para o Estado, entre êles Frei Antônio de Merciana e Frei Christovam de São Joseph.

Se a fundação do Presépio ocorreu em 1616, 12 de janeiro, como aceitar a notícia da "Relaçam"? Frei Vicente não estaria certo? Da fôlha de pagamento do funcionalismo público do Brasil, no ano de 1616, 24 de outubro, parte integrante do precioso Códice — "Livro Segundo do Govêrno do Brasil", que Affonso Taunay fêz inserir nos "Anais do Museu Paulista". Tomo 3, consta —

"Offcs. da fazenda. vigro. e coadjutor milrs. cada hum"

Se constava da fôlha de pagamentos a referência a vigário e coadjutor, é que êsses membros do clero existiam. E se existiam não os podemos confundir com o padre Manoel Figueroa de Mendonça, que Berredo e Baena indicam como o primeiro vigário de Belém, aonde chegou em 1618, outubro. Seriam então os dois capuchos a que nos referimos?

O assunto não fica esclarecido. Não nos propusemos mesmo esclarecê-lo, mas apontá-lo aos que possam, com elemento de arquivo bastante, elucidá-lo plenamente.

O certo, em tudo, pela unanimidade das notícias, é que em 1617 os capuchos de Santo Antônio **começavam tarefa** catequista. Além de Frei Merciana e Frei Christovam, mais Frei Sebastião do Rosário e Frei Philipe de São Boaventura, que, segundo Santa Maria Jaboatão, no "Orbe Seraphico", tinham chegado a Belém em 28 de julho.

**NA DEFESA DA TERRA** — A Amazônia era um mundo bárbaro carecendo da ação pronta de missionários. Milhares de nativos se aglomeravam às margens do Rio-Rei. Os soldados da conquista proclamavam a necessidade e a urgência da vinda de catequistas.

Pela Ordem de 20 de junho de 1618, atribuiu-se à Ordem de S. Francisco, na Província de Santo Antônio, a conversão do gentio. Era um encargo pesado, a que os Franciscanos de Santo Antônio não fugiram, a êle, ao contrário, atirando-se com ardor evangélico. Começaram pelas cercanias de Belém, adiantando-se depois pelo sertão, sempre com êxito. Em agôsto de 1617 levantaram Hospício no Una, de onde passariam, em junho de 1626, para o convento que ergueram em Belém.

Sucede que a essa altura o homem ibérico, para dominar, carecia de ações militares. Não contra o gentio, que, é verdade, se levantava em armas sob o comando de Guaimiaba, o famoso "Cabelo de Velha". Mas fôra vencido. A campanha que se impunha era contra o concorrente europeu: inglês, holandês, irlandês.



Tendo montado feitorias comerciais nas terras molhadas do extremo-norte do Brasil, êsses estrangeiros já começavam a criar raízes. Seus estabelecimentos, principiados na primeira década do século XVII, prosperavam. Escravos negros, trazidos de Angola, trabalhavam a terra, na cultura da cana, de que depois faziam açúcar. A extração de madeiras fazia-se intensamente. Um entendimento ativo, franco, com o gentio, animara as especulações mercantis entre os da terra e os de fora.

O perigo para as armas e os interêsses ibéricos não tinham máscara. Entrava pelos olhos de todos. A expulsão dessa gente decerto precisava realizar-se sem tardança e com energia.

Em 1617 e 1632, feriram-se violentos encontros entre lusitanos e os "hereges", nome porque os outros brancos passaram a ser tratados.

De certo, na emprêsa dos "hereges" não havia objetivos militares fundamentais, mas intenção mercantil. Ao tempo, tôda operação mercantil no ultramar tinha, porém, o seu aspecto de operação de guerra. As nações não se atiravam à conquista da matéria-prima, no Oriente e no Ocidente, rivais no empreendimento e sempre animadas de diferenças na Europa, não podiam aventurar-se pelos mares até mundos novos, exóticos, bárbaros, sem apoiar-se na fôrça convincente dos canhões ou na capacidade bélica de seus colonos e negociantes. Os "hereges", estabelecidos na Amazônia eram, como noutros cantos, homens de sua época: queriam negociar e dominar. Nas feitorias, ao lado do armazém, a casa-forte, o pôsto pronto para falar a pólvora e bala.

Dispunham os portuguêses de elementos materiais e humanos para desmontar a máquina do concurrente? Em tôdas as campanhas ao longo do litoral os cristãos ibéricos apoiavam-se na coragem, no destemor, na colaboração admirável do nativo amigo. Na nova justa êsse mesmo nativo devia ser mobilizado. Sem êle, tudo fracassaria.

Os Franciscanos de Santo Antônio puseram-se em campo. Dos núcleos indígenas que mantinham nas circunvizinhanças de

Belém e mais distantes, trouxeram o necessário. A guerra seria por via fluvial. Em cinquenta canoas, adianta a "Relaçam" que vamos seguindo, o Custódio Frei Antônio de Merciana apresentou-se com os seus catecúmenos. Entre o Gurupá e o Xingu feriu-se o embate, continuado, forte, em que tanto se distinguiriam bravos capitães portuguêses. No Moturu, por exemplo, demorava uma posição inimiga. Segundo a "Relaçam", artilhada com cinco peças, estacada e armamento menor, defendida por trinta holandeses e inglêses. A resistência era grande. O poder ibérico não triunfava. Foi quando se valeram de um estratagema: "vestirem os maes dos nossos indios com camizas, com q. se enganaram os inimigos avaliando-os por portuguêses muy bem armados e se renderam. . ." Em tôdas essas jornadas gloriosas, Franciscanos com a gente de suas aldeias. Ajudavam. Cooperavam. Com eficiência. Sem sua intervenção, trazendo o gentio já comprometido em aliança com o conquistador ibérico, teria sido possível o êxito rápido e completo que caracterizou a campanha contra o "herege"?

Não se escreveu, ainda, a crônica completa, minuciosa, dêsse capítulo da expansão cristã. Riscou-a, de certo com detalhes precisos, um Capucho, Frei Christovam de Lisboa: "com esta vos mando os recontros que tiverão os nossos, com os estrangeiros que estavam no Gurupá; e tirei o Caderno que vou fazendo da história destas partes. . ." Mas dela não há notícia. Onde paira? Êle próprio confessava: "não me fica original mais que as relações escritas e ouvidas. . ." Remetia-a ao irmão, Severin de Faria, para os livros de história que então escrevia sôbre Portugal e sua ação ultramarina.

**PELEJANDO CONTRA A ESCRAVIDÃO** — Frei Christovam não era só o cronista avisado, honesto, que entendia a verdade como "alma da história", concordando com a conclusão do mano, célebre no Reino. Escreveria um "Tratado das aves, plantas peixes e animais", legítima zoo-geografia e fitogeografia da região, sôbre o que adiante falaremos.



Sua maior ação constaria, porém, das atitudes que assumiu na defesa da liberdade do nativo.

O colono mostrava-se indiferente ao espírito de humanidade das Bulas papais, da legislação oficial, da qual escorria um programa de fraternidade, uma compreensão elevada da condição do gentio, que não podia ser desprezado ou tratado como um ser inferior. A seu ver, a escravização do gentio era uma necessidade imperiosa. Sem êle não se movimentava a economia da colônia, dado que não se contavam com abundância de braços para o trato da terra, para a extração da especiaria, na Amazônia denominada "droga do sertão"; para a penetração da hinterlândia, para o transporte, para os serviços domésticos. Tudo repousava no esfôrço dêsses primitivos. Como dispensá-los? Pelos meios brandos não vinham. O trabalho organizado, dentro da disciplina à ocidental, não lhes sabia ao gênio. O colono caçava-os. Tratava-os como escravos. A legislação humanitária, expedida do Reino, não devia, ao ver do colono, ser atendida. Ela contrariava os interêsses da coletividade nova que se estava constituindo na colônia. As exigências, as realidades do meio, no Nôvo Mundo, impunham, explicavam, de certo modo, a atitude do conquistador.

Em 1624, pelo Alvará de 15 de maio, decretavam-se, no Reino, medidas de defesa ao silvícola, proibindo-se-lhe a escravização. A medida, como é natural, vinha provocar agitação. Pois se investia contra um instituto que já estava na consciência, na natureza da colônia!

Frei Christovam de Lisboa, investido de poderes especiais, com o título de "Comissário do Santo Ofício e da Mesa da Consciência na Prelazia Eclesiástica, perante o Conselho Real de Ajudante do Governador e Protetor dos Índios", veio em abril de 1626 para a execução das providências contidas no Alvará. Era, inegàvelmente, o início da tormenta.

No Maranhão, as coisas não correram difíceis. O Alvará foi recebido, de certo, com antipatia, mas obedecido. Em Belém,

porém, o ambiente não se mostrou igual. Alegou-se, de princípio, que o Alvará só devia ser aplicado no Maranhão, dado que a êle é que se referia. Depois, objetou-se para contemporizar, para retardar a execução, que o Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Coelho de Carvalho, a quem cabia, pela letra do próprio Alvará, pô-lo em vigor, ainda não tinha chegado. Por que não o aguardar ?

A Câmara Municipal de Belém, atendendo à inquietação reinante, satisfazendo a vontade dos moradores, interveio. Decidiu suspender a imediata aplicação do Alvará, contrariando os desejos do Capucho, até a chegada do Governador.

Frei Christovam, inteligente, não arremeteu imediatamente contra a deliberação. Não abandonou, todavia, o propósito e a missão de defender a liberdade do gentio. Não dispunha de fôrça para impor o respeito à lei. Durante o período que viveu no desempenho de suas obrigações catequistas, não cessou de bater-se contra a escravização. Não se arreceou mesmo de condenar os mais notáveis da terra. "O seu incansável zêlo no serviço de ambas as Mag.des e salvação das almas assi dos portuguêses, como dos indios tomava por descanço em um trabalho o principio de outro. . ." Como Vieira mais tarde, viajou continuadamente, entre a Amazônia e o Ceará, no afã missionário, não encontrando embaraços que lhe fizessem mangrar o ardor. Subiu e desceu o Tocantins, em 1625. No Maranhão, de arma em punho, imporia respeito a nativos levantados. Ano de 1626.

Sua correspondência, ou melhor, as três cartas que escreveu, entre 1626 e 1627, ao irmão Severin de Faria, minuciam, esclarecem, essa peregrinação constante, construtiva, civilizadora. E valem como retratos magníficos do estado da conquista, seus flagrantes, suas falhas, seus problemas, suas necessidades mais gritantes. Bem examinadas e entendidas, permitem uma visada bem razoável da sociedade que se organizava sem o freio da religião. Como, depois os depoimentos do Jesuíta Luís Figueira.



Com êsse religioso, aliás, Frei Christovam não andou às boas, acusando o inaciano de lhe embaraçar os trabalhos.

Franciscanos e Inacianos, em todo o período da dominação, estiveram em rixa. Frei Christovam, atirando-se contra a Companhia, escrevia — "as duas cartas que me destes dos poderes da Companhia não tem palavra que contenha a verdade sendo algumas tão alheias do certo que basta chegar um homem a estas partes para o alcançar" — "o mor perseguidor que cá temos é Luis Figueira, padre da Companhia. E já o foi dos nossos frades no Brasil aqui me tem feitas contra os que tenho tantos conluios que nem soldado usa de taes desaforos perdoei-lhe todo o passado 47 dias atras já o vi ter feito coisas indignas de repetirem-se".

Frei Christovam agia com coragem. Enfrentara o inimigo com ânimo forte. E ia vencendo, para sucesso de Portugal e da Igreja.

**NA CONQUISTA ESPIRITUAL** — No Marajó e no litoral que se estende até o Cabo Norte, havia multidões de selvagens. Era preciso trazê-las ao regaço da cristandade. Os Franciscanos, sôbre os quais repousava a confiança geral, meteram ombros à emprêsa.

Os Aroans, do Marajó, já eram velhos conhecidos dos Franciscanos. Grupos dêles se tinham situado nas cercanias de Belém, aldeiados pelos missionários. Em 1666, em armas contra os portuguêses que começavam a ocupação permanente da ilha com as primeiras lavouras e um pôsto militar, puseram em alarme a colônia. Mataram e saquearam. O pesquerito real da ilha sofreu ataques. Os Franciscanos foram chamados. Frei Pregador Manoel do Espírito Santo partiu ao encontro da indiada como embaixador da paz. Venceu. Os Aroans receberam-no por entre as mais carinhosas demonstrações de amizade, acedendo em tudo quanto propôs. Até mesmo vindo fixar-se mais perto de Belém, em três grandes aldeias que então montaram aos cuidados dos Franciscanos. Surgiram, porém, incidentes com o Donatário da Ilha, o Barão da Ilha Grande, que não queria

admitir a intervenção dos Franciscanos. Decidindo, Sua Majestade, deu ganho de causa aos Missionários : a jurisdição espiritual cabia-lhes ; os bandos de gentio deviam ser governados por seus principais com a assistência dos Religiosos.

Para as bandas do norte, ocorria perigo iminente, criado pelo concorrente francês, que descia de Caiena tentando apossar-se do litoral. Desde 1637, vinha a dominação lusitana, quando Philipe III criara a Capitania do Cabo do Norte, doando-a a Bento Maciel Parente. A insistência francesa não diminuía. Os olhos cobiçosos da gente de Caiena não mudavam de direção. Os nativos eram seduzidos. Como que se aliavam no trato comercial àqueles outros brancos. Daí o perigo, que não podia ser combatido ùnicamente com o emprêgo da fôrça militar. Frei João de Santo Atanázio já expusera em memorial a D. Pedro, os perigos daquela concurrência. Não lhe dera atenção, o Monarca.

Em 1626, porém, os Franciscanos começaram a evangelizar as tribos da região. Fundaram o primeiro núcleo no Jary. Prosseguiram com êxito. Em 1702, trouxeram algumas dezenas de bugres do Cabo do Norte, aldeando-os nas cercanias da capital. Foram louvados. Entre o Nhamundá e a bôca do Amazonas, margem esquerda do rio, estabeleceram missões. Mantiveram, ao todo, os núcleos de Menino Jesus, Anaratuba, Boccas, Caviana, Urubucuará, Acapary e Paru.

Até 1655, tinham sido, na tarefa catequista, os únicos. Com a chegada dos Jesuítas, cederam-lhes o caminho. Não tinham perdido a confiança real. Havia "outras circunstâncias que deixamos (não sem causa) entregues ao silêncio", registraram os autores do manuscrito que publicamos em anexo. Mais outras vêzes preferira-se, em Lisboa, o trabalho do Jesuíta, menosprezando-se o esfôrço dos Franciscanos.

Em meados de setembro de 1702, perderiam duas de suas figuras mais expressivas — Frei Joseph de Santa Maria e Frei Martinho da Conceiçam. Missionando entre Aroans, tinham



sido abatidos por "hus sacrilegos e apostatas indios" que lhes arrastaram os corpos, deixando-os ao abandono, nas campinas do Marajó, "expostos ao rigor do tempo, a voracidade das aves e feras". Em janeiro do ano seguinte, encontraram-nos em perfeito estado. Era o milagre. Santos varões os dois soldados da Igreja.

Já antes, em 1693 e 1696, dois outros desfalcavam as fileiras da ordem : Frei Belchior das Neves e Frei Boaventura e Santo Antônio, vítima das pestes que assolavam o Marajó.

Frei Belchior era "Varão Apostólico e dotado de tôdas as virtudes". Ao invés de abandonar os catecúmenos, fugindo aos rigores do mal, manteve-se entre êles, atendendo, zelando, numa atitude fraterna muito assinalável, Frei Boaventura também era "varão perfeitíssimo em tôdas as virtudes. Cujo trabalho incansável de doutrinar e ensinar admiram a todos os que o viam ou ouviam a notícia q disso outros lhe davam". Como Frei Belchior, portou-se com um heroísmo digno de menção, cuidando com carinho dos nativos doentes, assistindo-lhes em tudo quanto seus recursos permitiam. Os Franciscanos trabalhavam. Sem exibições. Sem reclamar proventos.

Em 1687, 1693, 1694, 1707 e 1714, para resolver os incidentes que começavam a perturbar o trabalho missionário na Amazônia fizera-se, de ordem régia, a fixação das zonas de ação de cada Ordem.

Pela penúltima, realizada a 9 de maio, no palácio governamental, em presença do Capitão-General e Governador Christovam da Costa Freire, ficaram com os frades de Santo Antônio os núcleos de Marajó, São José, Bom Jesus, Paru e Urubuquara. Pela de 1714, alargara-se a concessão. Mas, em 1.º de março de 1715, Sua Majestade revogava-a, atendendo à reclamação da Província da Conceição.

Êsses incidentes, todavia, não findaram. Continuaram pelos tempos adiante, conseqüente da rivalidade entre as Ordens :

de um lado a Companhia de Jesus, de outro as demais organizações catequistas.

Os Franciscanos da Província de Santo Antônio, além do esfôrço expendido na fase inicial da conquista e depois no período da consolidação, realizaram obra respeitosa. Ligaram o nome a todos os empreendimentos lusitanos no vale. Entre outros, acompanhando, com Frei Agostinho das Chagas, que seguiu como capelão da jornada, o famoso Pedro Teixeira, na subida e baixada pelo Amazonas, em 1637 — 1639. Cooperadores inteligentes da façanha contra o estrangeiro, missionários capazes, produtivos, tinham estudado a terra e o homem e o modo de vida no nôvo meio. Frei Boa Vista de Santo Antônio "deixou artes e vocabulários" das línguas Aroã e Sacaça. Frei Joaquim da Conceição, Frei Matheus de Jesus Maria escreveram catecismos, súmulas, gramáticas e vocabulários dos Aroans, Aracajus e Maraumi. Frei Matheus e Frei João de Jesus ocuparam-se com a língua geral.

Frei Christovam de Lisboa, além de "Sermonário", impresso em 1638, uma relação histórica das guerras contra os inglêses e holandeses na Amazônia, trabalhou na "História dos animais e árvores do Maranhão", que permanece inédita no Arquivo Colonial de Lisboa. Frei João de Santo Athanázio, candidatado pelo Capitão-General do Maranhão e Grão Pará, a Bispo do Pará, louvado e ouvido mais de uma vez pelo Rei D. Pedro II, compôs um "Roteiro Moral" para Missionários e um "Roteiro Doutrinal" também para Missionários.

Mais uma vez tiveram os Franciscanos de se defender perante as autoridades de Lisboa. Ainda em 1669, em longo memorial, fizeram a súmula de sua ação no vale amazônico. A "Relaçam" que damos em anexo é, igualmente, uma exposição defendendo, de certa maneira, de notícias que contra a Ordem circulavam no Reino.

Como as outras milícias catequistas, sofreu a dos Capuchos de S. Antônio a acusação de entregar-se, no século XVIII, a um



mercantilismo exagerado, que comprometia a finalidade maior da missão que se lhes confiara no ultramar. Mereceu advertências. Em 23 de março de 1734, por exemplo, dissera o Rei ao Provincial que mandasse advertir "aos seus subditos evitem escândalo que causão com suas desordens, e negociaçoens, tendo entendido que devem proceder como verdadeiros missionários", ameaçando-os de tirar-lhes as missões. Era forte. Mereciam o castigo?

Em novembro de 1757, Mendonça Furtado, atendendo às circunstâncias que lhe foram propostas pelo Provincial dos Franciscanos, que mostrou o estado de extrema pobreza em que viviam, mandou dar-lhes a anualidade de 100$000.

Os Franciscanos da Província de Santo Antônio, deram, no vale amazônico, digno sinal de si. Fizeram muito. Pela Religião e pelos interêsses do Estado.

## OS FRADES DE SANTO ANTONIO

Relação sumaria do que obrou a Prov$^{a}$ de Sto. Ant$^{o}$ por seus filhos em serviço de ambas as Magdes.

No anno de 69 enviou o Sr. comri$^{o}$ Fr. Mel da Esperança, mestre de Artes e Teologia e comrio do Sto Oficio hú relatorio feito e em nome de Fr. João de Sto Athanazio, entam Presidte da Missão, do q neste Estado o tinha trabalhado em serviço de ambas as Magdes, do descubrimento delle athé o sobredito anno de 69 a Prov$^{a}$ de Sto Ant.$^{o}$ Daqual relaçam q he factivel ainda existir se faz a V. Magde, hum resumo breve, já q o tempo sepultou no esquecimento os trabalhos e suores que a sobredita Prov$^{a}$ teve em ajudar a expulsar destas terras ao Francez e olandez de q estava povoado, e em rossar os agrestes mattos da gentilidade, arvorando-se nella o Estandarte de Christo, e o das Armas Portuguezas, dado pelo mesmo Sr. a primeira pedra fundamental da Luzitana Monarchia.

Á qual relaçam se accrescentar o serviço q lhe tem feito, por meo de algus Religiosos filhos da mesma Provª pª q assi não fique ella privada do merito e louvor merecido, pelos falços informes dictados, ou pela enveja das luzes alheas q pª luzirem maes as querem eclipsar, ou de hua ambiçam ensaciavel, q por tal meo pertendeo o augmento das suas conveniencias, sendo os sobreditos dous motivos causa de vermos e lamentarmos o credito de hua Provª (á qual este Estado se confessa devedor aos vitaes alentos da sua infancia e aos augmentos da sua adolescencia) estragado na opiniam de V. Magde, mal enformada e destruido no conceito de algus ignorantes da verdade, e de outros q machinaram pelas ocultas minas dos seus enformes a ruina de tantas glorias, adquiridas pelo merito de tantos trabalhos e disvellos.

Entrou a Provª de Sto Antonio neste Estado com os seus conquistadores, que erão 300 soldados, e dos Indios não consta o numero e seu Cabo Jeronimo de Albuquerque enviados de Pernambuco pelo Gor que entam era Gaspar de Souza, aos quaes assistiam para o espiritual Fr. Cosme de S. Damiam e Fr. Mel da Piedade, filhos e moradores entam na Custodia, que entam tinha a Provª de Sto Antº no Brasil.

Os trabalhos que elles na viagem padeceram e a parte q tiveram na victoria pelos nossos alcançada, sendo os enimigos em dobro e muy bem guarnecidos e entrincheirados, não he pª a brevidade q seguimos pouque a muitos Portuguezes e Indios tirou a vida, e a outros poz ás portas da morte; com a religiosa e charitativa assistencia dos dous sobreditos Religiosos lhes ficaram os q escaparam tam obrigados q de comum consentimento escreveram e pediram á Magde de Filipe II, pela nossa conta, pª q os sobreditos dous Religiosos continuassem na assistencia que lhes tinhão feito e podessem fundar Convtos. neste aescuberto, e estava por descubrir neste Estado. E assi no anno de 1617 trouxeram a tal licença Fr. Antº de Marciana e Fr. Christovam de S. Joseph com o titulo de Custodio com outros Religiosos seus companheiros e com titulo de Missionarios por Provisam Real pª q tivessem a seu cargo o governo e doctrina dos Indios.

Partiuse logo pª o descubrimento do Pará o sobredito Prelado com algus Religiosos e Franco Caldeira Castello Branco. Na Conquista da tal Capitania não houve mayor parte em se domesticarem os Indios nos aparatos melitares, do que nas praticas dos nossos Missionarios, fundando estes o seu Convto donde ao presente tem os RR. PP. da Companhia o seu Colegio ao presente.

Não deu treguas ao descanço o abrazado zelo do nosso Custodio, mas tanto q teve seguros aos Indios circumvisinhos a este Pará, se estendeo aos maes remotos, e depoes destes domesticados com elles tirou tantos q preparou (cincoenta) 50 canoas, q sam as embarcações de cá, guarnecidas dos Portuguezes, q pela falta q havia, foram menos dos necessarios e fez caza e algus Fortins q os Olandezes e Inglezes tinham levantados por ambas as margens q o rio das Amazonas rega pela banda de Gorupá athé Chingú e pelas ribeiras do mesmo rio nas terras dos Tucujús.

Na tal viagem o q obrou o tal religioso fora encrivel se não se soubera estar **empenhado** o poder devino empenhado em extirpar a tal Costa das heresias de Luthero, como tinha feito dos hereticos dogmas de Calvino na Conquista da Ilha do Maranhão. Mas como em ambas Deos era o Piloto e os nossos os q governavam o leme, por isso em ambas as emprezas houve o mesmo efeyto.

E por não ser enfadonho digo em suma q pela banda do Gorupá arruinaram as armas portuguezas

hú Fortin em Moturú, hoje Missão dos nossos Irmãos da Piedade, muy bem guarnecidos com sua estacada, com 5 peças de artilharia e outras menores, defendido por 30 Olandezes e Inglezes, e dos Indios naturaes, valendose os nossos da melitar estratagema de vestirem os maes dos nossos Indios com camisas, com q se enganaram os enimigos avaliando-os por portuguezes muy bem armados e se renderam a partido de se lhes dar passagem p$^a$ o Norte donde eram naturaes. Bramavam elles depois de entregues vendo o poder a q se renderam.

Maes abaixo houve o mesmo sucesso em outro Fortin, não de tanto poder, mas ao nosso muy superior. Atravessaram os nossos o rio das Amazonas p$^a$ banda q se chama do Cabo do Norte, e envestiram outro Fortin muy bem fortificado de armas, soldados e trincheira. Mas nada disso valeo aos enimigos porq como o rumo q os nossos levavam era tam santo, não podia o céo faltar-lhes com as influencias da sua ajuda p$^a$ não ficarem vitoriosos. E depoes de o estarem tiveram certeza de não lhes tardar por muitos dias hu pataxo q esperavão com muitas drogas e armas, do q tudo os nossos necessitavam, e alentando-os o brio natural e os bons sucessos passados, pondo os prisioneiros em seguro, se puzeram a espera do tal pataxo.

Depoes de 7 dias o avistaram, e á boca da noite, sem serem vistos o envestiram com tal coragem, q se renderam os enimigos, e os nossos o saquearam, desenganando-os q voltasse para donde vinham por estarem os do Fortin p$^a$ donde navegavam prisioneiros, e este arrasado. Carregados de despojos, e com a gloria de taes façanhas se tornaram os nossos para o Pará.



No anno de 1624 entrou neste Estado com titulo de Comss$^o$ e com comissão do S. Oficio, e da Meza da Consciencia na Prelazia Ecclesiastica, com patente do Conselho Real de Adjunto do Gor e protector dos Indios com o governo espiritual e temporal delles, hum Hercules da Capucha, e Sñor D. Fr. Christovam de Lisboa ou Severim, cujos dotes de sangue e letras esmaltados no precioso culto de todas as virtudes. Dôze annos assestiu este varão illustre neste Estado, e ainda vive nelle a sua memoria. O seu incansavel zelo no serviço de ambas as Magdes e salvação das almas assi dos portuguezes, como dos Indios tomava por descanço em hum trabalho o principio de outro; poes alem da occupação de tantos negocios, á que por razão das comissão q tinha dava pontualissimo expedição, pregava ordinariante, e antes de subir ao pulpito gastava as manhas no Confissionario. Não admittiam entercedencia os fervores do seu apostolico espirito, andando em hu continuo giro ora do Maranhão p$^a$ o Pará, ora desandando o curso, ora pelas aldeas corroborando na obediencia desta Coroa aos Indios já avassalados, pelos modos para tirar delles aos barbaros p$^a$ q se aldeassem. Duplicava-lhe o trabalho e enfado q tinha p$^a$ os dous sobreditos fins, as demasias e cruem ambição dos portuguezes e principalmte dos q empunhavão bastões, como testificam os maes dos Sermões do seu Sermonario empresso no anno de 1638. E quando as continuas tarefas em q laborava ordinariamte se enterrompiam por falta de materia, a tomava no compor de q dão testemunho as obras q deixou, alguas mal fortunadas por lhes faltar a luz da estampa, de q eram mto. benemiritas.

No anno de 1636, com outros Religiosos maes veio novo prelado e maes Religiosos, entre os quaes foy hu Fr. Augustinho das Chagas, o qual encostando as armas e o bastão do Governo do Ciará por se

alistar no primeiro terço seraphico da Provª de Sto Antº, foy o tal Religioso o q acompanhou por Capellão, e Missionario a tropa q deste Pará mandou o Gor Jacome Raymundo de Noronha a descubrir este rio das Amazonas, o qual entam se vadeou athé a boca do rio Napo. Em cuja viagem tam dilatada mto deve ao tal Fr. Augustinho das Chagas a Coroa Luzitana, poes com as suas exhortações animava aos soldados e Indios a não se desanimarem em navegação tida de hus por phantastica e de outros por insoportavel pelo obstaculo que depoes se achou **serio** e por outras circumstancias de perigos e doenças, em q a charidade do sobredito religioso se deve grande materia pª merecer.

Continuou a Provª de Sto Antº com o cuidado e doctrina dos Indios athé o anno de 1655 em q entraram os PP. da Companhia, não porq nos excluisse do tal Ministerio a Magde do Snor. D. João IV, de gloriosa memoria por descuidos ou faltas q em o seu Real Serviço em nós achasse, mas por alguas circumstancias q deixamos, (não sem causa) entregues ao silencio.

No remance dos Convtos veviam os nossos religiosos quando delle no anno de 1666 nos fez tirar os clamores desta cidade pª lhe acudirmos nas hostilidades ferozes de mortes e homicidios q os Aroãs faziam nas lavouras de mtos moradores, e os assaltos q davam na aldea de Joanes, pª cuja defeza dos pesqueiro Real não bastava o presidio de Soldados q na tal aldea havia. Como a deligencia era perigosa de trabalho, a q os maes fogem, se aceitou; e he certo q nos competia a deligencia por termos nos annos passados domesticados mtos Aroãs q tinhão tido o seu domicilio junto desta cidade e no qual entam veviam por alagadisso só com os pés descalços ajustava bem. Foy o embaixador das taes pazes o Fr.



Pregor Mel do Espto Sto que poz por condiçam o não levar maes nesta q a Companhia de hu dos portuguezes, q com elle quizesse ir pª testª do q lá obrasse. Partidos do Pará em hua canoa pelo fim de Mayo forão rendidos dos Aroãs em grande numero com as suas armas, esperando ter na preza hum bon dia a sua barbaridade feroz.

Mas tanto que reconhecerão o piloto da embarcação, começaram todos na praya a dar saltos e outras demonstrações de alegria, dando vozes : Pae Sto Antº q o mesmo q "Padre de Santo Antonio". Deixaram logo na praya as armas correndo a competencia em q havia de ser os q nos seus braços poriam o religioso em terra. Recolhido elle a caza do Principal, do qual e dos maes assestido com os mayores carinho, q podia descubrir a sua conatural grosseria.

Propoz o religioso a sua embaxada e as razões q havia pª, depostas as armas e deixadas as hostilidades rendessem á Coroa de Portugal vassalagem ligandose com hu visinho de hua perpetua paz com os moradores do Pará. Ao q logo deram assenso, e no dia seguinte q era dia de Sto Antº e a Dominga da Santissima Trindade depoes de ouvirem missa em firmeza e testemunho da celebração feita das pazes ajustadas despedirão as flexas pª o ar cortando as cordas aos seus arcos. Logo em dezembro vieram a este Pará com hua frota de canoas a ratificar com q governava a praça q era o Sargento Mayor Mel. Guedes Aranha, o q tinhão pactuado com o nosso religioso.

Pediram-nos pª seus missionarios, de q nos não podemos livrar ás instancias ã nos fez toda esta cidade. Por o meo referido entramos na tal trabalhosissima Missão, donde fazendose 2 populosas aldeas serviamos muito a V. Magde por rezão das entradas, e

comercio dos moradores de Cayena q se as não podiam empedir, não em pouco rebatiamos mutos dos intentos q determinavão. Fez presente Fr. João de Sto Athanazio, entam Prezidente da Missam a Magde do Snor. D. Pedro duas vezes o perigo em q havia este Estado com a comunicaçam tam continua com os Francezes, e q convinha p[a] segurança desta tirar com algua força os Aroãs das suas terras p[a] entre a aldea de Joanes e o Pesqueiro Real. Nam agradou a inata piedade do sobredito Snr athé q no anno de 69 deo nas aldeas do Aroãs tam pestifero contagio de doenças pela destemperança do ar, q athé as arvores se secavam, morrendo mta gente e athé o missionario Fr. Belchior das Neves de quem abaixo se hade fazer menção. Espalharão-se por diversas paragens os moradores de suas aldeas, e comecei eu a dar principio p[a] a mudança do domicilio em q agora vivem junto desta cidade.

Parecia-lhe isto mut.[o] mal, mas ás orações do referido Missionario q deu a vida, como verdadeiro pastor, pela salvação das suas ovelhas, começou a mudar-se algua gente p[a] junto desta cidade de q deu avizo no anno de 695 á Magde do Snor D. Pedro e que era convenientissimo ao seu Real Serviço fazer Fr. Sto Atana[o] baixar os maes Aroãs pelas razões q entam allegava p[a] q o q se tinha principiado não desvanecesse. Ao q o sobredito Snor dando assenso mandou ao Gor e Capam Gal do Estado, no anno de 696, q os Aroãs rebeldes, q não se quizessem baixar os precisassem a isso pelos meos, q lhe parecesse. O q tudo se executou sem ser necessario maes q as **forças de hu medo leve** e o trabalho dos Religiosos, e sobretudo (ao q creio piamente) as orações do Snor. Fr. Belchior, cuja charidade se não esqueceria, reinando no céo, de pedir a Deos pelo bem espiritual d'aquelles por cuja causa deo a vida na terra. E assi



se formarão 3 aldeas muy populosas em grande serviço de V. Magde e bem deste Estado.

Não ficava sepultado no silencio a vida e morte de quatro Religiosos q entre outros pelo decurso dos sobreditos annos Deos levou para o eterno descanço com serviço desta terra. O Pror., foi o Snor. Fr. Belchior das Neves, varão Apostolico e dotado de todas as virtudes. O qual no anno 693 fez o sacrificio ao céo da propria vida por quem a deseja livrar da eterna morte. Deo no tal anno infeccionando-se os ares tal contagio na terra dos Aroãs q athé as arvores perdiam a vida vegetativa. Começou a tal peste a matar a hus, e della enfermar mtos e a escaparem poucos, com q a costumada charidade teve dilatada materia p[a] os desejos do seu esperito em assistir a necessidade espiritual e corporal de tantos. . . Athé que rendido ao pezo de tanto trabalho, e ás malignas influencias do ar, o prostou o mal q as suas ovelhas padeciam, e não o poder remediar era p[a] o seu paterno desejo o mayor tormento q padecia.

Do qual achandose com algua melhora, e havendo ocasiam de livrar a vida retirandose para a cidade, não lho permitio o amor devino, q no seu coração ardia. E assi resoluto antes a morrer do q faltar a necessidade de tantos se resolveo a ficar lhes assestindo. Mas recaindo na doença não podia a força desta empedir a do seo espirito, em braços de dois Indios ainda ia confessar a hus, e a dispor p[a] a morte a outros e assi juntamte. Athé q prostado de todo industriou hum dos maes entendidos do q lhe havia de dizer nas agonias da morte, e o que havia depoes della fazer de seu cadaver. E com hu Christo á vista, derretido em lagrimas, e rompendo seu coração com actos de contriçam, e de amor de Deos, lhe entregou sua bemdita alma no mez de Junho de 693 morte tam sentida da piedade da Magde do Snor D. P[o], como

o testificam as seguintes palavras de hua carta q o sobredito Snor enviou ao nosso Proval em 26 de Janeiro de 696.

— "Pellas cartas q se receberão do Estado do Maranhão lhe foy presente o gde zello com q os nossos Religiosos procurarão adiantar as Missõis que tocão á sua repartição, e o particular cuidado com q por meyo delles se tem augmentado o serviço de D. N. S. e meo; mto a custo do seu trabalho, com perigo de suas vidas; como sucedeo ao Pe. Fr. Belchior das Neves, q por não faltar ao q sentiam aquellas q tinha a seu cargo, deo a vida por ellas. E sendo pª mim esta noticia pelo q toca a falta deste servo de Ds. de grande sentimento, he muto mayor a gloria accidental q com o seu exemplo deixou aos q se se empregam, pello mayor bem das almas, neste santo exercicio. Como logo quiz nosso Senhor mostrar, digo q se experimentace na mudança dos Aroans pª outro sitio, a qual antes se desejava e procurava, com pouca esperança de se conseguir &" —

O segdo religioso dos quatro q se tem sito foy o Snr Fr. Boa Va e Sto Anio, varão perfeitissimo em todas as virtudes. Cujo trabalho incançavel de doutrinar, e ensinar admiram a todos os q o viam, ou ouviam a noticia q disso outros lhe davam. Do q he fidelissima testemunha a escola q na Aldêa de Joanes levantou ensinando os rapazes Indios a ler e a escrever e fallarem o nosso edioma, o q ainda hoje continua. Soube a lingua gal Aroã e Sacaça, e dellas deixou artes, o vocabulario em q gastava o tempo q lhe subejava da assistencia da escola, tirando ao somno mta parte do q lhe era necessario, de tal sorte q estando hu sentido quieto, já começava em qualquer hora a dormitar, o q lhe interrompia a occupação q logo principiava. Na robustez do corpo não se conhecia o rigor da sua notavel penitencia. Na peste das bexigas do anno de 695 de q ficou a aldea destroçada durando nella 20 mezes, teve grande campo em q se espriar a sua charidade. No espiritual não ha pª a engrandecer, poes dos sitios das lavouras dos Indios ia buscar aos q nellas adoecião, e quando cançavão os q os trazião, carregava aos hombros o pau em q a rede em q vinhão deitados, vinha amarrada. No corporal foy excessivo o trabalho em lhes levar o comer os forçando a isso, em os curar, lavar as chagas, e matar os bichos q nellas nascião. Finalmte no anno de 69 em q os Francezes tomarão a Fortaleza do Cabo do Norte, indo o sobredito ás Aldeas dos Aroãs a confirmalos na obediencia a vassalagem de V. Magde por ser tam grande lingua, e de todos os Indios um oraculo, de tal funcção trouxe hua doença mortal. Deos lhe quiz dar o premio de tam laboriosas tarefas, e foy isto em 23 de Agosto de 696, com universal santimento de todos.

Os outros dous Missionarios forão o Snor Fr. Joseph de Sta Mª e Fr. Martinho da Conceiçam. Mto foy o q trabalhou aquelle na assistencia e reducçam dos Aroãs, como o declara a carta da Magde do Snor D. Pº feita em 22 de Abril de 702 ao sobredito vindo Presidte da Missão q he a seguinte :

"Frey Joseph de Sta Tha. Eu El Rey vos envio mto saudar. A eleição q se fez de vós pª o cargo q occupais foy tanto do meu agrado q vos posso dizer q a procurei e a relação me enviastes do serviço q tendes feito a Deos e me fizestes a mim na Ordem e progreço das Missõis sendome estimavel, não é mayor do q cá me constava por outras vias &".

Ambos os presentes missionarios derão as suas vidas nas mãos de hus sacrilegos e apostatas Indios q ião reduzir em o fim de Frº de 702 ao gremio da

Igreja. Não levavão na tal empreza maes escolta p$^{a}$ a sua defeza q as suas pessoas e algus indios q os remavão, dos quaes desamparados por se verem envestidos de hua multidam de raivosos leões nas unhas dos quaes ficarão entregues os dous religiosos, contra os quaes despedira hu chuveiro de setas, de mtas das quaes, mortalmte feridos, regarão com os rubins do seu sangue a terra q merecia se abrisse p$^{a}$ castigo de tam crueis e sacrilegos homicidas.

E assi entregaram as almas na mão do seu creador, como pelas circumstancias antecedentes, e subsequentes puramente se crê. Poes, mortos os Religiosos, arrastaram os seus corpos a hua campina, expostos ao rigor do tempo, a voracidade das aves e feras q na tal paragem não faltam, houve ellas respeito ã deixaram os cadaveres intactos. Nem as calidades de humido e quanto do clima, **nem o calor do** sol, nem a humidade da terra e chuvas, nem a destemperança dos humores, principalmte no nosso Missionario Fr. Joseph de Sta Maria por rezam de seus annos e achaques, foram poderosas as sobreditas causas p$^{a}$ q nos taes corpos **entrasse** a corrupção, de meado de Septembro athé o fim de Janeiro em q foram achados nã athé os 20 de fevereiro em q foram enterrados; por estarem embalçamados pela poderosa mão devina. E o mesmo previlegio lograram os habitos com q estavam vestidos. Do q tudo se fizeram vestorias, assestidas de mtos, hua pelo Juiz aclesiastico, e outra pelo secular, nas quaes se acharam os corpos incorruptos, e maculaveis, mettendo alguas das pessoas as mãos pelas roturas das feridas, no vão do peito acharam o q fica dito. Nem a vista dos dous cadaveres causava-nos q os vião, causava aquelle horror natural q causa a vista dos defuntos.

Bem tomara a molestia de Fr. João de Sto Athanazio não ser mettido na lista dos sobreditos religiosos, mas violentam-no a isso os importunos rogos de mtos a q deve ceder p$^{a}$ reputação do q se escreveo contra elle á V. Magde. E assim p$^{a}$ prova de q foy falça a enformação não allegava senão sumariamte pelo grosso o q em serviço Real tem obrado, e a estimaçam, e agrado q teve (sem meritos, mas não por meos da hypocrisia) p$^{a}$ com a Magde do Snor D. Pedro.

Ha 26 annos q assiste Fr. João de Sto Athanazio neste Estado, e delles hú só viveo conventual. Foy **ensinuada** do sobredito Snor a elleição q se fez d'elle p$^{a}$ Presidte da Missão p$^{a}$ q esta izenta do Prelado do Convto do Pará podesse ella ser maes bem governado. No fim do triennio de tal Presidencia, sabendo o referido Monarcha em poder o sobredito Presidte continuar por rezão de hum Breve de Paulo IV q prohibe debaixo de Excomunhão não poderem maes de 3 annos continuarem os Prelados nas Prelazias dos mesmos Convtos, escreveo a Magde do Snor D. Pedro hua carta em 26 de Janeiro de 696 sobre alguas cousas ao Proval, hua clausula da qual era : "E sobre tudo faço aos nossos successores". É sobretudo q procureis o modo mais conveniente de continuar o pe Fr. Joam de S. Athanazio no cargo de Presidente das Missõis, ou por ordem do Nuncio Apostolico destes Reinos, ou do Sumo Pontifice, p$^{a}$ o que vos mandarei dar toda a ajuda e favor.

Continuou outro triennio em presidte da Missão. nos quaes se passarão quazi 7 annos. E hu com titulo de Regente della emquanto a nova Provincia em q se encorporou elegia Presidente e sendo promovido ao oficio de Comis$^{o}$ da mesma Prov$^{a}$ nam desamparou a assistencia da Missão. Os bons acertos e augmentos della, antes da devisam das Prov$^{a}$s e depoes na q se encorporou, no serviço de ambas as Magdes se diz universalmte a elle se deverem. De mutas detremi-

nações Reaes no tocante as aldeas e munto das Missõis deste Estado, foy elle o instrumento, ou por cartas suas remettidas ao Conselho, ou a Roque Monteiro Paym. Na perfeição das graças, e culto devino das suas aldeas he nas com$^{o}$es q foy pr$^{o}$ sem segundo. No zelo do serviço Real afirmavão por vezes mt$^{o}$s entendidos, e desapaixonados ser hu dos vassallos maes fiel e desenteressado, q no Estado havia.

Na mudança dos Aroãs p$^{a}$ junto desta cidade foy o pr$^{o}$ movel na terra, buscando a conservação delles na paragem donde vivem na **cometiva** das Escoltas annuaes sobre o q tudo deo mut$^{a}$s penadas, e sobre o descimento dos Indios do Cabo do Norte p$^{a}$ se extinguir o commercio dos Francezes.

Compoz hu **Roteyro Moral** p$^{a}$ Missionarios p$^{a}$ cuja luz publica suspirão os zelosos ao qual só V. Magde a pode dar; á piedosa Magde do Snor D. P$^{o}$ deve ser q tem mandado dar p$^{a}$ o gasto da composiçam 50$000 reis. Tem quase acabado outro tomo de ROTEIRO DOCTRINAL p$^{a}$ Missionarios, cujo manuscripto tem posto nas mãos de Deos. Tambem na aldea do Cayá já tem feito hu Hospicio com a aparencia de Convto p$^{a}$ nelle se industriare os Missionarios novos vindos do Reino, cujas obras são tanto do serviço de Ds como do Real de V. Magde.

Dos favores e confiança que fazia delle o sobredito Senhor será prova os seguintes casos. De hum Menystro de quem derão queixas lhe mandou o enformasse da verdade. Contra hum ecclesiastico deste Estado depoes expulso mandou ao sobredito Fr. João de Sto Athanazio o avizasse do seu procedimento. De huas cartas contra certos religiosos enviadas ao Conselho fazerem escravos sendo Missionarios cometeo a deligencia de se apurar a verdade. Hu papel pelo qual **queria saber** o que eram as terras do Cabo do



Norte e **os districtos** dos Indios que as povoam, deste negocio **se confiou do Gor e Capan Gal do sobredito religioso em cuja cabeça desejou por a mitra deste Bispado.**

Nas (cartas) de Roque Monteiro que eram hu ceo da sobredita Magde passavão os favores a carinhos. Das enviadas pelo Conselho darei as forças só de duas para prova do allegado :

A pr$^{a}$ em 22 de Março de 697.

"Fr. João de Sto Athan$^{o}$. Eu El Rey vos envio mt$^{o}$ saudar. Desejava eu mut$^{o}$ q a noticia q me dais dos vossos achaques se trocarã em outra de q não tinheis algus p$^{a}$ me ficar o contentamt$^{o}$ de vos achares com toda a saude p$^{a}$ vos empregares no serviço das Missõis. Espero q estejaes restituido a ella".

A segd$^{a}$ foy escripta em 22 de Janeiro de 702, e he a seguinte :

"Fr. João de Sto Athan$^{o}$. Eu El Rey vos envio saudar, o vosso zello no serviço de Ds nosso Senhor emeo merece q repetidas vezes vos genefique a satisfação q tenho delle e quanto me fiqua na lembrança p$^{a}$ q em todo o tempo possaes achar em mim o devido agradecimt$^{o}$ e a estimação q se deve ás vossas virtudes, todas as vossas cartas me forão prezentes e por via de Roque Monteiro Paym vos mando dizer o q fui servido resolver".

Toda a eficacia e rezões sobreditas que provão com evidente verdade os serviços q a Prov$^{a}$ de Sto Ant$^{o}$ fez a ambas as Magdes dos principios em q entrarão neste Estado, a destruido hu informe falço q deo contra ella ha 2 annos o Gor e Capan Gal do Estado, e do tal informe levado a V. Magde na sua carta de 10 de Abril de 709 diz ter mostrado a experiencia q os Religiosos das outras Prov$^{a}$s não

obravam com o zelo do serviço de Deos, e seu neste particular, isto he, no decer os Indios do matto com os P. P. da Companhia. E maes abaixo, aprova o não ter deferido as rezões do Fr. João de Sto Athanazio. E finalmte, remata a tal carta, recomenda V. Magde ao Gor Capan Gal q pª os taes baixamentos escolha sempre aos religiosos da Companhia por serem os sojeitos que neste menysterio conhecidamte fazem muita diferença aos outros religiosos.

Como desta carta casualmte tivemos vista e pª a condenação não fomos ouvidos, prostrados peito por terra apelamos della pª Vossa Magde. melhor informado pelo meyo desta apologia, parte da qual tirada de papeis antigos do Cartorio e do jardim da Sagrada Escriptura antes do seu principio, e do Sermonario do Snor D. Christovam Severim nos annos maes proxºs o q se allega são cartas que se apontão e se podem conferir e hua fama constante em todo este Estado do q V. Magde se pode informar, cuja carta não está coherente com as q recebiamos da Magde de seu dignissimo Pae de quem V. Magde é um retrato vivo e natural. Nem nós dentro em poucos mezes da nova da sua tam lamentada morte degeneramos dos quilates q em nós sempre houve do serviço Real.

No anno de entraram os R. R. P. P. da Companhia por ordem da Magde do Snor D. Pedro e nem dous annos pela tal parte maes assistiram, nem lhe puseram maes os olhos. E nós levando o pezo de tantos trabalhos pela tal paragem decendo o aldeando junto desta cidade os Indios q a habitavão, e não temos zelo do serviço de Deos e Real. Do Fr. João de Sto Athanazio tam depressa degenerou ? poes se pudeser mtos achaques no corpo não lhe chegarem ainda ao entendimento pª caducar, poes . . . . . . . . . . . . . .
dado tal nem o Sr de Pancas se nam a V. Magde por ter a certeza com a noticia da morte da Magde do



Snor D. Pº que não seria Rey nem Roque. Examine-se a proposta q o tal Prelado faz a junta da Missão sobre a ida a Jari e se achará q só pertendia á sombra da tal tropa fosse Missionario seu a baxar algus Indios pª o Carajó q bem necessidade havia com isso quer dizer q com hu cajado se podião matar 2 coelhos, e se poupava mtos trabalhos aos soldados, e Indios fazendo de hu caminho dous mandados. Tudo temos na Pessoa de V. Magde a quem pedimos justiça (sendo melhor enformado) sobre a condenação da prª sentença adquirida surrepticiamte q pª os luzimentos de huns foi precizo q houvesse eclypse em outro. De V. Magde esperamos nos não privará do q temos merecido, e aos PP. da Companhia o q por maes do seu agrado Real

Fr. Paulo, Fr. João.

**MANUSCRITOS** **LIVRO N.º 1086**

**Traslado do termo da divisão dos Capuchos de Santo Antonio, e Conceição, feita no ano de 1707.**

Gervazio Leyte Rebello Secretario deste Estado do Maranhão po S. Mage. que Deos g. e, ec. Certefico, que por mandado dehum despacho do Governador e Capm. General deste Estado Christovam da Costa Freire vi o livro que serve nesta Secretaria de termo de Junta de Missoens, e a **p. 13** está hum termo de que o theor he o seguinte. Aos nove dias do mez de Mayo de mil sete centos e sette nesta cidade de Bellem do Gram Pará, no Palacio em que assiste o Govor. e Capm. Christovão da Costa Freire, ahy sendo prezente em Junta de Missoens o Rd.º Pe. Superior das Missoens João Carlos Orlandini, o Rd.º Pe. Comis-

sario g.al dos Conventos de Nossa Senhora das Mercez e R. Pe. Fr. Manoel Correa Pestana, o Rd.° Pe. Vigario Prov.al dos Conventos de N. Senhora do Monte do Carmo Fr. Victorianno Pimentel, o Pe. Regente do hospicio da Piedade Fr. Manoel de Moura, e o Ouvor. geral desta Capitania Antonio da Costa Coelho; lhe propoz o d.° Governador e Capam. General em como sua Mage. que Deos g. e foi servido por Carta de seis de Settembro de mil sete centos e seis, fizesse a dita Junta pª se repartirem as Missoens, esefizesse divizão das Aldeas dois Religiosos Capuchos : com tal egualdade assim a Provincia de Santo Antonio de Lisboa, como a de N. Senhora da Conceição da Beira, que assimhuma como a outra Provª na repartição que sefizesse participasse do comodo, e desconveniencia que podesse haver nas das. Aldeas, tanto a respeito dos Sitios como das mais utilidades. O quetudo bem visto e ponderado pellos Ministros desta Junta assima referidos, e abaixo assinados, ouvidas as partes interessadas nesta Repartição o Pe. Comissario de Santo Ant.° Fr. João de S. Diogo pella Provincia de Lisboa e o Pe. Guardião de Santo Antº do Maranhão pella da Beira, e ouvindose tambem o Pe. Fr. João du Stº Athanazio, quehuns e outros propuserão suas Rezoens, assim vocalmente, como por escrito se resolveo.

Que á Provincia de Santo Antonio de Lxª ficassem as Aldeas e Missoens seguintes, Joannes, S. Jozé, Bom JESUS, Parú, e Urubucuara.

A Provincia da Conceição, o Cayá, Conceição Carajó, Marajó e Tuerê, com declaração que assim huma, como outra Provincia quando quizerem refazer camplear as suas Aldeas, afarão nas naçõens edestritos que toca acadahuma das Aldeas, semse intrometeremhuns nos districtos e naçõens dos outros.



Enesta divizão se não faz menção da Aldea do Camutá por ser de Donatario, Cauzaporque que precendi a Junta de o repartir e de como o ajustarão assinarão aqui comigo. Eeu Nicolao da Costa e Mello Secretario do Estado o escrevi.// Christovão da Costa Freire// Antonio da Costa Coelho// João Carlos Orlandini// Fr. Victorianno Pimentel// Fr. Manoel de Moura Regente do Hospicio de S. Jozé// Fr. Mel. Correa Pestana Comissario Geral. O qual tralado aqui copeei por ordem do Exmo. Sr. João de Abreu Castelbranco Govor. e Capm. e Gnal do Estado para todo o tempo constar do termo que elle conthem, porsehaver perdido o livro em que estava lançado em huma allagação. E eu Jozé Glz. da Fon.ca Secretario do Estado o escrevi, e assinei

Jozé Glz. da Fonseca.

## CODICE N.° 872 ALVARÁS, CARTAS REGIAS E DECISÕES — REINADO DE D. JOÃO V

1737

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Alg.ves daquem, e dalem mar em Africa Senhor de Guiné & &ª. Faço saber avos Governador e Capm. Gen.al do Estado do Maranhão, que por parte do Menistro Prov.al de Santo Antonio, semefes a petição/ cuja copia comesta sevos invia, assignada pelo Secretr.° do meu Cons.° Ultr.°/ Sobre o Convento de Santo Antonio do Pará estar ameaçando huma total ruina, porserfeito da taipa de terra solta, q.e portodas as partes se acha minado deformigas; pedindome lhe mandasse consignar nomesmopara alguma esmolla annual para as obras do d.° Convento, e Igreja, e or-

denar, q.e deste Reino lhe vá apedra necessaria p.a os portáes, arcos, ecolunas dos mesmos edificios como tambem o ferro precizo pa as obras de madr.a Meparece ordenarvos formeis comvosco parecer ouvindo por escripto ao Provedor daFaz.a q.e declarará se naquella Provedoria há meyos p.a se poder dar aos Supp.es aesmolla q.e pedem. El-Rey nosso Snor o mandou pelos DD. João de Souza, eManoel Fr.e Varjes Conselhr.os do seu Cons.o esepassou por duas vias. João Tavares a fes em Lix.a occ.al aquinze de Mayo de milsetecentos etrinta esete.

O Secrettario Me. Caetano Lopes de Lavre afes escrever. e assina de C.

Alexandre deMello deSouza Menezes.

João de Souza.

Por desp. do Cons.o de S. Magestade
1737

O Prov.or da Fazenda Real responda naforma da Ordem deS. Mag.e Bellem do Pará 12 de Sbr.o de **1737**

Diz o Menistro Prov.al da Prov.a de St.o Antonio do Pará de q. V. Mag.de he Padroeiro, está ameaçando húa total ruina por ser feito de taipa de terra Solta q. por todas as p.tes Se acha minada de formigas, de q. resulta descahirem mt.o a cada passo as paredes principalm.te no tempo do Inverno; sem q. sejão bastantes os mt.os espeques, de quese acha rodeado o d.o Conv.to p.a sustentarem aquella machina sem alicerces firmes, nem p.a obviarem operigo, edisgraça q por instantes está ameaçando aos Relligiozos nelle moradores : E por otal Conv.to hé o unico q. a provincia tem em todo oEstado do Maranhão p.a rezidencia dos



Prellados, areceptacullo dos Relligiozos q. delle separtem pellas Missoens p.a oemprego da redução dos Indios infieis. Conservação dos Convertidos edilatação da ffé, epregação evangelica, se necessita fazerce á fundamentos ecom effeito se deu. . . principio á Capella mor da Igreja mas porq.e a pobreza. . . cos seus Relligiozos os imposebelita p.a o seguimento das obras, as quaes não poderão Concluir, nem ahinda continuar sem q. V. Mag.de Concorra p.a ellas. Com aquella inata pied.e a real grandeza Comq. Costuma favorecer os templos Sagrados, e Cazos Relligiozos entre os quaes, parece sefazem Com especialid.e merecedores de suas reaes attençõens amensionada Igr.a eConvt.o não só pl.o Seu deste. . . mas tãobem pello seu real Padroeiro portanto. P. a V. Mag.de que atendendo seja servido Consignar noPará algúa esmolla annual p.a as obras do d.o Convt.o e Igr.a eordenar sede Cá em Portugal apedraria necessr.a p.a os portais arcos, e Columnas dos mesmos edificios Como tãobem o ferro precizo p.a as obras de madr.a El Rey.

Mel. Caetano Lopes deLavre.

# 6.

# ASPECTOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA

PORTUGAL, quando se instalou na Amazônia, tinha perdido a independência. Ano de 1616. Passara ao domínio de Espanha. Phelippe III da Espanha era Phelippe II de Portugal. Demais, o vale estava contido naquela massa de terras americanas, que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam a Espanha. Mas a Portugal, os monarcas de Madri, tinham confiado a conquista do extremo-norte. Fiavam-se na bravura da gente lusitana e na circunstância de estarem próximos, no litoral pernambucano, que se estendia das Alagoas ao Ceará, os conquistadores.

Outros concorrentes que porfiavam com Espanha na posse do Nôvo Mundo, holandeses, franceses, inglêses, se haviam adiantado, há décadas, montando o aparelhamento comercial que lhes caracterizava as aventuras ultramarinas.

Portugal combateu-os valentemente. Destruía-lhes as feitorias, os fortins, incendiou-lhes, pôs-lhes a pique os barcos de guerra, implantando o próprio domínio. (1).

Seria o domínio da Espanha. Não, domínio de Portugal. A conquista, esta iniciada por portuguêses, que recebiam ordem de

(1) — "Dez annos de lucta decorreram até 1632, para que fossem desalojados esses invasores dos sitios que occupavam, e firmado o dominio da metropole com as obras de defesa da colonia, salientando neste empenho patriotico Governadores e Capitães-Móres, quaes foram, Diogo de Mendonça Furtado, Mathias de Albuquerque, Francisco Coelho de Carvalho, Bento Maciel Parente, Manuel de Araujo de Sá, Luiz de Aranha Vasconcellos e Jacome Raymundo de Noronha, e destinguindo-se como valorosos combatentes diversos officiais e entre elles, notavelmente, Pedro Teixeira, Ayres de Souza Chichorro, Jeronymo de Albuquerque, Feliciano Coelho, Pedro da Costa Favella e Pedro Bazão de Abreu". Santa Rosa, "História do Rio Amazonas", Belém, 1926, pag. 155.

Madri, é certo, mas tinham o pensamento voltado para Lisboa, para o Velho Reino, que os guiava nos feitos ilustres, por que se batiam, que tinham a certeza de voltar ao concêrto das nações soberanas. Sente-se êsse ambiente à leitura dos papéis da época, que refletem bem essa ideologia dos soldados que guerreavam no Rio-Rei. O poder civil foi organizado por ordem de Espanha, é também certo, mas obedeceu à estrutura do poder civil de Portugal, no Brasil. Não houve inovações. A maquinária político-administrativa foi portuguêsa. (2).

À sombra da Espanha, a penetração no rumo de Oeste foi inaugurada. Em 1637, Pedro Teixeira subia o rio, atingia Quito, numa façanha de herói grego; mas no regresso, a 16 de agôsto de 1639, fundando a povoação da Franciscana, na confluência do Aguarico com o Napo, fazia constar da ata, em presença de delegados diretos de Espanha, que assinaram o documento. "Que tomava posse das ditas terras, e sítio em nome de El-Rei Felippe IV nosso Senhor pela coroa de Portugal. (3).

Meses depois, Portugal libertava-se. Pedro Teixeira era um português de lei. A façanha realizara-a para o seu Portugal.

É tempo aqui de impugnar uma afirmativa de conspícuo historiador, quando investe contra a metrópole, para acusá-la de nada ter feito pela conquista e colonização destas paragens, que foi obra, no seu entender, do esfôrço, da tenacidade isolada ou melhor desajudada oficialmente quando menospreza "as providências da metrópole e dos governadores", quando escreve que,

(2) — "A posse do Grão-Pará é certo se fizera no domínio hespanhol, mas os portugueses no Brasil, sem excepção dos delegados do governo hespanhol, se mostraram sempre singularmente ciosos das prerogativas da "causa portuguesa", que não eram, no antigo regimen, senão os da própria nação". José Veríssimo, "Estudos Brasileiros", 2.ª série, Rio, 1894, pg. 257.

(3) — "e entendendo logo, que era o sitio mais accomodado para fundar uma Povoação, que tambem servisse de baliza aos Dominios das duas Corôas", Berredo, "Annaes Históricos". 3.ª edc. Florença, 1905, pg. 283.



depois de Pombal, voltáramos "ao lento prosperar de colônia simplesmente contribuinte". (4).

Portugal realizou na Amazônia uma obra gigantesca. À sua feição.

Donde ter sido, talvez, a mais portuguêsa de suas dependências na América.

Sertanistas e missionários, autoridades civis e militares, embora indispostas entre si, mas obedecendo a Pedro da Costa Favella por determinações ou sob a autorização de Lisboa, correram a bacia, caçando índios, aldeando índios, brigando com índios, reconhecendo lagos, rios, igarapés, serras, galgando cachoeiras, caçando, pescando, criando gado, lavrando a terra, colhendo os produtos nativos, as famosas "drogas" do sertão, em treze décadas, quantas medeiam entre 1616 e 1750, data do Tratado de Madri, que marcou as fronteiras de Portugal no vale. Criaram, sob a vigilância, os cuidados dos governadores, a Amazônia Colonial quase na extensão que hoje ostenta. (5).

Lutando contra o meio geográfico, contra o clima, contra a gente nativa que não se deixou dominar com facilidade e resistiu a flechadas vingadoras, batalhando contra os concorrentes espanhóis e franceses, os agentes de Portugal criaram a Amazônia.

Em meio a uma agitação política uma rêde de fortificações garantiu essa ocupação, tirando-lhe o aspecto de povo manso, pacífico, para dar-lhe caráter bélico e social permanente, que aqui caracterizou as horas coloniais. Com a fundação de Belém, em 1616, começara a vida política da região, que integrava a Capitania do Maranhão, com sede em São Luís. Até 1621, permaneceu sob a jurisdição do Estado do Brasil. A proximidade de Lisboa, os ventos fortes que empurravam as embarcações a vela no rumo do Reino, dificultando as comunicações com Pernam-

(4) — Arthur Vianna, "Noticia historica" em "O Pará em 1900", Belém, 1900, pgs. 219-220.

(5) — "Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinario do que a conquista do Amazonas". Joaquim Nabuco, "O Direito do Brasil", Primeira Memoria, Paris, 1903, pg. 27.

buco e Bahia, a impossibilidade do Governador do Brasil, atender, pela extensão dos territórios que tinha sob administração, aquela zona equatorial, tudo examinado, entendido na Côrte, pelo Conselho Ultramarino, provocou o ato régio de 13 de junho de 1621, que criou o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com vida inteiramente autônoma, subordinado diretamente a Lisboa. (6).

A Amazônia contava-se nesse trecho da América Portuguêsa. A sede da governança geral ficando em São Luís, em Belém assistia apenas um capitão-mor. Em 1652, essa sujeição ao Maranhão era extinta por um Rescrito de 23 de fevereiro, que dava autonomia ao Grão-Pará, mas em 1655, pelo Rescrito de 25 de agôsto de 1654 voltava a situação anterior. Em 1777, pelo Decreto Régio de 20 de agôsto, alterava-se, mais uma vez, a unidade administrativa para dar-se à Amazônia uma inteira independência, sob o nome do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, alargando-se do Atlântico ao Javari, às Guianas, e compreendendo a Capitania de São José do Rio Negro que lhe era subordinada e fôra criada em 1757. Outras capitanias menores concedidas sob forma capitalista pessoal, como no tempo dos donatários, não tiveram vida longa, regressando ao patrimônio do Estado Português.

No concernente à Igreja, a vigararia geral de Belém, subordinada ao bispado do Maranhão, êste criado em 1677, desaparecia em 1724, transformada no bispado criado pela bula de 4 de março de 1719, compreendendo, de 1755 em diante, a vigararia geral do Rio Negro, portanto a Amazônia integral. (7).

A Amazônia constituía-se um mundo diverso, inteiramente diverso do restante do Brasil, "pelos seus aspectos geográficos,

(6) — Sôbre essa bipartição governativa, que seria tronco das manifestas tendências federalistas do Brasil, Alfredo Valladão escreveu no ensaio "Da Abdicação á maioridade", Rio, 1934, pgs. 235-237.

(7) — Sôbre a evolução religiosa da Amazônia, ler D. Francisco de Paula e Silva, "Apontamentos para a Historia Eclesiastica do Maranhão", Bahia, 1922; Almeida Pinto, "O Bispado do Pará", in Annaes da B. e Archivo Público do Pará, vol. V, Belém, 1906.



distinto pelas várias feições da sua natureza, em mais trato com o Reino que com a colônia irmã do sul", diverso por suas condições econômicas, "por completo desligado de interêsses e obrigações do Estado do Brasil, com administração e legislação especial, inteiramente dêle independente na esfera civil e religiosa". (8).

A sua história seria "uma história, senão diversa — pelo menos independente da do Brasil". (9).

No tocante à revolução política, caracterizou-se, dissemos atrás, por uma turbulência permanente. Moradores, autoridades civis e militares e missionários viveram durante um século em luta acesa a propósito da escravização dos índios. "Ao redor dêste fato principal agrupam-se outros, causas e efeitos dêles, que, ou o explicam, ou o definem, ou o completam, como sejam a luta com os jesuítas, as questões da supremacia do Maranhão, a desmoralização do princípio da autoridade, como natural conseqüência das ditas com os governadores, as disposições dêstes por motivos populares ou militares, políticos como hoje diríamos, nunca como porventura mereceram, convenientemente punidos pelo poder central sempre contente, contanto que lhe mandassem a importância dos direitos e dízimos". Daí a afirmação do historiador que temos seguido, de que "o período colonial foi aqui quase um contínuo motim". (10).

A questão dos índios, fundamental, agitou a região, provocando atitudes de fôrça dos moradores, que se julgavam contrariados nos seus interêsses econômicos pela interferência dos missionários, jesuítas principalmente, êstes pugnando bravamente pela liberdade dos nativos que aquêles queriam para misteres domésticos e serviços agrícolas. Foi, podemos dizer, seguramente, a mais séria das questões coloniais.

(8) — José Veríssimo, "Estudos Brasileiros", pg. 258.

(9) — José Veríssimo, obr. cit., pg. 255.

(10) — José Veríssimo, "Estudos Brasileiros", 1.ª série, Belém, 1889, pgs. 206 e 208.

Uma legislação abundante de bulas papais, de cartas régias, de pareceres e decisões do Conselho Ultramarino, de votos e de autos de câmaras, de ordens governamentais, de deliberações de Juntas e Missões a que é preciso juntar a papelada volumosa das representações, dos protestos, das devassas, de razões de advogados, de apelações e agravos, alterando, estabelecendo confusão, ou interpretações cavilosas, achicanadas, anárquicas, procurou regular a situação do ameríndio e impor ordem à colônia. Tudo inútil. O nativo não escapou à escravização. O desassossêgo permaneceu. Havia sempre um meio de fugir ao cumprimento dos dispositivos que asseguravam ao legítimo dono da terra o direito de viver livre. (11).

Sob o Marquês de Pombal, já quando pesava sôbre os catequistas, principalmente sôbre os jesuítas, a acusação de se terem transformado em escravizadores do gentio, donde uma feição nova na disputa, porque assim todos alimentavam propósitos indefensáveis, registrou-se a tentativa mais enérgica. Desta vez, o governante encarregado de executar as medidas libertárias, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tinha pulso bastante. Era irmão de Pombal. Vinha cheio de poderes e de garantias. Demais, de gênio irritadiço, voluntarioso, não se arreceiava de atos violentos quando sentia a autoridade periclitante. Deu golpes

(11) — João Lúcio de Azevedo, "Os Jesuitas no Grão-Pará", Lisboa, 1901; J. Lúcio de Azevedo, "Estudos de História Paraense", Belém, 1893; Arthur Vianna, "Notícia Histórica"; José Veríssimo, "Estudos Brasileiros", 1.ª série; Berredo, "Annaes Historicos do Maranhão", 3.ª ed., Florença, 1905; Santa Rosa, "História Política", em "Diccionario H. G. Brasileiro", Rio, 1922, vol. II; João Francisco Lisboa, "Obras completas", Lisboa, 1901, vol. II; Braga Ribeiro, "História do Pará", São Paulo Capistrano de Abreu, "Capítulos de História Colonial", Rio, 1928; Barão de Guajará, "História Colonial do Pará", em "Revista da Sociedade de Estudos Paraenses", Belém, 1895, tomo II; Baena, "Compêndio das Eras do Pará", Belém, 1838; Filippe de Bettendorf, "Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", Revista do I. H. Brasileiro, vol. 72, Rio, 1910; José de Moraes, "História da Companhia de Jesus da Província do Maranhão e Pará", Rio; Araujo e Amazonas, "Diccionario topographico, historico e descriptivo da comarca do Alto Amazonas", Recife, 1852; Mello Moraes, "História dos Jesuítas", Rio, 1872.







fundos nos costumes da colônia. Arremeteu contra os moradores, contra as Ordens Religiosas. E venceu. Os moradores aquietaram-se. As Ordens também. A Companhia de Jesus, a mais fogosa, a mais cheia de ardor, teve de ceder. A luta, de ferro a fogo, não esteve desigual. Porque os contendores eram ambos valentes e prestigiosos. (12).

O bugre, pela legislação que se criou, ao influxo de tendências, de ideologia singularmente fantasiosa, passou a uma situação que não podia produzir os resultados sonhados. Deu-se-lhe função pública, nas vilas onde devia ser vereador. Incapaz, por efeito de educação e de alimentação, estragado ao contacto do ádvena branco, que o arruinou física e moralmente, pelo álcool, pelos vícios em que o lançou, pelos males do corpo de que o contaminou, o bugre tinha de fracassar, como fracassou. O regime fôra construído sob alicerces de areia. Desabou o edifício suntuoso do Diretório, pelo qual Mendonça Furtado imaginara o ingresso apressado do íncola na vida da civilização do Ocidente. O gentio continuou a ser escravizado. A legislação, anarquizadora e absurda, continuou a ser decretada do Reino.

Um Ouvidor da Comarca do Rio Negro, Antônio José Pestana da Silva, por 1770, pintava, a côres negras, a sorte do infeliz tapuio, explorado no seu trabalho. (13). Governadores da Capitania de São José do Rio Negro e Capitães-Generais do Grão-Pará deram exemplos, tristes exemplos, negociando o braço do ameríndio, impondo-lhe, contra a lei, a escravização. Ainda em 1798, a 12 de maio, de Portugal se legislava sôbre o assunto. Sempre, porém, inútil.

É momento, aliás, de contestar a afirmação fácil, de que o índio da Amazônia se deixou agarrar sem uma reação. Desde o advento dos portuguêses, que êle lutou. Os sertanistas, enviados contra êles, em verdadeiras expedições de guerra não tiveram as

(12) — Autores e obras citadas.

(13) — "Representação sôbre os meios de dirigir o govêrno temporal dos índios", divulgado por Mello Moraes na sua "História dos Jesuítas", vol. II, Rio, 1872.

facilidades que se imagina na caça que lhe deram. Não há negar que houve grupos mansos, que se acomodaram com os brancos. No Madeira, no Urubu, no Solimões, no Tocantins, nos Autazes, no Negro, no Branco, noutras várias artérias, Muras, Mundurucus, Torás, Manáo, Jumas, Maiapemas, resistiram com impetuosidade. Maués e Mundurucus na Capitania do Rio Negro, obrigaram os moradores a constantes apreensões e a providências continuadas das autoridades que só em 1785 e 1795, respectivamente, os Manaos, Ajuricaba, João Paes do Amaral e Belchior Mendes de Moraes, puderam trazê-los à paz. (14).

Com relação à turbulência a que nos referimos, depois de Pombal é certo que o entusiasmo desordenado, aquela nervosidade dos moradores quase que desapareceu. Note-se logo, porém, que no tocante à questão dos índios, a agitação continuou sob outros aspectos. Entre autoridades civis, militares e judiciárias, entre os vários grupos que formavam a sociedade, registraram-se incidentes que perturbavam a ordem no vale. Entre os vários grupos sociais, pela separação em que viviam também. A nobreza, constituída pelos moradores mais velhos e seus descendentes, exigindo ascendências, favores, atenções, menosprezava as demais, a que não permitia mesmo o ingresso nas fileiras das milícias.

Recrutado um moço da nobreza, os protestos choviam, arrogantes, perante o Capitão-General ou diretamente para o

(14) — Oliveira Vianna e outros autores têm feito a afirmativa, que bem se pode verificar infundada, à leitura dos autores que venho citando. Em artigo no "Jornal do Comércio", de Manaus, contestei aquêles pronunciamentos. Já, porém, o sr. Araujo Lima, escreve em seu grande livro sôbre "Amazônia, a Terra e o Homem": "A penetração do Alto Amazonas assignala-se entretanto: resistência do índio e crueldade do branco; isto é, resistência do amerindio a caça que lhe dava o branco e crueldade do português, para escravizar o índio. Implantava-se a escravidão e o tráfego: O índio, objecto da cobiça e da crueldade, era antes de tudo uma mercadoria. Ahi talvez a origem da ferocidade dos indígenas. Ainda hoje subsistem as consequencias do facto. Os indios são ferozes porque se mantêm sempre na defensiva. Guardam dentro do ser, latente, uma reação de defesa contra os golpes que sempre esperam dos civilizados".



Reino, subiam à presença do Soberano. E a decisão era sempre favorável ao impetrante. Os privilégios observavam-se ainda aos moradores de certos centros urbanos — Belém, Vigia, Barcelos, que tinham sido igualados aos cidadãos do Pôrto. Em conseqüência, não podiam ter os bens penhorados, não podiam ser prêsos, não podiam ser levados a guerra, o que se estendia a quantos lhes estivessem sob as ordens, sendo considerados, para efeito de liberdades, aos "Infanções e ricos homens". Ai de quem se atrevesse a lutar contra cidadãos tão conspícuos !

Outro motivo de constantes vexames, que criava um ambiente pesado, era o recrutamento, a que de quando em vez se procedia no interior do Estado, violentando as populações. Em 1820, um governador do rio Negro, Manuel Joaquim do Paço, num abuso que não teve corretivo, impôs o recrutamento em menores de doze a quinze anos. E para cúmulo do escândalo, dispensou os que lhe pagaram quantias de oitenta e duzentos mil réis, que não davam entrada nos cofres públicos porque lhe ficavam nos bolsos para os vícios da embriaguez e incontinência. (15).

O próprio clero regular não esteve fora de culpa no quadro de indisciplina, que constituiu grosso capítulo da história da Amazônia Colonial, rivalizando com os missionários, em destaque os Inacianos, até bispos, como Frei Miguel de Bulhões, se desmandaram. Êsse, para exemplo, foi um exaltado na campanha contra a Companhia de Jesus. Até prelados e superiores de ordem rixaram a propósito da interferência daqueles em negócios eclesiásticos dêstes, que se recusavam a render-lhes obediência, dando um doloroso exemplo à coletividade. (16).

A política dos Capitães-Generais do Estado e dos governadores do rio Negro, por outro lado, teve aspectos de contristar.

(15) — André Fernandes de Sousa, "Notícias Geographicas do Rio Negro", Revista do I. H. Brasileiro, vol. 10, pag. 480, Rio, 1870.

(16) — João Lúcio de Azevedo, "Os Jesuítas no Grão-Pará", pg. 147, Lisboa, 1901; Baena, "Compêndio das Eras".

No rio Negro, o governador Joaquim Tinoco Valente não conhecia escrúpulos em negociatas que lhe rendessem gordos proventos metálicos. O governador Victório da Costa teve o seu período assinalado pelas intrujices e espertezas dos genros, pelas violências de seus delegados no interior, motivando manifestações coletivas das vilas. O governador Joaquim do Paço, atrás referido, desmanchou a boa impressão de algumas medidas apreciáveis com a série de desconcertos que praticou. (17).

No Grão-Pará, os Capitães-Generais, excederam-se, muitas vêzes, em arbitrariedades lamentáveis. O Conde de Vila Flor, que encerrou o ciclo dos Capitães-Generais, tendo realizado um largo programa de atividades benéficas, incidiu, como os outros, no êrro das violências. Houve até mesmo escândalo, com eco na Côrte, e em Lisboa. (18).

A Junta Governativa, que lhe sucedeu, provocou verdadeiro clamor público. A Junta que lhe antecedera, não deveu favores a outra, no tocante aos desatinos por que se assinalou. (19).

As Câmaras Municipais, desde os primeiros tempos, alargando o âmbito de sua jurisdição, intervieram em tudo. Se houve momentos em que encarnaram realmente o espírito angustiado

(17) — André Fernandes, "Notícias Geographicas", Revista vol. 10, pgs. 474, 481. Rio, 1870. Arthur Cézar Ferreira Reis, "História do Amazonas", pgs. 141-144. Manaus, 1931.

(18) — Vila Flor foi um governante ativo, que deixou traços impressivos de sua passagem na Amazônia. Chamava-se Antônio José de Sousa Manuel de Menezes. Era, porém, de gênio irritadiço. Não admitia contraditas à sua vontade. Fazendo prender o comerciante Manuel da Costa, foi agredido pelas colunas do "Portuguez Constitucional". Defendendo-se nas publicações: "Refutação ao artigo inserido no "Portuguez Constitucional", de 24 de outubro de 1820, número 28, contendo a narração dos fatos praticados com Manuel da Costa na cidade do Pará. Rio de Janeiro, na Tip. Régia. 1821" e "Manifesto que ao respeitável público faz o Conde d'Avilla Flor sôbre o processo e condenação de Manuel da Costa, do Pará, sôbre os aleives e calúnia: que o dito Costa tem espalhado. Lisboa, Impr. de João Nunes Esteves, 1822".

(19) — Baena, "Compêndio das Eras", pgs. 469 e 517; Palma Muniz, "Adhesão do Grão-Pará à independência", Revista do I. H. G. do Pará, vol. IV, 1922, pg. 5.



dos colonos, sequiosos de justiça, noutros se constituíram elemento perturbador, tremendamente perturbador. (20).

As partidas de demarcações de limites, recrutando a indiada, preferindo para os seus trabalhos a produção da colônia, com preterição em tudo aos direitos dos colonos; os pesqueiros reais, também exigindo a presença de um sem número de nativos, tirados às tarefas dos moradores; as arbitrariedades praticadas pelos comandantes militares das vilas, julgando-se senhores de baraço e cutelo; o arbítrio dos diretores de povoações, geralmente voltados para negociatas clamorosas; tudo contribuiu para o quadro tumultoso que observamos, no decorrer da era colonial. Verdadeiro "estado de insubordinação e desrespeito às leis", escreveu um historiador que balanceou a vida colonial com isenção e à luz da mais abundante documentação. (21).

Êsse espírito de anarquia, que "nasceu, assim por dizer, com a colônia", não impediu, porém, note-se bem, o surto de atividades progressistas que assinalou o domínio português na Amazônia e a que nos referimos no início dêste capítulo. Êsse surto de benefícios, de civilização, que Portugal implantou no Estado todo e de que são indícios expressivos o esplendor das eras dos Mello e Póvoas, Lôbo d'Almada, Pereira Caldas e Ribeiro de Sampaio, na Capitania do Rio Negro, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Mello e Castro, Narciso de Magalhães e Sousa Coutinho, no Grão-Pará, pròpriamente dito, não cabe referi-lo aqui em detalhes. Foi uma esplêndida realidade através da qual Portugal lançou, no vale, as bases de um Estado Português. Estado que se bateu por Portugal nas lutas contra espanhóis e franceses, no Javari, no Solimões, no rio Negro, nas Guianas. Estado que alargaria as próprias fronteiras, no norte,

(20) — João Francisco Lisboa, "Obras completas", vol. 2, Lisboa, vol. II, pg. 50; João Lucio de Azevedo, "Os Jesuítas no Grão-Pará", pg. 144.

(21) — João Lúcio de Azevedo, obr. cit. pg. 146. Todo o capítulo VI, intitulado "O organismo colonial", dêsse livro admirável, deve ser lido, que vale por um quadro magnífico do estado d'alma da Amazônia nos dias do domínio português.

na incorporação de Caiena. Estado que vivia na cogitação de Portugal, como se viu no tempo de Pombal, quando se julgou, pelo grandioso do que se realizava aqui, projetada a vinda da família real de Lisboa para a Amazônia; como se viu depois, na idéia de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, estadista que tinha uma visão sólida das realidades fisiográficas e humanas do Brasil, sôbre a transformação da Capitania do Grão-Pará num Vice-Reinado; no projeto, que circulou nas Côrtes Constitucionais de Lisboa, em 1822, de se fazer da Amazônia um Portugal Ultramarino, subordinado diretamente a Lisboa, administrado por uma Regência; nas instruções que o Conde dos Arcos recebeu do príncipe D. João para dar felicidade aos povos e promover a grandeza da região confiada ao seu govêrno; na série de atos, finalmente, tendentes, todos, a criar na Amazônia uma Nação Portuguêsa, como aquela denominação lusitana de vilas e povoados, em substituição aos nomes na linguagem dos nativos.

A Amazônia, nos começos de XIX, oferecia "um aspecto de Nação que se organizava, sob os próprios influxos da colonização portuguêsa". (22). Mas aos últimos clarões da dominação lusa, absolutista, monopolizando para os filhos do Reino os cargos públicos, como que um sôpro da anarquia que campeara lhe predispunha a sociedade para os tumultos da independência e do primeiro império. Era a tradição, que permanecia viva, agitando os espíritos para a eclosão da Cabanagem.

---

(22) — Paulo Eleutherio, "Portugal na Amazônia", tese oferecida ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, na Assembléia Inaugural, em 1933.



# 7.

## ASPECTOS DA FORMAÇÃO ÉTNICA E ECONÔMICA

25.3.67

AS POPULAÇÕES da Amazônia, no período colonial, foram constituídas pelos mesmos elementos que entraram na composição da sociedade das outras regiões brasileiras : o branco, representado no português e seus descendentes; o nativo, das variadas famílias ameríndias que se distribuíam ao longo do Amazonas e afluentes; o negro, trazido da África ou já nascido na América; e o mestiço, mameluco principalmente. (1)

Holandeses, franceses e inglêses, que precederam os portuguêses na ocupação, em passagem rápida, contacto insignificante, todo de caráter comercial, com o nativo, nenhum vestígio étnico deixaram ficar.

Os portuguêses, nos primeiros tempos, não se contaram em porção elevada. Pelas posições oficiais, como autoridades civis e militares, dispunham, porém, de preponderância natural, que mantiveram firmemente, pelos dois séculos adiante. Com Francisco Caldeira de Castelo Branco, encontramos os primeiros. A expedição da conquista do Pará era de 200 homens, dos quais 150 soldados, dêsses devendo descontar-se os mamelucos pernambucanos que compunham a coluna. Reduzidos, portanto, a talvez uma centena, apenas.

---

(1) — IGNÁCIO MANSO, "Ethnographia histórica", em "Dicionário H. G. e P. do Brasil", vol. II, Rio, 1922, pg. 128;
JOSÉ VERÍSSIMO, "Ethnographia em geral", in checit, pg. 129;
ARAÚJO LIMA, "Amazônia — A Terra e o Homem", Rio, 1932; JOSÉ VERÍSSIMO, 'As populações indígenas e mestiças da Amazônia" in "Scenas da vida amazônica", Lisboa, 1886.

Organizada a Capitania, não demorou a chegada de outros colonos brancos, sôbre que não há, contudo, notícias detalhadas. Em Madri, grande a preocupação com as coisas da Amazônia, dominava o pensamento de povoá-la com casais das ilhas dos Açores, sôbre que, logo em 1617, houve diligências oficiais. (2)

Em 1620 e 1621, remetidos para o Maranhão, de onde muitos passaram a Belém, desembarcaram em São Luís mais de duas centenas dessas famílias. (3) Em 1667, veio nôvo contingente, ainda para o Maranhão (4). Segundo Accioly, (5) tais levas de imigrantes não se elevaram a mais de setecentas pessoas. E o que passou ao Pará, deve ter sido em número insignificante.

Em 1676, a 7 de janeiro, Belém recebeu, diretamente, a primeira partida : — cincoenta casais, com 234 "pessoas de ambos os sexos", "fugindo à desgraça em que os lançara uma erupção vulcânica do Fayal". (6)

Não seriam êsses os únicos colonos expedidos para a Amazônia, sôbre cujas excelências se afirmavam, no Reino, exageros tentadores. (7) Embora os historiadores não lhes façam referências ou neguem a existência de contribuição volumosa, em massa, ou ainda, noticiem confusamente, erradamente mesmo,

---

(2) — Correspondência de Philippe III com D. Luís de Sousa, Governador Geral do Brasil. Carta de 18 de julho de 1617 in "Armas do Museu Paulista", tomo IV, S. Paulo, 1927, pg. 42.

(3) — BERREDO, "Annuais Históricos do Estado do Maranhão", I, 3.ª ed., Florença, 1905, pgs. 191 e 193.

(4) — ACCIOLY' "Chorographia Paraense", Bahia, 1833, pag. 73.

(5) — Ob. cit., pg. 73.

(6) — BAENA, "Compêndio das Eras", pg. 140; BERREDO, "Anuais", II, pg. 219.

(7) — MAURÍCIO DE HERIARTE, por exemplo, em 1662, na pitoresca "Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Gurupá e Rio das Amazonas", exaltou as excelências da Amazônia, que lhe pareceu um paraíso de riquezas e aventuras; ver também João Lúcio de Azevedo, "Os Jesuítas no Grão Pará", pg. 131.



a respeito, acreditando na existência de uma corrente de alentejanos, que se teriam localizado em verdadeiras colônias. (8)

O govêrno português, interessado na ocupação permanente do extremo-norte, que fronteirava com as colônias de Espanha, de Holanda e de França, poderosas nações que não lhe mostravam amizade sincera, as duas últimas evidentemente desejosas de alargar, ao sul das Guianas, os seus territórios, seguiu uma hábil política, fazendo transferir, para cá, os açoritas que eram expelidos de suas ilhas pela violência dos tremores de terra.

Imigrantes de louvados merecimentos, nominavam-os de ilhéus, açoritas, casais, angicos. Transportados por contratadores, que se obrigavam a atendê-los confortàvelmente durante a viagem e a deixá-los em Belém, ali o govêrno local lhes dava o destino conveniente nas colônias que iam sendo organizadas.

Sob Mendonça Furtado, o Pará assistiu ao desembarque de várias centenas de ilhéus. Só um "navio de casais", em 1752, trouxe quatrocentas e trinta pessoas. (9) Nos governos posteriores, de Manoel Bernardo de Mello e Castro e Athayde Teive, prosseguiu a entrada. (10) Alojados em Belém, em breve seguiam para o interior. Em 1753 e 1754, Mendonça Furtado situou-os

---

(8) — OLIVEIRA MARTINS, seguido por Oliveira Viana e Basílio de Magalhães, em "O Brasil e as colônias portuguêsas", fêz a afirmativa, impressionado com os topônimos portuguêses do vale amazônico, todos da região alentejana. Pela carta de 13 de junho de 1757, de Mendonça Furtado para a Metrópole, sabe-se que êsses topônimos foram tirados das terras pertencentes à casa reinante em Portugal, justamente no Alentejo. Não precederam, portanto, de uma fonte de concentração de filhos daquela região do reino neste trecho da América.

(9) — Carta de Mendonça Furtado para a Metrópole, datada de 13 de novembro de 1752, in "Armas da B.A.P. do Pará", vol. II, pg. 4, Belém, 1902.

(10) — Correspondência dêsses governadores e de Mendonça para a Metrópole, in "Anaes" cit., vols. 3, 4.

em Macapá, Bragança e Ourém, onde se lançaram à agricultura, com esplêndidos resultados imediatos. (11)

À Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, também aportaram alguns dêles, ao tempo dos trabalhos da demarcação de fronteiras com os territórios de Espanha, sendo empregados nos pesqueiros do Rio Branco e em outros pequenos misteres.

Em 1770, era a vez de 340 famílias de portuguêses, de Mazagão, na África, que aportavam à Amazônia, forçadas por graves sucessos políticos e militares. Cento e sessenta e três foram estabelecer-se à margem do rio Mutuacá, na vila de Nova Mazagão, fundada pelo Governador Athayde Teive, por ordem de Lisboa. As demais, instalaram-se em Belém, Macapá e Vila Viçosa da Madre de Deus. (12)

Não se reduziria a êsse o elemento branco. Engrossava-o a contribuição permanente que os "navios da frota" transportavam, constante de militares, de autoridades, de soldados, de artífices, a que se deve juntar degredados e os cidadãos que vinham seduzidos pelas emprêsas mercantis e aqui ou as empreendiam ou as abandonavam pela lavoura. Em 1752, dois regimentos reinóis recebiam alojamento em Belém. Vinham para as operações de demarcações das fronteiras com os territórios do império colonial espanhol. Posteriormente, outro regimento, o famoso Regimento de Extremós, acantonara também na capital paraense.

Minhotos, vianenses em sua maioria, os lavradores abandonavam o Reino em direção à Amazônia, em tal quantidade, que ante o alarme, pelo despovoamento que se observava lá, a me-

(11) — Correspondência cit., "Anaes", vols. 2, pgs. 9 e 52, 3, pgs. 194 e 219 e 4, pg. 161; PALMA MUNIZ, "Limites Municipais do Estado do Pará", in "Anaes" cit., vol. 9, pgs. 342 e 601.

(12) — PALMA MUNIZ, "Limites", pg. 403; BAENA, "Breve Descripção da Villa de Mazagão", in "Anaes", vol. 9, pg. 330; MANOEL BARATA, "Ephemerides Paraenses", in Revista do I.H.G. Brasileiro, vol. 144, pgs. 13 e 107.



trópole determinou providências rigorosas para coibir a emigração. (13)

Por volta de 1786, na Capitania de São José do Rio Negro, o elemento português era oriundo "de tôdas as seis províncias de Portugal". (14) Inclusive do Alentejo. E num total de 6.642 indivíduos, que a povoavam, contavam-se 635 livres, o que significava branco ou seu descendente.

A população da Capitania, em 1697, tinha sido acrescida de uma contribuição exótica e desprezível : ciganos e degredados, mandados de Portugal para o presídio e colônia do Crato, no rio Madeira. Dizimados pelas febres de mal caráter, que os forçara a deixar a bôca do Jamari, primeiro sítio ocupado, os que escaparam, afrontando os rigores da selva, atingiram o Purus, por terra, desceram-no, dispersando-se em seguida. (15) Prendendo à terra o europeu, as concessões de sesmarias se multiplicavam. Os povoadores distribuíram-se, assim, por mundo imenso, dispersando-se talvez imprudentemente.

A indiada, segundo elemento étnico, o mais numeroso ontem como hoje, o que mais ainda caracteriza a feição humana da região, caracterizada na massa numérica, nos usos, nos costumes, na linguagem, na alimentação, nos mais variados aspectos de manifestação cultural, espalhava-se por todos os cantos da bacia, em maioria pertencendo ao grupo tupi-guarani. Foi a Amazônia, assim, o seu grande campo de ocupação. (16)

(13) — JOÃO FRANCISCO LISBOA, "Apontamentos para a História do Maranhão", obras completas, vol. 2, pg. 60; JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, "Os Jesuítas no Grão-Pará", pgs. 131 a 132.

(14) — Alexandre Rodrigues Ferreira, "Diário da Viagem Philosophica", Revista do I. H. G. Brasileiro, tomo II, pg. 24, Rio, 18.

(15) — Cônego ANDRÉ FERNANDES DE SOUSA, "Notícias Geographicas da Capitania do Rio Negro", in Revista do I. H. G. Brasileiro, tomo 7, pg. 427, Rio, 1848.

(16) — Ainda nos nossos dias, a Amazônia agasalha a maior reserva indígena do Brasil, sem que haja um cômputo exato dessa população, que vai sendo chamada ao regaço da civilização pelas missões religiosas.

Indígena

Caçada pelas tropas de resgate, que lhe não davam tréguas, defendida pelos catequistas, aos quais tributou especial estima e respeito, nunca pôde ser alvo de um cômputo real. Ao tempo do governador Vaz de Siqueira, era preciso, escreve um historiador, ir buscá-la no mais denso das selvas. É que fugia da proximidade do branco, que a perseguia atrozmente. Mesmo assim, no alto Amazonas, Araújo e Amazonas, em 1840, ainda conseguiu identificar mais de duzentas tribos, algumas em quase total desaparecimento, mas que contribuíam, para os núcleos urbanos, com 23.339 indivíduos : para 3.454 brancos, 10.871 mamelucos, 1.980 mestiços e 940 escravos negros.

De constituição débil, sofreu terrível destruição causada pelas pestes de bexiga, que constantemente assaltavam a Amazônia. De índole singular, pesou-lhe a acusação de raça vadia, incapaz, de uma docilidade irritante e aviltante, embora recusasse, terminantemente, atender aos serviços de lavoura a que a queriam forçar, para preferir a caça e a pesca, esta principalmente, onde podia exibir agilidade, afoiteza, sagacidade.

De seu grau de civilização, ofereceu preciosos índices nas peças dos oleiros do Marajó, do Baixo Amazonas e do Alto Amazonas, nos trabalhos, a pena de pássaro, a côres, no aproveitamento do leite da seringueira, em várias outras atividades, que lhes revelam o engenho e estão a exigir um retrato minucioso, sincero.

Vivendo ao contacto horário com o mundo de águas do Rio-Rei e seus afluentes, o índio amazônico foi canoeiro exímio, pescador sem rival. Se dos Cambebas, no Alto Solimões, se disse que eram os .Fenícios da América. . . Vivendo em ambiente botânico assombrosamente rico, conheceu-lhe os segrêdos, aproveitando-o na alimentação, na medicina, nos artefatos de sua indústria rudimentar.

Aparentemente brando, não era despido de qualidades guerreiras : teve ímpetos de belicosidade notável, de que Ajuricaba, com os Manáos e Maiapemas, no vale do rio Negro, valeu como



o mais notável modêlo; de que os Mundurucus, os Muras, gentio de corso, como lhes denominam os portuguêses, os Torás, os Nheengaíbas, foram esplêndidas demonstrações, na bravura com que acometeram, durante mais de um século, o ádvena branco. As expedições militares, como as de Pedro da Costa Favella, Hilário de Sousa, Barros Guerra, Pedro Teixeira, Belchior Mendes, Paes do Amaral, Moraes Lôbo, Pinto da Gaya, Rodrigues Santarém, sofreram, por vêzes, reveses sérios, de que se vingaram numa carnificina brutal. Costa Favella, no Urubu, imolou 700 nativos e incendiou 300 malocas. Belchior Mendes de Moraes, no Alto rio Negro, "deixou mortos 20.800 índios com grande crédito das armas de V. Majestade", escrevia à Côrte, em 1731, o governador Sousa Freire.

O índio do vale não foi conseqüentemente, manso e pacífico ocupador da região, recebendo em verdadeiro sinal de fraternidade o estrangeiro branco, como se tem infundadamente afirmado. Agressivos os Mundurucus, os Muras, espertos, velhacos, os Maués, que ludibriavam os próprios chatins no comércio do guaraná, cozinhando os frutos para o fim de lhe não fazerem a cultura fora do **habitat**, aventureiros os Camutás, bravíssimos, ainda, os Neengalhas, a gentilidade amazônica, por outro lado, revelou-se sob traços psicológicos, lingüísticos, etnográficos, e muito possìvelmente antropológicos, impressionantemente divergentes de grupo a grupo.

O negro, terceiro elemento, foi o menos numeroso. Veio da África ou de outras capitanias do Brasil. A provisão de 1.º de abril de 1680 ordenou uma introdução anual de pretos da Guiné, por conta da Fazenda Real.

A Companhia de Comércio do Maranhão trouxe as primeiras levas entre 1682 e 1685. A Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão "nos vinte e dois anos de sua existência", 12.587 indivíduos. "Depois da extinção da Companhia (1778)

até o ano de 1782, foram importados 7.606 escravos africanos". (17). Cacheu e Bisnau foram os dois pontos de embarque, na África mais ligados ao Pará nesse comércio odioso.

A princípio, o braço negro estivera desprezado, pelas facilidades de alcançar o braço do bugre. Depois "da lei de 6 de junho de 1755, que aboliu por completo a escravidão dos índios", a procura de negro se registrou com bastante animação.

Outros motivos dessa contribuição mirrada vamos verificar na insignificância da lavoura, que dispensou aquêles braços, na pobreza dos moradores, que não dispunham de capitais bastantes para a aquisição, e na remessa, por ordem superior, de constantes partidas para Mato Grosso.

"Peça d'África", "ébano", "tapuiano" eram os nomes por que o conheciam, êste último na linguagem do nativo amazônico. De sua passagem, em conseqüência, pouco ficaria.

Brancos e negros não cruzaram a valer, na Amazônia. Uma legislação severa proibia o conúbio, taxando de infames os brancos que dêles participavam. Índios e negros não cruzaram também a larga, que os índios jamais tiveram simpatia por êles, julgando-os inferiores, o que foi um bem, mais tarde, na Cabanagem, levando êstes a permanecerem, na sua grande maioria, ao lado dos senhores. Brancos e índios, ao contrário, cruzaram intensamente. O alvará de 4 de abril de 1755 e instruções posteriores, mandavam preferir para os cargos públicos os que casassem com mulher indígena. Por ordem de Mendonça Furtado, como incentivo maior, a fazenda real passou a fornecer aos que casassem com índia, "um machado, uma foice, uma enxada, uma peça de bretanha, um ferro de cova e sete varas de linhagem ou estôpa".

Os Governadores do rio Negro, os Capitães-Generais do Grão-Pará procuraram promover essas uniões, que fomentavam,

(17) — Cf. capítulo sôbre o negro na Amazônia, de nosso livro "Tempo e Vida na Amazônia".



com as baixas obtidas, por solicitação da Câmara de Barcelos, em 1783, para a soldadesca da guarnição que constituísse o lar com a filha da terra.

A preferência manifestava-se com relação à mulher, porque brancas não havia quase, a não ser as que já vinham com os esposos. Donde, antes da legislação do Reino, ter havido um comércio amoroso com as índias, principalmente no alto Solimões.

A família amazônica, que procedeu dessa mestiçagem oficializada, desenvolveu-se fartamente. O mameluco, dela resultante, foi chamado de caboclo. A princípio, em sentido pejorativo, aplicava-se a denominação ao português que se juntava à mulher indígena. O alvará régio de 4 de abril de 1755 puniu os que a empregassem. O têrmo passou depois ao mameluco e ficou.

Com o tapuio, grupo constituído pelo nativo que se relacionou com o branco e lhe seguiu modos de vida ou avançou ao encontro da civilização que êle trouxe, o caboclo formou a grande massa humana que ocupou as vilas, os povoados, as beiras dos rios e lagos e se atirou à agricultura, à pesca, à caça, aos trabalhos domésticos, à indústria extrativa, inclusive da hévea, de que seria o primeiro explorador.

Mantendo as características do índio, caboclos e tapuios apresentavam-se calmos, como que vencidos em meio à fartura de que a natureza os cerca dadivosa, "desconfiados, tímidos, retraídos". Supersticiosos, frios, de uma bravura "mansa e sombria". Fecundos, assombradamente fecundos, anormalizados por efeito de uma alimentação viciosa e de uma alcoolização impenitente, que assustou as próprias autoridades portuguêsas, obrigando-as a providências violentas, impressionaram etnógrafos, etnólogos, sociólogos, simples viajores, que se detiveram na observação dos tipos da Amazônia colonial.

Alexandre Rodrigues Ferreira, Ribeiro de Sampaio, Felippe de Bettendorf, José de Moraes, Frei Caetano Brandão, Frei João de São Joseph de Queiroz, nenhum pôde vê-los e situá-los em

realidade. Rodrigues Ferreira, o que mais pesquisou, na região, como naturalista e etnólogo, conceituou falsamente, nesse particular.

Esqueceram-se todos de ver ou não puderam ver, que havia naqueles homens uma capacidade de extrema resistência, que se observa até na reação "a acção selectiva do sangue aryano, na obra dos cruzamentos" embora conhecessem um "deficit nutritivo, orgânico, e também psychologico, cujo substractum physiologico é a miséria alimentar".

Esqueceram-se todos de ver ou não puderam ver, que havia naqueles homens um valor mental, um valor material, que estava vivo na percepção de tudo, no cumprimento fiel do quanto se lhe ordenava, na execução perfeita do que lhe ensinavam ou mesmo simplesmente viam fazer, no sentido bandeirante de cametaoara, na afoiteza do vigilengo, na exaltação do mundurucânio, no sentido artístico de suas produções industriais, no espírito cooperativo que todos exteriorizavam através do ajuri, conjunto de virtudes que, aproveitadas, teriam permitido uma direção melhor na evolução amazônica pela mais perfeita compreensão de sua humanidade.

Esqueceram-se todos de compreender em tôda sua realidade grave, que havia escondido, naqueles homens de natureza tão singela ao primeiro golpe de vista, um ódio terrível contra o ádvena, contra o branco que o explorava.

A sociedade colonial na Amazônia, fundada nesses elementos, viveu em permanente desarmonia : o branco, entre si, guerreando-se pela supremacia da nobreza; caboclos, tapuios e brancos, pela escravização a que êste reduziu aquêles; nativos e negros, pelo desprêzo que aquêles votavam a êstes.

Dos brancos, quando não ingressaram na burocracia, de parte o ilhéu, que se manteve trabalhador, embora fracassasse por efeito do nôvo ambiente, os que vieram por vontade própria, tentados por uma riqueza de que lhe falavam na Europa, os



degredados, ambiciosos, vorazes mesmo, forçados pelas circunstâncias a se reduzirem ao comércio nas vilas e povoados, à chatinagem como regatão, aos sítios agrícolas, às feitorias de produtos nativos, às "drogas do sertão", impedidos de regressar por via de uma legislação rigorosa, não se elevaram nas ações da vida pública e privada. Frei Caetano Brandão, Frei João de São José retrataram-nos, entre 1767 e 1787, as côres fortes, num tom amargo : "viviam no abismo dos vícios e particularmente da incontinência e da borracheira".

Frei Caetano Brandão, prelado virtuoso, em plena capital da Capitania do Rio Negro, em Barcelos, deparou com cenas de envergonhar. André Fernandes de Sousa, também sacerdote, com trinta e sete anos de atividades eclesiásticas na Amazônia, em princípios de XIX descreveu assim os que viviam na Capitania do Rio Negro : "São de ordinário da mais baixa ordem que há em Portugal que apenas desembarcaram, revestem não sei que sentimentos de elevação; não disse bem, ficam logo feridos do contágio geral do país, que é um espírito de dissolução, de preguiça e desmazêlo, que arruína tudo, não só pelo que respeita aos costumes, mas aos mesmos interêsses temporais : uma taberna, uma loja de fitas, andar de povoação em povoação vendendo, alguns, quinquilharias, é sua mais querida ocupação e daqui nasce o atolarem-se no abismo dos vícios; vícios que minam as bases da saúde e os fazem por fim odiosos aos olhos de Deus e dos homens".

Tapuios e caboclos, com tamanhos exemplos, arruinados também pela beberragem impenitente, escravizados sempre pelo ádvena, espoliados no apossamento violento de suas terras, onde o branco encontrou a fartar os produtos naturais que se negociavam a bom preço, dominados pelo ambiente farto, que os fêz desambiciosos, sem agasalho maior que o do tapiri, permaneceram condenados a um desprêzo irritante.

Exaltavam-se as qualidades do negro : "os prêtos são muito mais robustos e próprios para os trabalhos violentos do que os

índios, depois que adquirem a inteligência necessária para os executar". Para êles, não havia palavras de louvor.

A sociedade colonial da Amazônia, sem educação maior que a do tempo dos jesuítas, a do Seminário de Belém, datando êste de 1752, a das raras e quase inúteis escolas primárias, providas de professôres que pouco ou nada sabiam, a de uma aula de Filosofia, Retórica e Gramática Latina, em Belém, poucos frutos amadurecidos podia oferecer.

O índice cultural foi, por isso mesmo, sempre medíocre, animado aqui e ali por padres de pequenas letras. Exceção, aquelas figuras majestosas de Caetano Brandão, João de São Joseph, Manoel de Almeida Carvalho, Romualdo Antônio de Seixas e Romualdo de Sousa Coelho, cônego André Fernandes de Sousa, arcediago José Monteiro de Noronha, reverendo dr. José Maria Coelho, alguns militares como Monteiro Baena, João Henriques de Matos, Henrique João Wilkens, Lôbo d'Almada, os técnicos das comissões de limites com as colônias espanholas, o inventor João Francisco de Madureira Pará, poetas João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha e Henrique J. Wilkens, autor de "A Murhaida", poema heróico em seis cantos, traduzido em oitava rima portuguêsa por Cipriano Pereira Alho, vigário de Moura, historiadores Leonardo Ferreira Peres e José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade, professor João Baptista Gomes, naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira e Antônio Corrêa de Lacerda, ouvidor Ribeiro de Sampaio e poucos outros. E êsse punhado, note-se no decorrer de dois séculos ! E na sua quase totalidade de fora com o espírito formado nos centros de cultura da Europa. Advogados, não se conheceram notáveis. Os rábulas tinham o fôro nas mãos. Médicos eram os das guarnições militares. Êsses mesmos.

A língua portuguêsa só por volta de 1759 começara a ser propagada. Porque os nativos preferiam a língua geral, o nheengatu, de que se serviam, por isso, também, os ádvenas. Estropiado na prosódia, enriquecido no vocabulário, alterado levemente na sintaxe, o português dos documentos públicos regionais refletia um inteiro desrespeito aos cânones gramaticais, obedecendo às fórmulas da fala popular.



A classe sacerdotal, contando em seu seio crescido número de filhos da terra, compunha uma espécie de elite. Vilas, povoados, tinham quase todos o seu pároco, com quem se entendiam brancos, negros, tapuios e caboclos. O prestígio da batina, vindo de muito longe para os naturais, que recordavam a ação dos missionários, seus únicos amigos àqueles tempos, consolidava-se, dia a dia.

Nas visitações pela hinterlândia, Frei Caetano Brandão, Frei João de São Joseph, D. Miguel de Bulhões encontraram, sempre um ambiente acolhedor. A palavra do sacerdote, todos recebiam com fôrça de lei. Ambiente comum, aliás, a tôda a colônia de Portugal na América.

Os haveres particulares não se contavam grandes. A pobreza participava da fisionomia da sociedade. Um livro do tabelião de Barcelos, entre 1801 e 1806, dá-nos a idéia fiel dessa condição de penúria em pleno sertão. Na Capitania de São José do Rio Negro assinalava-se, em conseqüência, com espanto, a existência de um creso : José Antônio Évora, fazendeiro no Rio Branco, agricultor no rio Negro, senhor de vasta escravaria negra, produto, tudo, esclareciam as más línguas, de prática que as leis teriam de punir.

As propriedades agrícolas não apresentavam aquêle ar fidalgo, faustoso, das fazendas do nordeste. Martius e Spix, que correram o vale às vésperas da independência, não viram traço de suntuosidade. Confôrto, sim, mas suntuosidade, não. O lugar da Barra, hoje Manaus, cabeça da Capitania do Rio Negro, era um burgo que principiava a viver — 3.000 habitantes, de que "parte não residia nas modestas habitações urbanas, de tetos de palha, conquanto providas algumas de móveis importados, vivia nas fazendas e pescarias da margem do rio, congregando-se sòmente por ocasião de alguma festa de igreja".

Belém, ao tempo de Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1784, contava 11.000 almas, distribuídas em 1.242 fogos. As casas eram cobertas de telha, mas, em maioria absoluta, térreas. O luxo dos moradores reduzia-se ao vestido de sêda para os atos religiosos.

Sob as vistas indagadoras dos naturalistas alemães, atrás referidos, Belém surgia, em 1819, pela situação geográfica e política, como o "entreposto de todo gênero", com alguma importância. Boas habitações, certa civilização no povo, tiravam já à cidade aquêle aspecto rude que Rodrigues Ferreira observara décadas antes.

Três festas reais distraíam a população : "a do Corpo de Deus, de Santa Isabel e do Anjo Custódio do Reino, organizadas pela Câmara por determinação da lei". A Casa da Ópera ou Teatro Cômico funcionava, raras vêzes. Grandeza arquitetônica, a cidade não a conhecia, exceção do Palácio do Governador, que o arquiteto Landi planejara em 1771 e as igrejas que marcaram a presença religiosa.

Só de 1748 em diante, começara, no Estado, a circular a moeda. Antes, vivia-se o regime da troca. Os Governadores recebiam em produtos da terra. Os pagamentos se faziam em cacau, cravo, salsa e açúcar, valendo, respectivamente, três mil e seiscentos réis, a arrôba. O algodão, em novêlo, também tivera a sua época.

A economia pública fundava-se, principalmente, na indústria extrativa, constante de cacau, nativo, salsaparrilha, castanha, plantas medicinais, cravo, salsa, a que se juntou, em começos do século XIX, a borracha da seringueira. As madeiras seguiam exportadas em toros, pois que não haviam serrarias para o preparo de pranchas.

A agricultura, sôbre que de Portugal caiu uma chuva de leis, constava de cacau, de algodão, de cana-de-açúcar, de anil, arroz, café, êste importado da Guiana Francesa em 1727, por



Francisco Xavier Botero, e já em 1730 produzido em tal abundância que de Belém a Câmara solicitava uma política protecionista contra o similar estrangeiro que tinha entrado no Reino.

A criação introduzida no Marajó, pelos Jesuítas, aumentara sensìvelmente. Quando os Ignacianos deixaram a Amazônia, havia ali fazendas com 134.465 cabeças de gado vacum e 14.409 de gado cavalar. No alto rio Branco desde 1791, com a iniciativa de Lôbo d'Almada, que fundou a fazenda de São Bento, com 17 novilhos e vacas, os rebanhos cresceram. Pelo Baixo Amazonas, também. Parintins nascera de uma fazenda de criação. Pesqueiros reais e pontos públicos de pesca abasteciam a população, no Marajó, no rio Branco, no Manacapuru, no Lago do Rei, em Vila Franca, no Araguary, no Caldeirão, no Puraquequara, no Codajás, no Japurá, etc.

As indústrias restringiam-se a fabrico de açúcar e da cachaça, a chocolate de cacau, a pequenos artefatos de borracha, a tecidos de algodão e de fibras silvestres, e pouco mais.

O comércio operava-se com o Reino e o litoral do País até o decreto de abertura dos portos por D. João, quando o mercado de Belém movimentou-se com o ingresso dos inglêses. A navegação, incerta, vivia sujeita aos ataques de piratas que infestavam as costas.

As finanças públicas, a princípio a cargo de uma Junta de Contas, depois de 1773 passando à Junta de Fazenda, que procurou consertar o regimento de facilidades que encontrou, nem sempre andavam a contento. Para satisfazer às necessidades do Rio Negro, o governador Lôbo d'Almada tivera de fazer o Estado produtor. Em 1808, para organizar a expedição que deveria conquistar a Guiana Francesa, o Capitão-General Nápoles Telo de Menezes tivera de apelar para os comerciantes de Belém, que organizaram uma bôlsa que ocorreu às despesas.

Em 1773, o Estado de Grão-Pará devia 116:000$000. O Capitão-General Pereira Caldas, descarregando sôbre o anteces-

sor o pêso da responsabilidade, dizia : "o Estado fêz uma despesa muito superior ao seu rendimento".

O Capitão-General D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, que viera para a Amazônia com instruções especiais do príncipe D. João, escrevia de Belém, em 1804, a seu tio, na Côrte : "O serviço que aqui ha a fazer a S.E.R. he a meu ver o mais importante possivel; trata-se de converter huma colonia bruta, despovoada e pobre, em huma que seja civilisada, populosissima, e rica : mas quer a desgraça que Portugal não tenha neste momento proporção p.ª tão interessante empreza, e entretanto vou passando a vida desesperadamente, vendo-me á testa de huma Nação bárbara, onde não ha Religião nem justiça, as duas bases em que só pode sustentar-se o sistema social, que por ora he aqui completamente desconhecido e vendo assim esperdiçar desejos ardentíssimos de servir o Príncipe Justamente na posição local de tôda a América de que mais necessita neste momento de bom serviço, e que tendo-o pode ser a mais valiosa hypotheca da Nação".

Para os cargos públicos, sentia-se a preocupação de aproveitar os reinóis. Os filhos da terra raramente ocupavam posições. Quando muito, ingressavam nas fileiras do exército permanente.

Os aspectos sociais e econômicos da Amazônia colonial, sem destruir a afirmação de que Portugal realizou no vale uma obra gigantesca de domínio, não apresentavam, sob certos prismas, um ar integralmente estimável. O clima social e econômico abria possibilidades formidáveis ao incêndio que lavraria na Cabanagem.



# 8.

# O CICLO POMBALINO NA AMAZÔNIA

O SÉCULO XVIII foi um "intenso período de luta, de agitação, de descontentamento geral : científico, religioso, político e social". Período de transição. Tôda a Europa lhe sentiu os efeitos. A paisagem social, econômica, pensamental, com Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Hobes, a Enciclopédia, o liberalismo, as novidades democráticas e, por fim, a Revolução, a Grande Revolução, como se lhe chamou, modificou-se sensìvelmente. O ar da vida tomou outra direção. O experimentalismo ocupou o lugar do verbalismo, que vinha de longe e parecia de raízes profundas, ligadas à terra pela eternidade. Tudo se fêz, porém, ao entrechoque violento de duas mentalidades.

Na América, o eco dêsse drama espiritual, se não gerou insatisfação, abriu perspectivas melhores, criando dúvidas que apressaram o desfêcho da autonomia norte e sul americanas.

Século de crise, portanto, êsse século XVIII.

No decorrer dêle, Portugal voltou a tomar contacto com as idéias que alteravam a fisionomia do mundo. Portugal era Europa, mas como que estivera fora das cogitações que em XVII tinham animado a vida mental do Velho Continente. Distanciara-se, esquecera-se de que integrava aquela porção do planêta a que dera novas terras, novos conhecimentos, novas possibilidades, novos tipos humanos. Êsse contacto valia como um regresso do Reino ao seio da inteligência européia. Três monarcas, cada um a seu modo e por processos os mais diversos, trabalharam nesse sentido : D. João V, D. José I e D. Maria I. Mafra, Queluz, a Academia das Ciências definiram o processo de cada um dêles.

Até então Portugal, no tocante a seu sistema político interno, pautara sua evolução dentro dos princípios de um absolutismo que nada tinha de radicalista. No absolutismo lusitano, o poder real conhecia limitações. Não significava, como bem escreve um historiador atual, capricho, arbitrariedade. Com o século XVIII, de certo modo alterou-se, porém, essa orgânica, essa peculiaridade. Portugal, integrando novamente a família européia, aceitou o absolutismo com as côres por que êle se apresentava. Chamavam-lhe "despotismo esclarecido". Com D. José e Sebastião José de Carvalho e Melo, êsse despotismo instalou-se com ares definitivos. Dêle resultou o ciclo de reformas, de criações espetaculosas, de conquistas que cercaram a nação de um ruído singular. Sebastião José, trazendo para sua Pátria pruridos inovadoristas, deu-lhe vinte e sete anos de agitação, de revolução consecutiva em todos os setores do organismo nacional. Vinte e sete anos de realizações materiais e culturais? Vinte e sete anos de esplendor, intensidade na criação de novas energias, de ânimo a uma seiva que estava fugindo?

Oeiras ou Pombal, como lhe quiserem chamar, ou ainda simplesmente Sebastião José, foi para uns o gênio a que Portugal ficou devendo uma de suas grandes etapas de progresso. Outros lhe negam tudo. À sua administração teria faltado, inicialmente, um plano de ação, caracterizando-a verdadeira aventura, de experiências diárias, começadas, louvadas, criticadas e por fim abandonadas sem que se chegasse a verificar os seus resultados integrais. Lido nos pensadores iluminados, em luta com a nobreza, com o povo, com a Companhia de Jesus, Pombal não soube, na realidade, agir com habilidade. Seus métodos eram violentos. Faltou-lhe acuidade bastante para contemporizar, para ladear, para ceder quando era preciso contemporizar, ladear e ceder. Faltou-lhe a percepção, necessária num estadista, para conduzir a Nação, fazendo-a sentir o imperativo de tudo que se fazia, levando-a a compreender que aquêle movimento de reformas era promovido em seu único e exclusivo benefício: as provações, em conseqüência, deviam ser recebidas como horas preliminares da felicidade que vinha. O resultado?



A POLÍTICA DE PORTUGAL NO VALE AMAZÔNICO não foi, já o dissemos, até 1730, uma política que obedecesse a um plano preestabelecido para a valorização da terra e do homem. Mas uma política que se orientou pelas contingências, as necessidades, as realidades de momento, numa flutuação um tanto perigosa e a refletir o desajustamento que ia na direção das coisas ultramarinas do Reino. Com o advento de Alexandre de Gusmão, principiara a tomar outra feição êsse agir colonial. Seria já um plano? Seria já um programa, conseqüente ao conhecimento que o contacto e o trabalho de um século permitiam? Ainda não era bem um plano, com tôdas as características de um plano, riscado com segurança. Mas já indicava orientação mais meditada e não experiência apressada.

Sob Pombal êsse plano teria vindo? Executado? Já escrevemos também que sob Pombal houve plano de valorização da Amazônia, envolvendo o desenvolvimento de tôdas as energias do solo, a exploração racional da produção espontânea, a fixação definitiva do colono, com a propriedade e o lar, de par com outras várias medidas, decretadas com absoluta segurança.

Para Antônio Ferrão, ao invés de plano ou programa pombalino, levado ao poder para integral realização, será preferível falarmos em sistema pombalino. O Marquês seria mais um executor de medidas ditadas pelas circunstâncias, medidas sempre com o sinête de sua maneira de ver e solucionar as questões. João Lúcio de Azevedo, de seu lado, entende que no ciclo pombalino houve antes fins a alcançar no concernente ao Brasil: "defesa do território, expansão econômica, fortalecimento do poder regente".

O exame que vimos fazendo da ação de Pombal na Amazônia, ou melhor, com relação a Amazônia, não nos ditou ainda mudança de opinião. O Marquês, no concernente ao extremo-norte da América Lusitana, teve um programa que fêz executar. Programa de valorização, que começou, e teve continuidade enquanto governou. Bom? Mal? De resultados louváveis?

OS EXECUTORES DA VONTADE E DA AÇÃO de Sebastião José nas terras molhadas do vale, foram : seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Frei Miguel de Bulhões e Sousa, Manoel Bernardo de Melo e Castro, Fernando da Costa de Athayde Teive e João Pereira Caldas. Executores de maior vulto, porque houve outros menores, como Joaquim de Melo e Póvoas, o Desembargador Feliciano Ramos Mourão, o Intendente João da Cruz Diniz Pinheiro, o Ouvidor Paschoal Madeira Abranches, os militares Ataíde Verona, Valério Corrêa Botelho, Gabriel de Sousa Filgueiras.

Bitolaram-se êsses agentes pelas ordens, instruções, idéias emanadas de Lisboa, isto é, do gabinete de Oeiras. Não deram um passo que não fôsse de acôrdo com o espírito ministerial. Cumpriram seus deveres com retidão, entendida essa retidão como obediência total às determinações superiores e demonstrações bem visíveis de amor à Pátria. Façamo-lhes justiça. Porque na verdade trabalharam, sem cessar, elevando o nome lusitano.

Para começar, havia as ordenanças de 1751, que continham as linhas mestras do que se devia fazer : cultura da terra com espécies indígenas e alienígenas ; povoamento intensivo, colonização metodizada ; exploração das riquezas naturais ; organização de defesa do Estado contra as aspirações imperialistas dos franceses e espanhóis ; verificação das vantagens ou não do tratado de limites firmado em Madri com a Espanha ; atenção especial para com as rendas públicas, evitando o contrabando ; organização do trabalho do nativo, que não devia ser utilizado como escravo e sim aproveitado como assalariado ; atenção especial para com as Ordens Religiosas, Jesuítas em particular, as quais deviam colaborar com o Estado, deixando de atribuir-se o poder temporal que cabia àquele.

A essa ordenança, uma série de leis, regulamentos, instruções menores, cartas régias e alvarás e decisões do Conselho Ultramarino tinham vindo esclarecer, ampliar e completar o programa de valorização da colônia : tôda uma legislação de fundo fomentista, atendendo às mil e uma necessidades que se foram



verificando e aos problemas que se foram propondo à visão dos governantes.

A Amazônia, até 1751, constituíra parte integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará, como sede oficial em São Luís, embora de quando em vez fôsse de fato, na cidade de Belém. No período da conquista da hinterlândia, concedera-se donataria em vários sítios do litoral e do sertão. Criara-se para o rei, a Capitania do Gurupá, administrada por um capitão-mor, a que fôra expedido um regimento especial.

NA ORDEM ADMINISTRATIVA para executar o programa que imaginara e aos poucos tomou corpo e amplitude, Pombal começou alterando o nome do antigo Estado, que passou a ser o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Transferiu, em conseqüência, a capital para Belém. O Governador do Maranhão ficava subordinado ao Capitão-General do Pará. Tôdas as donatarias, adquiridas aos descendentes dos donatários, regressaram ao domínio real.

Em 1757, o território do Grão-Pará sofreu retalhação, criando-se a Capitania de São José do Rio Negro, com capital na vila de Barcelos, antiga aldeia de Mariuá, no vale do Rio Negro. Em 1760, a retalhação alcançou o campo de jurisdição do Ouvidor Geral, com a nomeação de um Ouvidor autônomo para o Rio Negro. Em 30 de maio de 1766, teve lugar a criação da Intendência Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas do Estado. Em 5 de maio de 1753, a do Juizado de Fora de Belém. Em 1773, uma Junta de Fazenda, que substituiu a Provedoria dos Contos, de alçada e competência contenciosa decretada em 1760.

Seria o bastante ? A máquina administrativa nunca se mexeu com agilidade ou regularidade. De quando em quando a engrenagem encrencava. Eram os incidentes em que as várias partes que a compunham e nem sempre sabiam respeitar as respectivas jurisdições, provocando questiúnculas que perturbavam tudo. Nesse particular, o ciclo pombalino foi fértil. Mendonça Furtado, que o inaugurou, entestou com o Ouvidor

Abranches; Manuel Bernardo quisilhou com o Bispo Frei João de São José. O Governador Tinôco Valente, do Rio Negro, andou às turras com os Ouvidores Pereira da Costa e Pestana da Silva. Os casos contaram-se às dúzias entre as autoridades menores e as maiores. Conseqüência, o emperramento da maquinária, como dissemos.

A SITUAÇÃO DO GENTIO preocupava Pombal. Entre os colonos e as Ordens Religiosas que missionavam na região, há mais de século se travava tremendo choque, que comunicava ao assunto um ar de gravidade sensível. Tôdas as soluções advindas não consultavam senão o momento em que elas tinham sido decretadas. Ora serviam ao interêsse do colono, ora do Missionário. Êste queria o bugre sem sujeição material ao colono, que de sua vez não podia compreender essa liberdade, pleiteada tão ardentemente, visto que prejudicava profundamente a economia privada. E os prejuízos à economia privada, no fim de contas, não acarretavam também prejuízos espetaculares à economia pública? Em tôrno do braço do gentio, peticionara-se, requerera-se, suplicara-se perante o Conselho Ultramarino, perante S. Majestade. Procuradores dos moradores e dos Religiosos argumentavam, advogavam sem cessar na Côrte, conseguindo vitórias que depressa se transformavam em derrota. Os Jesuítas tinham a palma no grande pleito. Combatentes por vocação, ânimo, sentimento e disciplina, acusavam o colono de escravizador impenitente, bárbaro. Durante quase um século a acusação impressionou. Mas, ao cabo, os colonos entraram a transferir a acusação aos Jesuítas, que defendiam a liberdade do índio para tê-los nas aldeias de catequese, onde a preocupação mercantil animava tôda a atividade dos Religiosos, assim esquecidos do que tinham condenado.

Pombal, trabalhando pelas novidades liberais, queria que o gentio tivesse garantida a existência, fôsse respeitado como cidadão, melhor, como súdito de D. José. O decreto de 5 de junho de 1755 deu situação nova ao nativo extraído da selva. Restituía-lhe, com as reservas necessárias, a liberdade. Retirava



ao catequista o poder temporal de que tanto se valia para dominar as tribos, mas não concedia aos colonos as vantagens que êles desejavam. Porque o gentio só poderia ser utilizado no trato da terra, nas manufaturas, nos serviços domésticos, em todos os misteres de que era o nervo, a energia, a mola, mediante salário. Nada, portanto, de exploração, a larga, do suor do nativo, como se imaginava que seria com o golpe no poder dos Missionários.

Delegado imediato de Pombal, na época da novidade era o irmão. Querendo que a lei alforriatória pudesse ser a realidade que o ministro idealizara, formulou um estatuto para os núcleos indígenas, o "Regimento do Diretório", que reproduziu, em grande parte, o Regimento das Missões, obra valiosa que regulara, durante várias décadas, o contacto entre a cultura do Ocidente e a cultura dos primitivos do Nôvo Mundo Lusitano. O "Diretório", aprovado por D. José, produziu os resultados almejados. Apesar das mais espetaculares providências, os diretores dos povoados, geralmente gente incapaz para o serviço, falharam redondamente. Os descimentos realizados custaram caro: vidas e verbas gordas. O gentio, maltratado, não se deixou ficar nos núcleos urbanos. Fugiu para os matos, internou-se, regressou em muitos casos ao viver primitivo. O Ouvidor Pestana da Silva, em longa exposição, circunstanciava a situação, expondo ao vivo o grau de degenerescência a que chegara o nativo ao contacto de todos os vícios e misérias do colono mercantilizado e voraz. O fracasso da experiência iluminada comprometia o empreendimento do Marquês e do mano Francisco. Só não mudara a utilização criminosa do índio. Porque a lei liberal era burlada a tôda hora.

AS ORDENS RELIGIOSAS, embora desprestigiadas, tendo perdido sua finalidade maior, que era a catequese da gente da selva, receberam a regulamentação sem as esperadas reservas. Sòmente os Jesuítas apresentaram razões, procurando excusar-se. Uma Junta reunida no palácio governamental, por convocação do Bispo Miguel de Bulhões, assentou que nos antigos aldeamen-

tos todos os membros do clero regular ficariam como párocos, sujeitos definitivamente à jurisdição do chefe da Diocese. O Visitador Geral e Vice-Provincial da Companhia na Província do Maranhão e Pará declarou que seus milicianos não se sujeitariam a essa jurisdição nem ficariam como coadjutores. E, segundo as informações de Mendonça Furtado para o Reino, à medida que deixavam as missões cometiam o excesso de desparamentar as igrejas, carregando tôdas as alfaias.

Já então entre a Companhia e Pombal e seus agentes estava em progresso uma luta de vida ou morte. Os Inacianos eram apontados como fomentadores de desordens, elementos perigosos à ordem e aos altos interêsses da velha Lusitânia. Sucessos graves verificados no sul do Brasil, ocorrências, registradas ou não, na Amazônia, outros episódios que tiveram lugar na própria Europa Portuguêsa, encheram o copo. Um atentado contra a vida de D. José o fêz transbordar. Já vários Jesuítas tinham sido postos fora do Estado. Tudo quanto sucedia, embaraçando, prejudicando, impedindo de qualquer modo a realização dos projetos de Pombal, de logo passava a ser atribuído aos manejos da Companhia, que, verdade seja dita, não soube conduzir-se com a habilidade precisa. Habituada a triunfar sem ceder um passo, tentou ela, mais uma vez, derrubar o inimigo. Êste, porém, era mais forte. Dispunha da vontade real. E a Companhia saiu vencida.

As outras Ordens, conquanto não opusessem dificuldade, aos poucos se foram anulando também. Antes de findar o século, mantinham-se no Estado apenas, e em obrigações não catequistas, os Carmelitas e os Franciscanos da Província de Santo Antônio. As demais haviam deixado a região.

FREI MIGUEL DE BULHÕES, terceiro bispo do Pará, encarregara-se, porém, de organizar a igreja no vale. Com os elementos que lhe prestaram obediência e os sacerdotes, que conseguiu lhe viessem de Lisboa, criou e promoveu as paróquias, instaladas nas vilas, antigos aldeamentos dos missionários. Para o alto sertão, estabeleceu a Vigaria Geral do Rio Negro, escolhendo para



administrá-la o dr. José Monteiro de Noronha, um sacerdote culto, que realizou tarefa apreciável de todos os pontos de vista.

Essa organização da Diocese encontraria obstáculos maiores na falta de padres. O Estado era pobre, donde as côngruas e os outros elementos de vida não satisfizeram as necessidades dos vigários. Bulhões e seus sucessores sentiram, em conseqüência, padeceram o entrave, que nunca puderam remediar.

Nessa mesma fase é de assinalar-se o comêço de jancenização do clero, jancenização que produziria os frutos mais grosseiros do século XIX. Bulhões, todo apressado em adotar as idéias de Pombal na Diocese, mandou ensinar a doutrina cristã pelo "Catecismo de Montpellier", peça herética, que passou a substituir o "Catecismo Romano". A essa providência de Bulhões viria depois completar o alvará de 30 de setembro de 1770, que adotou oficialmente citado compêndio, que outros Bispos tinham recusado em suas Dioceses por conter doutrina contrária à verdade evangélica.

NO SETOR ADMINISTRATIVO, um dos aspectos interessantes da organização pombalina foi a criação de dezenas de vilas e de povoados. Até 1751 havia no Estado apenas as vilas da Vigia, Cametá e Gurupá. Mendonça Furtado instalou a de Macapá em 1752 e a de Borba em 1756. No ano de 1758, as de Oeiras, Malgaço, Portel, Arraiolos, Espozende, Almeirim, Monte-Alegre, Altér do Chão, Boim, Pinhel, Santarém, Vila Franca, Óbidos, Barcelos, Tomar e Moura a que se seguiram outras como a do Rio Solimões (Tefé, São Paulo de Olivença, São José do Javari) e as de Serpa e Silves, na Capitania de São José do Rio Negro, mais Acará, Chaves, Vila Nova del Rei, Faro, Cintra, Mazagão, Ourém, Porto de Móz, São Caetano de Odivelas, Soure.

Os vereadores eram os mesmos índios que tinham, fazia pouco tempo, saído das matas para as missões dos catequistas. Promovidos a cidadãos e funcionários civis, sem saber ler, sem ter grandes noções do que na realidade constituía a vida a que o traziam, não produziram como imaginara Pombal e o mano

governador. Entregaram-se às cachaçadas. Nas sessões das câmaras, na generalidade, assinavam de cruz, dizendo amém a quanto queriam as autoridades que enxergavam um palmo adiante do nariz. Não houve câmara que fizesse exceção. Quanto aos povoados, já vimos que também não alcançaram progresso. Tanto assim que em 1762, Manuel Bernardo de Melo e Castro fazia exposição do que ocorria, recebendo ordem para proceder contra os que desmoralizavam o processo por que Pombal tentava elevar o nível do gentio.

O ENSINO PRIMÁRIO estivera a cargo das Ordens Religiosas que operavam na região. Mercedários e Carmelitas, desde a instalação do vale, tinham trabalhado em favor da inteligência das crianças, filhas dos colonos e dos bugres. Depois, os Jesuítas. Nas aldeias, funcionavam cursos de artes e ofícios. Os Carmelitas ensinavam cantocham no Convento de Belém. No Solimões e no Rio Negro ( Tefé e Mariuá ) mantinham aulas de música em que adestravam os nativos, com êles constituindo bandas de música e côros de igreja. Mendonça Furtado, em Barcelos, espantara-se com o côro da matriz local e o discurso que um dos alunos dos Carmelitas lhe dissera à chegada e desembarque no povoado.

Com a retirada dos religiosos ou contrôle sôbre suas atividades, o Estado, que lhes atribuíra a direção espiritual da meninada, como lhes atribuíra outros encargos, tomou a si a penosa tarefa. Sob Manuel Bernardo, criaram-se escolas, nas vilas e povoados, pondo em execução o que o "Diretório" impunha nesse particular. Em Belém, foi posta a funcionar uma aula de latinidade e outra de filosofia e retórica, além dos cursos de primeiras letras. Em Cametá, também se abriu, por ordem do Capitão-General, curso de latinidade. Não era muito. Para a época, de tão escuras idéias, não se podia exigir mais. O Seminário, que Gabriel de Malagrida abrira em Belém, continuou existindo. O ensino do idioma português foi ordenado, chocando-se com a resistência que lhe ofereciam as falas gentílicas usadas pelos nativos e mesmo pelo colono d'além mar.



A FIXAÇÃO DAS FRONTEIRAS criara, de longa data, um problema muito sério para Portugal e Espanha. Em 1750 e 1777, pelos Tratados de Madri e S. Ildefonso, as duas nações entenderam-se para ajustar as diferenças que as separavam, definindo os respectivos extremos nas Américas. Para a execução de ambos os tratados, Portugal mandou pessoal hábil. No período pombalino, o Tratado de Madri é que teve as maiores honras.

Mendonça Furtado, com engenheiros, astrônomos, cartógrafos, esperou os demarcadores espanhóis. Estudou a região norte das operações, levantou mapas, coordenadas, fêz observações astronômicas. Sob Manuel Bernardo, os delegados espanhóis surgiram no alto Rio Negro, procurando entendimento. O substituto de Mendonça, Rolim de Moura, Governador de Mato-Grosso, precisava pares de meses para vir. As demarcações, retardadas por incidentes que se haviam atribuído à insídia dos Jesuítas não se realizaram. Mas os castelhanos queriam tomar conta do trecho norte nos vales do alto Rio Negro e Rio Branco. Foi necessário empregar fôrça, combatendo-os e fundando fortificações — São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas e São Joaquim. No Solimões, para evitar maiores dissabores, levantou-se a casa forte de Tabatinga. Completando a obra defensiva, o Ouvidor do Rio Negro, Xavier de Sampaio, levantou precioso documentário numa devassa sensacional, acêrca da posse e do domínio lusitano naquelas partes.

Com os franceses, nesse tempo, nada de maior ocorreu. As relações com a Guiana processaram-se em tom ordeiro, quase sempre a propósito de escravos que de lá fugiam para cá, procurando livrar-se do regime violento dos franceses. Em todo o caso, tanto com a Guiana como com relação aos domínios espanhóis, houve sempre vigilância rigorosa, expedindo-se constantemente, para as fronteiras, destacamentos bem comandados e bem aparelhados.

NO SETOR ECONÔMICO, o ciclo pombalino assinalou-se por um trabalho continuado de aproveitamento de tudo da terra

amazônica. Explorou-se a produção espontânea, as chamadas "drogas do sertão". Fêz-se intensa lavoura do cacau, do algodão, do café, de outras espécies comerciáveis, abrindo-se perspectivas magníficas à agricultura e ao futuro da Província. Prêmios, ajudas materiais, foram concedidos continuadamente para aumentar a produção, animando o colono. Êste recebia, além da sesmaria, garantia de não servir na tropa e o direito de isenção de impostos para os primeiros anos de sua lavoura.

As manufaturas também se adiantaram. Fundaram-se, alentados pelos favores e incentivos estatais, estabelecimentos: para fábrico de panos de algodão, necessários à fardamenta da guarnição e à vestimenta de colonos e escravos; preparo de anil, preparo de madeiras constantemente solicitadas de Portugal para construções particulares e edificações oficiais, como o Palácio de Queluz, cujas portas e janelas foram tôdas feitas com material exportado especialmente da Província.

Nos estaleiros nacionais, montados em Belém, construíram-se então embarcações de vários tipos, inclusive naus de guerra para a marinha lusitana e charruas para a frota mercante. Para todos êsses serviços e para a conquista e domínio certo e seguro da terra, milhares de povoadores, tirados das prisões do Reino ou colhidos na Ilha dos Açôres, onde tremores de terra dificultavam a vida, como levas de estrangeiros e partidas grandes de negros escravos vieram para a Amazônia. Com essa gente criaram-se vilas como Bragança, Vila Viçosa da Madre de Deus e Macapá, além de núcleos outros que puseram à prova as intenções colonizadoras de Pombal. Até no alto Madeira se levou a cabo iniciativa dêsse porte, abrindo-se clareira na mata, no distrito das cachoeiras, para instalação de um centro de povoamento. A imigração não sendo bastante, adotara-se então o processo da miscigenação. Legislação especial, cominou amplas benemerências a quem se ligasse à mulher da terra, o que legalizou situações e solidificou em grandes bases a família amazônica.

Essa riqueza, pelo sistema comum a tôdas as nações colonizadoras da época, era monopólio do Estado, que não admitia



o comércio senão com os nacionais de Lisboa e outras cidades do Reino. Procurando assegurá-lo e alentá-lo, Pombal deu ser à Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará, com capital da Metrópole e das duas Capitanias. Essa Companhia devia trazer colonos, escravos, gêneros sêcos e molhados, e levar a produção do Estado, facilitando capital para que ela crescesse. Como as outras organizações similares, falhou também. Colonos e governantes, inclusive os homens de Sebastião José condenaram-na pela falta de cumprimento de suas obrigações contratuais.

As finanças amazônicas, apesar de todo o esfôrço para que elas se apresentassem alentadas, não se mostraram desafogadas. De uma feita houve necessidade de tomar emprestado à Companhia do Comércio a soma de 40.000 cruzados para pagar seis meses de saldo atrasado da tropa. Depois, para pagar os Ministros da Sé. Para transportar os Jesuítas expulsos, tomou-se à Companhia, empréstimo de 4:518$510. Para custear a charrua São José, 568$000. Quando Pereira Caldas assumiu a direção do Estado, encontrou uma dívida de 116:000$000. O Estado, confessava o Capitão-General, fizera "uma despesa muito superior ao seu rendimento".

O ciclo pombalino na Amazônia teve, assim, altos e baixos bem visíveis. Apresentou saldo? Deficit?

# 9.

## AO COMEÇAR A EXPERIÊNCIA DA COMPANHIA DO COMÉRCIO

14.IV.67

MANUEL BERNARDO DE MELO E CASTRO governou a Amazônia, como Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, substituindo Mendonça Furtado, que passara à direção dos negócios ultramarinos no Reino. Realizou uma administração dinâmica. Tinha pela frente problemas da maior gravidade — fronteira a garantir ante os pruridos expansionistas dos hispano-americanos confinantes, os rescaldos da questão jesuítica, reorganização da vida regional na base da intensificação do domínio português, experiência social com as multidões gentias locais, chamadas a participarem da vida política nas vilas e povoados que se haviam criado dos antigos aldeamentos dos Religiosos das seis Ordens, participantes do processo de conquista espiritual.

A Companhia do Comércio, criada para a ativação econômica do extremo-norte, à solicitação dos próprios colonos e dentro dos objetivos políticos do Consulado pombalino, começara, então, a ser submetida à experiência de seu rendimento.

Manuel Bernardo, cuja correspondência com o Reino não o revela muito simpático ao que ela realizava, julgando-a com certo ímpeto e muito rigorismo, no documento que transcrevemos a seguir, como parte fundamental desta comunicação sem maiores pretensões, propõe a Sebastião José um quadro da área sob seus cuidados, quadro realístico, pela leitura do qual não parecia muito frutífera a ação da Companhia nos seus inícios.

Através dêle, acompanha-se o processo existencial da Amazônia nas suas queixas, nas suas dificuldades, nas suas necessidades : falta de mantimentos importados de uso doméstico ou integrantes das dietas alimentares ; insatisfação da

multidão indígena local, a reclamar, no uso imediatista da liberdade que a nova legislação lhes concedera ; problema de preços para os artigos de produção regional ; braços para a movimentação da economia que se desejava incentivar e manter convenientemente.

Manuel Bernardo queixando-se e reclamando, evidentemente, cumpriu o seu dever de governante a propor os problemas aos seus superiores hierárquicos. A obra dos colonos, servidores civis e militares, Ordens Religiosas, no que se poderá apurar em outras peças anteriores, era uma obra admirável de que resultara, pelo menos, o estabelecimento de uma gigantesca base física. A fase de integração material, naquele lance particular, estava a encerrar-se. Iniciava-se a da integração sócio-econômica, época de transição e, como época de transição, amarga, dura, áspera. O relato de Manuel Bernardo propõe muito bem o momento.

Trazendo ao conhecimento dos estudiosos o relato do Capitão-General, desejamos apenas contribuir com um texto que sirva para a identificação exata de como foi ocorrendo, no século XVIII, a vida econômica da Amazônia, nas dificuldades que experimentava e pode valer como um capítulo interessante de sua integração ao mundo português.

**N.º 3.º**

Illmo. e Exmo. Snr.// Na conta q dou pella Secretaria da repartição deq remetto aVEx.ª a copia no n.º . . . verá VEx.ª o lastimozo estado emq chegarão os Negros de Angola q conduzio este Navio, pellas tres cauzas q nella pondero, as quaes me parece que necessitão de prompta providencia, tanto para utilidade da Companhia como para augmento do Estado.

Em observancia da ordem q VEx.ª me deu q fizesse avizo dos generos q faltavão na Cappitania, se mefas precizo dizer a VEx.ª, q os Armazens da Comp.ª se achão totalmte. limpos sem couza algua comq possão prover a terra.



Pello q pertence a molhados não ha aqui azeite, nem Vinagre, nem Vinho, nem Agoa ardente, e da mesma forma não ha tambem Farinha, nem Cera de sorte q em mtas. Igrejas se está selebrando o Santo Sacrificio da Missa com cera preta do Matto.

Não ha tambem fazendas secas a menos de alguas pessas de velludo, q mandarão naprimeira Frota, e será precizo voltarem para Portugal, porq aqui não terão consumo, e tambem algus Brilhantes domesmo anno, q pella sua má qualidade tambem não ha quem os compre.

Porem das fazendas q aqui se gastão como são Bertanhas, Panos de Linho, Ruoens, Cameloens, Druguetes, e outras desta qualidade não ha couza algua, nem podia deixar de succeder assim attendendo aLimitadissima remessa q veyo na Frota, como aVE.ª seria prezente.

Esta falta tem produzido terribellissimas, consequencias, como farei a VE.ª evidente com a maior brevidade.

Com o utilissimo arranjamto. q S.Mage. foi servido dar a este Estado ficarão os Indios senhores dos seus trabalhos, e vão por sua conta a extracção das Drogas do Certão, pertencendo a cada hum delles aquella parte q fica liquida das despezas á proporção dos effeitos q extraem, cuja importancia empregão emfazendas para se vestirem, e as suas familias.

Como este methodo he totalmte. oposto aoq iniquamte. praticavão os Padres, porq erão Senhores detodas as Drogas pellos limitadissimos pagamentos q extraem, cuja importancia empregão emfazendas para se vestirem, e as suas familias.

Como este methodo he totalmte. oposto aoq iniquamte. praticavão os Padres, porq erão Senhores

detodas as Drogas pellos limitadissimos pagamentos q fazião os Indios, se lhe faz, ainda q mais util, sumamte. estranho e novo, por serem creados com aquella tirania, e não podem ainda crer, q aquelles productos lhe pertencem talvez pellas perniciozas praticas q os mesmos Padres lhe farião.

Vindo agora com os seus effeitos a entregar ao Thezoureiro, não tendo fazendas alguas q comprar lhes serecolhem sumamte. disgostozos às suas Povoaçoens levando somte. alguas varas depano de Algodão da terra para se remediarem, ficando o dinheiro depozitado na mão do Thezoureiro, e vão todos uniformemte. dizendo, q as Drogas q extraem não são suas como nos lhe queremos persuadir, mas q são todas para os brancos, q os enganão em huas varas de panno grosso, oq lhes não succedia no tempo dos Padres, porq elles lhefazião mais avultados pagamentos, e como estes mizeraveis senão convencem com razoens, não he facil dezabuzalos desta ignorancia, quando tem contra si o antiquissimo costume q os Padres com elles praticavão.

Já no anno passado não havendo tão bem fazendas emq empregarem o seu dinheiro, forão sumamte. desgostozos e violentos ao Certão, como prezenciou oExmo. Sr. Francisco Xer. de Mendonça, q recolhendose do Rio Negro encontrou alguas Canoas, q hião para onegocio, e todas ellas sequeixavão dada. falta.

Vendo agora este anno q lhes succede omesmo, e ainda em mais excesso, porq não levão outra couza mais, q como já disse, pano de Algodão, se capacitarão totalmte. da desconfiança emq estavão ; e dizem publicamte. nesta Cidade, e aos Directores q não tornão mais ao negocio do Certão, visto não tirarem delles utilidade algua, eq todas as persuaçoens, q nos lhefazemos, são falsas, porq aexperiencia de dous



annos lhe tem mostrado bem contrarios effeitos do q nos lhe dizemos.

Bem comprihenderá VEx.ª as terribellissimas concequencias, q produz esta falta defazendas porq ficando os Indios na má fé emq se achavão, não haverá forças alguas q os possa conduzir a extracção das Drogas, e se os fizerem ir com violencia succederá o mesmo, e ainda peor q este anno, poes das suas proprias Canoas das Povoaçoens dezertarão infinitos, e a da Villa deSouzel ficou quazi dezamparada de sorte, q não fes mais q quinze arrobas deCacáo, equerendo eu dar remedio a este prejudicialissimo danno mandando prender parte daquelles dezertores, todos me clamarão com omesmo q tenho exposto aVEx.ª

Com a vinda deste Navio, e de outro q veio ao Maranhão com Negros deCacho tiverão os Administradores daComp.ª avizos deq oCacáo q conduzirão as duas ultimas Galeras antes da Frota se tinha rematado nessa Corte a seis mil e sincoenta reis cada arroba, e com esta noticia abrirão nesta Cidade opreço de dous mil reis, q he oporq comprarão todo o deque se compoem a prezente carga.

Ainda q o preço de dous mil reis hemt.º deminuto a respeito do de seis mil, e sincoenta se rematou cada arroba nessa Cidade em razão de não fazer de despeza entre fretes, direitos, epano p.ª sacas mais doq nove athe dez tostoens, vindo por esta forma aganhar mais de tres mil reis em cada arroba, não subindo mais depreço o d.º genero, mepareceu conveniente o d.º preço pella razão qvou expor a VEx.ª.

Como as remessas q daqui se tinhão feito Comp.ª eram insignificantissimas, e aprimeiraq sefes de algua forma demonstrativa foi aq levou aFrota proxima, necessariamte. deverião estar os fundos da mesma

Comp.ª mt.º faltos de dinheiro, principalm.te sendo estafalta nos primeiros annos emq as despezas de-compras de Navios, e outras q sefazião indispensal-velmte. necessarias, havião sem duvida algua con-sumir mt.º cabedal, cuja falta senão podia suprir com o dinheiro q aqui se achava impatado, mepareceu q oprincipal objecto aq agora se devia attender, era o animar, e dar forças a mesma Comp.ª por meyo destas remessas, e ainda q opreço de dous mil reis por cada arroba de Cacao seja limitado a respeito do valor q tem um Lx.ª he/ quanto a mim/ menos máo q a terra prezentemte. tenha o incomodo daquella demi-nuição, q arriscar aComp.ª a algum disgosto deq natu-ralmte. costuma ser concequencia o empáte dos cade-daes porqe. pelo tempo adiante podendo a Comp.ª manejar livremte. e sem embaraços os seus fundos reçarcirá por outro meyo a terra esta deminuição de-vendose tambem attender q no tempo antecedente á Companhia costumava valer oCacáo a dez tostoens, pouco mais ou menos, e hoje se acha no preço de dous mil reis.

Como na Frota comprarão os Administradores oCacáo dos Indios pello geral preço q corria de mil equinhentos reis igualando se este aos moradores, mepareceu q agora se devia observar a mesma gene-ralidade, comprando o cacáo dos mesmos Indios pello preço de dous mil reis, e ainda q afavor destes pode haver a razão de serem mizeraveis, pareceq nesta parte devem correr igual fortuna q os mais moradores, e no cazo q seja preciza algua providencia nestaparte, com avizo de VEx.ª farei o q for mais conforme ao Serviço de S. Mage.

Fico promptissimo para executar em tudo as ordens de VEx.ª como, Deos Ge. aVEx.ª ms. ans. Pará



5 de Agosto de 1759 // Illmo. Snr. Sebastião Jozé deCarvalho e Mello // Manuel Bernardo de Mello deCastro//.

# 10.

## NEGADORES E ENTUSIASTAS DA COMPANHIA DO COMÉRCIO

A HISTÓRIA da Companhia do Comércio, criada por Pombal, para atender às solicitações dos colonos do extremo-norte e às ponderações dos que o dirigiam no período de reformas que marcaram o Consulado do Marquês, está escrita nos seus capítulos fundamentais por Manuel Nunes Dias. A presente comunicação, em conseqüência, nada mais é senão um magro subsídio para que ela se totalize, no que diz respeito à sua fase final, aquela da "viradeira" impenitente, quando era do estilo da época jogar pedra em tudo quanto recordasse a obra de Sebastião José, agora negado e ultrajado.

Trata-se de documento colhido no Arquivo do Itamaratí e que nos pareceu cheio do maior interêsse para o julgamento da Companhia.

Nêle, seus signatários, que serviam àquele organismo como seus agentes em Belém, além de apontarem os meios por que se movimentavam colonos para denegrí-la, indicando fatos e nomes dos que dela se haviam beneficiado e, no momento difícil da "viradeira" apedrejaram-na com tanta desenvoltura, recordam os incentivos que a região recebera e a haviam impulsionado, estímulos pelos quais fortalecera-se a vida urbana na hinterlândia, ampliara-se o relacionamento mercantil interno, crescera a produção da espécie agricultada ou colhida à floresta rica em "droga", a mão-de-obra africana passara a substituir a mão-de-obra do gentio local, libertado pela legislação pombalina, dera-se segurança ao Estado com a melhoria de suas fortificações, assegurara-se, ao erário régio, os elementos que lhe permitiram manter em dia os seus compromissos com os seus servidores ou com os que com êle contratavam a execução de serviços e, por fim, com a introdução de gêneros essenciais ao abastecimento

local, melhoria das condições existenciais e preços que eram uma real retribuição aos que produziam. Como síntese, o documento parece-nos magnífico, apesar do desalinho da linguagem e o calor das reflexões, fruto, tudo da exaltação da época histórica que se vivia.

**DOCUMENTO JOAQUIM NABUCO — Série portuguêsa**

**1 — ARCHIVO DO CONSELHO ULTRAMARINO 1776-1782**

**Doc. 57 — Sôbre o Estado do Pará — 1777 — Maço 516**

Snrs. Provedor e Vice Provedor da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão.

Pará 18 de Setembro de 1777.

Com a chegada da primeira Semaca de particular em 19 de Junho se rompeo a noticia do fallecimento de S. Magde., enculcando tão bem logo, que esta Companhia do Para se abullia ; Esta novidade dispoz aqui o animo de huns quatro ou sinco Arpias ; a saber : João Manoel Rodrigues, Thezoureiro dos Indios ; João Henriques galego chamado homem de Negocio, sem ler, nem escrever ; Jozé Peres da Silva, galego, mosso, que aqui foi dos foles do Ferreiro Antonio da Silva já defunto ; Pedro Antonio Peguda, galego de Nação, Marinheiro, e tão moderno na fortuna, que alcançou, com esta Administração em 1762 e ainda, que hoje he Procurador da Camera, sempre conhecerão que por via daquelle Tribunal não podião fazer couza nenhuma ; os quaes sollapadamente forão trabalhando athé que

Chegarão com effeito os tres Navios da Companhia, e como os dittos receberão cartas de seus semelhantes correspondentes, e avizos dos requerimentos, que ahi fazião nessa Corte, claramente se pozerão no Campo ; e vendo que pela Camera não podia ter nenhum effeito a sua pertenção, por conhecerem a paixão, que a mayor parte dos Lavradores de todo o Estado, e dos Moradores honrados tem que a Companhia se concerve ; se dispozerão a fazer hum papel particularmente, a que chamão — Nós abaixo assignados — o qual ainda não podemos vêr ; mas dizem ser feito por hum Diogo José Pereira, homem que agora veyo do Matto Grosso, e vay nesta Charrua para essa Corte ; e ainda que nelle vão assignados, como dizem, algum Coronel, Sargentos Mores, e outros assim ; se nos faz preciso dizer a V.Mce. que estes homens sem olharem para si, e não entenderem sôbre o que assignarão, quizerão somente fazelo por lembrarem se, que a Junta nessa Cidade tinha por varias vezes quortados as suas encomendas, e aqui nós, os Escravos e Fazendas, que muitas vezes pedirão, e se lhe não fiarão ; advertindo, que desta qualidade de homens de fortuna não se comporrem o Governo Politico, e Economia das Republicas, a que se não aplicão ; e por isso nada podem conhecer dos fins, porque a Companhia deve subsestir. E da mesma sorte André Miguel Ayres Mestre de Campo e Sor. de Engenho, hum dos mayores devedores da Companhia ; assim o fizerão a todos os mais assignantes, dizendo-lhes que tudo quanto devião á Companhia lhes ficava perdoado. E todos os mais que assignarão he certamente plebe agitada, e procurada pellos Autores sem verem, nem saberem o fim das suas assignaturas, tanto, que a hum Miguel Joze Lopes mercador moderno enganarão dizendo-lhe, que hera para o estabelecimento de huma nova Irmandade ; mas logo que

conheceo o engano riscou outra veiz o seu nome, como se verá do original se o remeterem, sem o renovarem : Aos referidos cabeças se ajuntou mais hum Joze Ferreira Lisvoa, criado que veyo com o Ouvidor Abranches ; e sem embargo de ter o seu principio nesta mesma Administração aonde deve divida avultada. Elle tomou a seu cargo fazer assignar o papel por todos os mizeraveis cabos das Canoas do Certão, os quaes ainda que vivem oprimidissimos de baixo do jugo do Thezoureiro dos Indios, nem por isso achou a todos do mesmo animo, e não quizerão muitos assignar.

Passou o referido papel para a mão de João Henriques o qual sentado a porta da sua loja chamava os soldados, e toda a mais gente que passava e os fazia assignar para fazer numero grande.

Bem dezejariamos nós acharmo-nos ahi prezentes á chegada do dito papel não só para conferir os assignados com os nomes do balanço das dividas, que se acha em poder de V.Mces. mas tão bem com a pratica de 34 annos de officio, e 12 desta Administração poder lembrar a V. Mces. a natureza, e qualidade deses sugeitos, e mostrar publicamente nessa Corte, o fim que os conduz para fazerem semelhante deligencia, a qual só os Thezoureiros dos Indios pode ser conveniente, principiando o seu commercio nas fabricas da Europa, e sem inspecção nos preços de suas Carregaçoens pagar aqui aos Indios com as fazendas que lhe parecer, e recebendo das Villas e Povoaçoens dos mesmos Indios os seus generos do Certão pello que quizer.

Esta ambição que sempre ali reinou dezordenada, he impossivel que possa ter o effeito que deseja.

Os Lavradores, que com a Companhia vão florecendo ; e milhor, se verdadeiramente se applicarem



em proporção dos Escravos, que a Companhia actualmente lhes está fiando, como ficarão no meyo da sua convalescença, faltando-lhe o Paternal auxilio com que Sua Magde. os fornesse tão favoravelmente por via da Companhia, pella Santa e sempre Memoravel lembrança que teve de dar a liberdade a todos os Indios que erão os Escravos de quese compunhão as Cazas destes Moradores, de onde forão logo sahindo para as suas Povoaçoens, e outras que se lhe destinarão. Por ventura entenderão estes ambiciozos do sangue destes mizeraveis, que tão santa rezolução da liberdade pode caducar ; tal he o seu juizo e conhecimento que assim o alcanção estes Mafulinheiros (sic) ; porem que hade ser se os mayores sendo hoje bem estabelecidos pello beneficio da Companhia, são como Felipe dos Santos, galego, que ainda nos annos de 1755 estava fazendo de comer, com sua pequena taverna ; Manoel Raymundo, que era o seu rapaz, e da Carregação que lhe fiamos para Matto Grosso veyo agora estabelecer-se ; João Henriques, galego que apozentando-se de Marinheiro tentou fortuna, e ultimamente a alcançou neste tempo da Companhia ; Antonio Joze Caetano que ha poucos annos o tiramos do officio de alfayate e taverneiro. Domingos Joze Ferreira chamado caixeiro que foi do ditto Henriques. Joze Bentes, que vindo com a familia degradado, no nosso tempo, teve principio com huma taverna ; Ventura Joze seu filho, a quem o anno passado demos o seu primeiro principio, Manoel Joze de Bastos, criado, que aqui viemos achar do Coronel Correa, Manoel Duarte Gomes tão bem por nós principiado ; Manoel dos Santos Camelo marinheiro, e a este respeito quaze todos os que se denominão aqui homens de Negocio ; mas para que nos cansamos com estes individuos se athé o nosso Concervador, talvez por estar a auzentar-se e não se embarassar já com a felicidade ou infelici-

dade deste Estado, o alcançamos tão bem particista contrario da Companhia, pella amizade que tem com o Thezoureiro dos Indios de que elle he intendente. E para prova com esta pomos na prezença de V. Mces. a copia de hum requerimento a respeito de minos, que não tendo Jurisdição neste particular, nos obrigou a respondermos, parecendo-lhe que a nossa resposta, sendo Leigos, fosse mais a prepozito que servisse de documento a maldade daquelle Celebrado congresso.

Que conhecimento, que honra, ou que siencia he a destes grandes homens? aparem-se muito embora as pennas Feijoistas, e as dos mayores Letrados, por que o enfeite de sua retorica não poderá nunca escurecer a pratica, beneficio, e augmento, que a Companhia em tão pouco tempo tem feito nestes Estados do Pará, e Maranhão. Que producçoens, que fabricas, que casas estabelecidas hão de mostrar-ne que se criassem em perto de 200 annos de seu descobrimento, e de commercio livre. O Maranhão em todo aquelle tempo estava como huma Aldeya, e sem nome; de sorte que só hum de borrachas, e barras de ouro hião ali buscar os Commerciantes, que enquanto aos Navios o seu destino era para o Pará, e neste fazião tal ladroeira com o preço dos generos, que inventarão hum signal de pessa, estando as Embarcaçoens em Meya carga, e o cacau a 800 rs., era o signal para certificarem, que estava já carregada, e que só receberião o cacau a 500 e 600 rs. He tanta verdade, o que dizemos, que diante de nós o não poderão negar nessa Corte Joze Domingues, Manoel de Almeida Braga, Antonio Cardozo Saldenha, os Antunes, Pinhos, e ainda o Sr. Domingos Lourenço, se quizer lembrar-se. O augmento do Maranhão com a Companhia nestes poucos annos, é justamente zello do Sr. Joaquim de Melo, por terem que cortar e favorecer, he tão grande como palpavelmente se conhece nas



Alfandegas, na Navegação, e nas Nações Estrangeiras. O mesmo observamos hoje a respeito deste Estado, e muito mais poderia ser nas suas producçoens sinão estivesse na Cituação de fronteiras Estrangeiras, e pencionado com as continuadas expedicções de Matto Grosso, Javari, Rio Negro, e todas as mais Villas e Fortalezas da margem Septentrional deste grande rio das Amazonas confinante com as tres Potencias da França, Holanda, e Castela em cujas expedicçoens se empregão a mayor parte dos Indios, que pello contrario juntos com os escravos pretos faria o Estado muito mayor objecto.

Tão bem nos consta, que estão tirando huma devassa (não sabemos con que authoridade) a respeito de vender-mos pello miudo nesta Administração Ochalá tiveramos nós essa faculdade completa, que então faria muito mayor objecto o augmento do Estado; porque nos excessivos lucros com que vendem estes ratoens, absorvem em si todos os favores da Companhia, e todo o sangue destes moradores, o que certamente evitamos com tres loges de retalho, que salvando as suas quebras e despezas respectivas, fossem contentes, e lhe luzisse o seu trabalho. He verdade que a falta de dinheiro, em muitas occazioens nos tem sugeitado á miudeza com que he precizo, fazermos os pagamentos da Tropa. Operarios V.ª por ser do serviço de S. Magde. e de Ordem dos Ilmos. e Exmos. Snres. Generaes; os quaes tem conhecido todo o nosso obrar, e em tudo, e por tudo nos sugeiramos a tudo quanto os mesmos Snres. disserem ou informarem a respeito de todo o procedimento desta Administração, e do merecimento da Companhia neste Estado. O mesmo tem conhecido as Villas de Macapá, Villa Vistoza, Cametá, Mazagão, e Ryo Negro aonde se achão já moradores com excessivos estabelecimentos, e outras muitas mais como Gurupá, Tapa-

józ, Cerpa, Borba, Tabatinga, e Cayté.

Matto Grosso tão bem a Companhia o fez ver no tempo dos Exmos. Snres. Luiz Pinto de Souza, e seu Successor Luiz de Albuquerque, que os Moradores daquella Capitania lhe ficavão muito mais comodos de preços e de transportes todo o commercio que daqui tem transportado os seus Comboeyros ; de sorte que ainda passando fazendas a Cuyabá, serião aquelles moradores mais fellizes, e deixarão as que levão do Rio de Janeiro ahonde palpavelmente observámos com acistencia pessoal a mayoria de preços.

Emfim assim como estes ingratos fazem hum papel somente fundado na sua ambição e conveniencia particular, assignado pella plebe, tãobem nós se nos fora licito fariamos o gosto da principal Nobreza, e lavradores de todo este Estado que nos perceguem para assignar algum papel que tão bem a respeito da felicidade quelhes rezulta da Companhia nos houvessemos de fazer, porem conhecemos ser desnecessario.

Foi tanto do agrado de DEOS o estabelecimento desta Companhia que deixando infinitos exemplos queremos só lembrar-nos da sua feliz navegação no decurso de 21 annos ; quando no tempo da Praça, e ladroeira dos dinheiros de risco a cada passo se perdião Navios nestes baixos. Tão bem não deve esquecernos a concervação dos preços dos generos deste Estado, especialmente do cacau, em que estes moradores tem alcançado effectivamente quaze o dobro do preço que antes percebião, além do mayor numero de arrobas que colhem, sem o discommodo de hirem ao Certão como dantes fazião, e sem que por isso chegacem os annos desde o de 1726 a corresponder-lhe para mais de 40.000 arrobas huns por outros como temos examinado.



Sendo a introducção dos escravos tão bem hum dos objectos mais ponderaveis, e que em todos os portos deste Continente do Brazil se vendem nas primeiras mãos com o dinheiro a vista, ao mesmo tempo que neste Estado está a Companhia fiando toda a sua escravatura a estes Collonistas, e com este incomparavel auxillio da Companhia he que vai luzindo o seu novo estabelecimento : perguntando agora a estes insaciaveis ambiciozos qual dos dois referidos cistemas ão ou podem seguir ; parece-nos que obrigados a responder, os estamos ouvindo a cada hum per si, dizendo eu sou homem de Negocio, trago as minhas fazendas, e os meus escravos para os vender não só o dinheiro a vista ; mas tãobem pello mais alto preço que poder alcansar este he o objecto do meu officio e da minha obrigação, e se não digão-me, como eu hei de responder na volta dos Navios aos meus credores em Lisboa, às razoens do meu officio, e do meu adiantamento ; estas circunstancias devem ser inceparaveis da minha lembrança, para concervação da minha caza, e do meu credito ; as quaes ( sem fazer offensa ) são as que devo observar, e as que me devem occupar todo o disvelo, e cuidado ; que emquanto ao Estado o hir elle para diante, ou vir para tras, isso são delicadezas que não pode alcançar a minha esfera, nem as minhas posses, nem tãobem devo occupar a imaginação com essas couzas porque não são da minha obrigação.

Esta he a concequencia mais infalivel de toda a deligencia que fazem estes ingratos preocupados somente na lembrança do sangue deste povo, que ainda a 21 annos começou o seu estabelecimento.

Este desconcerto, e principio de dezordem, que vão occazionando estes moradores nos tem posto na mayor consternação, e sem que desde o mez de Junho tenha nenhum concorrido com hum só vintem, de

modo que athé para o açougue mandamos bilhete. E assim de não seguirse logo o prompto remedio que se necessita com a ultima decizão, he impossivel podermos concervar-nos que senão fosse a honra com que publicamente nos protege e á Companhia, o Illmo. e Exmo. Sor. General, teriamos já experimentado mayores dissabores.

Bem certos estamos que esta nossa narração não ha de parecer aos olhos de V.Mces. paixão particular mais da que permite a honra, e a fidelidade de que devemos ter a DEOS, a El Rey e a V.Mces. como Cabessas principaes da Junta dessa Administração Geral, que nos sustenta; E muito principalmente lembrando-se V.Mces. da dimissão que Antonio Coutinho tem suplicado, e todos os dias espera, sendo do agrado de V. Mces.

Devemos tãobem dizer a V. Mces. que o mesmo Diogo Joze Pereira que fez o papel a estes, vay juntamente feito delles seu Procurador nessa Corte, e juntamente seu Primo Joze Pereira de Brito, Letrado bem conhecido ; Elle leva juntamente grande porsão de ouro seu, além do que ainda lhe ficou em Matto Grosso para donde se supoem tão bem estabeleceo já suciedade com Manoel Raymundo Alves desta Cidade em ordem a sua milhor sobrança.

He já tal o dezaforo destes homens que aleivozamente pozerão hum requerimento hontem na prezença do Sor. General em nome de hum degradado Gregorio Xavier de Sylva e Almeida dizendo que no Navio Belem tinhão os Administradores embarcado em caixotes 180$000 em moeda Provencial, e que como a Companhia estava acabada queria embarcar hum pouco de cacau com que se achava visto a Companhia tãobem o não pagar V.ª. Esta acção nos deu a conhecer a pertenção de João Henriques que o tem comprado a 96rs. aos mizeraveis, e juntamente a Thezouraria no depozito que tem feito de varios generos ; e como o Sor. General descompoz ao pertendente, continuarão ainda com as suas costumadas Justificaçoens e juramentos falsos, estribuando-se ao fundamento de que a sua loge, e o seu negocio he a sua lavra, e que dali procede a remeça que fazem de effeitos.



A pureza com que temos descorrido em todo este particular nasse da inceparavel obrigação de fieis, e nacionaes Vassallos, que somos, e juntamente subditos de V. Mces. a quem pedimos nos desculpem. DEOS Gde. a V.Mces. ms. anns. V.ª.

De V.Mces.

Os mais reverentes e fieis Cdos.
Ant.º Coutinho de Almd.ª
Manoel Joze da Cunha

---

Archivo do Conselho Ultramarino — Maço n.º de ordem 516

— Está conforme, Inspecção geral das bibliotecas e archivos publicos.

Lisboa, 16 de outubro de 1901.

O Secretario Geral, Thomaz Lino d'Assumpção.

# 11.

## A ECONOMIA AMAZONENSE NO PERÍODO COLONIAL

O TERRITÓRIO que compõe, na organização política brasileira, o Estado do Amazonas, revelado ao mundo pela ação do conquistador lusitano, que lhe penetrou a hinterlândia assentando as fronteiras e plantando os núcleos humanos, só foi trabalhado intensamente para as realidades econômicas, no século XVIII. No século anterior, encontramos a obra realmente gigantesca dos sertanistas e dos missionários, que reconheciam o ambiente e tomava contacto com as riquezas materiais e humanas, representadas nas reservas gigantescas da flora e da fauna e nos rebanhos grossíssimos de gentilidade. Nesse período, a terra foi examinada, suas possibilidades foram avaliadas, os recursos para o aproveitamento das riquezas propostas em suas melhores expressões de energia e capacidade dos sertanistas. Os cronistas, à luz dêsses informes, seguramente exaltados, divulgaram as excelências ao espaço amazônico com aquêle prodigioso encantamento que caracterizou todo o descritivo relativo aos espaços que o homem acabava de encontrar no hemisfério ocidental.

Sertanistas e missionários, iniciaram assim, nesse período, a criação do domínio, dando também os passos iniciais no tocante ao aproveitamento dêsses elementos úteis à vida em suas formas materiais. Destarte, tôda a especiaria que se acumulava no alto sertão foi sendo colhida e exportada para Lisboa, de onde tomava outra direção, distribuída pelos maiores mercados consumidores da Europa. Essa especiaria era chamada "droga do sertão" e se representava no cacau, na baunilha, no cravo, na canela, no puxuri, na salsa, nas sementes oleaginosas, nas raízes aromáticas, nas espécies variadíssimas de madeira, de logo empregados nas construções que se levantavam no Reino. Tôda uma economia primitiva, de apêlo fácil ao meio, que tudo entregava sem que o

homem tivesse outro trabalho maior que o de atingi-lo para a colheita. Economia, evidentemente, apropriativa, revelando processo de infância da evolução que começava na Amazônia.

Ainda para êsse período é necessário recordar que havia incentivos oficiais os mais amplos, para essa recoletagem intensa a que se procedia. O govêrno português, a braços com as dificuldades que se verificavam no Oriente, de onde não vinha mais, com a mesma abundância e facilidade, a especiaria que enricara a nação e lhe criara posição singular no concêrto europeu, apelava agora para o nôvo velocino que encontrava no extremo-norte do Brasil. A corrida para a hinterlândia amazonense era em parte, evidentemente, uma conseqüência direta dêsse incentivo governamental.

No século XVIII, pontilhado o sertão de povoados criados pelos Missionários, povoados, já se vê, em que a população se recrutara totalmente no gentio, algarismado em muitos milhares de indivíduos, identificada conscientemente a produção espontânea, a irradiação do sertanista que a procurava não cessou. Carregaram-se para Belém, de onde embarcavam para a Lusitânia européia, algumas toneladas de "drogas". Flotilhas de embarcações de todos os tipos e tamanhos, desde a "ubá" indígena à "coberta", de adaptação alienígena, movidas pelo braço do nativo, que dava tudo e sem o qual nada se realizava de seguro naquela mesopotâmia fluvial, cortavam as águas amazônicas, conduzindo, transportando essa produção nativa. Os próprios missionários, tocados pela miragem dessa riqueza terrena fugiram um pouco às obrigações espirituais, mobilizando seus catecúmenos para a emprêsa mercantil. Belém, a essa altura, era uma feira movimentada, pelo contrôle que exercia sôbre todo êsse comércio de proporções tão largas. No Amazonas, que os cronistas denominavam "Certam das Amazonas", não havia pousadas com ares urbanos para as gentes ibéricas ou mamelucas. Além dos sítios de evangelização dos Religiosos, apenas feitorias que se mudavam quando o sertanista encontrava melhor ponto de apoio para o cometimento aventureiro. Um fisco vigilante, assentado em



Pauxis, hoje Óbidos, e em Gurupá, registrava as embarcações condutoras das "drogas", taxando-as de acôrdo com a legislação em vigor.

Nesse mesmo século XVIII, porém, a situação se modificaria sensìvelmente, da quinta década em diante, com as providências vindas do Reino e cumpridas no vale a respeito do tratamento da terra. Ao lado das colheitas da "droga", o colono devia plantar as espécies nativas e aclimar as espécies alienígenas. Estávamos diante de um plano de valorização do extremo-norte, plano que se desdobraria sem cessar até o fim do ciclo colonial. Isenções de impostos, favores e garantias foram decretados. Sesmarias foram concedidas como prêmios. Instrumentos agrários e outros gêneros para o trabalho foram distribuídos. Centenas de casais de açorianos, mandados instalar em colônias que se fundaram.

No Amazonas, os efeitos dessa política tão sábia sentiram-se de logo. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, instalou a capitania de São José do Rio Negro, passo inicial para a conquista de resultados sensíveis para a nova ordem de coisas que se projetava, fixou-lhe os limites, decretando medidas dentro dos rumos que decorriam das intenções claríssimas do programa expedido de Lisboa, inclusive a localização de povoadores, a organização de centros urbanos como Barcelos, Moura, Borba, o estabelecimento regular de pesqueiros e o início de ensaios agrícolas necessários à alimentação dos elementos humanos que começavam a vincular-se ao nôvo **habitat.** Ao mesmo tempo que se vinculavam mais seguramente os rebanhos nativos, mercê do regimento do "Diretório", pelo qual se estatuíam regras para a vida do gentio e seu contacto com o colono.

Os governadores mandados servir na capitania nem sempre souberam cumprir o dever atirando-se ao trabalho que fizesse realidade compensadora o plano de valorização do mundo amazônico. Muitos dêles serviram mais os próprios interêsses. Dois, todavia, deixaram o nome gravado por atuação notável : Francisco de Melo e Póvoas e Manuel da Gama Lôbo d'Almada. Aquêle, diligenciou

em vigilância direta pela execução do programa agrícola que recebeu. Êste, destacou-se por iniciativas pessoais de grande porte que o consagraram como a visão mais esclarecida dos problemas que o Amazonas oferecia, àqueles tempos, ao entendimento de seus condutores.

A administração ultramarina de Portugal na Amazônia não se reduzia, porém, à figura excepcional do governador. Havia, mais, o intendente do Comércio, Agricultura e Manufaturas, com atribuições especializadas e obrigações de natureza técnica que lhe asseguravam uma posição destacada na aparelhagem política. Entre outros de seus deveres, figurava o de fomentar a lavoura, incentivar o comércio e criar e regular a produção manufatureira com o aproveitamento da matéria-prima, abundante na região.

Como os governadores, intendentes pouco diligenciaram na exação dos imperativos administrativos que lhes cumpriam obedecer. Apenas três nomes merecem referência especial pelo que realizaram : Lourenço Pereira da Costa, Antônio José Pestana da Silva e Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. E dos três, êste o que na realidade impõe admiração, pois produziu com uma objetividade de que se conheceram os resultados mais animadores e consagradores.

Em sessenta e cinco anos de evolução sob o domínio português, a capitania viveu experiências constantes. A mil e um ensaios se procederam, com os êxitos mais incertos. A natureza não permitia vitória fácil, total, ao ádvena. O trabalho foi regulado por legislação, especial decretada com atenção particular às contingências e diferenças impostas pelo ambiente. O braço era, para todos os serviços, o do gentio, recolhido nos altos rios, caçado, negociado, explorado por todos os meios. Sem êle não se andava para frente. Êle sabia de tudo quanto se referia à terra. Conduzia a canoa, cuidava da lavoura, movia as fábricas, ensinava o viver ao colono reinol.

Êste viera em porção pequena para a capitania. A massa açoriana ficara no Pará. A única colônia agrícola fundada no ter-



ritório da capitania no vale do Madeira, a do Crato, não recebera imigrantes que não fôssem degredados e ciganos. A população para ocupar tôda aquela porção gigantesca do espaço amazônico, jamais se totalizou por altos números. Em 1751, contavam-se trinta mil fogos. Estimavam-se em cem mil os habitantes, isto é, cem mil nativos aldeados pelos missionários nas quarenta e seis aldeias distribuídas pelo baixo Amazonas, Madeira, Solimões e rio Negro. Em 1775, somavam-se 936 brancos, 193 africanos, 10.620 índios aldeados. Em 1790, 1.176 brancos, 11.320 índios, 468 africanos. Em 1796, 1.485 brancos, 12.154 índios e 492 escravos. Em 1810, os fogos somavam 1.619; os habitantes livres, 3.071; os escravos, 729; os índios aldeados, 11.435.

Epidemias violentas de varíola abriam claros tremendos na população, principalmente a nativa. Os descimentos realizados para cobrir êsses claros não satisfaziam. O regime da escravidão, condenado do Reino, continuava, com a cumplicidade das autoridades.

Conseqüência de tudo isso foi que a produção sofreu altos e baixos sensíveis. Ora era uma circulação apreciável de gêneros cultivados ou colhidos à selva, ora era um decréscimo que penalizava, indicando o enfraquecimento quase espetacular da produção. Assim, plantou-se café, algodão, cacau, anil, tabaco, milho, feijão, cana de açúcar e maniba. Essa, aliás, a espécie mais cultivada porque dela saía a farinha, fundamento de tôda a alimentação dos nativos, e à qual o próprio reinol e seus descendentes se afeiçoavam.

Em 1775, havia por exemplo, 220.920 pés de café, 90.350 de cacau, 47.700 de tabaco, 870 de algodão. Em 1818, no Solimões já havia sítios com 20.000 pés de café. Em 1787, o tabaco valia Cr$ 4.000 a arrôba; o café, Cr$ 2.600; a salsa, Cr$ 6.000. Em 1818, o tabaco cotava-se a Cr$ 8.000 a arrôba; o café, a Cr$ 3.200; o cacau, a Cr$ 1.600; o anil a Cr$ 32.000; o algodão em carôço, a Cr$ 800. Um pote de manteiga de tartaruga comprava-se a Cr$ 3.200; um alqueire de castanha, a Cr$ 200.

O volume da produção espontânea, ao findar o ciclo colonial, sobrepujava ainda o volume da produção cultivada. O gado, criado no vale do Rio Branco, crescia vagarosamente. Os pesqueiros, fôssem os oficiais, isto é, os mantidos pelo govêrno da capitania para as necessidades dos soldados e funcionários públicos, fôssem os explorados nas praias do Solimões pelos comerciantes, não asseguravam grandes lucros, embora nêles se trabalhasse sob processos primitivíssimos, em que ainda o nativo era o mestre e guia seguro. As manufaturas não passavam de : olarias para telhas, potes e outros artefatos singelos, teares para o beneficiamento de algodão e preparo de fardamentas da soldadesca e da indiada; pequenos estabelecimentos para o fabrico de velas, cordas e calabres de piaçaba, sabão, secamento de peixes, beneficiamento do anil, farinhas e açúcar. Todo êsse equipamento manufatureiro, em que o operário era o nativo e o mestre o reinol, datava dos fins do século, de iniciativas e vontades do general João Pereira Caldas e do gênio criador e do pulso executor do governador Manuel da Gama Lôbo d'Almada.

O dinheiro circulante não era o amoedado. Fazia-se troca. Pagava-se em gêneros. Só os funcionários e um ou outro felizardo possuía moeda nacional. No Solimões, circulava intensamente, durante o período das demarcações dos limites com as colônias espanholas o pêso espanhol. As rendas da capitania, dirigida por uma Provedoria de Fazenda, que funcionou em Barcelos e por fim no Lugar da Barra, hoje Manaus, jamais se mostraram elevadas. No período de Lôbo d'Almada não houve aperturas. Bem governada a região rendeu para tôdas as despesas. Antes e depois, porém, as diligências e serviços do Estado pagavam-se com os recursos que vinham da Provedoria de Fazenda do Pará. Os próprios dízimos cobrados nas vilas e povoações para as necessidades locais não foram amplos.

Quando se encerrou o ciclo colonial, as condições econômicas da capitania não eram boas. Um balanço rigoroso, procedido em forma de devassa realizada para averiguar fatos criminosos imputados à responsabilidade do governador, serve ao conhecimento dessa triste realidade: estavam fechados quase todos os estabelecimentos manufatureiros; a lavoura sofria os efeitos de uma sensível paralisação do trabalho; nos pesqueiros diminuíra também a atividade. As rendas como que se sumiam, mercê de manobras muito pouco limpas do governador, sôbre quem pesava a acusação de causa principal, pelo escorchamento do produtor, de todo aquêle panorama negativo. A paisagem econômica, destarte, apresentava índices desanimadores.

# 12.

# A LÍNGUA PORTUGUÊSA E A SUA IMPOSIÇÃO NA AMAZÔNIA

O PROCESSO de conquista ou de incorporação da Amazônia ao império ultramarino português não diferiu do que experimentara como êxito em outras partes do mundo. Em conseqüência, além da ação da autoridade civil e militar, da emprêsa econômica do colono, houve também a interferência permanente, profunda e cheia de sucesso dos Missionários, que catequizavam, organizando as sociedades indígenas sob novas normas, e procurando destribalizá-las, assim amoldando-as para um sistema de vida que lhes surgia como uma revolução.

Começou essa conquista no ano de 1616, mês de janeiro, quando Francisco Caldeira de Castelo Branco lançou os fundamentos do primeiro núcleo militar-urbano, o Presépio e Belém. E prosseguiu, pelos anos adiante, em meio aos obstáculos apresentados pela natureza regional, ou criadas pela hostilidade de concorrentes europeus e de grupos indígenas que ofereceram oposição à permanência de Portugal. Prosseguiu, com o mais absoluto sucesso, permitindo, dois séculos decorridos, a existência de uma base física imensa, em que se promovia intensa atividade social, econômica, política e espiritual. Tôda uma admirável página de trabalho fôra realizada. A agressividade ambiente não constituíra uma fôrça negativa suficientemente forte que tivesse, de qualquer forma, perturbado, retardado ou impedido aquêle esfôrço de rendimento tão palpável. Os portuguêses, no seu destino histórico de criar uma nova humanidade, fundindo-se com as multidões nativas, ou de integrar-se nos espaços tropicais, estavam, mais uma vez, demonstrando a permanência de tôdas aquelas qualidades, que se não haviam perdido com o passar dos tempos e as mudanças de técnicas, de concepções de vida, de comportamentos sociais e políticos. A Amazônia, apesar de tôda a sua estrutura indígena,

era uma grande província de Portugal, destacada do Brasil, a que se não vinculara ainda. Era uma província de Portugal por todo o trabalho de imposição das características fundamentais do grande povo na sua obra de expansão, características tão bem indicadas por Mendes Corrêia, Jorge Dias, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. E mais admirável, se considerarmos que obra de tamanhas proporções esteve a cargo de um contingente quantitativamente sem expressão, contingente que não dispôs ao seu lado, para criar riquezas, da multidão africana, como sucedeu no nordeste, e por isso valeu-se da multidão local, com que soube entender-se, dando nascimento a uma sociedade mais condicionada aos rigores locais e às particularidades da natureza amazônica, tão distinta das que assinalavam as outras regiões que êles haviam descoberto, revelado e possuído.

Embora marcado pelo sucesso, o esfôrço português na Amazônia teve pela frente dificuldades que só foram vencidas pela constância, pela tenacidade, pela execução de uma política intensiva. Foi o caso, por exemplo, do uso da língua, trazida no Reino.

Quando os portuguêses atingiram a Amazônia, iniciando-lhe a conquista, encontraram a região ocupada por infinidades de grupos indígenas que se distribuíam ao longo da calha central do rio Amazonas e pelas margens dos afluentes que compõem a grande bacia hidrográfica.

Êsses grupos indígenas apresentavam índices culturais os mais variados. Identificados com o meio, sabiam, porisso, utilizá-lo, o que lhes assegurava a permanência e o domínio integral da floresta, das águas e das outras sociedades animais que viviam na floresta e nas águas. Não falavam uma língua única. Ao contrário, os dialetos em que se exprimiam eram também os mais variados. Antônio Vieira, que estava na região na fase da expansão, em contacto com tais grupos de primitivos, referindo-se



a êles, na multiplicidade de aspectos que ofereciam, assinalou que compunham uma verdadeira "babel". A variedade dos falares era tal que lhe dera aquela impressão, imediatista, que, na realidade, não estava muito distante da verdade.

Não vamos aqui, no entanto, examinar em minúcias o que seria essa "babel". Não se fêz ainda um levantamento seguro dos falares dos primitivos regionais. O que se pode e deve registrar agora, e é o suficiente, é que muitos dêsses falares foram objetos da atenção dos religiosos que vieram fazer a Amazônia, operando sôbre a multidão gentílica, para trazê-la ao regaço da autoridade e à soberania política de Portugal. Vocabulários e gramáticas foram organizados no decorrer dos contactos culturais havidos entre êles. Poucos, é certo, mas nem por tal desprezíveis no balanço, que se impõe, do que representou a contribuição dos Religiosos na Amazônia para a constatação menos empírica do que distinguia culturalmente os grupos indígenas locais com que se defrontavam.

Na execução de seus projetos políticos naturais de dominação efetiva, os portuguêses deviam cuidar da incorporação das sociedades indígenas não apenas pelos novos hábitos, pelas novas atitudes, pelo nôvo comportamento, mas, também, pelo uso do idioma que traziam consigo e lhes marcava a maior distinção no quadro cultural da Ibéria. Êsse uso, pelo trato direto com os indígenas e pelo ensino a ser ministrado nas escolas que montassem e a que comparecessem não apenas os filhos dos colonos mas, igualmente, a criançada indígena.

Sucede, porém, que não houve escolas em porção bastante para a realização da emprêsa de mudança cultural. E no trato com os indígenas, o que ocorreu foi justamente o contrário : o colono português aprendeu-lhes os falares, que lhes serviam no comércio dos interêsses recíprocos. E' êsse o depoimento dos cronistas, dos viajantes e das autoridades. O conflito entre o português, idioma, com as línguas e dialetos de emprêgo diário das populações primitivas, amazônicas, era evidente. O sucesso

maior coube, porém, a êstes, que puderam impor-se, o que era profundamente perigoso aos projetos políticos de domínio dos portuguêses. E em que proporções e resultados atuavam os Religiosos ?

A Companhia de Jesus, que teve sôbre seus ombros a maior da emprêsa de catequese no grande vale, enfrentando o problema, teria desservido àquele objetivo de política cultural dos portuguêses. E isso, porque não teria ensinado, ao gentio em suas mãos, o idioma nacional de Portugal. Essa a acusação que lhe foi feita e de que se defendem. Vejamos os textos das acusações e das defesas, fundamentais para o conhecimento do problema, na gravidade por que êle se apresentava. A primeira acusação datou de 1729, quando Paulo da Silva Nunes, como procurador dos moradores do Maranhão, dirigiu-se a S. Majestade reclamando contra a ação daqueles missionários. Disse na oportunidade :

> "Esquecendo-se do augmento espiritual dos Indios das missões, de sorte que devendo ensinar-lhes a lingua portuguesa e alguns a ler para perceberem com mais clareza a doutrina evangelica, e se fazerem mais trataveis e melhores vassalos de Vossa Magestade, os conservão só com a lingua, a que chamão geral naquelle Estado, que differe I muito pouco da bruta linguagem, com que sahem dos sertões, no que os imitam tambem os moradores, que não podem obriga-los a aprender a lingua portuguesa, sem especial ordem de Vossa Magestade; porque sem ella lhes fugirão para as missões, donde os missionarios os conservão sem quererem restitui-los a seus amos, cuja desordem não podem remediar os governadores, nem os mais ministros de Vossa Magestade, pela ampla jurisdição, que têem os missionarios, e os seus prelados, não só nos Indios das missões, mas também nos dos moradores".



Na defesa, a cargo do padre Jacinto de Carvalho, visitador-geral das missões do extremo-norte, e datado de 19 de dezembro de 1729, alegou-se :

> "Queixa-se neste ponto o procurador Paulo da Silva que os missionarios esquecidos do bem espiritual dos Indios, que lhes não ensinão a lingua portugueza : (melhor diria se podesse dizer com verdade) que os missionarios esquecidos do bem espiritual dos Indios, lhes não aprendião a sua lingua, mas queixar-se que se esquecem do bem espiritual, porque lhes não ensinão a lingua portugueza, confesso que não penetro a razão desta queixa; sómente se quer dizer, que os Padres se esquecem do bem espiritual dos Indios porque lhes não ensinão a doutrina cristã, como fazem os poucos brancos do Pará, que lhes ensinão, e alguns certos missionarios, de sorte que fallando uns e outros, com os Indios, pela sua lingua, lhes ensinão as orações e doutrina pelo portuguez que elles não sabem, nem entendem; e isto é muito louvavel entre todos, principalmente entre os que não sabem a lingua dos Indios e como assim os que não sabem, como ainda os que a sabem, nenhum delles sabem as orações pela lingua dos Indios, posto que as podião saber e ensinar pelo cathecismo que a Companhia tem feito imprimir, estranhão assin os governadores, como os moradores, que os Padres os não ensinão pela lingua portugueza, pelos não quererem ensinar a fallar portuguez : como se fôra o mesmo, saber ajudar á missa em latim, que saber fallar e entender o latim.
>
> O que mais é, e o que mais estranhão, é não quererem os religiosos da Companhia baptisar alguns Indios dos portuguezes, e sabendo muito bem as orações e doutrina pelo portuguez, se lhe perguntão que couza é baptismo, quem é Deos, quem é Nosso Senhor

Jesus Christo, não sabem responder, mas se os religiosos da Companhia os não baptisão não faltão outros sacerdotes, que intrepidamente, e sem escrupulo os baptisão.

O maior cuidado dos religiosos da Companhia é, aprender a lingua dos Indios com quem hão de tratar, e a quem hão de ensinar os mysterios da nossa santa fé, e pouco ou nenhum cuidado poem já hoje em lhes ensinar a lingua portugueza. A razão de estudarem com todo o cuidado a lingua dos Indios, é porque esta é a sua primeira obrigação, para haverem de os ensinar a confessar. "Quanto peres (diz o Padre Jozé da Costa, de procuranda Indorum salute lib. 6, cap. 13) disiderectur linguœ Indorum peritiœ, hocmaxime loco apparet cum nec pœni tuntiam crimina aguoscera, nec salutanter providere, nise lingua, ministerio possit." Ensinão os Indios, sem os Indios entenderem o que se lhes ensina, que couza é senão estarem ensinando papagaios a fallar : que couza é senão como diz S. Paulo, estar fallando ao vento. "Ita et vos per linguam nisi manifestum sermonem de deritis quœ modo sciœturid quod dicitur ? eritis enim in aire loquentes. Ad Corinth. 1.°, cap. 14, n. 9". Por isso Christo não mandou prégar os apostolos ás gentes, senão depois de lhes dar o dom de linguas, e por este dom dava S. Paulo muitas graças a Deos, porque sem elle nenhum fructo nas almas colheria do seu zelo, e dos seus trabalhos. "Gratias ago Deo neo quod omnium vestrum lingua loquor. Ibi n. 18 e de quanta obrigação seja nos missionarios saber a lingua dos Indios, se póde ver em Frei João Baptista in advert. Confest. Indos apud Solorz. de Indior. guber. no lib 3.°, cap. 15, n. 82, onde diz. Tam suscipients doctrinas sine hac peritia lingœ Indorum, quœm nominantes, moraliter peccare, nec absolvi posse, vel super hac obligatione, nec á Papa dispensari



quia pertine adjusdivinum, et naturale in dannum animarum".

A razão de já hoje não pôrem nenhum cuidado os missionarios em ensinar a lingua portugueza aos Indios, é por alcançarem por experiencia, ser este seu trabalho inutil. Os moradores nascidos no Pará, sabem primeiro fallar a lingua dos Indios, do que a portugueza; por que como não bebem, nem se crião com outro leite mais, que com o das Indias, com o leite bebem tambem a lingua, nem fallão outra, senão depois de andar alguns anos na escola e tratarem com os Portuguezes, que vão de Portugal, e com esta communicação, os Portuguezes nascidos no Pará, aprendem a fallar portuguez, e os que vão do Reino, aprendem a fallar a lingua dos Indios. As mulheres é que ficão com maior ignorancia, porque nunca sabem fallar senão um portuguez tosco, e é necessario haver nas igrejas confessores peritos na lingua, para as poder confessar, de sorte que ellas se possão explicar, e o confessor entender. Sendo isto assim, é tambem certo, que os Indios das aldêas, mais tratão com os Portuguezes, do que com os missionarios; porque com os missionarios quando muito, só chegão estar dous mezes no anno, que é os mezes de Agosto e Setembro; donde ainda que os missionarios lhe ensinem algumas palavras da lingua portugueza, nestes dous mezes, como os Portuguezes nos dez mezes seguintes, não fallem com elles, senão pela sua propria lingua dos Indios, quando voltão para as aldêas, já se não lembram, nem das palavras que os Padres lhes tinhão ensinado; pelo que a ordem que requer o dão procurador Paulo da Silva, para os missionarios, de deve muito especialmente mandar passar, para os moradores do Pará, mandar-lhes que nem entre si, nem com os Indios fallem, senão pela lingua portugueza, com que não

poderá ter effeito, sem que primeiro se prohiba, que os filhos, e filhas dos Portuguezes, não sejão criados por Indios da terra, no que se faria muito serviço a Deos, e a republica, e se evitarião os muitos vicios, e mas inclinações, com que ficão por toda a vida, com esta má criação".

O governador João da Maia da Gama, que se mostrava simpático aos Jesuítas, falando no pleito que se abria, afirmou, a propósito :

"Emquanto ao ultimo capitulo de aprenderem os Indios a lingua portugueza e os missionarios lh'a ensenarem, pedi eu governando aquelle Estado a Vossa Magestade, que foi servido responder-me e mandar recommendar aos prelados das religiões, que depois de catechizados na fé pela lingua, lhe ensinassem a portugueza; e ao que responde o Padre visitador geral da Companhia Jacintho de Carvalho, digo, que se todos os que se reduzem, fossem da lingua geral, justissimo era, que só se ussasse do cathecismo, mas se elles não sabem a lingua geral, tanto importa perguntar-lh'o na portugueza quem é Deos ? Como na lingua geral quem é Tupana ? porque tanto entendem elles a lingua portugueza, como a geral, se é differente da sua, e se os missionarios lhe hão de ensinar a lingua geral, porque lhe não hão de ensinar a portugueza, e a isto não ha mais resposta, que uma, e é forçoso, e vem a ser, que o Indio novamente descido, que não é da lingua geral, poderá ouvir e ser só ensinado do Padre a lingua portugueza um quarto de hora ou meia, ou uma cada dia, e o resto do dia e da noite passa fallando, conversando e tractando com os outros Indios, e com este continuo tracto aprendem mais facilmente a lingua geral que a portugueza, e assim parece justo, que na geral se doutrinem; mas recommendando-se aos prelados, que aos pequenos, e já aldêados, fação fallar portuguez uns com os outros, e dar-lhe alguma palmatoada, quando os ouvir fallar pela lingua, e é certo, como eu experimentei nesta viagem, que enquanto elles têm Indios ou pessoas que entedão a lingua geral, nunca querem fallar a portugueza".



O processo era ruidoso : os Jesuítas sofriam uma forte acusação, que não se limitou àqueles procedimentos sob censura. Defendiam-se com o mesmo ardor. No tocante ao ensino do português, o que ficou apurado, no entanto, valeu como uma confissão. — não se ensinava o português ao gentio sob catequese. Mas explicava-se o porque da situação, num quadro realístico do momento cultural que se vivia na região. Brancos e índios preferiam entender-se nos falares locais, a "Língua geral", que os Inacionais haviam disciplinado como língua franca para as relações sociais de todos. O fato era real e decorria das condições especialíssimas do meio agreste, que só a pouco e pouco poderia ser alterado naquela fisionomia primária de então. A alegação era absolutamente exata. A defesa não expressava uma saída, mas uma verdade positiva.

A acusação significava, contudo, que havia legislação visando ao ensino da língua portuguêsa. Essa legislação estava consubstanciada nas seguintes ordens régias : de 12 de setembro de 1717, 2 de dezembro de 1722 e 12 de fevereiro de 1727.

Leiamos as duas primeiras :

"Dom João por Graça de Deos Rey E. Ca. Faço saber avós João da Maya da Gama Governador e Capitão General do Estado do Maranhão que se vio a Conta que medestes em Carta de 28 d'Agosto deste prezente anno em que me daes conta das Provincias que ha nesse Estado dos Religiosos Capuchos de Sto. Antonio e os Conventos, e Hospicios que nelles tem, e do bom procedimento que tem os seus Religiosos nas Aldeas,

que são da sua admenistração, e que seria mui conveniente ao serviço de Deos e Meu que não só as instruão na Religião Catholica nasua mesma lingua, maz que os encinem afalar Portuguez; Mepareceo dezervos, que aos Provinciaes, e Comissario Geral de Nossa Senhora das Merceis, ao Provincial dos Religiosos de N. Senhora do Monte do Carmo desse Estado, e ao Provincial dos Capuchos de Sto. Antonio do Curral desta Cidade de Lisboa, que os Missionarios que houverem de por nas Aldeas, que lhe estão entregues sejão muito praticos na lingua dos Indios, que houverem de Missionarem como fazem os Padres da Companhia de Jezus; por que não sendo sientes nadita lingua todo o trabalho que tiverem em as doutrinarem, será enutil, e sem fruto, e que depois de estarem capacitados na verdadeira fé, lhes ordenarem ponhão todo o cuidado em que os ditos Indios saibão alingua Portugueza, por que assim mais facilmente recebão com mais conhecimento anossa Religião; de que vos avizo para que tenhaes entendido aresolução, que fui servido tomar neste particular : El Rey Nosso Senhor omandou por João Telles da Silva, e Antonio Ultramarino, e sepassou por duas vias. Antonio Cobellos Pereira a fez em Lisboa a 2 de Dezembro de 1722. E.Ca.

"Dom João por Graça de Deos E. Ca. Faço saber avós Superior das Missões dos Religiosos da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão que se tem por noticia que asim os Indios que se achão aldeados nas Aldeas que são da admenistração davossa Religião, como os que nascem nellas, e outro sim dos que novamente são decidos dos Certões e se mandão para viver nas ditas Aldeas não só não são bem instroidos na Lingua Portugueza, maz que nenhum cuidado sepoem em que elles a aprendão, de que não pode deixar de resultar hum grande desserviço de Deos e Meu poes se elles



sepuserem praticos nella mais facilmente poderão receber os mysterios da fé Catholica, eter maior conhecimento da lus da verdade, e com esta inteligencia milhor executar em tudo o que pertencer ao Meu real serviço eterem maior afeição aos mismos Portuguezes recebendo-se por este meio aquellas utilidades que sepodem esperar dos ditos Indios seguindo-se ainda maiores se os enclinarem e redusirem atrabalharem nos officios mecanicos, pois a muito menos preço terão as obras os moradores do dito Estado com que nesta consideração; Mepareceu ordenarvos (como por esta o faço) de que ponhais neste particular hua tal e tão eficaz deligencia de que os ditos Indios que são da vossa repartição se fação mui praticos na Lingua Portugueza, maz que uzem dos taes officios mecanicos para suprirem afalta dos operarios brancos que não ha nessas partes que sertamente se tirão por grande conveniencia o seu servisso pelo beneficio que disso sepode conseguir, e como esta materia he tão importante espero que tenha que vos louvar muito e aos vossos subditos;

El Rey nosso Senhor o mandou por Antonio Roiz da Costa e o Doutor Joze Carvalho d'Abreu, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e sepassou por duas vias.

Antônio de Cobellos Pereira afez em Lisboa Ocidental 12 de Fevereiro de 1727. E. Ca."

Em 23 de julho de 1728, o Capitão-General Alexandre de Goya Freire ordenara, em bando, cumprindo determinações anteriores de Sua Majestade, que além dos Religiosos, os moradores que tivessem índios a seu serviço lhes ensinassem ofícios mecânicos, doutrina cristã e língua portuguêsa. (Melo Moraes, "História dos Jesuítas", tomo 2, pag. 257).

Nenhum ou muito pouco efeito produziu, porém, essa legislação. Ninguém a cumpria. E em face do "bando" governamental verificara-se que os colonos não podiam atirar pedra nos Religiosos. Cometiam as mesmas faltas. O costume, a resistência do meio social era mais forte que a vontade das autoridades. É tanto assim que, em 1759, governando Mendonça Furtado, irmão de Pombal, deparou-se-lhe um quadro que lhe causou pasmo e indignação. Vejamos, a palavra do Capitão-General :

"Illmo. e Exmo. Snor. A V. Exc. hebem constante as repetidas Ordens que os Nossos Augustos Monarchas expedirão paraque em beneficio commum deste Estado seextinguissem aperniciosa e abominavel lingoa que aqui improprissimamente derão o nome de geral, cuja Diabolica invenção, produzio nestas partes areal separação das gentes emconsequencia daqual sepoz omesmo Estado na confuzão edezordem que a V. Exca. tem sido bemevidente.

Sendo constante a S. Magestade os perigos a que se expunhão todas estas terras, com adesunião emque vivião todos os moradores della, com apraxe estabelecida doozo da sobredita lingoa, e querendo á imetação deseus Augustissimos predicessores evitar aquelles damnos; foy servido mandar expedir as Ordens que julgou mais proprias paraos acautellar mandandome que estabelecesse emtodas Povoações deste Estado aintrodução da Lingoa Portugueza, para que todos parecessem vassallos domesmo Principe, ecomo tais uniremse nos interesses fazendoos communs eseguindose todos os mais bens que deste importante estabelecimento sedeverão seguir.

Tendo eu trabalhado todo otempo domeu governo com aquella efficacia que coube nos limites damesma possibilidade para reduzir apraxe, aexecução daquellas Reais Ordens e applicando todos os meyos que me occorrerão para sechegar áquelle importantefim, sem embargo deque nas Povoações emque mandey abrir as Escholas tenho tiradobastante fructo como a V. Exa. já reprezentey; estava ovicio tam arreigado, que mefoy necessario dar novas providencias para atalhar ohabito que tinhão feito estes moradores do uzo da sobredita Lingoa, eprincipalmente os desta mesma Cidade, eseus suburbios, como vou expor a V. Exc.

Tinhãose estes mizeraveis habituado afallarem a referida Lingoa comtodos os Indios que trazião dos Certões, sem de forma alguma lhes quererem ensinar a Portugueza porque quem não devera darlhes estas Lições, lhe fazia passar como maxima inalterada, que os Indios emfalando Portuguez se fazião ladinos, eem consequencia desobidientes.

Para poderem servirse delles sem aquelle perigo que barbaramente imaginavão, os conservavão naquella brutalidade sem mais criação que aque poderão dar ahum irracional.

Contra esta Diabolica maxima trabalhey quanto coube no possivel pella extinguir principalmente nesta Capital, vim hapouco tempo a dezemganarme, que pouco ou nada tinha feito, fazendoseme assim demonstrativo pellos dous factos que vou aexpor a V. Exa.

O primeiro foy virem á minha caza humas creanças filhos dehumas pessoas Principais desta terra, efallando eu com ellas, que entendendo pouco Portuguez, comprehendião esesplicavão bastante na lingoa Tapuya, ou chamada geral.

O segundo foy over debaixo daminha janella dous Negros dos que proximamente seestão introduzindo da Costa da Africa, fallando desembaraçadamente a sobredita Lingoa enão comprehendendo nada da Portugueza.

Comovi estas demonstrações assentey que hera necessario hum remedio prompto e forte, que fizesse comter eestas inconsideraveis gentes daquele precipicio aque setinhão allojado eno qual estavão inteiramente immersos e nelle obstinados.

O remedio que meparecéo mais prompto epropriο, foy o de emprimeiro lugar interessar a Camara neste negocio para que pella sua parte, cuidasse tambem em remediar aquelle damno acujo fim lhe escrevi a Carta deque remeto a V. Exa. a Copia debaixo do N.º 1.º.

Em segundo o demandar publicar o Bando deque remetto a V. Exa., a Copia n.º 2 não me lembrando para fazer comter a estas gentes, remedio mais forte, epara elles mais sencivel doque ocontendo no mesmo Bando, qual he o depella desobediencia, lhe tirar os Indios que tivessem em caza e privallos absolutamente do Serviço dos do Certão sem que podessem entrar, na repartição que sefaz todos os annos aos moradores, meyo que meparece que surdirá effeito que dezejarmos, suportar a forma porque estes homens imaginão.

A Camara em consequencia damesma Ordem chamou a Nobreza aparte do Povo etomarão seus assentos, para seevitar o sobredito damno, estabelecendo penas aos Comprehendidos, lhe fazerão hum bom Fiscal para fazer observar o assento quese tomou na Camara Comdemnando logo aos que o transgredissem, official que tenho por sem duvida ha deencher asua obrigação porque deassim ofazer lherezulta lucro das comdemnações que houver.

Emquanto aos Pretos, não mepareceo que estava nos termos deselhe dar tempo algum para perderem ohabito porque elles não vieram destes Certões, nem



aqui nasceram, nem em terra na qual tivessem noticia desemilhante giraeso anzão porque seus Senhores, ou lhe dissimulão, ou os encaminhão aella, por cuja razão mepareceo que se fazia indispensavel que fosse contra elles oprocedimento mais prompto.

Deos guarde a V. Exa. muitos annos. Pará 27 de Fevereiro de 1759."

O bando a que se refere e consta do Códice 763, da seção de manuscritos da Biblioteca Pública do Estado do Pará, é o que vai em reprodução fac-simile.

Não era bastante. As escolas que começavam a ser abertas, substituindo as dos Jesuítas, não eram suficientes, como não haviam sido as daqueles. O depoimento do Ouvidor Pestana da Silva, que atuava na Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, é esclarecedor :

> "Determina-se sabia e justamente, que seja educada a mocidade dos Indios, em escolas da lingua propria portugueza para concorrer a policia e o amor da nação; mas como em algumas povoações têm sido os mestres ordinariamente soldados, e estes por uma licenciosa liberdade, não são capazes de instruir exemplarmente, por isso servem de grande perigo na verdura dos annos aos mesmos discipulos, além de não haverem meios em todas as vilas e povoações para as escolas.
>
> Como naquella direcção se recommenda muito amplamente o uzo da lingua portugueza, até para se aprender a doutrina christã nas escolas; daque se servem os directores, pela sua ampla e arrogada jurisdição, para disputarem aos parochos, que não ensinem a doutrina christã na lingua do paiz, por cujo motivo falta áquelles nacionais a verdadeira e necessaria união da doutrina, para saberem bem pedir, bem crêr,

e bem obrar, segundo a religião. Que seja necessario o uso da lingua propria para se civilisarem os povos, é sem controversia; porém se não póde absolutamente desterrar o uso da lingua do paiz, quando por meio della devem ser instruidos e catechizados os novamente convertidos; pois só a lingua vulgar tem forças para dar o conhecimento da verdade, e dos mysterios da nossa religião, não só pelo que recommenda o Consilio de Trenato maz tambem pela pratica dos primeiros apostolos que se cingião ás linguas e capacidades dos que os ouvião. Ainda fôra de occasião de catechizar, também na de instruir a mocidade, parece que se deve deixar ao arbitrio dos doutrinadores, ou explicar-se a doutrina christã, ou em um, ou em outro idioma, conforme a capacidade e intelligencia dos ouvintes, para que não fiquem inuteis e sem fructo as sementes da divina palavra, e muito principalmente assistindo-se aos moribundos."

O ensino, nas escolas primárias, seria o bom caminho. Essas escolas recebiam, todavia, grossa maioria, os filhos dos colonos. A meninada indígena ou mestiça, essa vivia nas aldeias e sítios ribeirinhos, onde aquelas não funcionavam. Com a ação drástica de Pombal, retirando o poder temporal aos Missionários e entregando-o a servidores civis e militares, a multidão indígena passara a constituir o fundamento maior dos aglomerados urbanos que então se constituíram. Mas os diretores dêsses núcleos não souberam comportar-se, de modo a justificar a iniciativa do Ministro todo-poderoso, o que importou em desassistência aos "primitivos", no que diz respeito à modificação de seus quadros culturais. O "Regimento do Diretório" organizado sob inspiração de Mendonça Furtado, foi, como os textos anteriores, letra morta.

Em 1799, a 22 de outubro, projetando a intensificação do ensino, com o que seria dado um grande passo na dignificação espiritual da região, o Capitão-General D. Francisco de Sousa



Coutinho baixou "Regulamento Primordial" para os professôres de Filosofia, Retórica, Gramática e de Primeiras letras do Estado do Grão-Pará, aprovado, posteriormente, a 28 de fevereiro de 1800, por Sua Majestade o Príncipe D. João. A 23 de julho de 1799, D. Francisco criara, em cada freguesia populosa do Estado, uma escola de primeiras letras, onde se ensinaria "a ler, escrever, contar e doutrina cristã". Nada sabemos acêrca dos frutos dêsse esfôrço governamental.

O Capitão-General Conde de Vila Flor, em 1818, após um apêlo que dirigiu às classes sociais do Estado, no sentido de cooperarem na execução de um programa de trabalho com o objetivo de ascensão da inteligência dos filhos da Amazônia, organizou um "Sistema de Instrução Pública", em que disciplinava, a seu modo, o ensino público, nêle incluindo o da língua portuguêsa.

Ao findar a dominação portuguêsa, a Amazônia dispunha de uma população de 94.802 habitantes, que se espalhavam pela enormidade do espaço físico. Belém, o maior centro, contava apenas 24.500 moradores, que não se concentravam no centro urbano, dispersando-se pela área do município.

Já no período do constitucionalismo, quando a Amazônia se viu envolvida por uma série de agitações políticas, a Junta de Govêrno, constituída pelas fôrças armadas e presidida pelo médico Antônio Corrêia de Lacerda, eminente naturalista português que estudava a região com um carinho especial e se credenciou como a maior expressão local de cultura, expediu nova regulamentação do ensino. No tocante à língua portuguêsa, estabeleceu que se fizessem exercícios semanais, que serviriam para permitir desembaraço no falar e no escrever.

Os anos que se seguiram foram anos ásperos, de ingresso numa vida política diferente da que condicionara a existência brasileira até então. Na Amazônia, o drama político provocou grande derramamento de sangue. Os problemas do espírito não podiam constituir, pois, uma constante de governantes e de governados. Encerrado, em 1840, o ciclo de agitações, foi possível,

então, atentar para êles, enfrentando-os com certa decisão. O ensino, a difusão da língua portuguêsa começou a ser realizado com intensidade. Os falares dos grupos indígenas entraram a perder sentido. Ainda em 1852, conforme o depoimento de Araújo e Amazonas, a língua geral era usada no Alto Amazonas.



# 13.

## A AMAZÔNIA QUE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA VIU

A 21 DE OUTUBRO de 1783 fundeava no pôrto de Belém, vindo de Lisboa, em uma de suas viagens rotineiras, servindo ao intercâmbio mercantil entre as duas praças, a charrua "Águia Real e Coração de Jesus". No decorrer da viagem, em que se haviam gasto 51 dias, padecera a violência de um tremendo temporal, que a pusera em sério perigo. (1). Falara-se mesmo, na metrópole portuguêsa, em que afundara com sua preciosa carga, dela tudo se perdendo. Essa carga era realmente preciosa. Porque não a compunha apenas a mercadoria destinada ao escambo, de si importante para uma região onde se ensaiava medrosamente o esfôrço de uma operação política de dominação e de criação de nova área de cultura lusíada. Integrava-a também um grupo de escol da inteligência e da alta administração. Referimo-nos a três ilustres figuras — Capitão-General Martinho de Sousa e Albuquerque, que vinha suceder na governança da Amazônia a José de Nápoles Telo de Menezes, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Malta, Coronel de Infantaria do exército português ; D. Frei Caetano Brandão, 6.º Bispo do Pará, sucessor de D. Frei João Evangelista Pereira, da Ordem da Penitência do Serádico Padre São Francisco ; e o dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista membro da Real Academia de Ciências de Portugal, demonstrador de História Natural da Universidade de Coimbra, encarregado de uma emprêsa científica

---

(1) — A viagem foi descrita por Agostinho Joaquim do Cabo, que era o jardineiro-botânico da expedição. Intitula-se "Diário da Viagem que fiz da cidade de Lisboa para a do Pará. A Primeiro de Setembro de 1873". Consta do Catálogo da Exposição de História do Brasil, Anais da Biblioteca Nacional, suplemento, Vol. IX. Rio, 1883. Do mesmo catálogo consta o "Diário da Viagem ao Marajó" e da "Viagem entre Belém e Barcelos", ambos da autoria do mesmo Joaquim do Cabo.

em que se iria revelar o espírito atilado, o pesquisador emérito, o servidor imbuído dos melhores propósitos de bem cumprir o seu dever funcional.

Martinho de Sousa e Albuquerque não se destacaria como um grande governante. Faria administração tranqüila. Seria um funcionário capaz, sem, porém, qualquer manifestação maior de relêvo. Frei Caetano Brandão, ao contrário, sagrar-se-ia o maior chefe da Igreja na Amazônia no período colonial. Fundador do Hospital de Caridade, criador de um estabelecimento para órfãos, espécie de instituto profissional que prestou os maiores serviços à coletividade paraense, não se restringiria a uma permanência na capital do Bispado, às voltas com essas tarefas de magnitude. Ao contrário, preocupado com a situação de desamparo espiritual em que viviam as populações do interior, visitá-las-ia continuadamente, levando-lhes a sua assistência, encorajando-as, contribuindo na medida de suas fôrças para que estabilizasse a dominação portuguêsa pela melhor estruturação da sociedade.

Alexandre Rodrigues Ferreira, dos três, teria, porém, a dianteira, pelo que realizou, pelo que valia como homem de ciência e como espécie humana. Pertencia à geração que se formara sem a interferência do ensino jesuítico. Fôra dos que haviam cursado a Velha Universidade no momento em que se iniciava a revolução pedagógica, determinada pelas providências de Pombal. O Reino, que se distanciara de qualquer contacto e intimidade com a reforma espiritual que vinha sacudindo a Europa, voltava agora, ou antes, procurava agora reintegrar-se no movimento de restauração cultural. Rodrigues Ferreira, justamente nessa fase, ouviu a palavra dos novos dirigentes do ensino, que perdia sua condição livresca para transformar-se num ensino mais ligado à natureza, no que ela possuía de interessante ou devia ser estudada para a solução dos grandes problemas da vida. Deixou-se conduzir pelo que mostravam como novidades sensacionais. Domingos Vandelli, que fôra chamado a participar da reforma, obra estruturada por um brasileiro, D. Francisco de Lemos, serviu-lhe de guia. Possìvelmente há de ter-lhe comunicado entusiasmo pelo estudo da natureza, estudo que o italiano organizava na Universidade através de um jardim botânico e dos laboratórios para as análises pertinentes. Por que Rodrigues Ferreira desde então se mostrou um enamorado das coisas do mundo em suas características físicas, deixando de ser o que vinham sendo os brasileiros da geração anterior, isto é, apenas os doutores dominados pela sabedoria das sebentas e de uma preocupação livresca inútil, quando não prejudicial pelas limitações que produzia.



O naturalista baiano vinha encontrar, na Amazônia, um campo imenso para o trabalho de indagação direta. Vinha encontrar também uma equipe de pesquisadores que estavam realizando a identificação geográfica da região, para que fôsse possível fixar em definitivo a fronteira com os territórios espanhóis. Essa equipe era formada por Manuel da Gama Lôbo d'Almada, Constantino de Chermont, João Batista Mardel, Ricardo Franco de Almeida Serra, Antônio Pires da Silva Pontes, José Simoens de Carvalho, Francisco José de Lacerda e Almeida, Joaquim José Ferreira, Henrique João Wilkens, Eusébio Antônio de Ribeiros, Pedro Alexandrino Pinto de Sousa, José Joaquim Victório da Costa. Militares, professôres universitários, técnicos formados nos trabalhos de campo, estavam atuando com uma dedicação imensa, desprezando o rigor do ambiente silvestre. Muitos teriam sido contemporâneos do dr. Alexandre na Universidade. Constituíam um grupo esclarecido, que prosseguia com amor ao esfôrço que Portugal vinha promovendo para saber a Amazônia nas suas particularidades, nas suas feições peculiares.

No caso especial do dr. Alexandre, tê-lo-íamos apenas como mais um integrante da equipe ou a comissão de que estava incumbido fôra imaginada como uma atividade autônoma, ou talvez complementar ?

Com a "Viradeira", afastado Pombal, organizara-se nôvo gabinete para o govêrno que D. Maria iniciava com a preocupação de libertar-se do passado recente, negação imediatista de

uma obra realmente grandiosa, em que pesem os desacertos que podemos apontar, evidentemente superados pelo contingente de providências sãs através das quais tentara o Marquês a recupeção da monarquia secular. Nesse gabinete figuravam alguns que haviam servido a Pombal. Entre êles, Martinho de Melo e Castro, que recebeu a pasta dos negócios da marinha e dos domínios ultramarinos. Secretaria do império, portanto, cabia-lhe a responsabilidade de manter a estabilidade e o progresso do mundo que os soldados, os mercadores, os religiosos, os servidores públicos, os colonos haviam construído em três séculos ativos e produtivos na África, na Ásia e na América. A tarefa era das mais sérias. Por que a decadência do império não pudera ser contida. Perdia-se seiva constantemente. O que restava no Oriente ou o que se mantinha na África oferecia rendimento insignificante. O grandioso estava na Sul-América, no Brasil, onde as virtudes da raça se afirmavam dia a dia e onde se erguia a construção monumental de uma pátria que em breve ia assegurar-se, pela vontade de seus filhos, uma condição soberana no Nôvo Mundo.

Martinho de Melo, consciente da gravidade da situação, pois, inclusive, já se sentia a efervescência cívica do Brasil, estadista esclarecido, que compreendera a conveniência do planejamento da recuperação pelo levantamento realístico, preliminar, do que era o império, do que ela valia, do que podia assegurar à continuidade do Reino, imaginou então a uma providência sensata : o agracionamento do problema ultramarino pela identificação inicial de suas peculiaridades e sua situação atual. Não estávamos frente apenas à sondagem científica desta ou daquela área do mundo português, mas a um empreendimento político de alto alcance, que hoje podemos aprender no seu sentido exato e nas conseqüências que poderiam ter sido alcançadas se houvesse, na direção do Estado português, homens que estivessem à altura da conjuntura para aproveitar os resultados da pesquisa que se levara adiante com os melhores resultados.



Essa pesquisa cobriu inicialmente trechos da América portuguêsa e da África-Cabo Verde, Moçambique e Angola. Recentemente, o professor Tavares da Silva, cujo ensaio sôbre o dr. Alexandre conheço graças à gentileza de meu amigo João Ribeiro Mendes, recordava que da mesma fase é a atividade de outras figuras esclarecidas da inteligência portuguêsa, analisada por determinação oficial, em campos variados, mas evidentemente ligados à reestruturação do país, a carecer de uma nova direção. José Bonifácio, por exemplo, era mandado percorrer a Europa a estudar técnicas e soluções que estariam sendo adotadas no exterior e poderiam ser experimentadas em Portugal.

No caso particular do Brasil, a curiosidade científica e pragmática, talvez possamos chamar assim a essa tentativa de identificação realística que se iniciava sob tão bons auspícios com a emprêsa do dr. Alexandre, não se restringia ao extremo-norte. Teria início pela Amazônia, é certo, mas seria estendida no Brasil central e sul, haja vista a obra que efetuam Ferreira da Câmara, José de Sá Bitencourt Accioly, José Vieira Couto e Manoel de Arruda Câmara, estudando a riqueza do subsolo e certas condições que marcavam a economia de Minas, de São Paulo, do Nordeste.

É conveniente, a essa altura, registrar que o interêsse pela Amazônia não decorria ùnicamente do fato de haver ali uma ampla área que de há muito vinha sendo considerada como uma segurança para o futuro econômico de Portugal, na base de exploração de seu ultramar. Portugal no momento defendia aquêle imenso patrimônio territorial da cobiça de outros povos, considerando-o um mundo considerável que devia preservar seguramente pelo conhecimento pormenorizado do que possuía e do que podia proporcionar. O interêsse e a execução de uma política em obediência a êsse interêsse estava sendo promovida com a maior desenvoltura. Há gigantesco cedulário revelador dessa orientação e dêsses objetivos da administração portuguêsa. E por êle fica-se na certeza de que, no Reino, a Amazônia constituía um assunto preferencial quando se cogitava de assegurar à nação a sua melhor e mais rica base física e econômica.

Legislara-se intensamente sôbre a produção vegetal e animal, procurando-se evitar a destruição daquilo que a natureza oferecia generosamente e era defendida pela ação política da preservação do espaço. Imaginara-se a estruturação de uma sociedade que, conformada ao rigorismo do meio ambiente, fôsse fiel a mãe pátria, a ela ligada pelos laços de sangue, de interêsse imedisto e por uma tradição histórica. A mestiçagem que se processara, sob incentivos do próprio Estado, em nenhuma parte da América portuguêsa fôra tão garantida ou assistida como na Amazônia. Compreendera-se que não seria possível fazer da Amazônia um espaço permanentemente português sem a existência de populações que significassem a soberania portuguêsa e, mais que essa soberania, ou antes marcando efetivamente essa soberania, a vinculação humana, representada por gentes de raiz lusitana, de raiz gentia americana, amalgamadas para o amor à Lusitânia distante. (2).

Ora, a grande verdade é que se haviam gasto senão fortunas, muito dos recursos que podiam ter sido mobilizados ou investidos em outros trechos do Brasil. Investimentos que custavam caro, e cujo rendimento não parecia sensível à importância e ao volume por que êles se apresentavam. Impunha-se, é de ver-se, o inquérito pormenorizado, sereno, exaustivo sôbre a região, nos aspectos que lhe assinalavam a paisagem física, a paisagem humana, a paisagem **econômica. A natureza, portanto, devia** ser investigada no que representasse como valor econômico, do mesmo mundo que a humanidade que procurava amansar essa mesma natureza agressiva.

Quando o dr. Alexandre Rodrigues Ferreira foi chamado para que recebesse a incumbência de vir "fazer a Amazônia", não se lhe deu a incumbência, já de si gigantesca, de estudar o meio físico, a natureza em estado de ser mas, também, o que já fôra efetuado como manifestação da vontade de vencer as

(2) — Dêsse contacto com o arquipélago, deixou uma "Notícia histórica da Ilha de Joannes ou Marajó". Inédito de 34 págs., na Biblioteca Nacional.



dificuldades locais para a criação de um espaço humanizado e em condições de servir, mais rápida e ativamente, aos melhores interêsses da mãe pátria.

Quantos têm procurado examinar o trabalho do dr. Alexandre não consideram aquêle aspecto, um tanto material e imediatista, reconheçamos, da missão de que esteve incumbido. Naturalistas, geralmente, os que se detêm na análise ou compreensão da obra do professor universitário baiano, olham-no como botânico, zoólogo, geólogo, geógrafo, etnógrafo, antropólogo. Esquecem o sociólogo, que êle o foi, na fase da observação sociográfica que se vivia, como esquecem o observador político, espécie de estadista sem estado, como já se disse também de um outro eminente americano do ciclo colonial, o cubano Francisco de Araujo Y Parraño. Estadista sem estado, por que orientando os homens de govêrno, com suas análises, suas indicações, seus conselhos, suas observações, que valiam como autênticos programas de administração, o dr. Alexandre, como Araujo Y Parraño não dispôs de postos de govêrno, através dos quais lhe fôsse possível passar ao campo da atuação direta executando quantas idéias havia expôsto como capazes de permitir modificações na estrutura social e econômica da Amazônia que êle descobria e por que se apaixonava.

As instruções baixadas ao dr. Alexandre por Martinho de Melo e Castro e comunicadas às autoridades do Pará, sejam o Governador que com êle viajara, seja o antigo Capitão-General João Pereira Caldas, que chefiava a comissão de limites encarregada das demarcações com as colônias espanholas, referem-se particularmente aos encargos do naturalista "examinar e descrever tudo o que houve nesse Estado relativo à História Natural, e em recolher, e preparar o que se deve remeter a esta Côrte...". Dera-se ao cientista instruções especiais. Resumiam-se, porém, no que se dizia àqueles funcionários graduados. A missão era a de um naturalista, que vinha ver o que era a região, tentando estudá-la pela colheita de todos os informes possíveis, incluve aquêle material que devia ser expedido a Lisboa, para

os análises posteriores, análises serenas, tranqüilas, que não poderiam ocorrer no extremo-norte na fase de pura pesquisa.

Cabe referir aqui alguma coisa que tem passado despercebido. Foi o dr. Domingos Vandelli quem indicou o dr. Alexandre. Seu antigo professor, sentira a altura do discípulo. Acusa-se o dr. Domingos Vandelli de o ter atraiçoado posteriormente, temeroso de sua sombra. Mas, que o professor italiano não era o naturalista que pretendia ser, mas de certo modo um intrujão, invejoso, de valor alheio.

Não vamos se quer esboçar a defesa do dr. Vandelli. O que queremos é lembrar, e aqui é que cabe aquela nossa referência de que isso tem sido ignorado ou não notado, é que o dr. Vandelli filiava-se à corrente dos naturalistas pragmáticos. A natureza, êle a compreendia na justa medida do que representava para a elaboração de uma pátria. Chamado a Portugal, na época da reforma universitária, do mesmo modo porque legou à Universidade os seus equipamentos e fundou o jardim botânico, que levaria ao estudo não livresco mas ao estudo de campo, no contacto com a realidade sentida, apalpada, possuída, interessou-se pela natureza do Reino e de seu ultramar no que ela valia para essa tarefa de estabilização e de garantia do futuro.

Fundara-se obra de outro esclarecido ou afrancesado, como então se dizia, o Duque de Lafões, a Real Academia de Ciências, que tomara como modêlo as Academias das Ciências de Paris, a Sociedade Real de Londres, a Academia de Berlim e a Sociedade Econômica de Londres. Vandelli dela fazia parte, encabeçando a orientação pragmática que de logo começou a caracterizá-la. As "Memórias Econômicas para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria Portuguêsa", como as "Memórias de Agricultura", iniciativa dêle, representavam já o esfôrço inicial com aquêle objetivo. Portugal e o Império passavam pelo exame dos que escreviam aquelas páginas cheias de saber, nos seus problemas de ordem econômica. Vandelli estudava com os companheiros a natureza no que importava diretamente para a restauração do país e de seu ultramar. Uma de suas memórias referia-se à "agricultura do Reino e de suas conquistas"; outra, às "produções naturais de Portugal, de que se poderiam tirar utilidade"; uma terceira tratava das "produções naturais da metrópole e do império, pouco conhecidas, ou que não eram aproveitadas".



No Arquivo Nacional desta cidade, há uma série interessante de memórias que escreveu sôbre os mil aspectos da economia nacional, inclusive e principalmente acêrca do Brasil, entre êles as sugestões para a fundação de um Banco, que é hoje nada mais nada menos que o Banco do Brasil. Em tôdas essas peças ressalta tal facêta de seu espírito. Vandelli não seria, portanto, o naturalista apegado aos encantos da natureza, fazendo ciência pela ciência, ciência pura, digamos melhor, mas o naturalista com o sentido do utilitário. Estaria, assim, em ótima situação nos dias de hoje num instituto de tecnologia, examinando a natureza para dela aproveitar quanto dêle fôsse possível retirar para o bem da humanidade.

Indicando o dr. Alexandre, o dr. Domingos Vandelli seguramente imaginou que o discípulo, que tão bem conhecia, não viria apenas extasiar-se com o mundo físico que encontraria, investigando-o para satisfazer a curiosidade dos centros de ciência. Ao contrário, viria com olhos de ver para fixar-se também no que o homem estava fazendo para aproveitar aquelas particularidades da natureza amazônica ou que deviam ser aproveitadas com o mesmo objetivo prático.

E tanto estamos certos, que a "Viagem Filosófica" constitui um vastíssimo repositório acêrca do empreendimento português como tarefa de humanização da paisagem, de operação de conquista política em grande estilo. Não conhecerá a Amazônia no seu passado sob a dominação portuguêsa, quem não se detiver nas páginas daqueles descritivos admiráveis. Como nos de outras memórias que escreveu na oportunidade versando os assuntos da vida regional com um sentido de objetividade que são indicadores de que havia, na sua presença no extremo-norte do

Brasil, uma outra intenção, que não era aquela limitada, embora imensamente grande, do estudo da natureza em ser.

Portugal precisava saber o que era a Amazônia, o que dela podia esperar, o resultado que estava sendo alcançado através da política que realizava. O dr. Alexandre, na comissão que recebeu, evidentemente veio proceder a êsse inquérito político, que, décadas posteriores, outro homem de inteligência, o Tenente-Coronel Francisco Ricardo Zany repetiria, em missão governamental, é certo que sem os recursos culturais e a extensão e profundidade do trabalho que o dr. Alexandre efetuava.

E tanto assim foi que, logo à chegada a Belém, o dr. Alexandre procurou inventariar a realidade do arquipélago do Marajó (3). Estudar os campos? Saber o que representava no quadro físico regional? Não. O que o preocupou foi saber de como haviam começado os ensaios de seu aproveitamento para o criatório, quais haviam sido os primeiros fazendeiros, como se processara o desenvolvimento dos rebanhos, quais os problemas que lhes dificultavam a marcha, a política que deveria ser executada para que se estabelecesse em definitivo uma área de enriquecimento. A motivação econômica estava no fundo de quanto empreendia. As memórias posteriores, acêrca da marinha interior e da agricultura no Pará, não foram apenas um inventário burocrático, espécie de relatório endereçado a autoridade superior para o arquivamento rotineiro (4). Dirigidas ao Capitão-General, indicavam o estado presente, do mesmo modo por que sugeriam as providências a serem decretadas para que fôssem superados os obstáculos constatados e assegurado o impulsionamento à lavoura das espécies locais e alienígenas, e uma ativação das manufaturas navais.

(3) — Essas memórias receberam os seguintes títulos: "Memória sôbre a Marinha interior do Estado do Grão-Pará", 1787; "Estado presente da Agricultura do Pará em 1784". Guardam-se ambas, em original, na Biblioteca Nacional.

(4) — A respeito, o dr. Alexandre escreveu: "Propriedade e posse das terras do Cabo Norte pela Corôa de Portugal", 1792; e "Propriedade e posse Portuguêsa das terras cedidas aos Franceses", 1802; A primeira memória foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 3.º. Rio, 1841.



O gentio era o lavrador, como era o operário dos estabelecimentos manufatureiros. Sob vigilância de funcionário do Estado, os Intendentes da Agricultura e Manufaturas, nem sempre ativos ou interessados em que as coisas que estavam sob sua responsabilidade corressem como deviam. A técnica continuava a ser a mais primitiva. Do gentio aprendera-se muito. Introduzira-se pouco a técnica de fora, portuguêsa. O meio silvestre, agressivo, não autorizava grandes esperanças aos que o compreendiam na sua evidenciação imediatista.

Para os olhos do dr. Alexandre, a paisagem física, como a paisagem social ensinavam, porém, muita coisa. O que dela pôde, por isso mesmo, prontamente colher, assegurou-lhe a consciência de que a Amazônia era realmente o futuro próximo do Reino no seu esfôrço de recuperação, de revitalização, de reaparelhamento frente às dificuldades de um futuro que não estava parecendo suave. Essa sua impressão, um tanto resultante dos primeiros meses de contacto com o meio, na sua fronteira com o Atlântico, portanto o meio amazônico não representado pela imensidade das águas e da floresta fechada, pois a impressão do gigantismo, do infinito, que êle só iria colher algum tempo depois, êle a exteriorizou em correspondência com Martinho de Melo. Dizia, então, ao protetor — "A terra em si, Sr. Exm.º é um Paraizo; aqui mesmo são tantas as produções que eu não sei a que lado me volte; e se tôda ela não está cultivada, roçada e plantada, donde procede isto!" E passando a considerações acêrca das causas dêsse estado de coisas, explicou-as como fruto da falta de continuidade, de braços e de exuberância da natureza tropical, na sua luta contra o homem que a queria vencer pela modificação de sua fisionomia agreste.

No "Diário da Viagem Filosófica", aliás, a todo instante sente-se a preocupação de registrar o movimento que marcava a permanência portuguêsa na região, pelos vícios que verificava, pelos desacertos da atuação de governantes e de governados,

pelos traços mais vivos ou mesmo menos expressivos do trabalho que se realizava, pelos mais variados aspectos da conjuntura política, social, econômica e até religiosa que ia podendo surpreender nas suas andanças tão contínuas.

Nesse mesmo "Diário", aqui e ali, espontam as referências ao seu plano de uma obra de envergadura, que seria a "História Natural e Civil dêste Estado", a "História Filosófica da Lusitânia Equinocial", a "História Filosófica e Política dêste País", em que a Amazônia seria proposta sob todos os ângulos, numa tentativa de registrar e compreender a façanha portuguêsa para assumir o contrôle total da região, alterando-a como expressão de mera natureza para transformá-la em área de cultura-afirmação da vontade e da capacidade realizadora do luso e de seus descendentes sul-americanos.

O dr. Alexandre viera à Amazônia, portanto, para estudá-la numa das indagações mais profundas de que há memória entre as emprêsas semelhantes realizadas pelas outras nações colonizadoras na mesma época. Já em trabalho anterior, procurei fixar a preocupação que ia pela Espanha imperial na mesma fase, tentando saber detalhadamente a realidade de sua área colonial para as tarefas de dignificação da inteligência nacional e para os objetivos pragmáticos da ação econômica. E recordei as expedições científicas que a percorreram, realizando um trabalho da mais alta valia. Nenhuma dessas expedições alcançou, todavia, a importância da que o dr. Alexandre dirigiu. Porque além de ter trabalhado num espaço muitas vêzes maior que a de seus confrades espanhóis, cobriu uma cogitação também muito maior. Além do estudo da natureza, como ela se apresentasse, o exame da situação social, econômica e política dos chamados estabelecimentos portuguêses montados no extremo-norte como evidenciação da existência de um propósito oficial de conquista mansa e definitiva daquele mundo estranho.

A Amazônia era, então, a melhor resposta que os portuguêses podiam dar aos que contestavam a possibilidade da existência permanente do europeu nos trópicos. Se ali bem perto, nas



Guianas, os holandeses e os franceses experimentavam tremendas dificuldades para conseguir qualquer êxito, muitas vêzes copiando servilmente a experiência que os portuguêses vinham executando sob tanto sucesso, dificuldades que os levavam a confessar a sua quasi incapacidade para a tarefa tropical, na parte portuguêsa ocorria justamente a comprovação de que não havia obstáculos, já àquela altura, em que não se conheciam os recursos científicos hoje em uso para adaptação dos homens do Velho Mundo aos espaços tropicais. Quando Gilberto Freyre busca na direção do Oriente, da África e do Nordeste os motivos mais impressionantes para exaltar a obra colonial portuguêsa sob êsse aspecto de seu admirável comportamento no mundo tropical, indo mesmo à sustentação de que, com essa sua capacidade e poder de vitória sôbre os trópicos, deram ser a um conjunto de princípios e de normas de vida que podem ser o fundo de quadro de uma nova disciplina, a "tropicologia", evidentemente esqueceu um pouco a lição magnífica que podia ir buscar na Amazônia de setecentos e oitocentos. Porque ali havia uma admirável demonstração de vitalidade, comprobatória daquela realidade que o sociólogo encontrou em outras partes do império.

O dr. Alexandre, subindo e descendo rios, visitando acampamentos de colonos, aldeias de gentio, sítios de lavradores, estabelecimentos oficiais de manufaturas, núcleos urbanos, zonas de fronteira, pontos de pesca, teve oportunidade de acompanhar o processo em franco desenvolvimento daquela aclimação política promovida em grande estilo. Sentiu os embaraços. Teve uma consciência muito exata de todos os problemas. Percebeu os erros. Porque nem tudo estava certo. Havia fracassos. Ensinou, sugeriu, indicou modificações que lhe pareceram urgentes ou necessárias. Aplaudiu manifestações de capacidade realizadora. Condenou práticas. Fêz considerações sôbre esta e aquela atitude. Viu com olhos de ver. Inclusive no tocante à condição social da região, que não encontrou mais caracterizada apenas na multidão primitiva, nucleada pela vontade das autoridades ou no estilo natural em que viviam, mas representada por essa multidão primitiva e pelo mestiço, que aos poucos ia tomando o

lugar daqueles para atingir, nos princípios do século XIX, uma posição especial, ponderante, de sentido e direção política por excelência.

Os portuguêses, pelo que foi apurando, e propôs ao examinar o caso do trecho entre a margem do Amazonas e a Guiana, disputado pelos franceses, tinham direito ao respeito universal pelo que vinham construindo (5). A Amazônia era a resultante de uma ação de direito e de fato que haviam promovido. Ação de direito, pelo descobrimento, pela conquista, pelas despesas feitas com as duas operações, pelo reconhecimento dos outros povos, os franceses, os espanhóis, os inglêses e holandeses, reconhecimento confessado nos tratados e outros diplomas com fôrça internacional que firmavam a respeito da façanha. Ação de fato, pelo trabalho hercúleo de penetração e de ocupação, levado a têrmo sem desfalecimentos, contra as fôrças da natureza inclemente e do gentio e do estrangeiro que procuravam obstar a penetração e a permanência de Portugal. A obra que contemplava, nesse particular, parecia-lhe admirável. Justificaria o pronunciamento posterior de Joaquim Nabuco, quando exclamou, cheio de entusiasmo — "Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a do Amazonas". A criação da base física constituía só ela uma eloqüente demonstração de energia estuante.

Mas não se reduzia à criação da base física a demonstração portuguêsa de vitalidade nos trópicos sul-americanos. Além dela, havia outras provas expressivas, que o dr. Alexandre teve ocasião de constatar e registrou, no "Diário" e nas memórias que escreveu, seja as que visavam à identificação pura e simples da natureza física, seja as que visavam indicar os variados aspectos da paisagem etnográfica. Assim, enfrentando a água imensa e a floresta sem par, os portuguêses se haviam atirado à exploração

(5) — A respeito dessa experiência, cf. o que escrevemos em "A Política de Portugal no Vale Amazônico" e em "Portuguêses e Brasileiros na Guiana Francesa". A mesma orientação seguiu Portugal com relação ao Nordeste, para cujo estudo cf. a magnífica memória de Mário de Lacerda Melo.



do que possuíam para o trato mercantil ou para a utilização imediata na própria sustentação. A adaptação fôra total. A importação de gêneros alimentícios do Reino operava-se sem importância. Porque os colonos, mesmo aquêles chegados mais recentemente das ilhas ou da Península, não se mostravam hostis à dieta local, aceitando-a rápida e intensamente.

A emprêsa econômica baseara-se, inicialmente, nessa operação de colheita e de apropriação violenta da riqueza nativa. De tal maneira ocorrendo que a orientação oficial de incentivo ao prosseguimento da tarefa fôra, por fim, condicionada a um tratamento humano das espécies vegetais e animais. Decretara-se o respeito a elas, disciplinando-se legalmente as épocas de colheita, de pesca, proibindo-se técnicas destrutivas, formulando-se, destarte, uma orientação de política esclarecida, fruto da experiência mas que, nem por isso, foi cumprida como se tivera em vista. Do mesmo modo por que, se concediam prêmios, os mais variados para que se produzisse mais e melhor, respeitando as exigências formuladas na nova orientação estatal, punia-se o transgressor que valia como exemplo mau, como elemento sabotador e por isso devia sofrer as sanções penais. Êsse elemento todavia, existiu sempre. Existiu sempre e com uma expressão numérica ponderável. Recorde-se, por exemplo, que para evitar o uso da bebida que viciava e enfraquecia o gentio, proibira-se a fabricação de aguardente de cana. Esta preferentemente devia ter utilidade no fabrico de açúcar. Obedeceu-se ao disposto nas cartas régias e mais diplomas reguladores, mas abriu-se um caminho ao desrespeito à intenção moralizadora e sanitária da autoridade: passou-se a fabricar aguardente de pajurá e beijú de maniba.

A emprêsa econômica, que tanto surpreendeu o dr. Alexandre, desde meados do século XVIII corporificava-se também pelo trato da terra, na agricultura das variedades mais rendosas locais e daqueles tipos que podiam ser trazidos do Oriente, da África, de outras áreas do Brasil e do próprio Reino. A transplantação de espécies vegetais estava sendo efetuada sob os maiores êxitos. E mais de uma vez fazendo-se que as acompa-

nhasse o trabalhador qualificado, experiente da variedade para as primeiras tentativas no nôvo campo. Os empreendimentos de ecologia vegetal vinham, assim, sendo incentivados com um rendimento quasi espetacular. Os portuguêses adiantavam-se aos outros povos nessa esplêndida lição de técnica agrícola. Legumes europeus, frutas européias, frutas do Oriente e do nordeste, como couves, repolhos, salsa, pepino, uvas, maçãs, peras, limão doce, ata, manga, jaca, tamarino, café, cana, constituíam uma contribuição para modificar a dieta e enriquecer a produção de base econômica. Não tinha gorado a experiência. Ao contrário, o sucesso fôra surpreendente. O café e a cana estavam começando a participar expressivamente dos quadros da produção e da exportação. O açúcar rivalizava com o do nordeste. O café, pelo sabor e pelo volume de sua exportação, principiava a ser protegido pelo Estado, depois das solicitações da colônia, para resguardá-lo em face da concorrência de outros produtores estrangeiros. Proibira-se a entrada de café que não fôsse da Amazônia nos mercados do Reino. Daí por que, com a chegada do dr. Alexandre, a boa vontade do Capitão-General João Pereira Caldas e os entusiasmos do brigadeiro Lôbo d'Almada, fazia-se nova experiência — linho cânhamo, e anil, — experiência a que o dr. Alexandre se entregou com um ânimo que rivalizava com o daquele brigadeiro, exemplo de dignidade funcional e de saber pôsto a serviço da pátria.

Percorrendo o rio Negro, o dr. Alexandre comoveu-se com o trabalho dos colonos, que eram os mestiços, os índios e os brancos vindos das ilhas ou da Península. A comoção pelo esfôrço que realizavam em meio a tremendas adversidades. Os diretores dos povoados eram, na generalidade, péssimos. Deviam aconselhar e orientar. Não aconselhavam nem orientavam. Os intendentes não logravam sucessos, pelo não cumprimento de suas advertências. O índio, burro de carga de tudo quanto se fazia, colheita, pesca e trabalho agrícola, além dos serviços domésticos, parecia-lhe vadio, quando na verdade podia-se compreender essa sua atitude como uma reação mansa à exploração de que se via vítima. O dr. Alexandre, que soube colher com tanto carinho as notícias



etnográficas dos grupos que encontrou, deixando-nos uma fonte preciosa para o conhecimento das culturas daqueles primitivos, não tivera, é evidente, a mesma sensibilidade para aperceber-se da motivação do procedimento. E a madraçaria parecera-lhe um dos fundamentos de certos atrasos do meio sócio-econômico.

Considerando o esfôrço despendido para amansar a terra, nela introduzindo novas condições existenciais, o naturalista-sociólogo anotou, como já dissemos, os erros e os fracassos. E alinhou as razões do que entendera realìsticamente, cruamente, como sendo a explicação dos aspectos negativos da emprêsa de conquista e de domínio-indolência do nativo, hostilidade do gentio selvagem, falta de braços para tôdas as tarefas, preocupação permanente de colheia das espécies nativas ao invés de trabalho agrícola, ignorância de métodos adiantados, prosápia do colono europeu, que desdenhava de certas atividades por considerá-las deprimentes ou apropriadas aos escravos e trabalhadores nativos. A exploração pura e simples dos produtos extraídos da floresta, compondo um estilo de vida local, devia quanto antes ser ultrapassado para a etapa agrária. Os ensaios, nesse particular, insistamos, surpreendentes, de rendimento total, não falavam, porém, com a mesma eloqüência, a natureza imediatista dos colonos. Escrevia o dr. Alexandre : . . . "as drogas do sertão são para o Estado do Pará, o mesmo que as minas têm sido para Portugal" . . . "em hum Estado tão vasto, como êste é, e onde tôda a gente, que há, bem se pode considerar como a única família de Noé, no meio do mundo post-diluviano; em um Estado, que nem tem os índios precisos, para plantarem o sustento delle : neste Estado, digo eu, a riqueza ou pobreza das povoações pende da riqueza ou pobreza do mato".

A uma notícia de que êste ou aquêle produto estava obtendo cotação alta no mercado europeu, prontamente tôdas se atiravam à colheita do gênero, abandonando os demais quefazeres, inclusive aquêles do amanho da terra. E nem diretores de povoados, religiosos encarregados da moralização dos costumes, da disciplinação espiritual, nem os funcionários menos graduados,

os membros das edilidades, escapavam à vertigem do lucro. Havia como que uma loucura coletiva que perturbava a realização ordenada de uma vida liberta de sobressaltos e de aventuras nem sempre isentas de perigos. E êsse comportamento era danoso. Porque não permitia a estabilidade social e a estabilidade econômica.

A Amazônia que o dr. Alexandre viu, evidentemente página intensa da europeização do mundo, iniciada pelos portuguêses e ali prosseguida por êles, vivia a maior experiência tropical de que se podia legitimamente orgulhar os lusíadas de setecentos e oitocentos. Em meio às tremendas dificuldades que a natureza em estado de ser apresentava, os portuguêses e seus descendentes davam origem a uma sociedade nova, de cultura decorrente da mestiçagem e das fôrças telúricas que são, no extremo-norte, de um vigor impressionante. Sociedade, marcada pelas virtudes e pelos defeitos próprios de tôda sociedade em formação. A instabilidade, a versatilidade do exercício da emprêsa econômica eram naturais. Com o relêvo particular de que teimava em permanecer, a despeito de quanto o meio agressivo lhe opunha na resistência para impedi-la de existir e de vencer. Os defeitos, os erros que o naturalista-sociólogo encontrou e procurou corrigir nos conselhos, advertências, lições que ensinou, não constituíam, todavia, alguma coisa que autorizasse descrença no futuro da região. Ao regressar a Portugal, onde o aguardavam tantos dissabores e desventuras, deixando as terras e as águas da natureza mais opulenta do planêta e onde experimentara, como um século mais tarde Euclides da Cunha, as sensações do encontro, do contacto íntimo com aquêle espaço físico-social em período de formação, não levava a determinação de negá-lo. Ao contrário, não se desencantara. Voltava consciente de que o fundamental era a preparação do homem, educado para a gigantesca emprêsa. Tal como tentamos fazer quando recebemos a incumbência de planejar-lhe a valorização econômica e compreendemos que o ponto de partida estava na recuperação do homem, a ser assistido para as novas técnicas e enrijado pela saúde assegurada. Quanto ao que valia a natureza, estava certo de que o



tempo gasto na sua identificação fôra rendoso. Mas estava longe de permitir o conhecimento pormenorizado. A façanha não cabia nas possibilidades de um ou mesmo de uma equipe como a sua. Exigia anos e anos e pessoal habilitado. Tal como, um século depois, diria Emílio Goeldi, seu primeiro grande intérprete, ao confessar que o estudo da floresta amazônica era tarefa para gerações.

A Amazônia que o dr. Alexandre Rodrigues Ferreira viu estava ainda em ser. Era um mundo em comêço de exploração. O homem enfrentava-a desarmado. Os sucessos que podia alcançar não tinham senão um relêvo passageiro, conquanto representassem êsse propósito de permanência. O naturalista compreendeu-a. E no "Diário da Viagem Filosófica", e nas outras memórias que lhe devemos, soube propô-la com segurança. Sem extorsões ufanistas. Sem alegações impiedosas.

# 14.

# A AMAZÔNIA NO SÉCULO XVIII. SUGESTÕES PARA ESTUDOS

18.IV.67

A HISTÓRIA do Brasil no século XVIII, já o afirmou com todo o fundamento Pedro Calmon no terceiro volume de sua "História do Brasil", é a história da organização da colônia, que se fixa as respectivas fronteiras, valoriza-se econômicamente, cresce em população, reforma-se na contextura estatal, deixa, enfim, de ser uma experiência para consolidar-se numa realidade política que começa a dar sinais de querer emancipar-se.

A política de Portugal, nessa fase, sofreu, como é fácil de ver-se, modificações sensíveis, que alcançam todos os setores e tôdas as regiões que compunham os Estados do Brasil e do Maranhão.

Ora, o estudo dessa política e dos acontecimentos que marcaram a vida das duas entidades portuguêsas na Sul-América não foi ainda suficientemente realizado. A documentação que dorme nos arquivos de Portugal e do Brasil é vastíssima, estando a exigir um trabalho de quantos pesquisadores queiram contribuir para o esclarecimento de tantos fatos, sôbre que pouco ou nada sabemos ou sôbre que sabemos sem a segurança que deve resultar da prova documental.

No caso particular da Amazônia, além do que consta dos cronistas e de uns poucos que ousaram enveredar pelo exame das fontes documentais, só muito pouco ainda foi obtido, e êsse pouco devido ao esfôrço de Alexandre Rodrigues Ferreira, Antônio Ladislau Monteiro Baena, João Lúcio de Azevedo, Manoel Barata, Artur Viana, Capistrano de Abreu, Serafim Leite, José Mendes da Cunha Saraiva e do autor destas linhas. O processo evolutivo do extremo-norte do Brasil está, assim, precisando, como bem consideraram os promotores de certa assembléia de alta

cultura especializada, ser examinado com o vigor por que outros temas da vida nacional brasileira já o foram.

A amplitude de que se reveste o assunto não permite, todavia, que o indiquemos em tôdas as suas faces. Vamos, por isso mesmo, apenas aflorar alguns aspectos que possam interessar de imediato os que nos quiserem ajudar na tarefa de desbravamento.

Recordemos, para começar, que o panorama da Amazônia ao principiar o século XVIII era rico em perspectivas, — escrevemos em nosso livro "Estadistas portuguêses na Amazônia". Todo um mundo nôvo fôra revelado, no século anterior, pelos sertanistas, pelas tropas de guerra, pelas autoridades civis e militares, pelos religiosos da Companhia de Jesus, pelos Carmelitas, pelos Franciscanos da Província de Santo Antônio, pelos Frades da Piedade, pelos Mercedários, incansáveis no trato da terra e da gente. A afirmação de energia dos que vinham realizando aquela tarefa, energia revelada no enfrentar o meio selvagem, que ainda hoje desafia o homem com todo o poderio que a técnica atual lhe assegura, enfrentar o meio e não se deixar vencer pelos imperativos esmagadores que o distinguem, criara aquelas perspectivas. Planejara-se, desde o primeiro momento do encontro do europeu com o ambiente singular, uma vasta ação de conquista e de domínio. Espanhóis e portuguêses, do Reino ou da própria colônia, deslumbrados com o que observaram, não se continham na formulação de idéias para a tarefa. O primeiro século, o XVII, por que o europeu se assinalara na Amazônia, fôra, destarte, um século de experiências, de tomada de contato, durante o qual se processara a defesa da terra ante a concorrência de inglêses, franceses e holandeses, lançaram-se os fundamentos do domínio e se imaginaram, em meio à ardência tropical que envolvia os ádvenas, planos e mais planos para o êxito sôbre a natureza voluntariosa.

Nas quatro décadas iniciais do século XVIII prosseguiu essa obra de conquista e de domínio. Não temos delas, porém, as minúcias necessárias. Foi o período em que se acentuaram as divergências entre os colonos e os Jesuítas, da querela participando os Governadores e Capitães-mores. João Lúcio Azevedo, em os "Jesuítas no Grão-Pará", abriu alguns claros. Não é suficiente o que nos diz. Como não é suficiente o que sabemos acêrca das comunicações que então se abriram entre a Amazônia e o Sul e Centro do Brasil pelo Madeira, Tapajós e Tocantins, sôbre os choques entre luso-brasileiros e hispano-americanos, no Solimões-Marañon, sôbre a nossa expansão pelo alto Rio Negro até o Cassiquiari, sôbre certos aspectos dos incidentes com os franceses na região do Macapá, sôbre a política que Portugal adotou com relação à fronteira oeste, no Solimões-Marañon, que então determinara fôsse levada ao Napo e posteriormente fêz recuar para o Javari, sôbre as dificuldades criadas à irradiação sertanista pelos pronunciamentos indígenas do tomo daquele que foi encabeçado por Ajuricaba.

Que temos, ademais, de positivo, acêrca dos governos de Cristovam da Costa Freire, Bernardo Pereira de Berredo, João da Maia da Gama, Alexandre de Sousa Freire, João de Abreu Castelo Branco e Francisco Pedro de Mendonça Gurjão ? Ainda agora, a propósito da introdução do café no Brasil através de sua primeira sementeira nas cercanias de Belém, nós mesmos não levantamos a dúvida sôbre a ação de Francisco de Melo Palheta, em favor de Xavier Botero, ou sôbre a existência daquela espécie vegetal anterior à façanha dos dois mencionados sertanistas ?

Na quinta década, quando atuou na política portuguêsa o admirável Alexandre de Gusmão, brasileiro de Santos, iniciou-se uma nova fase na vida do extremo-norte do Brasil. Planejou-se o povoamento intensivo da região. Casais de açorianos foram remetidos para o Macapá. Temos publicadas várias relações de embarques. Há, no Arquivo de Belém, copiosa documentação sôbre os trabalhos que êsses casais desenvolveram. Faltam-nos, no entanto, elementos que nos conduzam ao conhecimento da atuação dêsses casais em outros pontos da região para onde foram enviados, como nos faltam dados que nos permitam saber

dos êxitos e dos fracassos que padeceram, seja no Macapá, seja nos outros trechos da colônia. E já que falamos em povoadores, não será despropositado registrar que anos depois da experiência com os açorianos há notícia de que, sendo governador Athayde Teive, foi mandado de Lisboa para o Pará um grupo de suíços. Nada sabemos, no entanto, sôbre a quantidade e qualidade dêsses povoadores, sítio onde foram instalados e ação que desenvolveram.

De 1751 em diante começou um nôvo período na história da Amazônia. Procedeu-se a sua valorização intensiva. Os velhos sonhos de encontrar nela as riquezas que estavam desaparecendo de mãos portuguêsas, em face da perda do Oriente, foram reanimados. O ciclo pombalino, por isso mesmo, precisa ser examinado a rigor, com isenção, apreciando-se a política que se executou no que ela resultou de bom e de mau. Diante do meio agreste, teria sido uma política hábil ou não passaria de fruto da imaginação do Marquês e de seus auxiliares na faina de tudo remodelar, de tudo refazer, de tudo pretender renovar? Logo de início, não devemos esquecer, essa política de valorização teve de enfrentar o problema criado pela retirada das Ordens Religiosas do cenário, uma vez que ou foram mandadas sair do Estado, como sucedeu à Companhia de Jesus, ou tiveram de abandonar a atuação temporal que vinham exercendo sôbre a gentilidade local. E dado que se atribuía às Ordens Religiosas a maior ponderância nos êxitos que se verificavam na região, não podemos de logo acreditar que a ação do Estado, sem a cooperação de tais fôrças, teria falhado?

Os acontecimentos que assinalaram essa etapa histórica, apesar da importância de que se revestiram, nem mesmo êsses estão suficientemente esclarecidos. Assim, a questão jesuítica, sôbre que tanto se tem escrito, apesar dos estudos de João Lúcio, de Serafim Leite e do autor destas linhas, não satisfazem. A documentação que existe na seção ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa e na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado do Pará pode trazer esclarecimentos



fundamentais. A política que de então em diante foi sendo executada, apesar da drasticidade que a caracterizou em certos momentos e sôbre certas questões, parece-nos uma política que assegurou a Portugal o domínio da região.

Os incidentes entre Mendonça Furtado e as Ordens Religiosas, apesar do que já divulgamos, não nos parecem suficientemente explicados nas suas verdadeiras causas e efeitos e nem os conhecemos em todos os detalhes. Cabe aqui referir que foi justamente nesse momento dramático que o Bispado do Pará, até então quase que reduzido em sua jurisdição a Belém e cercanias, começou a ter existência real, criando-se as paróquias, que passaram de seis a noventa e uma, levantando-se dezenas de igrejas. O clero secular vindo de Lisboa não apresentava qualidades morais e espirituais respeitáveis. Ao contrário, deixou muito a desejar. Embora, prestou serviços que ainda estão por assinalar devidamente.

A propósito da retirada dos Jesuítas, tem-se dito que desceu sôbre a região o atraso, a decadência. Servem-se os que tal afirmam do relatório do Ouvidor Pestana da Silva, que viu a Capitania do Rio Negro sem o progresso que êle entendia possível se os Jesuítas e os outros religiosos ainda estivessem trabalhando. Na seção de manuscritos da Biblioteca do Pará, há abundante documentação a respeito da vida regional nas vilas e povoados que se criaram em substituição aos postos missionários. É preciso divulgar essa documentação para que se saiba da verdade. Em muitas dessas peças, lemos fortes acusações ao sistema do "Diretório", mas em outras podemos verificar que, na realidade, havia êxito na experiência que se operava.

O govêrno de Manuel Bernardo de Melo e Castro, que ocorre nessa quadra, tem sido apontado como um govêrno que não se distinguiu senão pela passividade no cumprimento de ordens pouco saudáveis, emanadas de Lisboa. Ora, a documentação que compulsamos em Belém não nos autoriza o aplauso a tal conclusão. Faz-se mister um exame minucioso da obra administrativa de Manuel Bernardo como de Fernando da Costa de

Athayde Teive, João Pereira Caldas, dos quais nada se escreveu que nos permitisse saber de sua obra de govêrno. Pereira Caldas só tem aparecido nos livros de história como chefe da comissão de limites com as possessões espanholas. No entanto, no govêrno do Piauí e depois no Pará, o que já lemos nos códices da Biblioteca de Belém e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro autoriza-nos, de certo modo, a compreender que foi um grande governador.

No tocante à Capitania de São José do Rio Negro, estabelecida nesse instante, as dúvidas principiam pela idéia de sua criação. Teria sido Mendonça Furtado quem a indicou, e, se foi, como e por que a indicou? Ou teria sido idéia do próprio Marquês de Pombal, em face dos perigos a que estava exposta a região? Que sabemos, em detalhes, sôbre a gestão de Melo e Póvoas e seus sucessores? Há alguns anos, escrevemos um ensaio sôbre Lôbo d'Almada. Trabalhamos com a documentação do Arquivo do Pará. Sabemos, porém, que a respeito dêsse estadista e explorador há vasta documentação no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa.

No relativo à comissão que devia demarcar a fronteira estabelecida pelo Tratado de 1750, tem se escrito que dela nada resultou do ponto de vista político e do ponto de vista científico. Parecem-nos apressadas essas conclusões. No segundo volume de nosso livro "Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira", pretendemos ter trazido alguma contribuição para desfazer o que se tem afirmado. Somos os primeiros a confessar: o que ali escrevemos não é, no entanto, suficiente. A correspondência de Mendonça Furtado, nas fases em que viveu no Rio Negro, é completamente ignorada e só depois de conhecida será possível encontrar a verdade.

No concernente à comissão de limites resultante do Tratado de 1777, há em Belém do Pará mais de meia centena de códices que só agora começam a ser explorados. No Arquivo Colonial de Lisboa, temos notícia de que se guardam códices com a correspondência de Pereira Caldas com as autoridades do Reino,



essenciais para que logremos saber com segurança e minuciosidade o que foi o cometimento hercúleo dos que operaram no rio Negro, no rio Branco, no Japurá, no Javari e no Solimões para impedir que passassem a mãos espanholas vastas áreas do território nacional e para dar ao mundo uma notícia exata do que era a fisiografia daqueles distritos da fronteira.

No decorrer do século XVIII verificaram-se na Amazônia transformações sociais e econômicas para o conhecimento das quais precisamos revolver os arquivos. A mestiçagem, que constituiu um título de glória da ação portuguêsa no mundo, pelos elementos que tivemos ocasião de examinar no Arquivo de Belém pode ser estudada para detalhes impressionantes. Há, por exemplo, ali, relações de soldados e oficiais e funcionários civis que casaram com mulheres indígenas. Os pronunciamentos interessantes de governadores e de autoridades menores, civis e religiosas sôbre o sucesso ou não dessa obra de miscigenação. Nada disso, contudo, mereceu ainda a atenção dos estudiosos. Nem mesmo José Veríssimo, que sabia da existência dêsse volumoso documentário, dêle se quis valer para melhor amparar-se no exame a que procedeu das populações mestiças regionais. E êsse mestiçamento não se processou ùnicamente com a mulher indígena. Processou-se igualmente com a mulher negra, com relativa percentagem, o que vale dizer que a contribuição do elemento negro, na Amazônia, não apresentou aquêles aspectos mirrados que se tem pretendido. Cabe aqui referir, por fim, nesse particular, que sôbre a introdução e atuação dos negros, também é vasta a documentação existente no Arquivo Estadual do Pará.

Quanto às transformações de natureza econômica, queremos assinalar que ao lado do trabalho de coleta da especiaria regional, as famosas "drogas do sertão", fêz-se, nessa época, um imenso esfôrço para a lavoura de espécies nativas e alienígenas. É interessante mencionar que além da iniciativa dos colonos, verificou-se também uma curiosa ação do Estado para que nos pequenos centros urbanos que se foram criando houvesse o abastecimento indispensável aos sitiantes. Assim, estabeleceram-se obrigações aos moradores para que plantassem árvores frutí-

feras e criassem animais úteis à alimentação. As lavouras de café, de cacau, de algodão e de cravo foram intensificadas em vários pontos do território amazônico. A distribuição de terras operou-se com amplitude até então ignorada. O gado localizado apenas na Ilha de Marajó e quase ùnicamente propriedade das Ordens Religiosas, da quinta década do século XVIII em diante foi sendo levado ao interior. Criaram-se, em conseqüência, novos plantéis no chamado Baixo Amazonas, regiões de Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, e no vale do Rio Branco. No Marajó, as antigas fazendas dos religiosos foram retalhadas, passando às mãos de particulares que deram origem à nobreza da Ilha e constituíram tronco das grandes famílias que a dominam.

Sôbre aquelas tarefas de agricultura e criação, encontramos, no Arquivo do Pará, vasta documentação. Sôbre as sesmarias há um catálogo, que é bom guia, publicado nos "Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará", tomo 3.

É ainda dêsse período a montagem de pesqueiros no Marajó, no Baixo Amazonas, no Solimões e no Rio Branco. Êsses pesqueiros permitiram o abastecimento das populações regionais e a exportação para Portugal. A documentação a respeito é vastíssima no Arquivo a que nos estamos referindo.

As comunicações com Mato Grosso, permitindo-lhe uma saída menos difícil e mais rápida para o Atlântico, operaram-se nas cinco décadas finais do século XVIII com regular intensidade. Para exemplificar, citemos o abastecimento de sal às populações de Vila Bela de Mato Grosso, feito através do Madeira, e a saída do ouro matogrossense pela mesma via, tarefa de que foi encarregado, durante muito tempo, um paulista chamado João de Sousa Azevedo. Os recibos do ouro trazido a Belém estão no Arquivo do Pará, juntamente com a documentação relativa ao intercâmbio mercantil que se operou entre as duas seções do Brasil.

O intercâmbio mercantil com o Velho Mundo, por intermédio de Lisboa, conheceu, então, uma intensidade ponderável. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão teve, nesse



cometimento econômico, uma influência sensível. Até seu funcionamento, pràticamente não existia tal comércio. Como explicar, pois, as restrições que se fazem àquele organismo, que trouxe braços para o trabalho agrário, serviu ao incentivo da lavoura, proporcionou meios monetários ao Estado para atender às despesas que fazia e assegurou tanto vigor ao contato mercantil da Amazônia com a Europa, representada por Portugal? As investigações feitas em tôrno da ação da Companhia têm sido elaboradas com espírito prevenido. Empreendimento monopolístico, só vem sendo olhada como obra de despotismo. É preciso dar um balanço desapaixonado, tendo-se em vista as condições da região a que veio servir e o que realizou na execução de seus estatutos. O documentário da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo do Pará é vasto e permite reflexões e conclusões que não serão as que vêm sendo divulgadas.

* * *

Encerrado o consulado pombalino, a Amazônia esteve confiada a três administradores hábeis: José de Nápoles Telo de Menezes, Martinho de Sousa e Albuquerque e Dom Francisco Maurício de Sousa Coutinho, cujos atos governativos aguardam a investigação dos historiadores. Nesse fim de século a região não parou de progredir. Registrou-se mesmo uma intensíssima atividade realizadora, principalmente no campo econômico, quando as indústrias de peixe, das madeiras e de construção naval alcançaram um desenvolvimento que pode ser dado como sensacional.

* * *

A Amazônia, no decorrer do século XVIII, foi definitivamente integrada no espaço político do Império Português. A política que nela se executou sob Pedro II, Dom João V, Dom José e Dona Maria I, principalmente no consulado de Pombal, caracterizou-se em ter sido uma política objetiva de valorização com frutos que nos parecem saborosos.

Faz-se mister enquadrar essa política na que se pôs em prática em outros setores do Império Português, para que pos-

samos, com serenidade, aferir do que representou no processo histórico de Portugal e seu mundo ultramarino êsse século XVIII, de tamanhas e tão profundas transformações. Nas sugestões que indicamos aqui, tivemos o propósito de trazer uma pequena contribuição para essa tarefa de indagação e de esclarecimentos que nos reúne nesta Assembléia.



# 15.

## UMA ESTAMPA DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XVIII

O CAPITÃO-GENERAL Manuel Bernardo de Melo Castro foi o substituto de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na governança da Amazônia, de 1759 a 1776.

Devotado à coisa pública, distinguiu-se por uma série de atitudes e atos que exigiam capacidade, coragem e amor aos interêsses da pátria.

Não se lhe fêz, todavia, ainda, a história circunstanciada da administração, embora haja elementos preciosos, documentação abundante guardada na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo do Estado do Pará.

Uma feita, em 1761, Manuel Bernardo visitou vilas, povoados, fortalezas. Visitou para conhecer as realidades do interior e poder atender-lhe aos problemas. Verdadeira correição. O Jesuíta tinha sido deslocado de seus núcleos, beneficiados com situações e títulos novos nos quadros político-administrativos. Nessa jornada, Melo e Castro fêz-se acompanhar de outras autoridades, inclusive o Ouvidor. Auscultou as necessidades. Tomou providências. E em várias epístolas, endereçadas a Mendonça Furtado, então Secretário de Estado dos Negócios do Reino, comunicou as suas impressões. Vamos ler a de 23 de abril, que é uma estampa interessantíssima de um trecho da Amazônia, em linguagem simples, pitoresca, mas refletindo, com exatidão, a vida, o ambiente humano, o trabalho que os colonos realizavam:

> "Illmo. e Exmo. Sr. Logo qe chego aesta Cidade recolhido da revista qe fiz a algumas Povoações, e Fortalezas desta Capitania, mepareceo justo dar a V.

Exa. conta de como as achei, edeqe nellas dispuz em utilidade do Real Serviço, e beneficio dos seus moradores.

A 30 de Dezembro do anno proximo passado sahi desta Cidade em direitura a Villa da Vigia aonde estive outo dias, epessando mostra asua ordenança, provi os officiaes qe se achavão nella vagos.

He pena qe naquelle tam bom Sitio os moradores não multipliquem as cazas, dizendo qe pela falta de meios não podem concertar as qe se arruinão, e outros nem acabar as qe principiarão.

Lastimandome deste grande damno da Villa lhe dei alguma providencia, dando a alguns delles hum pequeno auxilio, e a todos persuadindolhe com palavras e prejuizo qe se lhes segue daquelle descuido.

Vendo eu qe aquella V.ª estava sem Escola emqe os filhos dos moradores se educacem, e sabendo qe os Religiozos de N. Snr.ª das Merces no Termo da sua fundação, deqe ponho naprezença de V. Excia. a Copia em n.º 1.º, se obrigaram a ensinar os meninos daquella Villa, não só a Doutrina Christãa, ler, escrever, e contar, mas tambem solfa, e Gramatica fis praticar aclauzula dasua fundação por hum Bando qe mandei Lançar deqe tambem remeto acopia qe continue o n.º 2.º, em utilidade do Real Serviço, e daquelle Povo, deixando no d.º Hospicio estabelecido aquelle estudo, tão util ao particular, e commum beneficio.

Duas vezes estive em Porto Salvo, e de ambas conheci apobreza decazas daquella Povoação para cuja providencia quero mandar fazer huma Planta pelo Capitam Gronfeld qe de alguma sorte regule as habitaçõens daquelles pobres moradores. Tambem vi a fazenda da Tabatinga emqe está o Administrador Placido Jozé Pamplona qe atem sumam.te bem tratada com a incançavel aplicação do seu genio, qe mostra ser hum bom Fazendeiro.



Continuando aviagem cheguei áV.ª de Santa Crus do Cametá aonde publicando por hum bando a mostra reconheci nas tres Comp.as da sua Ordenança, ser util huma dellas se convertesse na de Auxiliares, p.ª aqual fis os officiaes qe meparecerão mais benemeritos, como tambem V. Ex.ª verá na copia da Relação n.º 3.º.

Tendo os Pays de Familias daquella Villa omissão grande em mandarem seus filhos áEscola, qe estava quaze dezamparada, e o Mestre occiozo, os obriguei por hum Bando qe mandei lançar naquella Villa, deqe tambem remetto a copia n.º 4.º, aqe mandassem seos filhos ao estudo das primeiras letras, aproveitandoos tambem na latinidade qe encarreguei aos Religiozos do Convento de N. Sra. das Merces, e ao Pe. Vigario da mesma Va. para ensinar juntamente aos qe tiverem aptidãa e possibilidade pa adita aplicação para oqe lhehade o Dez. or Ouv.or g.al mandar os Livros donovo methodo ; porqe como as qualidades do sobredito Vigario dão esperanças de criarem bons estudantes, quis aproveitallas, não só no ensino deler, escrever, e contar, mas tambem neste de Gramatica, em qe á Civilidade, e á Republica faz um importante interece, como V. Exa. verá das Copias das cartas qe constituem o n.º 4.º.

Sabe qe mtos dos moradores daquella Va. sehiam opossando sem autoridade alguma das Ilhas circumvezinhas emqe faziam grandes Cacoaes, e outras plantaçõens sem preceder Faculdade Regia, ou Licença deste Governo ; qe fizesse justo titulo para aquella posse, pelo qe mandei publicar hum Bando, qe todas as pessoas qe tivessem feito as ditas plantaçõens, re-

correcem, pedindo as ditas terras deSexmaria naforma das ordens de S. Mage., debaixo das penas desehaverem por devolutas e darem-se as pessoas qe as pedissem, o qe V. Exa. verá dos documt.os qe vão na conta n.° 2.°.

Passei aver o lugar de Azevedo emqe os meninos estão m.to bem educados e a Igreja quaze cahindo, e com bastante indecencia p.a nella se selebrar o Sagrado Sacrificio.

Passei a villa de Macapá, epor ser obgecto mais distinto do meu cuidado, rezervo a conta das providencias qe nella dei para outra carta, temendo a extão desta, qe sefaz preciza.

Parti p.a a Fortaleza do Gurupa, e logo fis passar e mostra aOrdenança della, deqe depois fis huma Comp.ª com Officiaes novos dos qe mepareceram mais aptos p.a o serviço deS.Mage; Via Fortaleza aqe o tempo vai derribando, e a tem já em estado qe sem huma grande despeza senão poderá remediar o damno em qe se acha. A povoação está em grande decadencia, porqe as cazas qe o tempo vai derribando, ficão inteiram.te abandonadas, e os seus moradores se vão mester em algumas rossas, epor este modo vão deixando aquella villa solitaria. Appliquei todos os meios possiveis a obviar este prejuizo, qe he de concequencia concideravel ao Real Serviço, e ao mesmo Povo.

Athe este tempo conservava o disignio de chegar a Tapajós, e Pauxis, mas tendo avizo deqe dezordens daCidade precizavão amª vinda, junta estaforçoza cauza á noticia de ter chegado hum Navio de Pretos qe aComp.ª geral do Commercio dezejava logo expedir, me rezolvi avoltar p.ª estaCidade, e aproveitar aoccazião de por na prezença de V. Exa. esta conta com as mais qe tambem remetto a V. Exa.

Do Gurupá passei a Melgasso aonde fis alistar os moradores brancos p.a formar huma Comp.ª da Ordenança, mas não coube no tempo fazer os Officiaes qe daqui faço tenção prover.

O Vigario dá mt.° boa educação os filhos, efilhas dos Indios aq.m ouvi algumas vezes cantar na Igreja o verso do Tantum ergo bastantem.te entoados, e o Terso qe rezão todas as tardes com o exercicio da Doutrina Christãa qe sabem muito bem e eu por ver a esperteza dos rapazes escolhi huns poucos qe truxe nam.ª com.ª p.ª os pulir; civilizar, e mandar ensinar alguns officios deqe carecem as suas Povoaçõens, especializando os filhos dos off.es e dos da Camara, por que a Nobreza de seus Pays deve fazer com qe se destinem seus filhos aoutros empregos honrozos p.ª oqe se lhe hade proporcionar, e dispor o espirito naprim.rª creação, qe nam.ª caza, e nadeoutras pessoas, tambem intereçadas no seu augmento, quero dar aos qe elegi, concorrendo seus Pays voluntarios, egostozos em abraçar esta utilidade dos mesmos seus filhos.

Em Portel, sendo mais numerozo o Povo, tem o Vigario igualm.te educado mt.° bem ainfancia de ambos os sexos, porqe na Doutrina Christãa estão bastantem.te instruidos, e nãs devoçõens cotidianas mt.° abeis, cantando com excelentes vozes os Louvores de Deos na Igreja emqe os ouvi, pezarozo de senão poderem alguns aplicar aSolfa, porqe nelles intereçaria o outro de Deos mais perfeição.

Em todas estas villas sefizerão officiaes p.ª as Camaras, elhedei as providencias precizas para o seu governo Civil, e economico, proporcionando-lhe a re-

partição dos Indios, p.ª as differentes aplicaçõens naforma das ordens deS. Mage., edeV.Exia., recomendando mt.º o augmento das Plantaçõens, e rossas, como objecto principal da sua subsistencia, e utilidade da Fazenda Real.

Pela grande demora qe tinha feito em Macapa de 36 dias, e hirse apropinquando o tempo de chegarem as Charruas qe hão de conduzir as Madeiras naforma das Ordens de S. Mag.e e deV. Exª., mevi tambem embaraçado a poder continuar a viagem, accrescendo aesta razam as mais qe assima pondero a V. Exa. Deos G.e aV. Exa. m.s an.s pará 23 de Abril de 1761 | | M.el Berdn.do de Mello deCastro | Sñor Fran.co X.er de Mendonça Furtado.|"



# 16.

## NOS ALBORES DO SÉCULO XIX

A AMAZÔNIA, em 1803, estava confiada a D. Francisco de Sousa Coutinho, que começara a governar em 1790 e se vinha afirmando um estadista magnífico que penetrara os problemas da região com uma segurança assinalável.

Irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, encantara-se com o ambiente tropical do extremo-norte do Brasil. As coisas do vale pareciam-lhe revelando um mundo nôvo, que exigia aptidões especiais de governantes, providências delicadas, estranhas ao restante da colônia americana.

A seu ver, a Amazônia não constituía uma unidade da América portuguêsa. Não podia inscrever-se, pela diversidade econômica, pela diversidade fisiográfica, pela fisionomia humana, nas partículas administrativas do Vice-Reinado do Brasil. Havia fôrças muito vivas que reclamavam autonomia, que mais de uma vez propôs a Lisboa. Na Amazônia, Portugal devia, atendendo a êsses imperativos tão gritantes, constituir um outro Vice-Reinado. Em ciclo anterior Vieira, André Vidal de Negreiros, Mendonça Furtado tinham proposto o problema em suas linhas gerais. A criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará fôra, realmente, uma primeira compreensão, um primeiro passo. Agora, os argumentos, as conclusões meditadas de D. Francisco reavivavam o quadro, restauravam-lhe a moldura, lançavam-no novamente à cogitação dos estadistas de D. Maria I e do Príncipe D. João.

D. Francisco, em treze anos, produzira de olhos fitos nas alturas da nova situação política a que devia ascender o vale. Trabalhara incessantemente. Vigiara o francês, que não escondia desejos de expansão. Vigiara o espanhol, nisso contando com

o patriotismo fervoroso de Lôbo d'Almada, Governador da Capitania de São José do Rio Negro. Atendera aos negócios da navegação interna. Incentivara o fabrico das embarcações. Ensaiara culturas novas, como fomentara o trato da terra com espécies nativas ou já aclimadas. Interessado pela sorte do "natural", sôbre cujos ombros pesava impiedosamente todo o trabalho em que o colono fazia o senhor, advogara-lhe o direito à liberdade, numa eloqüente representação a que D. Maria I atendera: "para que os mesmos indios fiquem sem differença dos outros meus vassalos, sendo dirigidos e governados pelas mesmas leis que regem todos aquelles dos differentes Estados que compõem a Monarchia. . ."

Espírito decerto já atingido pela filosofia avançada, ao mesmo tempo que sustentava a condição humana do nativo, deixava perceber a sua condenação ao sistema de escravização a que o africano vivia acorrentado: "Tenho por certo que a escravidão he oposta ao Direito Natural somente sustentada pello politico, e que todo Homem deve ser livre. . ." (1)

Os diretores de povoados, excedendo-se, truculentos, não cumpriam as obrigações que o Regimento do Diretório lhes impusera. Desmazelados, comprometiam a intenção civilizadora da política colonial portuguêsa. Advertira-os sèriamente, riscando-lhes o caminho que deviam caminhar.

As luzes da instrução não se expressavam em conquistas de se dar sentido nelas. Apesar de todo o esfôrço do legislador peninsular. Apesar da boa vontade de governantes do Estado. Apesar da obra meritória das Ordens Religiosas que escancararam sempre as portas de suas escolas, de seus hospícios, de seus conventos, franqueando-os à mocidade amazônica. Traçara rumos, numa regulamentação ao sabor das novidades pedagógicas que Verney e os revolucionários do ensino vinham pregando (2).

(1) — Of. de 10 de março de 1797 ao Conselho Ultramarino. Códice 792 da B. A. do Pará.
(2) — ARTHUR C. F. REIS — "A Política Portuguêsa no Vale Amazônico", Belém, 1940.



As rendas públicas, deficitárias no Estado, cresceram. Avultaram. Não se registrou deficit.

Diante de avisos constantes do Reino, precatou os povos sob sua guarda contra as idéias dissolventes que agitavam a Europa e começavam a circular na América Ibérica.

Fizera estudar o meio. Cogitara do homem. Planejara e executara um programa. Mas cansara em meio à jornada. Outros que trouxessem um pouco de vigor à construção lusitana na América. Pedira substituto. Viera-lhe o louvor real e a promessa de substituto.

Êste seria D. Miguel Pereira Forjaz, a quem se expediram ordens que continuavam a política de valorização da Amazônia, traço característico da orientação lusitana nesse particular de sua visada, de seus cuidados pela terra molhada do extremo-norte brasileiro (3).

Sucede que D. Miguel, por motivos que não nos foi dado apurar, não se abalançou a tocar sequer a Capitania. Ficou-se em Portugal. D. Francisco insistia, porém, no regresso ao Reino. Veio, então, sucedê-lo, D. Marcos de Noronha e Brito. Não ainda no pôsto de Vice-Rei, visto se não haver concedido à Amazônia a condição que D. Francisco pleiteara. No de Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Na Amazônia, a essa altura, contavam-se três dezenas de vilas, duas Ouvidorias, e um já bem respeitável volume de produção que assim se algarismava, no tocante à saída para a Europa: 145.669 arrobas de cacau, 65.465 de arroz, 14.040 de algodão e 4.793 de café (4).

A população orçara-se, em 1801, em 80.000 habitantes. População vivendo nos núcleos urbanos.

3) — Códice 608 da B. A. do Pará.
(4) — MANOEL BARATA — "A antiga produção e exportação do Pará", Belém, 1915.

Na hinterlândia, a Capitania de São José do Rio Negro conhecera fastígio sob Lôbo d'Almada. Separados, Almada e D. Francisco, pela intriga urdida pelos que invejavam o governante do Rio Negro, falecido aquêle, a região entrara em decadência. Fôra, aliás, êsse desentendimento com Almada a falha aguda do período administrativo de Sousa Coutinho.

Suceder a D. Francisco, depois do que êle realizara, significava, evidentemente, disposição para cometimento de envergadura. A emprêsa exigia, impunha singular capacidade. D. Marcos estaria à altura? D. Marcos possuiria essa singular capacidade?



# 17.

## A POLÍTICA INDÍGENA AO EXPIRAR DO PERÍODO COLONIAL

As RELAÇÕES entre os brancos que vieram fazer a América, do século XVI a princípios do XIX, e os elementos de côr que encontraram na mesma América ou para ela transportaram na condição de escravos, não foram ainda objeto de um estudo de conjunto que, inclusive, examinasse a política adotada nos vários períodos que a singularizaram, e a fixasse em dados de comparação e na base de uma análise fria, liberta de sentimentalismo e de prejuízos nacionalistas.

Há, é certo, uma abundante literatura histórica e sociológica sôbre vários aspectos dêsse relacionamento, literatura interessante, elucidativa, mas que nem por isso pode autorizar um pronunciamento definitivo, justo, sereno, leal, do comportamento de brancos e homens de outras côres na obra de ocupação das terras americanas e de criação de novas sociedades, capazes de realizar a grande aventura de dominação do espaço físico numa obra que reflita os êxitos dessas sociedades na maturidade que foram alcançando.

Êsse comportamento, ademais, não foi o mesmo entre os vários grupos europeus que se transportaram à América. Assim, os inglêses, pelo que vem sendo registrado, ora destruíram a humanidade local com que se defrontaram, ora com ela se entenderam através de alianças ou tratados de paz e boa vizinhança. Os franceses, de seu lado, mais humanos, confraternizaram com os indígenas que os acolheram sem desafeições, chocando-se, porém, com os que se aliaram aos inglêses. A mestiçagem, que não ocorreu entre os inglêses, foi realidade com os franceses, apesar de quanto escrevem os historiadores canadenses-franceses. E se ocorreu no Canadá, dando origem aos mestiços que amplia-

ram o espaço político penetrando a selva e irradiando para o Sul e para o Oeste, ocorreu em muito maior escala nas Antilhas, onde deu ser a uma sociedade mestiça que fêz a revolução da independência e, no particular de São Domingos, criou um Estado soberano, que é o Haití.

Os espanhóis, ao contrário do que muita gente pensa, não foram os selvagens que destruíram sem dó nem piedade as culturas Azteca, Maya, Chibcha, Inca. Registrou-se, ninguém contesta, o conflito entre o espanhol e os povos continentais que lhes pretenderam impedir o empossamento da terra. O grande desfalque verificado no seio dessas populações nativas não decorreu, no entanto, apenas do conflito armado. As epidemias que o europeu trouxe, a mudança de dieta alimentar, as modificações dos gêneros de vida, nas atividades diárias, explicam muito mais aquelas perdas que pròpriamente o choque das armas. O comportamento do espanhol estava longe de ser um modêlo. Não se mostrou êle hostil, contudo, a um contato generoso, amoroso mesmo, com o gentio, sôbre cujos destinos tanto discutiram teólogos e legistas da península.

A mestiçagem processou-se intensamente, como a preservação da multidão local também esteve nos propósitos e na ação política que os espanhóis promoveram com tanto êxito e resultados tão interessantes.

Quanto aos portuguêses, o comportamento foi o mais variado: ora realizou apenas a relação comercial, ora celebrou alianças, impôs o senhorio de seus monarcas sôbre os governantes dos povos de côr que foi encontrando na fase dos descobrimentos sul-africanos, ora submeteu-os pelas armas, ora, por fim, escravizou-os ou com êles se entendeu na união de corpos, fôsse pela mão da autoridade religiosa, fôsse pelas ligações extra-legais, abundantes e constantes.

Povo sem prejuízos raciais, ao contrário caracterizando-se por uma admirável atitude de compreensão e de relacionamento amoroso com as gentes que revelava e sôbre que impunha a sua



vontade política, o português alcançou, nesse particular, sôbre os demais europeus do ciclo da colonização extra-européia, uma situação tôda especial que o fêz amado ou admirado.

Essa política de convivência harmônica com os povos de côr, por mais de uma vez foi, no entanto, objeto de condenação ou de reflexões de quantos com ela tomaram contato por dever de ofício ou porque sentiram a conveniência de um pronunciamento para indicá-lo nos erros, nos defeitos, que aqui e ali a definiam ou marcavam. É que nem sempre essa política, executada pelo colono ou pela própria autoridade, foi uma política realìsticamente refletidora do pensamento oficial.

A legislação abundante que se decretou de Lisboa, os incidentes que se verificaram e de que a luta entre colonos e religiosos é o melhor índice, não bastarão para mostrar o fundamento da crítica, das reflexões sôbre a má execução da ideologia liberal que sempre distinguiu a que se formulava em Lisboa?

Ao findar o período colonial, quando brasileiros e portuguêses deviam, na capital portuguêsa, decidir de seus destinos fixando-se as normas a adotar em face das novidades que sacudiam o mundo e da própria situação que se criara com a transladação da família real para o Rio de Janeiro, a condição do indígena continuava a merecer a reflexão de homens capazes de um exame sereno. A simples mestiçagem incentivada, animada pelo poder público, não era suficiente. Havia milhares de índios, no Brasil, como milhares de negros na África, ainda na condição tribal, que se mantinham distantes ou explorados. E para êles havia necessidade de uma nova orientação, condizente com os novos tempos que se iria experimentar no Reino e no Ultramar.

Quem eram êsses homens e que desejavam êles? Um só já foi objeto de atenção. Referimo-nos a José Bonifácio de Andrada e Silva, o fundador civil do Brasil independente. Os outros: Francisco Ricardo Zany, José Caetano Ribeiro da Cunha, Domingos Borges de Barros e Francisco Muniz Tavares. Zany era corso, a serviço de D. João. Operava na Amazônia, que vinha

estudando profundamente e sôbre cujas particularidades seria informante oficial para o Museu do Rio de Janeiro. Afeiçoando-se ao extremo-norte, de tal modo participaria de sua vida que o encontramos nos movimentos políticos ali registrados de 1821 a 1835.

Êle e os outros três apresentaram os seus planos de civilização dos índios brasileiros, como José Bonifácio, à consideração da Constituinte Portuguêsa de 1821. Ninguém falou ainda, dêsses projetos. Tenho a impressão de que são mesmo desconhecidos, exceção do de José Bonifácio. Foi um estudioso dos assuntos brasileiros, o snr. George C. A. Boehrer, quem os revelou no recente 3.º Colloquium de Estudos realizado em Lisboa, perante a seção V, relativa à "Sociedade, política e econômica", trazendo o assunto numa comunicação interessante, que provocou debates e a sugestão de que fôsse publicada na íntegra no tomo que deve recolher os trabalhos apresentados àquela assembléia.

É de referir-se, de passagem, que o snr. George Boehrer não é um estreante nos assuntos luso-brasileiros. Escreveu, há tempos, uma história do partido republicano, no Brasil, mandado traduzir e publicado por Simeão Leal na série "Vida Brasileira", do Ministério de Educação. Pesquisando agora para um ensaio acêrca do pensamento liberal português e a independência do Brasil, teve oportunidade de encontrar o material que lhe permitiu a comunicação ao Colloquium.

Quanto à resposta à pergunta que deixei em suspenso — que queriam os autores dos planos de civilização, explica-nos o pesquisador norte-americano que sugeriam uma melhor e mais ativa participação do gentio na vida nacional. Para tal era preciso incorporá-lo, retirando-o da condição tribal, ou de mero elemento escravizado ou explorado. José Bonifácio queria que os missionários voltassem a ter atuação como haviam tido até a fase pombalina. Os outros pensavam em têrmos de ação laica. Borges de Barros admitia a interferência de religiosos, mas que êsses fôssem os irmãos Moravios, que o govêrno devia atrair ao Brasil.



Zany, de todos, foi o mais persistente. Porque não ficou nas sugestões à Constituinte Portuguêsa. Obtida a independência, insistiu no assunto, dirigindo-se a Pedro I, a quem apresentou um nôvo programa. A matéria estava na ordem do dia. E ao lado de Zany, com projetos próprios, resultante de observações realizadas na Amazônia, outras figuras da região intervieram propondo-a sem que, porém, se fizesse apêlo à intervenção da Igreja. Essa, aliás, já voltara, sem a impetuosidade dos séculos XVI a XVIII, a atuar aqui e ali, com sucessos que estavam muito longe daqueles do passado próximo. A nova política proposta daria frutos muito débeis. Mas isso já é outro assunto, sôbre que outro norte-americano, o licenciado Max Lewin, tem em preparo suculento ensaio histórico.

# 18.

## O JARDIM BOTÂNICO DE BELÉM

O DESLUMBRAMENTO que a Amazônia provocou ao descobridor espanhol no século XVI não perdeu intensidade aos olhos dos conquistadores e povoadores portuguêses dos séculos XVII e XVIII. Os cronistas que recolheram os episódios dêsse encontro do homem da Lusitânia com a floresta e com as águas amazônicas, todos êles assinalaram êsse estado de admiração e de encanto que dominou o reinol. E com o registro do episódio, a minuciosidade, aqui e ali pontilhada de exageros e de afirmações que eram, de certo modo, uma fuga à realidade e uma subserviência aos entusiasmos das primeiras horas.

Êsses cronistas, que se chamaram Cristóvão de Acuña, Simão Estaço da Silveira, Manoel de Sousa d'Eça, Luís Figueira, Jácome Raimundo de Noronha, Maurício de Heriarte, João de Sousa Ferreira, João Daniel, entoando lôas à terra e às águas, foram unânimes em assinalar as particularidades regionais que distinguiam o extremo-norte em face do Brasil, avivando os quadros da flora e da fauna.

Frei Christóvam de Lisboa, inaugurando as preocupações portuguêsas em tôrno a essas particularidades da natureza da colônia, escreveu mesmo, na fase da conquista, um Tratado das Aves, Plantas, Peixes e Animais, que ainda não mereceu as honras de uma divulgação como se tem feito a obras semelhantes, escritas por outros religiosos com relação ao Oriente ou mesmo à África portuguêsa (1). A vitalidade ambiente era verdadeiramente impressionante.

---

(1) — O nome do trabalho de Frei Cristovam fomos buscá-lo do próprio autor, na carta de 20 de janeiro de 1627, que escreveu ao irmão, o historiador Severin de Faria, Cf. Studart, "Documentos para a História do Brasil, etc.", volume II, pág. 214, Fortaleza, 1909.

Quando, em 1753, Portugal e Espanha assinaram as instruções a que deviam obedecer, ao norte, as comissões encarregadas das demarcações da fronteira entre as duas nações em suas colônias sul-americanas, o artigo XX determinara às turmas de campo que não esquecessem de verificar, com os acidentes que assinalavam a fisiografia da fronteira, o que nessa mesma fronteira havia de particular com relação à flora, à fauna, a multidões gentias.

Dessas instruções resultou o esfôrço de Antônio José Landi, arquiteto e desenhador bolonhês, que Portugal contratara para integrar a comissão do norte. Êsse esfôrço representado na obra, ainda inédita, "História Natural do Pará", que se guarda em original na Biblioteca do Pôrto, foi mais um documentário do que a natureza amazônica apresentava de particular no quadro da natureza brasileira.

Por ocasião dos trabalhos de demarcação da fronteira, ajustada pelo Tratado de Santo Ildefonso, Portugal expediu para a Amazônia o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, que trazia a incumbência de tombar a realidade naturalística do extremo-norte, identificando animais, plantas, culturas, episódios de ocupação da terra, enfim, tudo quanto permitisse um conhecimento minudente do que realmente representava o espaço amazônico. A atividade de Alexandre Rodrigues Ferreira foi de todo ponto notável. Emílio Goeldi, Alfredo da Mata, Virgílio Correia Filho, João Ribeiro Mendes, em ensaios magníficos já detalharam vários dos aspectos da atividade desenvolvida pelo baiano eminente, cujos serviços à ciência ficaram assinalados pelo conjunto admirável de material que coletou, pelas observações que fêz, pela série de memórias que escreveu e constituíram a mais notável contribuição que a Amazônia, pela inteligência aguda, objetiva do cientista, proporcionou à curiosidade européia.

Já desde meados do século XVIII, o govêrno metropolitano vinha solicitando da Amazônia o material exótico que lhe dava côr especial à flora e à fauna. Pediam-se exemplares das espécies piscosas, das outras espécies animais e das espécies vegetais. Para os parques do Palácio de Queluz, com que D. José respondera a Luís XV e através o qual desejara deslumbrar a Europa, conforme se pode verificar da documentação abundante que consta dos códices manuscritos da Biblioteca do Estado do Pará, inventariada e copiada para a SPHAN, de Belém saíram carregamentos e carregamentos. Como para o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, onde pontificavam Anelar Brotero e Domingos Vandelli.

Dêstes, por exemplo, era a solicitação que consta da relação a seguir, imediatamente atendida pelo Capitão-General D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho :

> "Rellação das Plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botanico : vindo dispostas em Caixoens cheios da mesma terra nativa donde se tirarem e havendo no Mar o cuidado de as abrigar do frio no tempo do Inverno, e de as regar no tempo do Verão.

Palmeiras :

| | |
|---|---|
| "Caraná | Mucajá |
| Coqueiro | Murity |
| Ianary | Parauá |
| Ibacaba | Piasaba .... do Rio Negro |
| Ibauaçu | Pupunha |
| Inajá | Tocumá |
| Iupati | |
| Marajá | Uassay |
| Morumurú | Urucury |

Árvores e Arbustos frutíferos q. dão os seguintes frutos :

| | |
|---|---|
| Abacate | Goajará |
| Abio | Guaiurú |
| Acajú | Iaçapucaia |

| | |
|---|---|
| Aucutitiribá — Ambauba | Iambo |
| Araçá | Ingá-sipó |
| Araticú | Ingay |
| Atá | Ingá-xixica — E de todas as qualidades q. houv.em. |
| Bacori — de tôdas as qualidades | Maçaramduba |
| Biribá | Mamáo |
| Cacáo | Mangaba |
| Café | Macacuja |
| Castanha do Maranhão | Pekeá |
| Cupuaçú | Tapiribá |
| Cupuay | Uixy |
| Genipapo | Umary |

Árvores e Arbustos Silvestres :

| | |
|---|---|
| Alenecega | Mamoeirana |
| Anany | Muirapaubá |
| Araçá-rana | Muivatoló |
| Cacáo arana | Murexi |
| Casca preciosa — Do ryo Negro | Mututi |
| Castanha de Macaco | Pao de Sacre |
| Iebolla — brava | Pekea-rana |
| Cravo do Maranhão | Puxuri — do Ryo Negro |
| Cubio | Sabonete |
| Cupauba | Seringueira |
| Embira — de tôdas as qualidades | Tamanqueira, Taboca |
| Geniparana | Uacapú |
| Iandiroba | Umeri |
| Iaracatiá | Uracú |

N. B. — Que das mencionadas Palmeiras, Árvores e Arbustos, que se pedem dever-se-ha remeter dez pello menos; e o mesmo se deve praticar com as seguintes Plantas.

| | |
|---|---|
| Aiapána | Obucú |
| Cannabrava | Pajamonoba |
| Contraerva | Pimenta-de todas as qualid.es. |
| Guarumáo | Malugueira-de cheiro — Cumari — Murapi |
| Iasitara | Salva do Marajó |
| Obim | Salça parrilha |

Todas as qualidades de Raizes existentes :

| | |
|---|---|
| Batata | Mandioca |



| | |
|---|---|
| Cará | Matatarana |
| Macacheira | Uarcá. |

N. B. — Tãobem toda qualidade de Plantas com rais de cebolla; e toda a casta de Capim" (2).

Ora, preocupando-se de tal maneira com a realidade botânica e zoológica do extremo-norte, Portugal, que realizava desde o consulado pombalino uma política de intensa valorização, fomentando a lavoura, disciplinando a produção, encaminhando levas de povoadores, estabelecendo por mil modos uma colônia de que esperava grandes rendimentos, Portugal, dizíamos, não podia deixar de intentar, num complemento lógico a essa política realista que lhe dava uma dianteira única e memorável no estudo da natureza amazônica, a fundação de um estabelecimento que servisse às experiências florestais e animais, necessárias a uma melhor execução de sua política.

É preciso recordar, aqui, que em fins do século XVIII, reformada a Universidade de Coimbra no consulado de Pombal, a nação integrava-se no movimento de inteligência que vinha sacudindo a Europa. O experimentalismo fazia o seu ingresso na velha monarquia ibérica. Na Universidade, professôres estrangeiros e nacionais movimentavam o ensino, restaurando os padrões gloriosos da cultura nacional, tão poderosa nos dias distantes do humanismo e das navegações e descobrimentos. Entre êsses revitalizadores do organismo cultural do país, eram figuras marcantes aquêles dois nomes ilustres a que já nos referimos, os quais restauraram o interêsse pelo estudo dos motivos da natureza, que estavam inteiramente abandonados.

Sacudido no seu modorismo intelectual, Portugal tinha, assim, de olhar mais vivamente a paisagem amazônica, como

(2) — Em vários códices da seção de manuscritos da B. Paraense encontramos instruções expedidas por Sousa Coutinho a seus agentes secretos, muitos dos quais eram franceses contrários à Revolução.

nenhuma de seu ultramar possuindo particularidades que a enriqueciam e a faziam superior às demais do império.

A Carta Régia de 4 de novembro de 1786, expedida já no govêrno de D. Maria Primeira, e dirigida a D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, ordenou-lhe o estabelecimento, em Belém, de um Jardim Botânico.

Sousa Coutinho era um governante de grandes recursos, visão esclarecida. De família com serviços memoráveis à Pátria, no Reino e no Ultramar, era irmão do Conde de Linhares, o amigo dos inglêses e o estadista audacioso que imaginara mil planos para recompor e vitalizar a nação. Sua passagem pela alta administração da Amazônia ficaria assinalada por uma série de medidas esclarecidas que lhe granjearam um saldo muito alto em face dos outros governantes.

De posse da Carta Régia, tratou de executá-la. Mediu as circunstâncias locais para a criação do Jardim. Já de há muito vinha ordenando plantações de tôdas as espécies vegetais da região. Seria suficiente, para a execução da ordem de S. Majestade, escolher local e confiar a direção dos trabalhos a algum dos vários funcionários que, pela hinterlândia, orientavam essas plantações nos estabelecimentos do govêrno, como os do Acará, de Monte-Alegre, etc. ?

Sousa Coutinho estava a essa altura vivamente preocupado com a defesa do território do Estado. A vizinhança da Guiana Francesa trazia mal-estar. A revolução era, então, o fim do mundo para os monarcas absolutos. D. Maria e seus ministros reagiam quanto podiam para impedir a infiltração das novidades francesas em Portugal e colônias. Sousa Coutinho tinha ordens severas a respeito. Exercia uma vigilância rigorosa. E, sôbre Caiena, lançava suas indagações receioso de que de lá pudesse descer o veneno revolucionário. Seus agentes espionavam, informando-o do que ocorria na colônia francesa. E através dessa espionagem, Sousa Coutinho não esquecia de mandar que êsses agentes conseguissem êste ou aquêle tipo vegetal que pudesse



ser experimentado na Amazônia para enriquecimento da economia local (3).

Com o desassossêgo que reinava em Caiena e demais lugares da Guiana, muitos colonos, proprietários, procuravam abandoná-la, fugindo aos horrores de um possível pronunciamento da escravaria, entusiasmada com os princípios da "liberdade, igualdade e fraternidade" que a Revolução prometera. Sousa Coutinho todavia, receava recebê-los. Não seriam emissários disfarçados da Revolução ? Embora, vários dêles penetraram a fronteira, solicitando permissão para permanecer no território paraense. Entre êles, estavam Michel du Grenouillier e Jacques Sahut, que foram autorizados a residir a princípio em Chaves e depois em Bragança. Eram proprietários agrários, especializados, o que podia ser de algum resultado para os interêsses de Portugal na Amazônia (4).

Com a ordem de 4 de novembro, Sousa Coutinho decidiu-se a aproveitar os serviços de Grenouillier. Chamou-o a Belém e confiou-lhe a organização do Jardim.

Para início dos trabalhos, foi delimitada uma área nas vizinhanças do antigo convento de São José, dos Padres da Piedade, onde hoje estão a Avenida 16 de Novembro, a Praça Amazonas, antiga São José, e a Casa de Detenção do Estado. Começada a plantação, Grenouillier faleceu. Sousa Coutinho confiou a continuação dos serviços a Sahut. Desde o período da fundação, adoentado Grenouillier, Sousa Coutinho designou como auxiliar o capitão Marcelino José Cordeiro, homem experimentado, que

---

(3) — Em vários códices da seção de manuscritos da B. Paraense encontramos instruções expedidas por Sousa Coutinho a seus agentes secretos, muitos dos quais eram franceses contrários à Revolução.

(4) — Êsses dois franceses, segundo Manoel Barata — "Apontamentos para as Ephemerides Paraenses", Revista do I. H. G. Brasileiro, tomo 90, pg. 106, chegaram ao Pará em junho de 1795. Grenouillier era nascido em Caiena, solteiro, de 36 anos; Sahut nascera em Paris, era casado, com filhos, de 30 anos. Grenouillier faleceu em 1798; Sahut, em 1799.

fôra um dos auxiliares diretos e de confiança do Governador Lôbo d'Almada, no Rio Negro, mas o Capitão-General, dando ouvido a intrigas, fizera-o descer para Belém, mandando-o dirigir o estabelecimento de preparo de madeiras que o Estado mantinha no rio Acará, onde provara a mesma habilitação e o mesmo ardor funcional. Vindo para o Jardim, confessaria posteriormente o próprio Sousa Coutinho, êle realmente é quem fizera tudo, apesar das habilitações de Grenouillier.

Leiamos, porém, o depoimento do Capitão-General, num informe prestado a 30 de março de 1718, para Lisboa, ao irmão ministro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, historiando a fundação e relacionando a contribuição de cada um:

> "Illmo. e Exmo. Sñr. — Junto ao Edificio que algu dia foi Convento com a invocação de S. Joze mandei limpar epreparar hua extenção deterreno de cincoenta braços em quadro para o estabelecimento dos Viveiros, eda educação das Plantas que Sua Magestade, foi servida Determinar pella Carta Regia de 4 de Novembro de 1796. A direção deste trabalho incumbi ao Francez Grenouillier como omais imteligente por ter sido em Cayenna encarregado de outros semelhantes, arbitrando-lhe ovencimento de quatrocentos reis pordia para sua sustentação e o ordenado de vinte mil reis por mez o que tudo por anno importava em menos de quatrocentos mil reis, e vinha aser mais modico partido que se lhe podia fazer. Poucos mezes depois falleceu elle de hu attaque de Hidropezia deixando porem já disposto oterreno e alguas Plantas das que anteriormente tenhão vindo.
>
> 2. Para substituir asua falta mepareceo precizo empregar o outro Emigrado por nome Sahut, ecomo este só tinha pratica da Cultura das Arvores deEspeciaria, nem os Estudos, nem os conhecimentos de Grenouillier que verdadeiramente era hu habil Engenheiro Agrario, ecomo odito Sahut era succeptivel de acomodar-se tambem com a Administração da Fazenda de Val-de-Caens para em razão de ajuntar orespectivo Sallario o exigir menor por aquelle trabalho muito compativel com este, propuz na Junta daFazenda, e se assentou emque por elle vencesse somente doze mil reis pormez, que já principiou avencer ficando empregado emhu, e outro exercicio.
>
> 3. Como osobredito fallecido Grenouillier logo depois da sua Nomeação começou a adoecer, e alias não entendia bem o Portuguez para lidar com aGente dotrabalho, quazi todo correo pelo Capitão do Regimento daCidade Marcellino Joze Cordeiro por quem vai assignada aincluza Relação das Plantas já dispostas no sobredito Terreno.
>
> 4. Por esta Relação verá V. Excia. que Eu me alarguei do que prescrevião as Ordens deSua Magestade cingindo-me mais ao espirito que aletra d'ella pois se Sua Magestade quer fazer despeza com a educação de Plantas extranhas emViveiros para promover aCultura d'ellas nos seus Reaes Dominios porforça demaior razão parece conforme as suas Reaes intençoens que ahu mesmo tempo sepromove adas Indigenas que senão cultivão ainda ecujos productos sevão avulsamente procurar pelos Mattos.
>
> 5. Pelo commandante daFragata Golfinho remeto agora dois Pés d'arvores de Pão, epassados alguns mezes poderei mandar aReal Prezença, epara os Governos doBrasil alguns do Girofle, eda Canella emquanto não alcanço os mais".

D. Maria 1.ª, ciente de tudo, por mão de D. Rodrigo agradeceu e mandou louvar a ação de seu delegado no Pará, conforme se pode verificar destas linhas, que são um trecho de carta de 1788, dirigida a D. Francisco Inocêncio pelo Conde de Linhares :

"Sua Magestade manda louvar muito a V. S. o estabelecimento do Jardim Botanico de Plantaçoens de que a mesma Senhora espera os maiores fructos a beneficio dos seus Povos. Não só foi muito agradavel a Sua Magestade a cultura das Plantas exoticas, mas igualmente a grande, e util descoberta de se ter achado o meio de perpetuar as nossas madeiras de construcção por meio de sementeira, que até aqui se desejava sem ter conseguido. Sua Magestade não só aprova o que V.S. faça que esse Jardim sirva de modelo a todos os outros, que se devem estabelecer nas outras Capitanias do Brasil, e que lhe dê huma tão extensão, que do mesmo possão hir para as outras Capitanias, as Plantas exoticas, e indigenas, que V. S. tem cultivado" (5).

O Jardim Botânico, nascido sob tantos impulsos e esperanças, prosperou. D. Francisco Inocêncio dedicava-lhe um carinho especial. Os agentes secretos do Capitão-General continuavam em Caiena a operar para obter as espécies solicitadas para aclimação em Belém. Assim, de lá vieram sementes de Girofle, cuidadosamente escondidas, pimentas, fruta-pão, mangas, abricós, de São Domingos, noz-moscada, que Grenouillier indicara e por intermédio de cujos parentes e amigos os agentes de Sousa Coutinho haviam conseguido o êxito que tantos entusiasmos causara.

A carta de 30 de março de 1789, de D. Francisco Inocêncio a D. Rodrigo, que damos a seguir, documenta melhor a entrada dessas espécies florestais, logo levadas aos viveiros do Jardim Botânico que, desta forma, ia atendendo aos objetivos pelos quais se lhe ordenara a organização :

"Finalmente em rezultado detantas, etão repetidas Diligencias porhua vez fizemos aacquizição doCravo

(5) — Códice 676, da seção de manuscritos de B. A. Paraense.



da India (Girofle). De Cayenna trouxerão osnossos honrados Emissarios atodo orisco, etendo effectivamente passado por mui grande, hu concideravel provimento desementes dodito Girofle que postas em Viveiros produzirão duzentas outrezentas tenras Plantas que contodo cuidado, espalhadas por differentes mãos sefição tratando eprometem vingar.

Trouxerão tambem alguns pés de Pimenta os quaes assim como outros da mesma Pimenta, e doCravo anteriormente vindo, todos tem morrido deixando-me dezemganado por atravessia doMar em embarcaçoens pequenas he fatal atodas as Plantas, eque só seaproveita otrabalho naremessa deSementes. A nozmuscada não veiu desta vez ainda, mas não perco esperança por ora apezar da grande difficuldade que se figura dehaver-se por estarem as unicas duas outras Arvores que tem Cayenna empoder dehu Individuo que asguarda comtodo cuidado e não terem até agora produzido senão duas Sementes. Vierão emtanto alguas de Arvores de Pão, de Mangas, ed'Abricots de S. Domingos asquaes pegarão maravilhosamente.

2. A morte do Francez Grenouillier acujas recomendaçoens fica Portugal devedor da acquizição d'estas Plantas, edemuitas desdiversas informaçoens que temos tido daconfinante Colonia, enoprezente mais necessaria até conseguir-se atrasplantação da Pimenta, e da Nozmuscada que nos faltão não obstante sempre veio atentar novo expediente pella importancia do objecto.

3. Por não comprometter as Pessoas implicadas n'esta correspondencia não remeto a V. Excia. as originaes Cartas que sedirigião ao sobredito Grenouillier

falecido, remeto porem extractos do que contem demais importante, eos Manuscriptos que mostrão oestado daColonia aque não ajunto os impressos sobre Emigrados, eDecretos do Governo da França porque anteriormente terão chegado ao conhecimento de V. Excia. pellos papeis publicos.

4. Nas referidas Cartas ou extractos d'ellas verá V. Excia. aancia com que aquelles desgraçados Colonos dezejão tambem transplantar-se desde que opossão fazer sem prejuizo, eaduvida que se lhes offerece sobre omodo de apurar oque possuem objectos de que lhes seja permitida avenda para formarem algum estabelecimento. Setodos fossem do caracter d'esta Familia do Grenouillier alguma indulgencia no rigor da Lei seria util pella acquizição de Gente industrioza, esem suspeita e até devida pellos beneficios que tem feito aos nossos Prezioneiros que sei por confissão d'elles, alem dos importantes Serviços referidos mas como n'estas circunstancias não estarão outros não ouzo passar de expor este objecto a consideração de V. Ex. para julgar sedeve offerece-la ade Sua Magestade, eaDeliberação damesma Senhora ou arespeito d'aquella Familia em particular ou de outras quaes quer mediante acircumspeção necessaria" (6).

Em 2 de fevereiro de 1799, D. Francisco voltava à presença do irmão todo-poderoso, esclarecendo sôbre o desenvolvimento do Jardim, sôbre os proventos que dêle se colhiam e sôbre resultados obtidos com o esfôrço para conseguir, de Caiena, o material botânico que se desejava introduzir no Estado. Dizia então o Capitão-General :

"De Cayenna não pude ainda haver a Muscada e a Pimenta, agora espero que ou por bem ou por mal

(6) — Códice 703, da seção de manuscritos da B. A. Paraense.



as terei principalmente aprimeira que he adeque oBrasil carece. Por bem pelos Parentes de Grenouillier, aquem fiz saber aGraça que podem esperar da herança d'elle que sempre cuidarão que he mais avultada, por mal furtando-se ao que tem arvores clauzuradas. Pello comboi espero dizer o rezultado, entanto só posso informar do que mecomunicou o Furriel e o Indio Valentim q.he o que consta do Termo incluzo. A este indio segundo a Ordem de Sua Mag. mandei arbitrar 160 rs por dia, eaos outros tres a 80 rs cada hu com que ficarão mui satisfeitos mas o Furriel que tem tido o maior risco, esegundo as Leis da Guerra pode ser enforcado se o apanharem esse não teve nada, e me parece que bem merece a Mercê d'Alferes noseo Regimento. Por julgar ter esquecido a V. Ex. o torno a lembrar. Sobre as despezas secretas já diçe a V.Ex. quaes são as Ordens que tem a junta não obstante asquaes continuarei asuplir com que não puder ser publico e sobre attrahir Françezes de Cayenna sempre acho que he grande orisco, e incerto o lucro, aque aliaes não suçederá sendo elles os que venhão por neçessidade pedir o açilo como o que morreo, e os dois que existem que todos pareçem bons mas póde ser que sejãm milhores ainda por aquella circunstançia. Sobre aremessa do espolio do que morreo ainda ocorre dizer a V.Ex. que competindo a Arrecadação ao Juizo Eccleziastico pode ser aembarasse não tanto profundamente como por effeito dosistema do Prelado. O Horto Botanico se não tem aumentado em extenção tem ganho em intensão pellas muitas mais Plantas que contem, alem das que vem vindo. Do Cravo da India tem morrido alguns pés, equazi todos os que dei aParticulares mas os que na prometem vigorar. As Canelleiras e as Arvores do Pão tem vingado que parece não oforão mais vigorosamente onde são naturaes. Em razão das Arvores de construção que tam-

bem prosperão muito bem pareçe que será preçizo aumentar a extenção do terreno aque julgo poder dar algum principio deixando oresto ameo Suçessor. O Francez Sahut, continua oseo exercicio, efica certo da confirmação deSua Mage. que participei na Junta daFazenda". (7)

Ainda nesse ano, a 20 de abril, D. Francisco fazia uma exposição minuciosa das condições em que se encontrava o estabelecimento :

"Pello mappa que juntamos a este verá V.Excia. que a ordem de Sua Magestade de aumentar o Jardim Botanico tem tido a sua devida execução, e em consequencia pode V.Excia.persuadir-se que a continuamos como deve. As arvores de Pão e as Canelleiras crescem e engrossam maravilhosamente e parece que nosso proprio Paiz o não farão melhor. As plantas de Cravo da India são mais vagarosas, tem morrido muitas, mas temos ainda bastante, vigorosas que prometem vingar. As do cravo da terra, e de Oucheri são tambem importantes, e melindrozas, mas as de casca precioza, e de salsa parilha vingão sem maior trabalho. O cazo está que tudo quanto ha tem havido e ha de haver ainda estes viveiros não fique em pura perda que he o que se me representa quando observo que nem a novidade, nem o desejo de passear atrahem senão mui poucas pessoas e ainda essas as de que nada ou quase nada ha a esperar quando pondero que o café, arvore que ha de hu ano tem fructo como outro dia vi essa nem mesmo plantão, ou plantão tão poucas que a produção dellas que se exporta do Pará he talvez menor que a de alguns Particulares mais

(7) — Códice 702, da seção de manuscritos do B. A. Paraense.



bem estabelecidos em Surinnam onde este genero he hu dos quatro principais e o de maior importancia de sua exportação, quando finalmente vejo que nem a pobreza, nem a mizeria superão a constante indolencia, e amais obstinada repugnancia a todo o trabalho de espirito ou de corpo pella esperança de melhorar de condição.

Tenho por certo que sem providencia de Sua Magestade nada se conseguirá, isto hé, que fassa objeto, pois já se ve que não fallo de hu ou outro que para perpetuar o seu café preciza ter hua Canelleira no seu quintal. Eu tenho feito quanto posso fazer de palavra e por meios indiretos mas estou como no principio sem esperança alguma. Já em Informação dirigida ao Conselho Ultramarino sobre as posposiçoens das leis das Sesmarias disse a este respeito o que me lembrava, mas pode bem ser que então como agora querendo dizer alguma couza, não disse nada". (8)

D. Maria, por mão de D. Rodrigo, a 31 de julho aprovava as diligências governamentais e mais uma vez louvava o súdito que lhe animava o distante trecho do Império :

"Pello Officio n.º 348, e Mappa que o acompanha fica Sua Alteza Real aciente do Estado do Jardim Botanico nessa Cidade; e o mesmo Augusto Senhor manda louvar muito a V.Sa. pelos esforços, com que tem creado e augmentado o mesmo Jardim, de que para o futuro se hão de seguir os melhores effeitos, os quaes ainda que ao principio sejão vagarozos, com o tempo, e com o effeito lento, mas successivo da razão, hãode fazer-se uteis e palpaveis; e para este fim Ordena Sua Alteza Real, que V.S. deixe disposto

(8) — Códice 702, da seção de manuscritos da B. A. Paraense.

o modo porque se hão-de ir sempre augmentando particularmente as especies preciozas, quaes Arvores de Pão, Canelleiras, Pimenteiras, Cravo da India, Arvores do Café, Arvores de construcção : e como desses viveiros se hão-de ir distribuindo para as outras Capitanias, V.S. deve offerecerllas aos seus respectivos Governadores logo que as tenha em maior abundancia. Igualmente Ordena Sua Alteza Real que V.S. dê alguns premios aos que promoverem mais numa cultura util, ou nova, e que proponha com as suasluzes e actividade o que julgar mais conveniente para excitar esses Espiritos indolentes ainda mais pelo Clima, que habitão, do que por qualquer outro motivo; e o mesmo senhor espera que V.S. athé neste artigo deixará lançadas as raizes, de hum grande Bem para o futuro". (9)

Dez anos decorridos, governando o Pará José Narciso de Magalhães e Menezes, a 27 de abril de 1809, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, já no Brasil, que experimentava a renovação política e econômica do ciclo joanino, que se inaugurava sob o influxo do estreitamento de relações com a Inglaterra, voltava a insistir no programa de aclimação das espécies alienígenas na Amazônia.

A essa altura, funcionavam em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, estabelecimentos semelhantes ao Jardim Botânico de Belém, organizados pelo modêlo paraense e dêle tendo recebido espécies vegetais que revelavam a existência de um plano objetivando a expansão, pelo território brasileiro, da variedade florestal que caracterizava as várias regiões fitogeográficas nacionais. Política econômica da mais alevantada sabedoria, tanto mais quanto se operava, igualmente, experimentação de outros

(9) — Códices 686, da seção de manuscritos da B. A. Paraense.



tipos florestais que se coletavam fora do Brasil. Dizia, então, a José Narciso, o ministro D. Rodrigo :

"Sobre as Produçoens que V.Exa. tem podido conservar das que hum dos seus Predecessores D. Francisco Mauricio de Souza Coutinho tirou de Cayenna deve particular cuidado a S. A. R. a conservação, extenção do Cravo da India, ou Girofle, a V. Exa., que veja se sem diminuir o numero destas Arvores no Pará pode V. Exa. remetter por differentes Embarcaçoens varios Pés das mesmas Plantas, que possão aqui cultivar-se, epropagar-se, fazendo especial recomendação a maior promptidão, e que se espessão o melhor acondicionadas que se possa. Hé igualmente inutil que eu diga a V.Exa. que S. A. R. dezeja que a cultura do cravo da India ou Girofle se extenda omais que for possivel, pois que aquelle cravo que V. Exa. dahi remetteu se achou muito bom, e comparavel ao melhor das Molucas. Muito dezejaria tambem S. A. R. que V. Exa. procurasse de Cayenna a Arvore de Noz Moscada — Muscadier — que ainda nos falta, eque os Francezes roubarão por via do habil Intendente das Ilhas de França e Bourbon Mr. Poivre de Amboine por meio dos nossos Timor e Solôr, oque os nossos nunca souberão fazer, e das ilhas de França passar para Cayenna onde tem prosperado. Este objecto o manda S. A. R. recommendar muito a V. Exa. pella sua grande importancia, epor que oponto mais essencial agora para o Brazil, he procurar-se todo o genero de culturas, e dar-lhes a maior extenção". (10)

Feita a independência, a Amazônia experimentou, de logo, um desassossêgo que a impediu, durante muito tempo, de enve-

(10) — Ofício de 27 de abril de 1809, Códice 751 da B. A. Paraense.

redar pelo progresso que outras Províncias já começavam a viver. As lutas partidárias tomaram um caráter de violência verdadeiramente alarmante. Ninguém se sentia seguro. A multidão nativa, a todo propósito, pegava em armas, sob a direção de caudilhos tirados do seio da própria massa nativa, exigindo a adoção de medidas que lhes satisfizessem os anseios ou lhes dessem a impressão de que os problemas que os afligiam estavam sendo enfrentados com decisão.

O Jardim Botânico, como era natural, sofreu as conseqüências imediatas dêsse estado de coisas, que se agravava dia a dia até o estouro sangrento da Cabanagem. Se todos os olhares se voltavam para os assuntos partidários !

Em meio a tôda essa nervosidade prejudicial, mas ao mesmo tempo preciosa demonstração da existência de uma consciência cívica muito sensível, um cidadão, de nome José Tomás da Silva Rocha, dirigiu-se a S. Majestade, solicitando-lhe a graça da nomeação para Inspetor do Jardim Botânico. A petição, como era da rotina administrativa, foi mandada ao Presidente do Pará, ao tempo Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé, para que prestasse a informação necessária e de lei.

Em cumprimento ao despacho imperial, Paulo José da Silva Gama, a 25 de maio de 1830 assim falou, expondo a situação do Jardim :

> "Em virtude do Avizo expedido por V. Exa. na data de 16 de Fevereiro do anno corrente, pelo qual S. M. O. I. Ordena q. eu informe com o meu parecer sobre o requerimento incluzo de Jozé Thomaz da Silva Rocha, emque pede ser Inspector do Horto Botanico, e Jardins das Canelleiras desta Cidade, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. o seguinte : Hé hua perfeita ficção a existência d'Estabelecimentos nesta Provincia, q. mereção a denominação do Horto Botanico, e Jardins de Canelleiras, O chamado d'Artilheria, cercado em alguns lugares por hua Valla, e algum



espinho, plantado de Canelleiras, Gyrôfe, Mangueiras e alguas outras Arvores do Paiz antes de eu aqui chegar não tinha hua porta, nem hum passadiço por onde nelle se podesse entrar sem risco. Oschamados Jardins das Canelleiras são trez terrenos maiores plantados pouco mais ou menos das mesmas Arvores, porem ainda com maior irregularidade e em grande parte inculto. O primeiro foi estabelecido pelo Capitão-General D. Francisco de Souza Coutinho, o segundo, ainda q. pelo Conde dos Arcos, o qual tenho manho mandado abrir huas Estradas, obra q. foi, e he utilissima, reservou nas bordas das mesmas Estradas aquelles ditos terrenos, q. elle manda plantar pela forma referida. Estes Estabelecimentos tinhão hum Inspector com o Ordenado de trezentos mil reis annuaes, e debaixo da sua ordem hum Cabo D'Esquadra de 1.ª Linha, e leguas Escravos das Fazendas Nacionaes, além de hum Preto forro Jardineiro com o Ordenado de oitenta reis, por dia, e alguns Galés, os quaes erão, e são tambem empregados na limpeza das Vallas, q. bordão as Estradas referidas. Dizem-me que até o Governo do Conde de Villa Flôr, venho a dizer até o anno de 1818, ainda se cuidou em interter aquelles Estabelecimentos onde havia muita gente empregada, por isso que os Capitaens Generaes dispondo de grande quantidade de Galés, para ali os mandavão, porem desde então elles só tem servido pª. fazer despezas com mui pouca ou nenhúa utilidade comparativa, como mostrão os documentos nºs. 1, 2, 3, e 4. De duas maneiras se poderião considerar uteis aquelles Estabelecimentos, ou servindo de Viveiro para vulgarizar as plantas, q. se mandárão vir de Cayenna, e de instrucção p.ª a Historia Natural cultivando as exoticas, e naturaes, ou com hum objecto de rendimento para a Fazenda Publica.

No principio do Estabelecimento do dito chamado Horto Botanico, elle foi util no primeiro cazo, por quanto não havendo nesta Provincia nenhúa das Plantas, q. ali se cultivão, e hoje são vulgares, o Capitão-General D. Francisco fez naquelle lugar hum Viveiro, e deposito d'ellas, q. mandou vir de Cayenna, e dalli se espalharão pª. toda a provincia, porem no segundo cazo, como objecto de rendimento pª. a Fazenda Publica, ainda q. nunca servio, e do anno de 1826 para cá he demonstrado pellos documentos q. apprezento q. tem excedido a despeza ao rendimento naquelles quatro annos a quantia de 3:013$828 reis, e esta será sempre a sorte de todos os Estabelecimentos administrados pella Fazenda Publica, não tendo ainda até hoje e visto hum exemplo, q. me contradiga. Tendo fallecido o Inspector daquelles Estabelecimentos, q. era hum Major reformado, muitos individuos desta Provincia me requererão aquelle lugar, cuja nomeação era de competencia dos antigos Capitães Generaes, porem eu conhecendo q. qualquer dos requerentes não era mais do q. hum mandrião aquem sem nenhúa utilidade, se ia dar hum Ordenado de 300$000 reis para nutrir a sua ociosidade, nunca o quis provar até hoje, e estabelecida na inspecção, e direcção daquelles trabalhos o mesmo Cabo d'Esquadra, q. ja ali seachava, com hua modica gratificação, q. lhe arbitrou a Junta da Fazenda, e com isto muita utilidade se tem tirado, por quanto não só a Fazenda Publica poupou hum Ordenado inutil, q. se deva ao Inspector como porq. o Cabo d'Esquadra, ou porq. na realidade tem genio trabalhador, o q. he mais provavel, de não estar no serviço do seo Corpo, tem cuidado naquellas plantaçoens, e as tem melhorado.

Tendo julgado necessario dar a V. Exa. hua idêa do q. são o Horto Botanico, e Jardins das Canelleiras,



resta-me informar a pertenção do Supp. te., q. pede a inspecção d'estes Estabelecimentos; e dar o meo parecer como me he Ordenado. Cumpre-me por tanto dizer a V. Exa. que o individuo q. requer esta Inspecção está nas mesmas circunstancias, ou talvês peyores, de outros aquem eu aqui o tenho negado, q. vem a ser, receber 300$000 reis annuaes sem nada fazer, nem utilizar para o Estado, e q. alem d'isso eu não tenho bôa informações de tal individuo, q. se me tem pintado como hua d'estas figuras aquem chamão Cavalheiros d'industria. Julgo finalmente em rezultado de quanto tenho referido a V. Exa. q. se deveria unicam.te conservar hum destes terrenos, o q. fosse melhor, e os outros serem vendidos por conta da Fazenda Publica, visto q. hoje he propriedade da mesma Fazenda, formar-se nelle hum verdadeiro Horto Botanico, ou Viveiro, onde fossem methodicamente cultivados tanto todas as plantas, e Arvores do Paiz, como as exoticas, q. se podessem transplantar, e naturalizar, e assim servir unicamente como Estabelecimento de instrucção para a Historia Natural. Por esta forma deve tambem ser entregue a direcção de hum individuo, q. tenha os conhecimentos precizos de Botanica, ep.ª isso não encontro outro nesta Provincia, q. não seja o D°.r Antonio Corrêa de Lacerda, q. muito bem trabalhado em taes materiais, e q. eu julgo se prestará de bom grado áeste Serviço, q. entra muito no seo genio, com tanto q. não ligue por hum Ordenado, q. penso não quererá receber, o que parece extraordinario, mas entretanto estou persuadido de me não enganar". (11).

Dez anos antes, Spix e Martius, em visita ao extremo-norte, haviam tomado contacto com o jardim. Dirigia-o o dr. Antônio Corrêia de Lacerda, eminente cientista que estudava a flora e a

---

(11) — Códice 727, da B. A. Paraense.

fauna amazônicas, com um carinho particular, descrevendo-a e identificando-a numa série de memórias e trabalhos maiores que ainda não foram divulgados. Os dois naturalistas bávaros, na estada em Belém, assim encontraram o Jardim :

> "Este pomar, atualmente administrado por um militar cultiva com especialidades as citadas especiarias das Indias Orientais, cujo numero de pés se havia consideravelmente augmentado, quando os portuguezes se apoderaram de Cayenna em 1809, e o conhecido botanico Martin, director das plantações em Gabrielle, foi encarregado, pelo comandante Manuel Marques de fazer remeter mudas novas para o Pará. Aqui avistamos o estoraque, a verdadeira pimenteira da India o girofleiro, a noz-de-Behm, a moscadeira, e as qualidades menores, a nogueira de Bancoul, o bilimbi, a carambоleira, a bananeira de fôlha vermelha do Icebi Oacifico e a verdadeira arvore de fruta-pão. A caneleira foi mudada daqui para uma plantação particular, perto de Olaria, nas proximidades do rio, onde vimos alguns milhares de mudas prosperando viçosas. Sobre o cultivo da mais importante dessas plantas, acrescentarei alguma coisa nas notas" (12).

Antônio Ladislau Monteiro Baena, pouco depois trazia o seu descritivo no "Ensaio Chorographico da Provincia do Pará". Era um depoimento muito exato que trasladamos para estas páginas :

> "O Horto Botanico, que foi estabelecido em 1789 em virtude da Carta Regia de 4 de novembro de 1796, he um espaço quadrado de cincoenta braças em cada quadra nas terras de São José pertencentes á Fazenda Real por doação de Hilario de Souza e sua Mulher todo cingido de vallado com tapume vivo de limão, cujo centro um poço occupa com parapeito de alvenaria, que o contornea; o qual era coberto por um grande tecto de telha acoruchado, e do qual pormeio de uma bomba se fazia a irrigação das plantas. Da casa deste poço pavimentado de ladrilho vermelho e alvo e guarnecida de poiaes partem renques de plantas domesticas e forasteiras já climatisadas, que se crusão com outras, e dentro dos quadilateros, que elles formão, existião latadas e bosquestes de varias flores, que em torno adereçavão o espaço interior, e tambem algumas drogas necessarias ao homem que prova desmancho na saúde. O seu primeiro Director foi Mr. Grenouillier, emigrado Francez, a quem se confiou a delineação deste horto destinado a viveiro e educação das plantas, por haver noticia de que elle era um bom Engenheiro agricola. Todavia o que êlle praticou manifesta talentos Botanicos, que mui pouco se illustrarão no Pará; não he precizo ter lido Tournefort, Adanson, Jussieu, Avellar Brotero, e Rodrigues Sobral, fieis oraculos de um mundo plano de milagres da natureza, por conhecer que este horto não tem a mais remota analogia com qualquer outro estabelecimento do mesmo genero. Falta-lhe a extenção e arranjamento competente; e carece de muitas plantas uteis e interessantes e mesmo algumas das mencionadas por Aubelet na sua Historia das Plantas da Guiana; em summa elle não tem uma piscina ou alverca para as plantas aquaticas, nem uma opulencia verdadeiramente Medico-Botanica : Ele chegou a ter dentro do seu recinto 2.362 plantas em numero de 82 especies diversas, e fóra do recinto e perto a elle 441 em numero de 51 especies differentes entre si e as do interno do recinto : a maioria de todas constava de algumas das indigenas e das ja cultivadas em Cayenna, d'onde vierão, e de outras triviaes das matas da Pro-

---

(12) — Spix e Martius — "Viagem pelo Brasil", tradução brasileira, 3.º vol., pág. 29, Rio, 1938.

vincia e de facilimo cultivo pela proximidade do clima, em que nascerão.

Ja ha muito que este Jardim Botanico cessou de ser o objecto de proveito e diversão publica : hoje nada mais patentea do que as tristes rezultas da incuria, e em lugar do antigo corucho apparece uma ignobil casa junto ao poço, em a qual morarão as lavadeiras do extincto Hospital Militar, que erão escravas de uma das Fazendas de criação do dominio e senhoria publico da Ilha Grande de Joannes". (13).

O Jardim Botânico, nascido e criado sob tantas esperanças, entrava em decadência. Constituíra uma experiência animadora. Revelara o sentido realístico que estava presidindo a colonização lusitana na Amazônia ao findar o ciclo colonial. Evidentemente, era a raiz mais distante do Museu Paraense, hoje Museu Goeldi, criado sob o Império.

(13) — "Ensaio Chorográphico", pgs. 255|6.



# 19.

## DO REGIME VIGENTE NO HOSPITAL DE BARCELOS

LUÍS DE PINA, em um de seus inúmeros trabalhos acêrca da atividade científica dos portuguêses no império, aquêle em que estuda a medicina de além-mar no século XVI, (1) diz que "a instalação de colônias portuguêsas e seus governos implicava a existência de médicos, cirurgiões e boticários, etc." E adianta, esclarecendo : "Nas próprias fortalezas, geralmente com hospital próximo ou servindo a praça que defendiam, os havia, em maior ou menor número".

É certo que, no decorrer da expansão, que os levou aos quatro cantos do mundo, os portuguêses tomaram-se de precauções para obter melhores êxitos nos empreendimentos que tentavam. E do mesmo modo por que, plantando o núcleo urbano, levantando o estabelecimento militar fortificado, a aldeia missionária, tinham presente a autoridade religiosa do padre secular ou regular, não esqueciam o cirurgião, que funcionava como clínico e, assim, devia atender, com salário pago pelo Estado, às guarnições, como aos funcionários civis e aos próprios colonos.

Na Amazônia, com relação aos fortes erigidos pela hinterlândia para garantir a conquista no choque com o gentio ou com o estrangeiro concurrente, não se registrou, porém, a pronta presença do cirurgião, mais de uma vez reclamado para Lisboa. Como não se registrou com relação aos núcleos urbanos. Em 1752, por exemplo, o Capitão-General Mendonça Furtado reclamava, para Lisboa, a remessa de um médico, dado o estado de

---

(1) — "A medicina portuguêsa de além-mar no século XVI". Coimbra. Biblioteca da Universidade, 1935, pg. 28.

saúde do que S. Majestade nomeara para a região. E dizia, referindo-se aos que encontrara :

> "Depois que o Medico que S. Magestade foy servido mandar para esta cidade, se recolheu a ella da viagem que fes comigo ao Certão, e de no Macapá não só curar hua Epidemia que achey naquella Povoação, mas de assistir aos Doentes, com hua grandissima Caridade entrou a padecer hua queixa que em poucos dias se lhe declarou hua Ethica com a qual fica sem esperança algua de vida, e hontem recebeu o Viatico, e segundo as informações que tenho será impossivel que possa restituirse.
> Em elle morrendo fica esta terra outra ves ao desamparo, e entregue a dous homens chamados Cyrurgiões que assassinão a mayor parte dos que adoessem, e a mim me hião matando na doença que agora padecy, e quis Deos dar hua sombra de milhora ao pobre Medico para poder vir em hua rede para minha casa, para me soccorrer e a Liviar do grande aperto em que me achava; porque alias pereceria nas mãos destes precipitados e ignorantissimos homens.
>
> Como esta terra fica nos termos em que assima digo a V. Exa.ª, lhe pesso o ponha assim na real prezença de S. Magestade em cuja piedade espero queyra soccorrella mandando nomear outro Medico que venha substituir o Lugar deste, dando com esta mercê vida a todos os vassallos que aqui morrem as mãos destes chamados Cirurgiões".

Essa situação não se alterou imediatamente. Em Belém, sede do govêrno, funcionava uma Santa Casa (2) que vinha dos primeiros tempos da colonização. Em Gurupá, os Franciscanos da Província da Piedade tinham erigido uma pequena enfermaria. Os Franciscanos da Conceição da Beira e Minho mantinham outra em Belém, para uso próprio. No interior mais distante dêsses núcleos, nada havia, no entanto, que pudesse minorar a sorte de quem adoecesse ou viesse a sofrer acidente que exigisse os cuidados de um cirurgião. Com o desenvolvimento dêsse mesmo interior, o que se caracterizou na criação da Capitania de São José do Rio Negro, a situação começou a perder aquelas côres severas. Em Barcelos, no rio Negro, capital da Capitania, foi estabelecido um hospital para a guarnição. Era o Real Hospital Militar. Ali trabalhou o dr. Araújo Braga, realizando observações que reuniu em epítome interessantíssimo sôbre a patologia local. Para êsse hospital fixou-se, no ano de 1772, um regime, cujo texto é o motivo da presente comunicação. Encontramo-lo no Códice intitulado "Miscelania 1737-1802", da rica seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado do Pará. É o seguinte :

> "Methodo que se deve praticar no Hospital
> Real da Villa de Barcellos
>
> Haverá hum Inspector q. pode ser, ou Official, ou Sarg.to, ou Soldado de verdade, boa economia, e Caridade, q. terá carga do movel, ou alfaias do mesmo Hospital, feita nos L.os da Faz.da e assignada pelo mesmo Inspector.
>
> Haverá hum livro rubricado pelo Prov.or da Faz.da, no qual receitara o Cirurgião os medicam.tos q. mandar dar aos Enfermos, para por elle se tomar conta dos remedios, aq.m estiver encarregada a sua arrecadação : Ainda no cazo de ser o mesmo que os receitar.
>
> Haverá outro Livro em q. lance o Cirurgião diariam.te a qualid.e, e quantid.e do alimento, q. manda dar aos Enfermos, tendo a sua assignatura.

(2) — ARTHUR VIANA, "Santa Casa de Misericórdia do Pará". Belém, 1902.

Deste livro se ha de extrair diariam.te hum Bilhete, feito, e assignado pelo Escrivão da Faz.da, como indicara o Exemplar, q. no fim deste Methodo se achará para q. não aconteção descaminhos na fazenda de S. Mag.e, ou fique em duvida a verdade do Inspector.

O d.° Bilhete passa da mão do Inspector, a do Gov.or q. o deve rubricar no alto della, dahi vai ao Prov.or da Faz.da q. tão bem o rubricará em inferior lugar : Com ella se tirará do Armazem, ou da mão do Fiel, tudo quanto se pedir, p.a os Enfermos, ficando depois o Bilhete na mão do tal Fiel, para a sua descarga, levando-se-lhe em conta os generos q. do mesmo Bilhete constar.

No fim de cada mez, fará o Fiel do Armazem huma petição ao Gov.or da Cap.nia, levando apenso os Bilhetes p.a a despeza dos generos contheudos nelles : o Gov.or mandará informar o Prov.dor da Faz.da, o qual, ou diz q. está nos termos de ter adespeza, ou propoem a duvida, no cazo de ahaver racional, p.a o Gov.or mandar satisfazer aella, e depois tornar ao Prov.or para dar a sua ultima informação, e ordenar o Gov.or a despeza; porq. só elle, e nenhuma outra pessoa, tem authoridade p.a a mandar da. Successivam.te se rasgão os Bilhetes, p.a que senão possa segunda despeza delles.

Estes Bilhetes levão as rubricas do Gov.or, e do Prov.or, p.a q. conste em todo o tempo q. o Gov.or assim o mandou, e o Prov.or foi siente da despeza, e p.a não se repetir o mesmo dia por descaminho.

Hirá diariam.te ao Hospital o Official da Guarda principal assistir ás vizitas do Cirurgião, jantar, e cea dos Enfermos, e dará parte ao Gov.or por huma relação delle Off.al assignada, em q. declare o n.° dos Enfermos, o n.° de galinhas q. naquelle dia se gastão no Hospital, e o n.° dos pãens, ou raçoens de farinha, e de quaesquer outros generos de alimentos, p.a q. succedendo haver alguma duvida, se possão conferir as partes dos Off.es com os Bilhetes do Inspector : Esta mesma averiguação se pode fazer, conferindo as partes, e os Bilhetes com o L.° do receituario do alimento.



Nunca entrará no Hospital doente algum sem o Cirurgião o haver aceitado sem estar confessado, e sem haver ordem do Governador para se receber : Hindo-lhe parte do Inspector, dizendo q. esta aceito do Cirurgião o Soldado F., e q. se acha confessado.

He conveniente q. o Gov.or va, ou mande pessoa de confiança ao Hospital algumas vezes a saber dos Soldados, se são bem, ou mal assistidos, para examinar a razão da queixa e dar a providencia q. corresponder a ella.

Exemplar q. se ha de escrever em hum quarto de papel.

Hospital Real dos Soldados da V.ª de Barcellos : Inspector F. 4 de Março de 1772.

Rubrica do Gov.or — Rubrica do Prov.or

| | |
|---|---|
| Tres galinhas . . . . . . . . . . . | A seis enfermos |
| Seis pãens . . . . . . . . . . . . . | A seis enfermos |
| Sete raçoens de tartaruga . . | A sete enfermos |
| Sete raçoens de farinha . . . . . . | A sete enfermos |
| Dous quartilhos de vinho . . . . . | A quatro enfermos |
| Seis onças da farinha do Reyno p.a caldos . . . . . . . . . . | A tres enfermos |
| Dous quartilhos de leite . . . . . . | A dous enfermos |

Tres libras de arroz p.a jantar,
e cea . . . . . . . . . . . . . . A nove enfermos
Seis onças de açucar p.a os
d.$^{os}$ caldos . . . . . . . . . . A tres enfermos
Quatro onças, e meia da mant.$^{a}$
do Reyno p.a os d.$^{os}$ caldos. A tres enfermos

Tudo consta do L.° ou 1.°, ou 2.°, af. da receita do mantimento pelo Cirurgião.

Lugar do sobrenome do Escrivão da Fazenda — Lugar do sobrenome do Inspector."



# 20.

## A DOMINAÇÃO LUSO-BRASILEIRA NA GUIANA FRANCESA

O EXTENSO LITORAL entre o Orenoco e o Amazonas foi objeto de larga e sangrenta disputa entre espanhóis, holandeses, inglêses, franceses e portuguêses que ambicionavam levantar ali, ante o noticiário fabuloso de viajantes que se haviam deixado levar pelo informe exagerado do gentio, trechos dos impérios ultramarinos que criavam. Na Guiana seria o El Dorado famoso. Descobri-lo e dominá-lo constituiria, portanto, emprêsa de rendimentos imediatos e sensacionais.

Pelo que espanhóis e portuguêses haviam assentado em Tordesilhas, ano de 1493, tôda aquela vasta costa estava inscrita na área de soberania espanhola. Espanha, todavia, cedo se desencantara com a região. Às voltas com a imensidade do império que fundava, não se dispusera ao empreendimento colonial com a mesma intensidade por que o fazia em outras partes da Sul-América. E ao imperativo das condições políticas que se criavam com a união da península, começada em 1580, transferira aos luso-brasileiros que, em 1616 chegavam ao Pará, a incumbência da incorporação do território. A concessão, em 1637, a Bento Maciel Parente, da Capitania do Cabo do Norte, hoje o Território do Amapá, deu forma legal mais firme ao empreendimento, que, tendo por base Santa Maria de Belém, iria constituir uma das páginas mais fortes da história de nossa formação territorial.

Quanto aos holandeses e inglêses, que disputavam a hinterlândia amazônica, vencidos nas partidas que jogaram contra nós, limitaram-se às duas colônias que plantaram a oeste do Maroni, até onde levaram as lições da técnica que lhes ensinamos em Pernambuco para a lavoura da cana, o fabrico de açúcar e para

onde transportaram o braço escravo negro, de vez que não lhes fôra possível vencer a bravura do gentio local, para as tarefas ligadas à exploração da terra. Os franceses, êsses tiveram maiores obstáculos a vencer : os de uma natureza hostil, os de grupos gentios resistentes e os ataques de holandeses e inglêses. Ambicionavam, porém, chegar ao Amazonas. Localizados em Caiena, pretenderam realizar expansão sôbre a grande bacia fluvial. Nesse particular, mostraram-se ativos, empregando todos os meios de que podiam dispor para tornar efetivo o que sonhavam. Lefebure de la Barre e Pierre Eleonor de la Ville de Ferrole, que iniciaram a façanha político-militar, distinguiram-se, mais que quaisquer outros, nessa tarefa imperialista, não logrando, no entanto, nem mesmo pela solução armada, o êxito ambicionado. A resistência que oferecíamos era total, nelas se distinguindo, no primeiro período, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que bem merece o título de "fronteiro-mor do extremo-norte", os Franciscanos de Santo Antônio, que trabalham na conquista espiritual da gentilidade, e o Jesuíta Aloísio Conrado Pfeill, que levantou cartas da região e escreveu duas memórias em que evidenciava a falta de fundamento das pretensões francesas e a eloqüência dos títulos de Portugal.

A obstinação francesa, apesar de todos os insucessos que a marcavam, não cessou. Ao contrário, cresceu de intensidade. Em 1697, destacamentos de Caiena assaltaram os estabelecimentos militares de Macapá e Paru. Foram repelidos. Bandeiras francesas, então tomadas, ficariam adornando o salão principal da casa dos governadores de Belém. Essa obstinação, como era natural, criou um clima de intranqüilidade e de má vizinhança. Já no primeiro tomo de "Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira", historiamos, documentadamente, o que foi o esfôrço dos homens de Caiena para incorporar ao domínio francês o espaço aquém do Oiapoque, e a emprêsa magnífica a que nos atiramos defendendo-o e mantendo-o sob soberania portuguêsa. Nas últimas décadas do século XVIII, por isso mesmo, estava cristalizando um pensamento na Amazônia luso-brasileira. Êsse pensamento era : impunha-se ocupar Caiena, pondo fim aos perigos que decorriam de sua vizinhança incômoda. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Marquês de Linhares, o amigo dos inglêses e o estadista que compreendera os problemas geo-políticos do Império com uma objetividade por que nenhum outro os vira, governando o Pará, de 1790 a 1803, defendeu o pensamento conquistador. Em exposições para Lisboa, mostrou a necessidade daquela medida drástica. Vivia-se, então, por entre os temores da expansão das idéias liberais, revolucionárias, que decorriam do movimento de 1789. Decretavam-se medidas policiais para evitar a infiltração ideológica. Proibia-se a leitura dos livros que expunha os princípios de heresia política. Proibia-se o contacto com os homens que vinham de França. Para Caiena, ademais, onde os reflexos da Revolução estavam sendo violentos, ante a explosão da escravaria negra, que se julgava com os mesmos direitos dos brancos, começavam a fugir, com maior desenvoltura, escravos negros das plantações paraenses. Como de lá, aos receios do que a multidão negra podia fazer e ante as notícias da catástrofe de Santo Domingo, onde um mar de sangue lavava a ilha, proprietários rurais começaram a abandonar a colônia, fugindo aos perigos que anteviam. Alguns mesmo, passando o Oiapoque, procuravam o Pará. Foi o caso de Michel de Grenouillier e Jacques Sahut, que D. Francisco de Sousa Coutinho utilizou na fundação de um Jardim Botânico, modêlo para estabelecimentos que, no gênero, se montaram depois em outras Capitanias.

Certo de que era imprescindível conquistar Caiena, Sousa Coutinho insistiu na correspondência com o Reino. De um lado fazia-se preciso garantir a integridade territorial do Império, contendo o imperialismo francês ; de outro, evitar a infiltração ideológica e evitar, a bem dos interêsses econômicos regionais, que o trabalhador africano abandonasse a Amazônia, levando-a à decadência. É dêsse período o episódio relativo à proibição da entrada, em área brasileira, do Barão de Humboldt, que visitava a Sul-América. A proibição não decorria de qualquer propósito

de cercear o estudo da região pelo eminente homem de ciência mas, evitar que, agente do iluminismo, semeasse a ideologia herético-política.

Sousa Coutinho, numa diligência memorável, fiel ao propósito de realizar a façanha militar, ajustou a guarnição da Capitania que dirigia, fortificou a entrada do pôrto de Belém, chamou às armas populações do interior, organizando unidades auxiliares, restaurou embarcações para a condução das tropas de invasão, recompôs a flotilha de guarda-costa, enriquecendo-a com quatro fragatas, três charruas, três bergantins, doze chalupas artilhadas, na feitura das quais trabalharam, no Arsenal de Marinha, 2.000 operários nativos sob a orientação técnica de mestres portuguêses. E com a preocupação de bem informar-se acêrca do que de real havia em Caiena, conseguiu estabelecer ali agentes secretos, que lhe forneceram esclarecimentos minuciosos sôbre as condições defensivas da colônia, inclusive estado do abastecimento, movimento de fôrças, espírito de resistência dos colonos, condições políticas vigentes.

Seus pedidos de autorização para realizar a campanha não foram, no entanto, atendidos. Em Portugal, sob D. Maria, perdera-se o espírito imperial, de que se orgulhava a nação. Apesar de todo o esfôrço dos que pretendem encontrar, no período daquela soberana, as características de uma grande época, a verdade é que a nação esgotava a capacidade de resistência, atemorizada com a Revolução e preocupada em destruir o que fôra realizado no consulado de Pombal. Em todo o caso, face às considerações de D. Francisco, veio estacionar em Belém, para o que desse e viesse, o regimento de Extremós. Um outro regimento, o de Macapá, que fornecia guarnição para vários trechos da vasta fronteira amazônica, acantonou na fortaleza histórica. Nada ocorreu, porém, que alterasse a paz. Os franceses, por quatro tratados, na feitura dos quais Portugal não foi chamado a participar, reformaram os limites, descendo-os do Oiapoque ou Vicente Pinzón. É certo, igualmente, que êsses tratados nenhum efeito tiveram. Porque a defesa do Oiapoque foi mantida. E de



Caiena não desceram fôrças para, sequer, tentar a efetivação dêsses novos lindes.

Na Europa, submetida aos golpes da fôrça de Napoleão, não sucedia o mesmo. E, em 1806, verificava-se a invasão de Portugal pelo exército de Junot, forçando a trasladação da Côrte do Regente D. João para o Brasil, hábil manobra que evitou a vergonha da captura do futuro monarca pelo inimigo, que já se habituara a ver de joelhos outros reinantes europeus. Governava, a essa altura, o Pará, D. José Narciso de Magalhães e Menezes, que sucedera ao Conde dos Arcos. Logo que se informou da invasão napoleônica, Magalhães e Menezes apressou-se em convocar a colônia para a guerra. Lançou, a 1 de outubro, uma proclamação. Solicitou a ajuda do comércio para enfrentar os gastos com a preparação das tropas que mobilizou, êle próprio contribuindo com recursos tirados à própria bôlsa. E organizando um primeiro contingente de observação, expediu-o para o Oiapoque, visando garantir a fronteira. Estava chegando o momento de executar os planos de D. Francisco. Havia, então, na Capitania, 7 regimentos de infantaria : o da cidade, o de Macapá, o de Extremós, os de milícias da cidade, de Campinas, de Cametá e de Macapá, além dos corpos de ligeiros, sediados em Belém, Marajó, Cametá e Macapá, e um regimento da artilharia.

Declarada guerra à França por D. João, Magalhães e Menezes recebeu ordens para empreender a invasão do território vizinho, para o que receberia a ajuda de fôrças de terra a serem expedidas de Pernambuco, Ceará e de unidades navais, inclusive da armada britânica das Antilhas. Sem mais demora, organizou o Corpo de Voluntários Paraenses, integrado por 600 homens, que, com o Regimento de Extremós, constituiu a fôrça expedicionária, sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Marques. A fôrça naval seguiu sob o comando do oficial inglês Jaime Lucas Yeo.

No rio Aprouague, verificou-se o primeiro encontro com a guarnição francesa, que foi vencida. Após, nôvo encontro e novos sucessos nas cercanias de Caiena, em Degrad des Canes e em

Forte Diamant. Na fazenda de propriedade do governador da Guiana, os franceses tentaram resistência. Tinham levantado baterias de artilharia, mas foram vencidos. Dominada a posição, prosseguiu o avanço. Acercando-se de Caiena, Manoel Marques intimou-a à rendição. O governador Vitor Hugues pediu armistício de 24 horas, para ajustar a capitulação. Era o dia 10 de janeiro de 1809. A 12, no pôrto de Bourda, na ilha de Caiena, foi assinada a rendição.

À fôrça expedicionária com que realizamos o avanço sôbre a colônia inimiga, o governador Magalhães e Menezes estabelecera, como objetivos fundamentais :

a) restabelecimento da fronteira no Oiapoque ;
b) posterior invasão da colônia e sua conquista.

Evidentemente, êsses objetivos tinham sido alcançados. Na rendição, assinada de um lado pelo comando francês e de outro pelo Tenente-Coronel Manoel Marques e Capitão Lucas Yeo, assentou-se :

"1.ª A guarnição sahirá da praça com as armas, bagagem e todas as honras da guerra.

"Os officiaes conservarão as suas espadas e os officiaes superiores os seus cavallos ; ella deporá as armas e se obriga a não servir por espaço de um anno contra S. A. R. o Principe Regente e seus alliados:

"2.ª Dar-se-hão embarcações á custa de S. A. o Principe Regente para transportar directamente á França a guarnição, os officiaes civis e militares, todos os empregados no serviço, com suas familias e effeitos, o mais depressa possivel.

"3.ª Dar-se-ha igualmente uma embarcação commoda para transportar á França, o commissario do Imperador, commandante em chefe, sua familia, seus



officiaes, seu sequito e effeitos, o chefe da administração ordenador, o commandante das tropas, o inspector e o commandante da artilharia, com as suas familias.

"4.ª Será concedida uma demora conveniente aos Srs. officiaes que tem propriedades na colonia para terminar os seus negocios.

"5.ª Os arsenaes, baterias e todos os objectos de artilharia, sala de armas, armazem de polvora ; armazem de viveres, serão entregues por inventario e no estado em que actualmente se achão, e indicar-se-ha onde estão todos os objectos.

"6.ª Todos os negros escravos de uma e de outra parte serão desarmados e remetidos para as suas habitações.

"Os negros francezes, que os commandantes de terra e mar de S. A. o Principe Regente admittirão ao serviço durante a guerra, e a quem derão a liberdade em virtude das suas ordens serão mandados para fóra da colonia por não poderem ser para o futuro mais que um objecto de perturbação e discordia.

"Os commandantes se obrigão, segundo as suas promessas a solicitar de S. A. R. o Principe Regente a substituição de outros tantos escravos ou uma indemnisação a favor dos habitantes a quem pertencem.

"7.ª Os papeis, planos e outras cousas pertencentes á engenharia serão igualmente entregues.

"8.ª Os doentes, e feridos obrigados a ficar na colonia, poderão sahir della com tudo quanto lhes pertencer, quando estiverem em estado de o fazer, e entretanto serão tratados como até aqui.

"9.ª Serão respeitadas as propriedades particulares de qualquer especie e natureza que sejão : os habitantes poderão dispor dellas como até aqui.

"10. Os habitantes da colonia conservarão as suas propriedades e poderão residir nellas, conformando-se ás ordens e fórmas estabelecidas pela soberania debaixo de que ficão. Terão liberdade para vender as suas propriedades, e retirar-se na época que lhes convier sem que a isso se lhes ponha obstaculo.

"11. As leis civis, conhecidas em França pelo nome de Codigo Napoleão, e que estão em vigor nesta colonia, serão seguidas e executadas até a paz entre as duas nações. Os magistrados não poderão decidir sobre os interesses entre os particulares que não seja em virtude das ditas leis.

"12. As dividas reconhecidas pelos particulares durante ou antes do tempo determinado pelo artigo precendente serão exigidas conforme as bases estabelecidas por êste mesmo artigo.

"13. Os papeis concernentes ao governo e matriculas da tropa serão levados pelo quartel-mestre.

"14. Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada la Gabrielle, em todo o seu explendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edificio nem plantação, arvores ou plantas ; mas conservar-se-ha no estado presente, tal qual se entrega aos commandantes de S. A. o Principe Regente.

"15. Todos os papeis dos armazens, de inspecção, de dominio, toda e qualquer responsabilidade, se deporá no cartorio ou n'outro lugar ajustado para se recorrer a elles quando fôr preciso. Tudo ficará debaixo do sello dos dous governos e á disposição de S. M. I. e Real".

A fôrça expedicionária sofrera, ao penetrar na Guiana, grandes baixas provocadas pelas endemias locais, de sorte que se achava reduzida em seus efetivos para a solenidade da entrada em Caiena. Preenchidos os claros por tropa da marinha, para que não aparecesse tão desfalcada no ato, a 14 de janeiro verificava-se a ocupação da capital. A guarnição francesa entregou o armamento, sendo embarcada para a Europa em duas galeras mercantes enviadas de Belém com refôrço de tropa. O governador Vitor Hugues, com os funcionários civis, seguiu no brigue "Infante D. Pedro".

Manoel Marques vinha comunicando a Magalhães e Menezes a marcha dos acontecimentos. Deu-lhe conta, também, da capitulação, texto a que o governador paraense julgou necessário fazer algumas reservas de vez que, por êle, atribuía-se à fôrça invasora uma atitude que não lhe podia ser imputada a rigor. O Príncipe Regente D. João foi cientificado, por sua vez, do quanto ocorrera. Cheio de júbilo com o sucesso de suas armas, apressou-se em fazer louvar os que o haviam conquistado : concedeu a Magalhães e Menezes o pôsto de Marechal de Exército; a Manoel Marques, o de Brigadeiro. Todos os oficiais da fôrça expedicionária foram promovidos ao pôsto superior.

A Guiana Francesa, no momento em que a conquistávamos, vinha experimentando certo progresso. Os franceses haviam começado realmente a colonizá-la em 1626, quando plantaram um primeiro estabelecimento com ares de definitivo na ilha de Caiena. Êsse esfôrço inicial não frutificara como se imaginara. A tarefa colonial encontrara os obstáculos a que nos referimos no início desta conversa. As tentativas para um empreendimento de maior envergadura não se cercava de êxito. Ao tempo de Colbert, quando o grande ministro cogitou da formação de um império no ultramar, fizera-se nova experiência sem êxito maior. No primeiro século tinham sido vitimados pela hostilidade do meio mais de 1.300 franceses.

Sob Luís XV, a exemplo do que vinha sendo feito na Amazônia luso-brasileira, o govêrno francês, dirigido por Choiseul, procurara uma nova experiência, estabelecendo normas para o desenvolvimento da agricultura, inclusive pela aclimação de espécies exóticas, alienígenas, exploração da floresta, e para a

criação de uma sociedade que devia formar-se na base da miscigenação do colono europeu com a mulher indígena, o que não excluía o propósito de que essa sociedade fôsse mais particularmente branca.

O plano era ambicioso ; visava criar núcleos urbanos pelo interior da colônia, levantar hospitais, construir habitações em acôrdo com o clima rude, congregar as populações indígenas, assegurando-lhes direitos e garantias, estabelecer governos municipais, entrar em relações comerciais com o Pará e o Surinam, evitar a presença de estrangeiros que perturbassem o afrancesamento da região, criar um código de medidas para uso local que resultasse da experiência que se fôsse obtendo. Para executá-lo, Luís XIV confiou-o a um diunvirato : o cavalheiro Turgot, que governaria a colônia, e "sieur" Thibaut de Chanvallon, que faria as vêzes de intendente.

Perdia-se, a êsse tempo, na Norte-América, uma grande faixa de terra do império francês — o Canadá. Suas populações, como as da Acádia, foram então transplantadas a outras áreas, como a Lusitânia, as Antilhas. Por que não trazê-las também para a Guiana ? Fêz-se propaganda das excelências da Sul-América. E em Kourou, foram localizadas famílias arcadianas, a que se juntaram colonos estrangeiros e de outras partes de França. Não se lhes preparara, contudo, uma localização apropriada. E o resultado é que, menos de um ano estavam reduzidos, de 10.996, a menos de mil. Gastara-se mais de 30 milhões de francos.

Com Vitor Hugues, realmente, a natureza agressiva estava sendo dominada, conquistando-se espaço à floresta e aos alagados. O florescimento da agricultura era visível e compreendia, além de espécies nativas, o café, algodão, cana de açúcar, cacau. Trabalhos de hidráulica, para melhorar as condições de vida local, tinham sido levados a têrmo. Um pequeno hôrto botânico, chamado "La Gabrielle", constituía mesmo o orgulho da administração francesa. Às vésperas da conquista, em 1807, a produção da colônia assim se apresentava : 150.000 quilos de



açúcar, 100.000 de algodão, 30.000 de café, 40.000 litros de rum. O valor dessa produção exportada ascendia a .. ... 1.750.000 francos.

Passando a nossas mãos, que ia suceder ? A capitulação fôra redigida, no entanto, pelos próprios franceses e mereceria as reservas do Governador Magalhães e Menezes. Em conseqüência, dela não se poderia tirar a conclusão simplista de que a intenção de D. João fôsse a da devolução. Ademais, convém não esquecer, os projetos para a conquista da colônia francesa eram antigos e visavam, com a conquista, a incorporação. Permaneceria integrada ao império português, como uma conquista, ou a restituiríamos à França, findo o conflito que separava as duas nações ? O tratamento que lhe dispensaríamos seria um tratamento sem profundidade, mantendo-se o que se encontrara ou, dentro da sistemática luso-brasileira, procurando transformar o ambiente, comunicando-lhe a vitalidade renovadora ? Pelo texto da capitulação, parecia evidente que a colônia voltaria à posse de França e o tratamento a dispensar-lhe não passaria de simples preservação do estado em que a recebíamos.

Pelos ofícios de 18 de maio e 7 de junho de 1809, do Conde de Linhares ao Governador Magalhães e Menezes, sabe-se que, inicialmente, D. João projetara despovoá-la e arrasá-la "para que, se houvesse de restituí-la, a França não se sentisse desejosa de gastar o imenso numerário que seria necessário para restaurá-la, dêsse modo livrando-nos da vizinhança incômoda. Êsse propósito, contudo, reformara-o para ordenar que a preservassem, seguramente a fim de ter elementos com que melhor negociar a paz na Europa e a aumentassem, o que mostra a indecisão existente. A intenção de integrar a colônia ao Império não estava, assim, em abandono. E mais tarde voltaria a ser cogitada através de uma longa exposição do Intendente Maciel da Costa, que sugeria a anexação das guianas inglêsa e holandesa para que, com tôdas elas, D. João constituísse um pequeno reino unido ao Brasil.

Quanto ao tratamento que lhe dispensamos e sôbre o qual uma vasta documentação inédita no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na seção de manuscritos da Biblioteca Pública do Estado do Pará, onde se guardam cinco grossos códices com a correspondência das nossas autoridades em Caiena com os governantes em Belém, podemos dizer, à luz dessa mesma documentação, que temos compulsado para ensaio maior de próxima publicação : nos oito anos em que a ocupamos, demos mostra de a querermos valorizar através de uma administração adequada, que os próprios historiadores franceses são os primeiros a proclamar excelente. É que, para tal, já nos habituáramos à agressividade tropical. Na Amazônia, vizinha, criáramos um "status" que nos assegurava títulos para enfrentar qualquer natureza, por mais severa por que ela se apresentasse. Estávamos, destarte, perfeitamente a vontade para a emprêsa. E da Côrte, em várias ordens régias e instruções menores expedidas ao Governador do Pará ou às nossas autoridades em Caiena, fôra determinado que realizássemos política maneirosa, de atração das populações, de aproveitamento das riquezas locais, de cobrança de impostos que bastassem às despesas com os serviços públicos mas, nenhum mal-estar criasse aos colonos, devendo-se, no entanto, transplantar ao Pará e daquela capitania para as demais do Brasil, a maior quantidade possível das espécies vegetais que os franceses haviam aclimatado ali, como cravo da Índia, canela, pimenta, cana de açúcar de Otahity, particularmente a noz-moscada. Essas mudas deviam vir acompanhadas dos técnicos que o govêrno de Paris mandara trabalhar na Guiana mas, que tais técnicos, assinalava-se logo, não fôssem contaminados da ideologia liberal.

Dando princípio à tarefa, de envergadura, Manoel Marques, nomeado Governador Militar, de acôrdo com as instruções, que recebeu, tratou de reorganizar a nova possessão portuguêsa. Para os misteres da justiça e dos demais aspectos da vida civil, constituiu um Conselho, sob sua presidência, composto de franceses de projeção local. Êsse Conselho não oferecia apenas sugestões para a solução dos problemas que surgissem, porque deliberava também. Suas decisões, todavia, eram postas em execução uma vez que promulgadas por Manoel Marques. As primeiras decisões do Conselho foram : "regulou o valor da moeda portuguêsa comparado com a francesa, o que facilitou muito as transações mercantis em grosso e miúdo tráfico ; estabeleceu um impôsto de patente sôbre tôdas as casas de negócio de tôdas as classes, para com o seu produto se pagar o sôldo à guarnição, que se estava devendo desde o mês de outubro de 1808, visto que, tendo partido do Pará com 4:000$ na caixa militar, o Capitão-General José Narciso, como para dar uma clara demonstração de que não tinha fé no bom êxito da emprêsa da villa de Chaves, os mandou recolher à capital".

Manoel Marques governou até outubro de 1809, quando o substituiu o Coronel Pedro Alexandrino Pinto de Sousa, um velho colonial que se afirmara por uma larga série de trabalhos realizados na Amazônia, mas, já alquebrado pela idade, pouco pôde dar na direção da colônia. Em 1812, recebido em meio a grandes manifestações, Manoel Marques voltou ao cargo, no qual permaneceu até à devolução da Guiana aos franceses. Argüira-se contra êle que era afeiçoado ao liberalismo. Não tinha fundamento a acusação. Homem reto, militar capaz, conduziu-se dignamente. Teve, no entanto, de enfrentar dificuldades que lhe criaram companheiros de armas, inclusive um dos lamentáveis pronunciamentos da guarnição, que se queixava de atraso no pagamento do respectivo sôldo. No trato com os franceses revelou-se hábil, granjeando gerais simpatias. Chamavam-lhe "Papa Marquis". Defendia a idéia da manutenção da colônia no reino que D. João estabelecera no Brasil.

Não eram suficientes, porém, aos olhos do govêrno português, o Conselho e o dirigente militar. Foi então nomeado Intendente Geral o dr. João Severino Maciel da Costa, magistrado mineiro, homem de consciência reta, que ia revelar-se um administrador à altura da grave comissão que se lhe confiava. Pelas determinações que lhe foram cominadas a 10 de junho de

1809, o dr. Maciel da Costa teria encargos judiciários e de política econômica. Dizia-lhe então o Príncipe Regente :

> "João Severiano Maciel da Costa, Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Tendo Cayenna e Guianna Franceza sido gloriozamente conquistadas pelas Minhas Armas, e havendo-se estipulado na Capitulação, que até à Paz Geral se ficarião ali observando as Leis do Codigo Napolion, sem propriamente se falar nem na forma do exercicio do Poder Judiciario, nem dos principios de Administração, e Policia Geral, que se devião organizar a beneficio da tranquilidade e prosperidade da mesma Colonia, que dezejo conservar, e ampliar, o que justamente deu logar às Proclamaçoens, que fez publicar o Meo Governador logo que tomou pósse de Cayenna e de Guianna Franceza nos dias dezesete, e desanove de Janeiro, tanto para a Administração de Justiça, em materia civil, e de commercio pelos Tribunaes de Primeira Instancia, e de Appelação precedentemente estabelecidos na mesma Colonia, como para a formação de huma Junta Provizoria para a organização de todos os ramos de Administração civil, e de Policia, e sendo necessario que sobre tão importante objecto, e antes de dar as mais convenientes, e estaveis providencias, Eu seja competentemente informado do que pode estabelecer-se sem faltar ao estipulado na Capitulação em beneficio daquella Colonia, tanto sobre a forma do Poder Judiciario, como sobre os objectos muito interessantes de Administração de Fazenda, e de Policia : Fui Servido Nomear-vos com a graduação que consta pelo Decreto da data desta, que baixa à Meza do Dezembargo do Paço, para Intendente Geral da Colonia de Cayenna e Guianna Franceza, afim de que transportando-vos logo ali, e considerando-vos como chefe da Magistratura, fixeis o exercicio que podeis



> ter na Administração de Justiça, segundo foi estipulado pela Capitulação, e que igualmente de accôrdo com o Governador e Capitão General do Pará, e com o Governador que Fui Servido Nomear para a Mesma Colonia, procureis dirigir a sua Fazenda, e a sua Policia de modo, que rezultem a tranquilidade e felicidade d'ella, e os meios de sustentar a Força Armada, — que a fica guarnecendo ; e que possais concorrer com o Governador e Capitão General do Pará, e com o Governador da Colonia, a tomar todas as providencias, afim que a sua defensa contra o Inimigo da Minha Real Corôa, seja tão affectiva como espero da fidelidade do Commandante, e da vóssa, zelando vós tos os Direitos da Soberania, que Me pertencem pelo Direito da Conquista, e impedindo que possa haver maquinaçoens contra a segurança, e tranquilidade da mesma Colonia. Será vosso dever informar-lhe de tudo o que achardes, do que principiardes a estabelecer, e do que julgardes se possa fazer para o futuro, tendo todo o cuidado de nada praticardes, que possa produzir movimento, ou inquietação-alguma, sem primeiro Me dardes conta, e esperardes a Minha resolução. Quanto ao exercicio do Poder Judiciario de que vos constituo Chefe, procedereis com a maior moderação, e não fareis se não as alteraçoens, que julgardes indispençaveis, e uteis ao Meo Real Serviço, — Não perdendo porem de vista o conhecimento particular dos Juizes, e se será conveniente introduzir, ou em todo, ou em parte, novos Juizes Portuguezes, que podereis chamar do Pará, e do Maranhão ; mas não vos esquecereis de primeiro conhecer a opinião publica, e se convem aos interesses da Minha Real Corôa huma tal mudança. Igualmente Me informareis da forma dos Tribunaes estabelecidos, e se haveria inconveniente em se adoptar o systema, que se pratica nos Meos Estados, ou se essa mudança seria

dezagradavel Tambem Me dareis conta das Rendas e Despezas da mesma Colonia, se ellas são susceptiveis de maior aumento, e se he possivel que se lance alguma Impozição extraordinaria.

Não vos esquecereis de fazer subir à Minha Real Prezença o Systema com que ahi se destribuem as terras, e todo o Cadastro, e Carta Topographica que se haja levantado da mesma Colonia, pois similhantes objectos muito interessarão a té para comparação com o que aqui se acha estabelecido. Sobre tudo zelareis o systema de Policia, que deveis estabelecer na Colonia, não só para segurar a sua tranquilidade interior, e a subordinação dos Negros mas muito essencialmente para evitar toda a correspondencia dos habitantes com o Governo Francez e para que no cazo de ataque exterior possa o Governador occupar excluzivamente da defensa da Colonia, sem se vêr distrahido pelos mal intencionados, que possão existir dentro della. Com o Governador e Capitão General do Pará, combinareis o livre Systema de Exportação, e Importação, que se deve estabelecer de Cayenna com todos os Meos Estados, e Dominios do Brazil, e Portugal, e a té com a Inglaterra, para o que lhe facilitareis toda a exportação em Navios Portuguezes, pois que por meio de hum similhante Systema, os Colonos Francezes melhorarão muito de fortuna, e se affeiçoarão ao Meo Paternal Governo, de que Dezejo sintão com o favor do Céo os mais saudaveis effeitos. Assim o cumprireis, e fareis executar como por Mim vos achais authorizado, — não obstante quaes quer Leis, e ordens em contrario, que todas Hey por derrogadas, como se dellas fizesse aqui expressa e especial Menção. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro em dez de Junho de mil outo centos e nove. Principe".



Tanto o Governador militar como o Intendente seriam subordinados ao Capitão-General que governasse o Pará. A Guiana, em conseqüência, integrava-se no corpo territorial e político até onde chegava a jurisdição da autoridade maior do Pará.

Maciel da Costa, ouvindo em Belém as instruções que lhe comunicou Magalhães e Menezes, dirigiu-se a Caiena, empossando-se na Intendência em janeiro de 1810. Dirigiu manifesto à população, expondo os propósitos do Príncipe D. João e pedindo cooperação para que, na missão que vinha desempenhar, pudesse satisfazer os desejos do Regente e fazer a felicidade dos colonos. Muitos dêstes mantinham-se receiosos de prestar-nos qualquer cooperação, em face das penas que Napoleão anunciara para os que colaborassem conosco. E o que D. João mais desejava era êsses colonos se sentissem garantidos em seus direitos e felizes de viverem sob seu cetro, livres das inquietações em que tinham estado desde os dias agitados da "Revolução". Maciel da Costa, na execução de seus encargos, mostrou-se diligente, generoso, hábil, sem deixar de ser enérgico quando era preciso. Encontrou abusos no exercício da cousa pública. Corrigiu-os. Havia fraudes e dissipações. Acabou com elas. O curador das sucessões, Jean Aufray, por exemplo, baseado nos têrmos da capitulação, não queria submeter suas contas ao Intendente. Maciel da Costa, sem violências, obrigou-o à submissão legal, perante as autoridades graduadas que convocou para o ato. O gesto, que revelava o magistrado que não permitia menosprêzo à dignidade da Justiça, valeu como lição. Todos passaram a ver nêle a autoridade em que deviam confiar, respeitando-a e cumprindo suas determinações. Nesse particular de sua conduta, Maciel da Costa foi exemplar. O próprio governador interino, Coronel Pedro Alexandrino, que não soube comportar-se à altura do cargo, perdeu a partida que pretendeu jogar com êle a propósito da jurisdição que a cada um competia. Maciel da Costa não se deixou vencer, mantendo de pé a autoridade que lhe cabia exercer. No caso da moralidade pública, por que lhe cumpria zelar como encarregado da polícia, mostrou-se o mesmo homem digno. Puniu os faltosos, mesmo graduados, como o Major José

Antônio Nunes, contêve a insubordinação de negros que se recusavam a trabalhar nos serviços de lavoura. Por ocasião do segundo levante da soldadesca insatisfeita, agiu de tal modo pronta e eficazmente, que a população de Caiena lhe deu uma demonstração de aprêço, agradecendo-lhe a atitude. Em proclamações que lançou, para que melhor se soubesse dos atos que praticava em bem da ordem-administrativa, regulou a vida econômica, conseguindo, sem impostos aviltantes, mas com arrecadações em dia, em um ano, que as rendas locais fôssem suficientes para o pagamento de tôdas as despesas com os serviços públicos e com a tropa de ocupação. Antes, fazia-se um suprimento em dinheiro pelo Maranhão. Estabelecendo normas para a colheita dos gêneros nativos, incentivou a produção. O comércio exercitou-se, em crescimento constante. "La Gabrielle" foi valorizada, apesar da madraçaria dos negros que a trabalhavam. Em cumprimento aos desejos reais, mandou para Belém as espécies vegetais que deviam ser experimentadas no Brasil. Além do que fôra solicitado, remeteu : sapotilheiras, fruta-pão, caramboleiras, groselheiras e mais quase uma dezena de espécies frutíferas européias aclimadas em Caiena. O problema do abastecimento de Caiena, era, como ainda é, de difícil solução. Não fôra possível criar os plantéis que garantissem carne à população. Providenciando para que a situação se corrigisse, fêz incessante importação de gado do Marajó, da ilha de Caviana e de Macapá, assegurando, assim, o bem-estar de uma dieta a que a colônia não estava habituada. Do mesmo modo, restaurou os postos de pesca, que haviam sido abandonados, e constituíam focos de suprimento alimentício ponderável. Como importou, em larga escala, do Pará, a farinha, alimento de importância capital na região. Aproveitando a visita constante de navios mercantis inglêses e norte-americanos e mesmo franceses, dêles se valeu para trazer a colônia, se não em fartura, pelo menos sem a fome que provocaria inquietação e má vontade para conosco. Organizou os serviços alfandegários, fixando as taxas que passou a cobrar às embarcações estrangeiras que freqüentavam o pôrto. Estabeleceu um pequeno corpo de polícia, para os



serviços urbanos e da alfândega. Cada guarda, que devia ser probo e saber ler e escrever, vencia 40$000 anuais e 220 réis diários quando em trabalho a bordo, tendo, ainda, uma parte proporcional nas confiscações ; quanto aos chefes, em número de dois, recebiam 80$000 anuais, tendo também parte nos confiscos feitos. Não confiando nos funcionários franceses, dispensou os que pareceram madraços ou hostis, substituindo-os por luso-brasileiros. Dos que ficaram exigia, todavia, constantes contas.

Por uma ordenança que lançou, estabeleceu os limites e a forma de jurisdição dos funcionários de Justiça. Defendendo os interêsses dos negociantes da Guiana em face da competição que lhes faziam os do Brasil, estabeleceu igualdade de tratamento, dispensando-os do pagamento do que exportassem com destino ao Pará e de lá importassem.

A dominação luso-brasileira na Guiana Francesa terminou em 1817. O Tratado celebrado a 28 de agôsto dêsse ano entre Portugal e França mandou fazer a restituição. A negociação do diploma fôra trabalhosa. Portugal exigia ou a restituição de Olivença, que permanecia em mãos dos espanhóis, ou o reconhecimento da ocupação de Montevidéu. Em 1815, às primeiras novas de um entendimento, na Europa, sem solução ponderável, dera-se ordem a Manoel Marques para que tivesse a colônia em condições de resistir a qualquer tentativa francesa.

A 21 de novembro de 1817, às 11 horas da manhã, em solenidade efetuada no Forte do Castelo, que levantáramos para a defesa de Caiena, formados dois destacamentos, o francês e o nosso, de cem homens cada um, foi içada a bandeira portuguêsa, sob salva de 21 tiros de artilharia. A seguir, arreada essa mesma bandeira, foi novamente içada com a francesa, sob nova salva de 21 tiros de artilharia.

Estavam presentes ao ato o comandante das fôrças francesas, que vinha assumir o govêrno da colônia, com o pôsto de Tenente-General, Conde Carra de Sante-Syr, e o secretário do

govêrno militar luso-brasileiro, Tenente José da Silva Mafra, mais tarde senador do Império. Manoel Marques, gravemente enfêrmo, não pudera comparecer.

Registrou-se, então, qualquer coisa de inédito, de espantoso: os colonos franceses que assistiam à cerimônia, choravam de pesar com a nossa retirada. Carra de Sante-Syr, pasmo, dirigiu-se ao Tenente Mafra. E lhe disse : "E' espantoso, Senhor Secretário, que franceses, vendo drapejar as côres nacionais, signo da dominação francesa, vertam lágrimas de saudades pela dominação anterior. Faço votos por que, ao término de minha administração, receba demonstrações semelhantes".

Havíamos, evidentemente, efetuado, na Guiana Francesa, um govêrno de paz, de trabalho, de respeito à dignidade de cada um. Não fizéramos obra de conquistadores brutalizados pela vitória. Fôramos humanos. Realizando uma emprêsa política em revide ao insulto napoleônico, escrevêramos uma página de civilização.



# 21.

## A DINÂMICA PORTUGUÊSA NA HUMANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

OS GRANDES centros da civilização brasileira são expressivos como demonstração do esfôrço com que estamos realizando a nossa libertação econômica, consolidando a nossa condição de povo que se define como vontade e realização impetuosa, e afirmando a nossa maturidade perante o mundo. A Amazônia, como região mais nova da nação brasileira, é, ainda, região em estado de natureza, mas onde, nem por isso, se pode deixar de constatar a mesma energia, a mesma vontade, a mesma decisão de vencer e de participar do complexo de grandeza material e espiritual que estamos construindo.

E' certo que nela se conforma uma paisagem física diferente, mas deslumbrante, que desde o século XVI vem provocando admiração, entusiasmo e propósitos de conquista, paisagem física que não foi ainda transformada pela paisagem culturalizada na disciplinação imposta pelo homem. Temos sido indicados, também é verdade, como página mais recente do Gênesis. Constituiríamos uma terra imatura, desafiante à inteligência e ao poder de realização e de criação de uma humanidade que se pudesse elevar na ação admirável de possuí-la, dominando-a e conformando-a à sua vontade. Não falam a verdade os que acreditam nessa imaturidade. Porque, realmente, nem a terra é nova, nem o homem chegou a ela cedo demais, o que explicaria a timidez por que tem tentado envolvê-la e conquistá-la. Ao contrário, somos uma parte tão velha do mundo físico como as outras áreas de que êsse mundo se orgulha. O que é nôvo é a presença da humanidade realizadora, que, por isso mesmo, não pôde ainda elevar-se no feito admirável de tê-la em suas mãos para moldá-la à sua feição e aos seus desejos.

E se assim podemos explicar-nos como espaço em ser e como sociedade que se elabora, serena e vagarosamente, não devemos ignorar que, nesse esfôrço gigantesco, para que a Amazônia também acompanhe o ritmo de desenvolvimento vertiginoso da civilização brasileira, como sucede nas outras partes integrantes da nacionalidade, os soldados, os colonos, os religiosos, os artesãos, os servidores do Estado, os mercadores, os mestres de ofício, os técnicos vindos de Portugal, a começar de 1621, deram uma contribuição impressionante, contribuição que se plasmou na base física, na grei social, na motivação econômica e nesse equilíbrio magnífico de grupos étnicos que nenhum outro povo, como o português, soube compor, manter e legar como expressão da universalidade de sua ação no império que criou.

A participação portuguêsa na formação do Brasil já foi apontada por um Leroy Beaulieu como "chef d'oevre" de sua emprêsa ecumênica. Parte integrante dessa obra prima, a Amazônia, como criação portuguêsa, provocou de Joaquim Nabuco uma afirmação que ficou, pelo cunho de profundidade que expressa — "Nada nas conquistas de Portugal é maior que a conquista da Amazônia". Ora, nada é maior porque, nela, tôdas as virtudes da grande raça se sublimaram ao crivo de uma natureza áspera, de um ambiente que hostilizava. Não se deram, os portuguêses, a uma aventura em que só a natureza foi a mais agressiva e o maior desafio. Também outros homens, que a cobiçavam, tentaram impedí-los da façanha. Mas foram vencidos. O conflito militar existiu. E nos legou nomes e passagens de epopéia. Se nos campos de Guararapes vencemos, os lusobrasileiros, o holandês invasor, nas barrancas amazônicas realizamos feitos do mesmo sentido cívico, pondo fora os concurrentes audaciosos, inglêses, holandeses, franceses e espanhóis, ganhando-lhes, em batalhas navais e entreveros de terra, canhões e bandeiras que ornaram nossas posições militares e os salões nobres das sedes de govêrno.

A base física dessa imensidade, de que se envaidece o Brasil, foi obra de três séculos de um domínio que se consolidou



na rêde de fortificações, nas embarcações de guerra que nos garantiram a fronteira criada e demarcada pela presença ininterrupta de tôda essa sociedade que se estabeleceu com decisão e ímpeto. Na rêde de fortificações e nos núcleos humanos, nos estabelecimentos de comércio, de produção, na riqueza que foi identificando e utilizando, na fortificação e na incorporação da multidão nativa, na sociedade mestiça, a que deu forma e sentido, no estudo do meio geográfico, na identificação de tudo que define a região. Porque, é preciso afirmar, o conhecimento da Amazônia, nas suas particularidades, nas suas peculiaridades, busca suas raízes mais autênticas na curiosidade, nos olhos de ver por que os portuguêses a contemplaram e a analisaram. Antes dos naturalistas holandeses da comitiva de Nassau, no Nordeste, um frade, humilde capucho de Santo Antônio, frei Cristovam, estudou as "árvores e animais do Maranhão" que compreendia, então, o mundo amazônico, em obra interessantíssima, ainda inédita no Arquivo Histórico do Ultramar, em Lisboa.

Manaus, cujas raízes vamos encontrar no fortim de S. José do Rio Negro, fundação de 1669 para garantia da penetração e da marcha de uma fronteira que se deslocava a todo instante e só foi fixada em definitivo na ocupação do Acre, fortim a cuja sombra os missionários carmelitas reuniram as tribos de Manao, Baré, Baniba e Passé, escolha estratégica de um militar português, Francisco da Mota Falcão, é, porém, primeira realização, como capital, sede de govêrno, de outro ilustre português, o brigadeiro Manuel da Gama Lôbo d'Almada, que lhe deu a primeira dignidade urbana e lhe impôs a primeira denominação oficial — Lugar da Barra.

Nos dias que se seguiram, Manaus não se diminuiu como centro urbano, centro cívico, metrópole mercantil. O "rush" da borracha assegurou-lhe não apenas uma continuidade no tempo e no próprio espaço, mas, fundamentalmente, a grandeza de núcleo político-econômico que se engrandecia nos momentos por que seus governantes e seus criadores de riqueza souberam defini-la para o presente e para o futuro.

Nesse esfôrço memorável, que refletiu uma decisão e um estado de espírito realizador, os portuguêses continuaram a tarefa que os distinguia. Já não dominavam no político, mas exerciam uma presença esplêndida que se afirmara na atividade comercial e nos empreendimentos que davam aquêle tom de cidade dinâmica ao burgo que os carmelitas e o brigadeiro haviam criado. A Beneficiência Portuguêsa foi uma dessas realidades com que significaram a sua constante de trabalho. Os estabelecimentos comerciais que montaram, as famílias por que se continuaram na etnia local, os barcos com que movimentavam o intercâmbio com as áreas internas do Estado, os mil prédios que construíram com as rendas que amealharam na terra que os recebera e para a qual cooperavam com tanta coragem, prédios que ampliaram a área habitável da cidade e permitiam a acolhida aos brasileiros e estrangeiros que vinham fazer o Amazonas, foram outras realidades.

Dois nomes, todavia, devem ser fixados — Alexandre de Paula de Brito Amorim e Joaquim Gonçalves de Araujo. O primeiro, no Império, foi agente da renovação de hábitos comerciais, incentivador de atitudes no vai e vem dos negócios, realizador de obra memorável para o acesso rápido a zonas que se abriam no interior, através da Companhia Fluvial, que criou e manteve. O segundo, na República, atuou numa rêde imensa de postos e entrepostos comerciais e nos primeiros passos no sentido da transformação local dos produtos primários da economia regional. Ativador de iniciativas, pioneiro em muitas delas, em nenhum momento bateu palmas ou se solidarizou com os que descriam e abandonavam o campo na hora de calamidade que tanto castigou o Amazonas. A participação portuguêsa, na humanização da terra amazonense, tem sido, assim, uma constante, de que se podem orgulhar os seus agentes. Porque, no "deve" e "haver" do grande episódio, não apresenta um passivo. Resulta num ativo de admirável expressão. A dinâmica portuguêsa, na humanização do Amazonas, não admite senão a admiração e o agradecimento dos que a compreendem e dela se beneficiam.



# 22.

# A COLONIZAÇÃO PORTUGUÊSA NA AMAZÔNIA E A TEORIA LUSO-TROPICOLÓGICA DE GILBERTO FREYRE

A AMAZÔNIA não constituiu ainda um centro de interêsse para Gilberto Freyre. Seu contacto com a região é muito recente. Aqui e ali, em sua obra, todavia, vamos encontrar pronunciamentos, que importam em levar-nos à conclusão de que o mestre pernambucano não a ignora e a compreende no que representa como unidade. Para êle, constitui a Amazônia "formidável ilha, ao mesmo tempo ecológica e sociológica do arquipélago brasileiro" (1). Está perfeito. Natureza física e natureza sócio-econômica no conjunto brasileiro. Assim sendo, devemos compreender que os que primeiro a penetraram e a possuíram para as suas aventuras e sua rotina de trabalho, de vivência, tiveram de adaptar-se às suas exigências como meio tropical profundamente diferente dos que compunham o grande arquipélago. É certo que os grupos europeus que iniciaram a conquista mansa da terra, aparentemente hostil ou profundamente diferente pelo volume das águas, pela grandiosidade da floresta, pela umidade, pelo calor, pela variedade da matéria-prima que podia vir a constituir a base de grandes operações mercantis a longa distância, sentiram logo a surprêsa da novidade que havia em tudo aquilo. Aquêles mundos tropicais úmidos eram estranhos, com linhas características próprias, a exigirem um tratamento especial e um comportamento também especial. É o que deixam perceber das páginas que escreveram relatando êsse encontro, e pode ser confirmado no que ocorreu posteriormente. Não fôra outra, aliás, a impressão colhida nos outros mundos tropicais com que se haviam defrontado inicialmente, na África e na Ásia e de que se não haviam arreceiado. Os homens

---

(1) — "Continente e ilha", pg. 22, Rio, 1943.

de quinhentos e seiscentos estavam a prova de tudo. Não sabiam fugir ao perigo. E como tal, sabiam enfrentá-lo com uma decisão espetacular.

Na Amazônia, também não se deixaram vencer pelos imperativos mesológicos, cedendo ao que exigiam e dêsse modo desvalorizando-as como riqueza humana. Ao contrário, dispuseram-se à luta com o propósito de vencer. Êsses primeiros europeus foram inglêses e holandeses. A sedução mercantil ambiente arrastara-os para a emprêsa, mas a resistência de outros europeus e de mestiços americanos a que êsses outros europeus haviam dado ser, foi mais viva, mais enérgica e produziu frutos mais decisivos, pondo fim à tentativa que se supusera fácil e tão cheia de êxito, de sucesso.

Os luso-brasileiros, que vinham do Nordeste, trópicos secos ou menos úmidos, conseguindo a vitória política do domínio, após os choques com os concurrentes britânicos e batavos, já, portanto, com a experiência do mundo tropical sul-americano, é que enfrentaram a hostilidade ambiente. Enfrentaram para ficar, para dominar e criar. Num livro de notas prévias, "A Política de Portugal no Vale Amazônico", tracei as linhas centrais da ação de objetivo político que norteou os luso-brasileiros naquele empreendimento. Não fui além. Os resultados, nos outros aspectos que distinguem uma obra política de envergadura visando domar espaços e estabelecer nêles a seiva econômica e social, êsses foram apenas aflorados e isso mesmo no que podiam interessar ao plano do livro naqueles aspectos políticos, insistamos, que lhe ditou à elaboração. Procurei, então, fixar as intenções de Portugal, que sentira prontamente — pela palavra dos que vieram tomar contacto com a natureza amazônica na fase militar e pelas observações que lhe foram comunicando os funcionários civis, militares e religiosos, os próprios colonos nas suas petições e nas suas reflexões acêrca de providências que pleiteavam como fruto da experiência que estavam alcançando a todo instante, — o gigantismo da obra que tinha pela frente e não se acovardara em face dela, apesar da pequenez dos recursos



disponíveis, seja os recursos em pessoal, seja os recursos em elementos materiais, essenciais à tarefa que empreendeu. E não se acovardara porque, diz muito bem Gilberto Freyre, como ninguém, "o português, pela segurança das obras e planos de engenharia social, sabia construir novas sociedades e novas culturas nos trópicos" (2). A Amazônia era trópico. Os portuguêses de seiscentos a oitocentos, continuando a política, a decisão, o ímpeto revelado nos descobrimentos e não perdendo aquela sua capacidade serena para vida nos trópicos, estavam, nela, portanto, no ambiente próprio, vencendo-o e impondo-se por tudo numa vasta ação de domínio e de realização prática, objetiva, constante, realista. Construíam novas sociedades e novas culturas. Essa a grande história colonial que escreveram ali e pode servir à tese fundamental de tôda a obra de Gilberto.

Esclarecendo melhor, ao referir-se ao homem que veio de Portugal para fazer a América, registrava que "por tôdas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com a mulher de côr" (3). E mais recentemente, ainda a propósito dos portuguêses e de sua experiência colonizadora no mundo tropical, lembrava que a dureza do clima, os rigores mesológicos não tinham impedido que êles e os espanhóis revelassem uma energia impressionante na Venezuela e na Amazônia, indiferentes ao clima, "tido por inhumano por outros europeus" (4). A capacidade de adaptação era uma constante sem qualquer demérito para os que dela se beneficiavam como veículos da cultura européia.

Como se processou, pergunta-se, essa adaptação, essa obra de colonização, vitoriosa no social e no econômico, o que vale

---

(2) — "Um brasileiro em terras portuguêsas", pg. 135, Rio, 1953.
(3) — "Casa Grande e Senzala", 1.º vol., 5.ª edição, pg. 98, Rio, 1946.
(4) — "A experiência portuguêsa no trópico americano", in Revista de História de América, n.º 43, pg. 10, México, 1957.

dizer no cultural? O estudo da presença portuguêsa na Amazônia teve seus primeiros e muitos lúcidos analistas em Alexandre Rodrigues Ferreira, no padre João Daniel, jesuíta, e em José de Britto Inglês, êste um servidor esclarecido que, após a Independência, viria a ser pesquisador do Museu Nacional para as coisas do extremo-norte. Êsses três sociógrafos, balanceando o esfôrço que os luso-brasileiros vinham despendendo, apontando os erros, indicando os acêrtos, assinalavam o que estava sendo aquêle comportamento, nos altos e baixos que o marcavam, nos conflitos com o meio físico e com o meio social, no empenho em transformar o espaço ácido em área humanizada pela criação de riquezas e pela elaboração de uma sociedade capaz de arremeter decisivamente contra a hostilidade local e utilizar os elementos favoráveis para os sucessos da emprêsa colonial, que seria, em última análise, o sucesso da emprêsa de civilização na maior reserva tropical até então descoberta e possuída por um povo europeu. Poucas regiões brasileiras tiveram intérpretes tão lúcidos e tão eloqüentes: O primeiro, no "Diário da Viagem Filosófica"; o segundo, no "Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas"; o terceiro, no vasto inquérito a que procedeu, na segunda década do século XIX, por ordem de Lisboa, e se guarda inédito na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará.

As condições particularíssimas que distinguiam aquêle trecho do mundo tropical, aos olhares perscrutadores dos três investigadores, que não escreviam à base de um contacto passageiro, mas como decorrência de um convívio de anos e anos na intimidade da selva e das sociedades que em estilos primários de atividade diária estavam tentando vencê-la, tinham imposto comportamento especial. Não havia sido possível trasladar pura e simplesmente instituições políticas e sociais, atitudes culturais do Velho Mundo peninsular e impô-las na certeza de êxito. Fôra imprescindível processar-se à ocupação do espaço de acôrdo com a natureza agressiva que a todo instante proporcionava surprêsas inauditas. Na crítica que fizeram, ao mesmo tempo que mostraram o acêrto de meios e modos em aplicação, uma vez que não significavam investida desatinada contra o



ambiente diferente, mas importavam em reflexos da experiência alcançada, assinalaram êsse caráter experimental, que se transformava em obra permanente, o que significava sucesso da emprêsa de domínio. Assinalaram numa copiosa informação que cobria os mais variados aspectos da grande tarefa e não foi, insistamos, uma exaltação ao êxito e aos seus realizadores, mas um registro severo e por vêzes mesmo acre.

A multidão gentia e sua colaboração foi problema com que se defrontaram logo os luso-brasileiros. É que, se nos contactos iniciais, entenderam-se bem, pouco depois ocorria o conflito, vencedores os adversos que, pela mão dos Franciscanos de Santo Antônio, trataram de captar simpatias e transformar os inimigos de ontem em amigos de hoje e de amanhã. Assim foi feito, com esplêndido sucesso. Depois, na consciência de que uma nova sociedade devia ser elaborada, mestiçaram com a mulher indígena. Intensamente, com o mesmo esplêndido resultado. Estava vencida a grande etapa que permitiria os lances posteriores. Criando uma sociedade, pela mestiçagem, sobrepuseram-se a uma das maiores dificuldades que o meio apresentava.

E o clima e os solos hostis, pobres, desencorajadores? Ao mesmo tempo porque triunfaram naquela façanha de política étnica, numa concessão admirável aos rigores mesológicos, os portuguêses e os mestiços, que estavam constituindo como agentes preciosos de sua ação colonizadora, integraram-se na região, aceitando usos e costumes indígenas, que adoraram e alteraram naquilo que lhes parecera necessário, e incorporando, às suas condições existenciais, todo um vasto acêrvo de peculiaridades locais, que seria profundamente errado ignorar ou desprezar. Triunfaram, em conseqüência, sôbre o clima e sôbre os solos. Exploraram a floresta, e fizeram agricultura em larga escala. Cultivaram cacau, café, algodão, além de realizarem lavoura de sustentação.

Os portuguêses, num meio, como a Amazônia, em que a fôrça da floresta e da água são decisivos, e em que a multidão gentia constituía o núcleo fundamental para a obra de conquista social

e econômica, aprenderam ràpidamente a navegar pela lição do índio, a comer pela dieta indígena, a identificar as riquezas da flora e da fauna ictiológica pela experiência e pela sabedoria do gentio, a combater de acôrdo com as técnicas indígenas, a viver, enfim, sem menosprezar todo aquêle imenso acêrvo de conhecimentos, auridos dos "primitivos" locais em sua integração ao meio, "primitivo" sem os quais nada poderia realizar de edificante e de duradouro.

A tupinização dos portuguêses na Amazônia, considerada mais tarde pelo Conde dos Arcos como verdadeira manifestação de barbárie, nada mais era, pois, que um lance admirável daquela emprêsa de adaptação, de aceitação dos imperativos mesológicos, que permitiram aos portuguêses os êxitos de que se orgulharam como colonizadores. Conduzindo-se com acêrto, impuseram-se quando parecia que estavam cedendo demais. Criaram um espaço político imenso. Elaboraram um sistema de vida de acôrdo com as condições locais.

Ao contemplar-se a experiência que os espanhóis e os franceses tentaram em muitos trechos dessa imensa Amazônia e nas Guianas, experiência que redundaram em fracassos sucessivos, percebe-se melhor o êxito lusitano. Compreende-se então o fundamento e a exatidão dos períodos de Charles Wagley: "quando o Brasil conquistou sua independência de Portugal, a população do Vale Amazônico era principalmente constituída por mestiços e o **modo de vida da maioria de seus habitantes era essencialmente português,** apesar de fortemente influenciado pelo ambiente peculiar da Amazônia e pelas culturas aborígenes que lá se encontravam. Formara-se uma cultura regional, fundamentalmente européia em suas principais instituições, mas profundamente influenciada pelo ambiente típico da Amazônia e pelas culturas nativas da região" (5).

Quando Gilberto Freyre elaborou a tese vitoriosa do luso-tropicalismo, evidentemente não pensara em têrmos de Amazônia. No entanto, a colonização portuguêsa da Amazônia fôra realizada dentro daquelas linhas de ação que a distinguiram por tôda parte onde a processaram, comprovando o acêrto da teoria.

---

(5) — CHARLES WAGLAY, "Uma comunidade amazônica", pg. 66/7, S. Paulo, 1957.